



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Autuação: 01/04/2020

Data da última conversão: 08/01/2021

Inquérito Civil - IC

1.34.043.000257/2020-83

Volume I

Capa:

COVID-19 CORONAVÍRUS - IMPLEMENTAR, UNIFORMIZAR E ACOMPANHAR DURANTE O ESTADO DE EMERGÊNCIA CAUSADO PELA PANDEMIA DO VÍRUS COVID-19, NORMAS, MEDIDAS E POLÍTICAS CONCRETAS QUE GARANTAM À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ÀQUELA LOCALIZADA EM FAVELAS E PERIFERIAS DAS GRANDES CIDADES, ESTRUTURA E CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HIGIENE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, SEGURANÇA, DIGNIDADE, BEM-ESTAR E ACESSO À SAÚDE

Resumo:

Trata-se do Ofício-Circular nº 5/2020/PFDC/MPF, enviado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando "a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde".

Considerando que, com relação à população de rua, o MPSP já vem atuando, tendo inclusive expedido Recomendação ao Governador do Estado de São Paulo João Doria, ao prefeito de São Paulo, Bruno Covas e aos Secretários Estadual e Municipal de Saúde para que sejam adotadas uma série de medidas no prazo de 48 horas.

Distribuição:

PRM-OSASCO - 09/07/2020 - PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

Grupo temático principal:

PFDC - PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Tema:

11853 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica (Saúde/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)

Observação:

Município(s):

OSASCO - SP

Movimentado para:

15/06/2020 - PRM-OSASCO/GABPRM1-DGF - DOUGLAS GUILHERME FERNANDES



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO
PROCURADORA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

OFÍCIO CIRCULAR 5/2020/PFDC/MPF - PGR-00117825/2020 - G

Despacho

Trata-se do Ofício-Circular nº 5/2020/PFDC/MPF, enviado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando *"a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde"*.

Considerando, ainda, que o MPSP já vem atuando em relação à população de rua, tendo inclusive expedido Recomendação ao Governador do Estado de São Paulo João Doria, ao Prefeito de São Paulo, Bruno Covas e aos Secretários Estadual e Municipal de Saúde para que sejam adotadas uma série de medidas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Determino a remessa do presente documento à DICIVE, para distribuição a um dos Ofícios do Grupo IV: Direitos Fundamentais, Cidadania e Minorias. Sem prejuízo, encaminhe-se cópia do presente expediente às PRM de São Paulo para as medidas que entenderem cabíveis.

São Paulo, 26 de março de 2020.

**LISIANE BRAECHER
PROCURADORA DA REPÚBLICA
PROCURADORA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO

Despacho nº 628/2020

Referência: PR-SP-00033752/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Encaminha-se ao gabinete para análise.

Osasco, 31 de março de 2020.

ERICK ALVICE SILVA
TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 631/2020

Referência: PR-SP-00033752/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Autue-se como NF, distribuindo-se.

Osasco, 31 de março de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP

CERTIDÃO DE PRÉ-AUTUAÇÃO

Referência: PR-SP-00033752/2020

Certifico que, na data de 01/04/2020, foi efetuada pesquisa no Sistema Único, menu Consulta - Correlatos - autos adm/judiciais, utilizando como parâmetros:

Texto: "COVID-19" AND "POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA" ; "COVID-19" AND "FAVELA"; "COVID-19" AND "PERIFERIA".

Locais de pesquisa: ÚNICO; APTUS;

Filtros: ;

Não sendo encontrado nenhum procedimento de natureza penal tendo como objeto os fatos investigados na presente comunicação. O referido é verdade e dou fé.

OBS.:

Osasco, 1 de abril de 2020

PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES
TÉCNICA ADMINISTRATIVA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP	Rua Padre Damaso, Nº 294, Centro - Cep 6016010 - Osasco-SP Telefone: (11)21076400 Email: Prsp-coord_prm_osasco@mpf.mp.br
--	------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP

DESPACHO nº 643/2020

DE ORDEM: REGISTRE-SE, AUTUE-SE E DISTRIBUA-SE.

Osasco, 1 de abril de 2020.

PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES
TÉCNICO ADMINISTRATIVO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: IC - 1.34.043.000257/2020-83

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

Grupo de Distribuição: Extrajudicial / Cível / Osasco

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular

Responsável: DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

Ofício Responsável: PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

Forma de Execução: Automática

Usuário: PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES

Data: 01/04/2020 12:19:09



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
SJUR/PRM-SP - SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.043.000257/2020-83

Remetente:

SJUR/PRM-SP - SJUR/PRM-SP - SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO

Destinatário:

GABPRM1-DGF - GABPRM1-DGF - DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

Usuário:

PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES

Data:

01/04/2020 12:20:15

Observação:

Conclusão automática para o Ofício Titular - PRM-OSASCO/GABPRM1-DGF - Chefia da Unidade: DOUGLAS GUILHERME FERNANDES - Ofício da Distribuição: PRM-OSC-SP-1º Ofício - GABPRM1-DGF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83 – **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Acompanhar a implementação de medidas destinadas a assegurar condições mínimas de higiene à população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão encaminhou, à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, representação solicitando a instauração de procedimento extrajudicial destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia da Covid-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde.

A PRDC, por seu turno, encaminhou cópia do expediente às PRMs no Estado de São Paulo, para a adoção de eventuais providências nos Municípios.

O caso, entretanto, deve ser encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo. Apesar da relevância da matéria, a definição da atribuição do Ministério Público Federal deve se dar em paralelo com a identificação da competência jurisdicional da Justiça Federal, tal como preconizado no artigo 109 da Constituição Federal.

A efetiva execução das políticas assistenciais de proteção à população em situação de rua se dá por meio dos Centros de Referência de Assistência Social

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

(CRAS) ou dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo os primeiros órgãos municipais e os segundos órgãos municipais ou estaduais, conforme previsto no artigo 6º-C da Lei nº 8.742/93.

Logo, uma vez constatada eventual deficiência na atuação municipal/estadual, eventual demanda deverá ser ajuizada contra o Município/Estado na Justiça Comum Estadual, o que revela a ausência de legitimidade do *Parquet* federal para a ação e evidencia, por consequência, a ausência de atribuição deste órgão para apurar eventuais irregularidades.

Ainda que assim não fosse, releva pontuar que a PRDC noticia que o MPSP já vem trabalhando no assunto, mostrando-se improdutivo a atuação sobreposta do Ministério Público Federal na questão.

Ante o exposto, **DECLINO DA ATRIBUIÇÃO** para analisar esta Notícia de Fato e determino a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Osasco/SP¹.

Antes, entretanto, encaminhem-se os autos ao NAOP-3ª Região, para fins de revisão.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ Avenida das Flores, 703, Jd.das Flores, Osasco/SP-CEP:06110-100.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABPRM1-DGF - GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.043.000257/2020-83

Remetente:

GABPRM1-DGF - GABPRM1-DGF - DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

Destinatário:

PRR3^a/PFDC/NAOP - PRR3^a/PFDC/NAOP - NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL À
PFDC NA PRR 3^a REGIÃO

Usuário:

ARI RICARDO VIEIRA

Data:

15/04/2020 23:29:39



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL À PFDC NA PRR 3ª REGIÃO

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: IC - 1.34.043.000257/2020-83

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL
FILHO(PRR3ª/PFDC/NAOP)
Grupo de Distribuição: NAOP3-REVISÃO
Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular
Responsável: ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO
Ofício Responsável: ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL
FILHO(PRR3ª/PFDC/NAOP)
Forma de Execução: Automática
Usuário: ALUCIDIO RODRIGUES TEIXEIRA
Data: 16/04/2020 09:39:41



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO
NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL NA PRR-3ª REGIÃO

VOTO Nº 6.676/2020/NAOP/PFDC/PRR3ª REGIÃO

Referência: Notícia de Fato nº 1.34.043.000257/2020-83

Requerente: Ministério Público Federal - PFDC

Procurador da República: Douglas Guilherme Fernandes – PRM/Osasco

Relator: **PRR Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho**

SAÚDE. COVID-19. OFÍCIO CIRCULAR PFDC. IMPLEMENTAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, DURANTE O ESTADO DE EMERGÊNCIA CAUSADO PELO NOVO CORONA VÍRUS, DAS MEDIDAS E POLÍTICAS CONCRETAS PARA GARANTIR À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MORADORES DE FAVELAS E PERIFERIAS, ESTRUTURAS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HIGIENE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, SEGURANÇA, DIGNIDADE, BEM ESTAR E ACESSO À SAÚDE. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO MPF. PRECEDENTE DO NAOP3R. VOTO PELA **NÃO** HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Trata-se de notícia de fato instaurada na Procuradoria da República em Osasco, a partir de despacho proferido pela Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, encaminhando, a todas as Procuradorias da República dos municípios em São Paulo, cópia do Ofício Circular nº 05/2020, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por meio do qual é sugerida *"a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde"*,

2. De plano, o procurador da República Douglas Guilherme Fernandes promoveu o declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado de São Paulo em Osasco, nos seguintes termos:

O caso, entretanto, deve ser encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo. Apesar da relevância da matéria, a definição da atribuição do Ministério Público Federal deve se dar em paralelo com a identificação da competência jurisdicional da Justiça Federal, tal como preconizado no artigo 109 da Constituição Federal.

A efetiva execução das políticas assistenciais de proteção à população em situação de rua se dá por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou dos Centros de Referência

Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo os primeiros órgãos municipais e os segundos órgãos municipais ou estaduais, conforme previsto no artigo 6º-C da Lei nº 8.742/93.

Logo, uma vez constatada eventual deficiência na atuação municipal/estadual, eventual demanda deverá ser ajuizada contra o Município/Estado na Justiça Comum Estadual, o que revela a ausência de legitimidade do Parquet federal para a ação e evidencia, por consequência, a ausência de atribuição deste órgão para apurar eventuais irregularidades.

Ainda que assim não fosse, releva pontuar que a PRDC noticia que o MPSP já vem trabalhando no assunto, mostrando-se improdutivo a atuação sobreposta do Ministério Público Federal na questão.

Ante o exposto, DECLINO DA ATRIBUIÇÃO para analisar esta Notícia de Fato e determino a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Osasco/SP.

3. É o relatório.

4. Este NAOP3R, em decisão recente, na sessão de julgamento ocorrida em 23.abr.2020, não homologou declínio de atribuição no mesmo sentido. Confira-se o voto, de relatoria da PRR Geisa de Assis Rodrigues:

3. Ao meu sentir não é adequado o declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado de São Paulo, uma vez que o Ofício encaminhado pela PFDC propõe uma atuação conjunta e parceria com instituições diversas visando a elaboração de um Plano de Contingência Emergencial Intersectorial, já considerando eventual dificuldade de se identificar a atribuição do Ministério Público Federal ao estabelecer que "a referida recomendação (PRM-JOA-RJ- 00004536/2020), além de seu denso conteúdo, contém solução engenhosa para atrair a competência federal, porque dirigida aos órgãos do Ministério da Saúde que atuam na localidade".

4. Mostra-se assim, recomendável a atuação do *Parquet* Federal, notadamente porque não há como conhecer plenamente os problemas e deficiências advindos da pandemia, sendo necessário acompanhar sua evolução, sobretudo em relação à população carente que não possui recurso, estrutura ou acesso adequado à saúde, higiene, segurança, alimentação e abrigo.

5. Ademais, ainda que o Ministério Público do Estado de São Paulo já atue na tutela da população carente, tendo inclusive expedido Recomendação ao Governador do Estado de São Paulo e ao Prefeito da Cidade de São Paulo, não há indicação de quaisquer providências na região de Marília, mostrando-se temerário encerrar a atuação da respectiva Procuradoria da República.

6. Diante do quanto exposto, VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO do declínio de atribuições.

5. Além desses consistentes fundamentos, vale ressaltar aqui que a atuação extrajudicial do Ministério Público Federal não está necessariamente atrelada à sua atuação na via judicial, porquanto o Ministério Público Federal atua como verdadeiro *ombudsman* da sociedade, possuindo atribuição para acompanhar todas as questões decorrentes da pandemia e atuar no que for considerado pertinente.

6. Isto posto, **VOTO pela NÃO HOMOLOGAÇÃO do declínio de atribuição**, determinando-se o retorno dos autos à origem para a continuidade da apuração. À apreciação do Colegiado.

São Paulo, na data da assinatura

Assinado digitalmente

Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho
Procurador Regional da República
Membro do NAOP/PFDC/PRR3R



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
NAOP3

Termo de Deliberação

PROCESSO: NF - 1.34.043.000257/2020-83 - Eletrônico

ASSUNTO: SAÚDE. COVID-19. OFÍCIO CIRCULAR PFDC. IMPLEMENTAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, DURANTE O ESTADO DE EMERGÊNCIA CAUSADO PELO NOVO CORONA VÍRUS, DAS MEDIDAS E POLÍTICAS CONCRETAS PARA GARANTIR À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MORADORES DE FAVELAS E PERIFERIAS, ESTRUTURAS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HIGIENE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, SEGURANÇA, DIGNIDADE, BEM ESTAR E ACESSO À SAÚDE. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO MPF. PRECEDENTE DO NAOP3R. VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

SESSÃO: 161ª Sessão Ordinária - 12.6.2020

Relator(a): ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO

Membro Titular - Coordenador: ANDRE DE CARVALHO RAMOS

Membro Titular: GEISA DE ASSIS RODRIGUES

Membro Titular - Coordenador Substituto: ELTON VENTURI

Membro suplente: MARCIO DOMENE CABRINI

Membro Suplente: JOSE RICARDO MEIRELLES

DELIBERAÇÃO: Em sessão realizada nesta data, o colegiado, à unanimidade, deliberou pela não homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto do(a) relator(a).

Brasília, 12 de junho de 2020.

ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP, 06310-030.
² Avenida Professor Manoel José Pedroso, 1347, Jardim Nomura - Cotia – SP, CEP 06717-900.
³ Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Centro, Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900.
⁴ Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra – SP, CEP 06850-040.
⁵ Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco – SP, CEP 06023-020.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 692/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004751/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP, 06310-030.

² Avenida Professor Manoel José Pedroso, 1347, Jardim Nomura - Cotia – SP, CEP 06717-900.

³ Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Centro, Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900.

⁴ Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra – SP, CEP 06850-040.

⁵ Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco – SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 693/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004752/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP, 06310-030.

² Avenida Professor Manoel José Pedrosa, 1347, Jardim Nomura - Cotia – SP, CEP 06717-900.

³ Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Centro, Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900.

⁴ Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra – SP, CEP 06850-040.

⁵ Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco – SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 694/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004753/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapequerica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP, 06310-030.

² Avenida Professor Manoel José Pedroso, 1347, Jardim Nomura - Cotia – SP, CEP 06717-900.

³ Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Centro, Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900.

⁴ Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapequerica da Serra – SP, CEP 06850-040.

⁵ Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco – SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 695/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP, 06310-030.

² Avenida Professor Manoel José Pedroso, 1347, Jardim Nomura - Cotia – SP, CEP 06717-900.

³ Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Centro, Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900.

⁴ Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra – SP, CEP 06850-040.

⁵ Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco – SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 696/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004756/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

¹ R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP, 06310-030.

² Avenida Professor Manoel José Pedrosa, 1347, Jardim Nomura - Cotia – SP, CEP 06717-900.

³ Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 – Centro, Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900.

⁴ Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra – SP, CEP 06850-040.

⁵ Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco – SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Termo de Conversão

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.043.000257/2020-83

Classe de origem:

Notícia de Fato

Classe de destino:

Procedimento Preparatório

Data prevista de finalização:

22/09/2020

Usuário:

RICARDO YASUO YOSHIDA

Data:

24/06/2020 14:35



Certidão nº 810/2020

PRM-OSC-SP-00005247/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedi a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 692 e 694/2020** (de etiquetas **PRM-OSC-SP-00004751/2020 e PRM-OSC-SP-00004753/2020, respectivamente**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



Digital

CDIP BRASÍLIA
01/07/2020
LOTE:

MPF
Ministério Público Federal



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

DESTINATÁRIO:

REFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA - Ao Sr.
refeito.

UA JOAQUIM DAS NEVES 205
JILA CALDAS
CARAPICUÍBA- SP
6310-030

AR154490526VR



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h
2ª ____/____/____ : ____h
3ª ____/____/____ : ____h

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

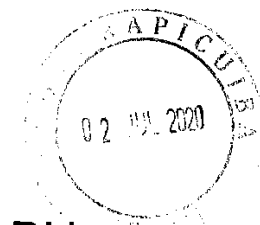
PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

SINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
FERNANDA CRISTINA

[Handwritten date] 06/07/20
[Handwritten ID number] 02842682

[Handwritten signature]



AVISO DE
RECEBIMENTO

Digital

CDIP BRASÍLIA
01/07/2020
LOTE:

MPF
Ministério Público Federal



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

DESTINATÁRIO:

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES - Ao Sr.
Prefeito
RUA ANDRÔNICO DOS PRAZERES GONÇALVES 114-114
CENTRO
EMBU DAS ARTES- SP
06803-900

AR154489987VR



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____ h
2ª ____/____/____ : ____ h
3ª ____/____/____ : ____ h

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Caroline de Oliveira Santos
matrícula: 12.559
Secretaria de Gestão de Pessoas e
Modernização Administrativa

DATA DE ENTREGA

02/07/2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

53.600.667-3



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Bombeiro



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: IC - 1.34.043.000257/2020-83

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

Grupo de Distribuição: Extrajudicial / Cível / Osasco

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular

Responsável: DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

Ofício Responsável: PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

Forma de Execução: Automática

Usuário: ELAINE CRISTINA SIMOES RIOBRANCO

Data: 09/07/2020 14:55:45



Certidão nº 846/2020

PRM-OSC-SP-00005425/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **695/2020** (de etiqueta **PRM-OSC-SP-00004754/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



Digital

CDIP BRASIL
01/07/2020
LOTE:

MPF
Ministério Público Federal



DESTINATÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA - Ao
Sr. Prefeito
AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER 1135
CENTRO
ITAPECERICA DA SERRA- SP
06850-040

AR154490591VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Lucilene Maria Silva
RG 24 586 148-8
protocolo

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA

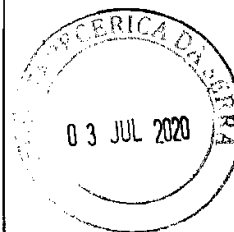
1ª ____/____/____ ____:____h
2ª ____/____/____ ____:____h
3ª ____/____/____ ____:____h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

245661488

05269244



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Osasco, 14 de julho de 2020.

Ofício SAJ/GS/MP N° 316/2020

Despacho/Ofício MPF n° 696/2020

Procedimento Preparatório n° 1.34.043.000257/2020-83

Exmo. Senhor Procurador da República,

Pelo presente, cumprimentando-o, e em atenção as referências em epígrafe, encaminho-lhe, em anexo, documentação e as informações prestadas Secretaria de Habitação e de Desenvolvimento Urbano - SEHDU, acerca das medidas adotadas para garantia das mínimas condições de dignidade à população em situação de rua.

Na oportunidade, apraz-me renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

Felipe Iascane Neto
Secretário Adjunto
Procurador do Município

Exmo. Sr. Procurador da República
Dr. Douglas Guilherme Fernandes
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco
Rua Padre Damaso, n° 294, 2ª Andar, CEP:06016-010 - Osasco/SP

GAB/SAJRita



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Papel para informação, rubricado sob folhas nº 08..

Do PA nº 9859/2020 de 22/07/2019 (a) Rosana

Ao

Departamento de Trabalho Social

Ref.: Autos nº 1.34.043.000257/2020 – 83 – Classe: Notícia de Fato

Representante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Representado: A apurar

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir a população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia de corona vírus.

Sra. Diretora

Segue o PA nº 9859/2020 para ciência e atendimento Ofício Ministerial de fl. 01, item 02, conforme solicitado fls. 07 de 08 de julho de 2020.

Osasco, 09 de julho de 2020.

Michel Conde
Secretário Adjunto de Habitação e Desenvolvimento Urbano

ENTRADA DE DOCUMENTO
DATA 10/07/20 HORARIO 10:15
Roschi

Lançado 10/07/2020
Roschi



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Departamento de Trabalho Social

Fl. N°	09	do	PA
N°	9859	2020	
Rúbrica			

Ao
Gabinete - SEHDU

Ref.: PA nº. 009859/2020 – Secretaria de Assuntos Jurídicos/SAJ – Ministério Público Federal – Quais as medidas adotadas para garantir à população localizada nas favelas e periferias condições mínimas de dignidade - Pandemia COVID-19

Considerando o solicitado na inicial, esta coordenação esclarece que a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, segue as medidas decretadas no município quanto a Pandemia do COVID-19, sendo uma delas a suspensão dos atendimentos presenciais ao público, contudo a Secretaria permanece o prosseguimento dos trabalhos, através de revezamento entre os funcionários, para atendimento aos munícipes via contato telefônico, mensagens eletrônicas, informes a representantes e lideranças locais, permanecendo como trabalhos essenciais, a remoção das famílias localizadas em áreas de risco, já notificadas pelo COMDEC através de Registros de Ocorrências (RO's), uma vez que é competência desta Pasta a inclusão dos beneficiários no Programa Bolsa Aluguel.

Como medida preventiva também foi estabelecida a renovação automática pelo período de 180 dias dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel, uma vez que as famílias compareciam mensalmente para a renovação dos benefícios.

Quanto a população em situação de rua, informamos que desde o início da Pandemia, esta Pasta em parceria com a Secretaria de Assistência Social/SAS, agilizaram os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel, uma vez que se faz necessária a liberação de vagas em tais equipamentos. Considerando que a população em situação de rua é atendida inicialmente pela Secretaria de Assistência, sendo encaminhados posteriormente a Secretaria de Habitação, somente a inclusão no Programa Bolsa Aluguel, sugerimos que tais informações sejam direcionadas a SAS, para resposta quanto aos questionamentos apresentados.

Informamos também que os casos de despejo, encaminhados a esta Pasta, oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com as despesas locatícias, são apreciados por esta coordenação e neste caso, o benefício está sendo concedido em caráter provisório.

Informamos que até a presente data, esta Pasta adotou as medidas acima mencionadas, não havendo planos de contingência específico para as favelas e periferias, visto que tais assentamentos recebem as mesmas tratativas das impostas ao restante dos bairros.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Departamento de Trabalho Social

Fl. Nº	10	do	PA
Nº	9859		2020
Rúbrica	[assinatura]		

Sugerimos que o presente expediente seja encaminhado à Secretaria de Assistência Social/SAS e COMDEC/Defesa Civil com vistas ao detalhamento dos planos adotados pelo município de Osasco.

Frente ao exposto, encaminhamos o presente a este Gabinete para conhecimento das informações prestadas e deliberações necessárias.

Osasco, 13 de julho de 2020.

CLEUSA APARECIDA DE JESUS
Diretora DTS/SEH DU



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Papel para informação, rubricado sob folhas nº 11.
Processo Administrativo nº 009859/2020 de 08/07/2020 (a) Rosana

À

Secretaria de Assuntos Jurídicos/Divisão Consultiva

Ref.: Autos nº 1.34.043.000257/2020 – 83 – Classe: Notícia de Fato

Representante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

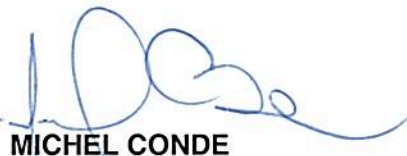
Representado: A apurar

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir a população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia de corona vírus.

Sr. Secretario

Segue o PA nº 008959/2020 com as informações prestadas pelo Departamento de Trabalho Social desta Secretaria, conforme folhas 09 e 10 para conhecimento e demais providencias que se fizerem necessárias.

Osasco, 13 de julho de 2020.


MICHEL CONDE

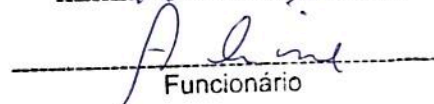
Secretário Adjunto de Habitação e Desenvolvimento Urbano



**GABINETE DO SECRETARIO
DE ASSUNTOS JURIDICOS**

13.07.2020

16h31


Funcionário



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00005400/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **14/07/2020 15:26:22**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 6BCFE81B.A993566D.7D0BB1E8.0F8A77BD



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1371/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005400/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de julho de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE
CARAPICUÍBA

Carapicuíba, 13 de Julho de 2020

Ofício nº 878/SAJ/2020

Ref.: Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

Processo Administrativo nº 17238/2020

Em atenção ao Despacho/Ofício nº 692/2020

Excelentíssimo Procurador Douglas Guilherme Fernandes,

Venho por meio deste, em atenção ao despacho/ofício em epígrafe, encaminhar as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do Memorando nº 1083/GESTÃO E VIGILÂNCIA/SASC/2020, conforme cópias que acompanham o presente.

Sem mais, para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Ricardo Martinelli de Paula
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

À

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP

Rua Padre Damaso, 294, CEP 06016-010, Centro, Osasco/SP

C.L.G./E.P.S.

Av. Santa Terezinha, 40, CEP 06310-010, Centro, Carapicuíba/SP – CNPJ/MF nº 44.892.693/0001-40 – Fone: 4164-2070

Assinado com login e senha por CAROLINE INGRID DE LIMA GREGÓRIO, em 14/07/2020 11:17. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A12E86A7.6696541A.66DFF3D0.ED223D84



Carapicuíba, 10 de julho de 2020.

Memorando nº 1083/GESTÃO E VIGILÂNCIA/SASC/2020

Assunto: Memo 124/SAG/Protocolo/2020 –

Ref. : Correspondência – procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Despacho/ Ofício nº 692/2020 – Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004751/2020

Ao

Ilustríssimo Secretário Ricardo Martinelli de Paula
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

7543
10107120
Jesley Guedes de Moura
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 49039

Cumprimentando-o cordialmente, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, vimos informar que este Município realizou medidas de prevenção ao coronavírus, no que se refere ao atendimento a população em situação de rua através da otimização dos serviços oferecidos no Centro POP, com o fornecimento diário (segunda à domingo) de refeições com parceria do Bom Prato e com o fornecimento de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, dentre outras ações para evitar aglomerações.

Para a população em situação de rua também ofertamos locais para higienização das mãos no calçadão, que também é utilizado para a população em geral.

Quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite com o governo Federal referente ao repasse emergencial previsto na Portaria MC 369, de 29 de abril de 2020 para cofinanciamento das ações socioassistenciais para implantação de unidade para atendimento de pessoas em situação de rua, em situação de imigração, desabrigados, mediante alojamento provisório, com condições adequadas de alojamento e isolamento.

Outrossim estamos em processo de licitação para a implantação do serviço de alojamento provisório. No demais, informamos que os serviços de CRAS e CREAS estão realizando atendimento, com as medidas necessárias para prevenção de contágio. A Secretaria de Assistência Social realizou diversas ações nas áreas livres/favelas, através

Gustavo Luciano da Silva
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 49035
13/07/2020



da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Sem mais para o momento, apresento a Vossa Senhoria, protesto de elevada estima e consideração.

Simone Fernandes Teixeira Silva

Secretária



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1372/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005382/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de julho de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Osasco, 13 de julho de 2020.


Ofício SAJ/GS/MP Nº 311/2020

Ref.: Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Exmo. Senhor Procurador da República,

Pelo presente, cumprimentando-o, e em atenção as referências em epígrafe, encaminho-lhe, em anexo, manifestação da Secretaria Assistência Social, acerca do Plano de Contingência para as Pessoas em Situação de Rua.

Na oportunidade, aprez-me renovar votos de elevada estima e distinta consideração.



Felipe Lascane Neto
Secretário Adjunto
Procurador do Município

Exmo. Senhor Douglas Guilherme Fernandes
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

Processo nº 9856/2020

À Secretaria de Assuntos Jurídicos
A/C: Sr. Felipe Lascane Neto
Procurador do Município

1 – Em resposta ao solicitado em fls. N°07 deste P.A., encaminhamos anexo o Plano de Contingência para as Pessoas em Situação de Rua, elaborado por esta Secretaria para atendimento deste público.

2 – Cabe informar que todas ações previstas no Plano já foram implantadas.

Osasco, 10 de Julho de 2020

Danielle S. Bueno

Diretora de Proteção Social Especial

GABINETE DO SECRETÁRIO
DE ASSUNTOS JURÍDICOS

13 / 07 / 2020

13 h 50

Funcionário

SAJ - EXPEDIENTE
13 07 2020
13 h 34
 Funcionário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

CONSIDERANDO a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo Coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 12.392, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no município de Osasco e definiu outras medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 12.399, de 23 de março de 2020, que decretou a medida de quarentena no Município de Osasco, no contexto da pandemia da COVID -19, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 12.425, de 02 de abril de 2020, que decretou situação de Calamidade Pública no Município de Osasco, em razão da pandemia decorrente do Coronavírus;

Considerando a Portaria nº 54 da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, em 01 de abril de 2020, que propõe recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS;

CONSIDERANDO que vários países já reconheceram a condição de extrema vulnerabilidade da população em situação de rua frente ao quadro da pandemia COVID-19 e a necessidade de implantação de medidas concretas voltadas aos cuidados e à atenção a essas pessoas, que por viverem em situação de rua estão mais expostas do que as demais, por não terem um teto para se abrigar, nem disporem de condições adequadas para se isolar, além de não disporem de acesso a água potável para



P R E F E I T U R A D O M U N I C Í P I O D E O S A S C O

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

beber e para se higienizar, bem como, vulnerando também seu direito à alimentação adequada e continuada;

Foi elaborado o plano de contingência considerando a necessidade de implantação de medidas concretas voltadas aos cuidados das pessoas em situação de rua, expostas a diversas condições que aumentam a vulnerabilidade e expõem riscos à sua saúde. Tratam-se de ações já realizadas pela Gestão Pública Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE**

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS
Prevenção ao Contágio, Garantia de Acesso à saúde, Garantia de Segurança Alimentar, Garantia de Segurança do Desenvolvimento da Autonomia Individual e Garantia de Acolhida.	Priorização de atendimento nos serviços de acolhimento para as pessoas integrantes do grupo de risco; e separação em quartos exclusivos para este grupo.	Supervisão Técnica e Equipe de funcionários da unidade
	Os Serviços de Acolhimento do Rochdale que funcionam com vagas pernoite passará a operar apenas com vagas fixas, evitando as saídas da unidade. O serviço atende 110 (cento e dez) pessoas sendo uma unidade masculina e outra para mulheres e famílias, ambas operam com a quantidade máxima de 04 (quatro) pessoas por dormitório;	Supervisão Técnica e Equipe funcionários da unidade
	O Serviço de Acolhimento Central trabalhará com a capacidade de 28 (vinte e oito) pessoas, passando a operar apenas com vagas fixas para possibilitar o distanciamento social.	Supervisão Técnica e Equipe funcionários da unidade
	Inauguração da Unidade de Isolamento Social para Pessoas em Situação de Rua com sintomas leves de COVID 19. Situada na Avenida Dyonisia Alves Barreto nº 399/355, com uma equipe multiprofissional formada por educador social, cuidador, psicólogo e gestor	Gestão SAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

Prevenção ao Contágio, Garantia de Acesso à saúde, Garantia de Segurança Alimentar, Garantia de Segurança do Desenvolvimento da Autonomia Individual e Garantia de Acolhida.	administrativo; sendo que todos passaram por capacitação com uma profissional da Secretaria de Saúde sobre utilização de EPI'S, medidas para prevenção de contágio e higienização adequada do espaço físico.	
	Realização de visitas pela equipe do Consultório na Rua na Unidade de Isolamento Social 2x na semana para monitorar as condições de saúde dos usuários do serviço.	Gestão SAS, Supervisão Técnica SAS e Secretaria de Saúde
	Contratação emergencial de 50 (cinquenta) vagas em hotel na região central para atendimento de pessoas em situação de rua encaminhadas pelos Serviços de Acolhimento, visando a ampliação de vagas e proporcionando a realização do distanciamento social pelo público de maior vulnerabilidade.	Gestão SAS / IBIS HOTEL
	Disponibilização de álcool em gel em todos os serviços que atendem a população em situação de rua e higienização obrigatória das mãos na entrada dos serviços e durante sua convivência no espaço.	Gestão SAS e Equipe de Funcionários da Unidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

Prevenção ao Contágio, Garantia de Acesso à saúde, Garantia de Segurança Alimentar, Garantia de Segurança do Desenvolvimento da Autonomia Individual e Garantia de Acolhida.	Adoção de medidas de higiene e assepsia, mantendo os espaços limpos e ventilados. Assegurar materiais de limpeza e higiene necessários.	Gestão SAS e Equipe de Funcionários da Unidade
	Disponibilização de máscaras a funcionários e acolhidos, orientando quanto a importância do uso.	Gestão SAS e Equipe de Funcionários das Unidades
	Distanciamento das beliches e camas, mantendo no mínimo 1,5 (um metro e meio) de distância entre elas	Equipe de Funcionários das Unidades
	Publicizar aos usuários as Regras de Convivência dentro do ambiente institucional para prevenção de contágio.	Supervisão Técnica e Equipe funcionários da unidade
	Garantia da continuidade do atendimento no Centro Pop, com horário diferenciado e entrada em pequenos grupos para evitar aglomerações. Também no local serão mantidos plantões diários de atendimento com psicólogo e assistente social.	Equipe de Funcionários da Unidade
	Realização de orientação aos usuários sobre formas de prevenção de contágio.	Supervisão Técnica SAS e Secretaria de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

Prevenção ao Contágio, Garantia de Acesso à saúde, Garantia de Segurança Alimentar, Garantia de Segurança do Desenvolvimento da Autonomia Individual e Garantia de Acolhida.	Substituição de pratos e talheres por materiais descartáveis em todas as unidades que atendem a pop rua.	(Consultório na Rua).
	Disponibilização de Bolsa Aluguel para pessoas em situação de rua em acompanhamento nos Serviços de Acolhimento que estiverem dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa.	Gestão SAS
	Serão suspensas as ações de retirada de pertences das pessoas que se encontram em situação de rua pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano.	SAS e Secretaria de Habitação
	Realização de aproximações nos pontos com maior aglomeração realizando orientações sobre o COVID 19 e sobre os serviços disponibilizados na cidade.	SAS e Secretaria de Segurança e Controle Urbano
		Equipe de Abordagem Social



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE**

OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS
Suporte aos trabalhadores	Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual.	Gestão SAS
	Realização de rodízio entre profissionais para realização de trabalho remoto nos locais onde a característica do trabalho permite.	Gestão SAS
	Capacitação com profissional da área de saúde sobre a higienização adequada dos espaços durante a pandemia do COVID, direcionada à equipe de limpeza e gestores.	Gestão SAS, Secretaria de Saúde



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1373/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005376/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de julho de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Certidão nº 859/2020
PRM-OSC-SP-00005484/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **Ofício nº SAJ nº150/2020 - SO**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005344/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Itapeccerica da Serra**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 695/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 16/07/2020 14:50. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave DA701F91.C832E467.63B0C201.038A4060



**Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra
Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 10 de Julho de 2020.

Ofício SAJ nº 150/2020 – SO

Ref.: Despacho/Ofício nº 695/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Osasco/SP

Ilustríssimo Procurador da República,

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, em consonância ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP e dos Autos supramencionados, pelo qual solicita as informações de quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo vírus COVID-19, conforme ofício ministerial, neste esteio, há de se ressaltarmos que a Municipalidade providenciou a análise técnica e manifestação através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, nos termos materializados na Informação nº 1128/2020 - SDSRT anexa.

Nessa vereda, encaminhamos o esclarecimento da Secretaria Municipal para vosso conhecimento.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Silney Yoshimitsu Ono
Procurador do Município
OAB/SP 272.758

Simone Maia Maselli
Procuradora Chefe do Município

Ao
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco/SP
Dr. Douglas Guilherme Fernandes
Procurador da República
Rua Padre Damaso, nº 294 – 2º andar
Centro - Osasco/SP - CEP: 06016-010

19- Silveira
Para providências
Simone Maria Maschio
Procuradora-Chefe
OAB 147.222
06.09.20



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– Classe: Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº 695/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400

1

P.M.I.S. Depto SAI
03/07/2020 às 15hs.30
Visto Eduardo
Origem _____

Assinado com certificado digital por DOUGLAS GUILHERME FERNANDES, em 23/06/2020 16:20. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4054E9C6.BF4E2703.3DA3758F.7761C5CE

Assinado com login e senha por SILNEY YOSHIMITSU ONO, em 13/07/2020 13:11. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3803192A.3AACD7F3.E2E2E2BF.0E31C209



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º Ofício

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticionamento.mpf.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

- 1 R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba - SP, 06310-030.
2 Avenida Professor Manoel José Pedroso, 1347, Jardim Nomura - Cotia - SP, CEP 06717-900.
3 Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 - Centro, Embu das Artes - SP, CEP: 06803-900.
4 Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra - SP, CEP 06850-040.
5 Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco - SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP - FONE: (11) 2107-6400



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 06 de Julho de 2020.

Informação SAJ nº 355/2020 – SO

À SDSRT,

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

Ref.: Despacho/Ofício nº 695/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

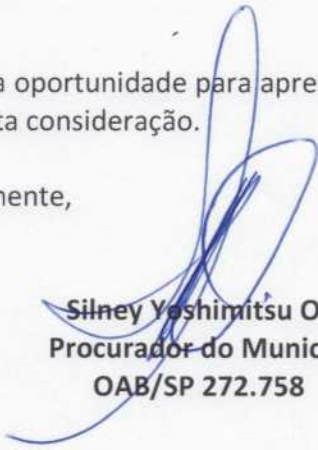
Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Osasco/SP

Em consonância ao presente expediente, é sobremodo importante assinalar, em atenção ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Osasco/SP e dos Autos supramencionado, pelo qual solicita as informações de quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo Coronavírus, conforme ofício ministerial, neste esteio, remeto para esta respeitada Secretaria, com a urgência que o caso requer, com a finalidade no conhecimento e manifestação técnica, de forma pormenorizada, bem como demais informações pertinentes.

Nessa vereda, favor providenciar o esclarecimento da análise no prazo de 03 (três) dias, haja vista a necessidade na elaboração de resposta ao Ministério Público Federal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria, protesto da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Silney Yoshimitsu Ono
Procurador do Município
OAB/SP 272.758



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

Informação: 1128/2020- SDSRT

Itapequerica da Serra, 08 de Julho de 2020.

À

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SAJ.

Att.: Procurador Municipal – Dr. Silney Yoshimitsu Ono

Referência: Informação SAJ- 355/2020- SO

Ref: Despacho/ofício nº 695/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Ministério Público Federal- Procuradoria da República em Osasco/SP

Em resposta a solicitação ,vimos informar que em consonância com as diretrizes Estaduais e Municipais,em função do período que estamos vivendo de pandemia pelo COVID-19, foram reorganizados os fluxos de atendimento dos serviços da Assistência Social nos CRASs (Centros de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), a saber:

Todos os atendimentos coletivos estão suspensos, sendo estes os SCFV(Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), grupos de PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) e PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos), Serviços de Medidas Socioeducativas, visitas domiciliares. As visitas domiciliares executadas pelo CREAS somente em situação de urgência que justifiquem o deslocamento da equipe técnica.

Toda demanda está sendo atendida através de contato telefônico de forma a manter os munícipes informados e orientados conforme necessário.

Os atendimentos presenciais foram mantidos aqueles de extrema urgência ou que visam risco, estes são atendidos de imediato conforme a gravidade da situação ou agendados visando garantir as medidas de prevenção relativas ao COVID 19.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Na Proteção Social Básica (CRAS), foram realizadas ações como: entrega de cestas básicas e kits de higiene, afim de oferecer suporte e segurança alimentar aos munícipes atendidos, salientamos que tanto a entrega das cestas básicas, quanto dos kits de higiene foram realizadas em domicílio, com intuito de evitarmos deslocamento e aglomeração nos serviços.

Em relação a população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada.

São adotados os seguintes procedimentos:

Acesso individual ao espaço,

Orientação diária sobre medidas de prevenção relativas ao COVID 19;

Higienização das mãos;

Entrega de itens de higiene para o banho;

Oferta de vestuário;

Oferta de kits lanches e água mineral;

Encaminhamentos a saúde e demais setores;

Encaminhamento e suporte técnico para acesso aos benefícios sociais; Como por exemplo auxílio emergencial.

Como outras medidas relacionadas a População em situação de rua, atendendo a recomendação 01 DPGU/SGAI DPGU/GTR DPGU, foi aberto edital de chamamento público, para serviço de acolhimento provisório a pessoa em situação de rua, contudo não obtivemos êxito uma vez que nenhuma, OSC(Organização da Sociedade Civil), manifestou interesse em assumir o serviço. Desta forma como medida de proteção a esta população o Município irá contratar o serviço de alojamento provisório a pessoa em situação de rua , oferecendo acolhida e refeição. De forma a garantir a satisfação das necessidades básicas do ser humano, seja alimentação e local adequado para dormir.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho


E-mail: sdsrt@itapepecerica.sp.gov.br

Informamos que nos atendimentos temos seguido todas as orientações de prevenção ao COVID 19, bem como em todos os serviços, onde estão sendo oferecidos aos atendidos, álcool gel, máscara, possibilidade de higienização das mãos, mantendo o distanciamento necessário, evitando aglomerações.

Ressaltamos ainda , que para os atendidos população em situação de rua e servidores que atuam diretamente com a demanda, em articulação com a rede socioassistencial Saúde, serão realizados testes rápido para COVID 19 e vacinação da H1N1.

Os atendidos nos CRAS, estes estão sendo orientados e conforme identificado necessidade pela equipe técnica, são encaminhados aos serviços da saúde.

Atenciosamente,


Lucimara Silva de Jesus Vaders.

Supervisão Técnica - Proteção Social Especial.

Serviços de Alta e Média Complexidade.

P.M.I.S. Depto SAJ
09/07/2020 às 11:15 hs.
Visto Grullia
Origem _____



**Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra
Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 10 de Julho de 2020.

Ofício SAJ nº 150/2020 – SO

Ref.: Despacho/Ofício nº 695/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Osasco/SP

Ilustríssimo Procurador da República,

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, em consonância ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP e dos Autos supramencionados, pelo qual solicita as informações de quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo vírus COVID-19, conforme ofício ministerial, neste esteio, há de se ressaltarmos que a Municipalidade providenciou a análise técnica e manifestação através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, nos termos materializados na Informação nº 1128/2020 - SDSRT anexa.

Nessa vereda, encaminhamos o esclarecimento da Secretaria Municipal para vosso conhecimento.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Silney Yoshimitsu Ono
Procurador do Município
OAB/SP 272.758

Simone Maia Maselli
Procuradora Chefe do Município

Ao
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco/SP
Dr. Douglas Guilherme Fernandes
Procurador da República
Rua Padre Damaso, nº 294 – 2º andar
Centro - Osasco/SP - CEP: 06016-010

19- Silvy
Pare poréns
Simone Maria Maschio
Procuradora-Chefe
OAB 147.222
06.09.20



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– Classe: Notícia de Fato
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº 695/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Cuida-se de Notícia de Fato autuada a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Por entender que a questão não ensejaria a autuação do Ministério Público Federal, promovi o declínio de atribuição do caso em favor do Ministério Público de São Paulo, o qual, entretanto, não foi homologado.

Assim, determino a adoção das seguintes providências:

1. A conversão desta NF em PP;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400

1

P.M.I.S. Depto SAI
03/07/2020 às 15hs.30
Visto Eduardo
Origem _____

Assinado com certificado digital por DOUGLAS GUILHERME FERNANDES, em 23/06/2020 16:20. Para verificar a autenticidade acesse
http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao_documento. Chave 4054E9C6.BF4E2703.3DA3758F.7761C5CE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º Ofício

2. A expedição de ofício aos Municípios de Carapicuíba¹; Município de Cotia²; Município de Embu das Artes³; Município de Itapeverica da Serra⁴ e Município de Osasco⁵, solicitando que informem quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo coronavírus.

Prazo para a resposta: 05 (cinco) dias úteis.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

- 1 R. Joaquim das Neves, 205 - Vila Caldas, Carapicuíba - SP, 06310-030.
2 Avenida Professor Manoel José Pedroso, 1347, Jardim Nomura - Cotia - SP, CEP 06717-900.
3 Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 - Centro, Embu das Artes - SP, CEP: 06803-900.
4 Av. Eduardo Roberto Daher, 1135, Centro, Itapeverica da Serra - SP, CEP 06850-040.
5 Avenida Bussocaba, 300, Centro, Osasco - SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP - FONE: (11) 2107-6400



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapeçerica da Serra, 06 de Julho de 2020.

Informação SAJ nº 355/2020 – SO

À SDSRT,

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

Ref.: Despacho/Ofício nº 695/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

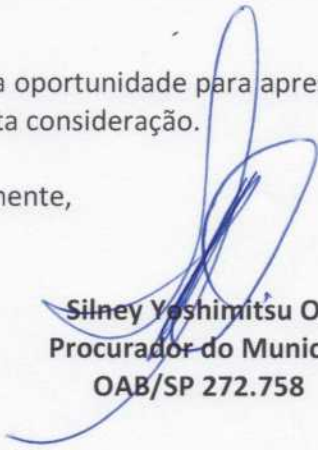
Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Osasco/SP

Em consonância ao presente expediente, é sobremodo importante assinalar, em atenção ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Osasco/SP e dos Autos supramencionado, pelo qual solicita as informações de quais providências estão sendo adotadas para garantir à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia provocada pelo Coronavírus, conforme ofício ministerial, neste esteio, remeto para esta respeitada Secretaria, com a urgência que o caso requer, com a finalidade no conhecimento e manifestação técnica, de forma pormenorizada, bem como demais informações pertinentes.

Nessa vereda, favor providenciar o esclarecimento da análise no prazo de 03 (três) dias, haja vista a necessidade na elaboração de resposta ao Ministério Público Federal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria, protesto da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Silney Yoshimitsu Ono
Procurador do Município
OAB/SP 272.758



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapepecerica.sp.gov.br

Informação: 1128/2020- SDSRT

Itapepecerica da Serra, 08 de Julho de 2020.

À

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SAJ.

Att.: Procurador Municipal – Dr. Silney Yoshimitsu Ono

Referência: Informação SAJ- 355/2020- SO

Ref: Despacho/ofício nº 695/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00004754/2020

Ministério Público Federal- Procuradoria da República em Osasco/SP

Em resposta a solicitação ,vimos informar que em consonância com as diretrizes Estaduais e Municipais,em função do período que estamos vivendo de pandemia pelo COVID-19, foram reorganizados os fluxos de atendimento dos serviços da Assistência Social nos CRASs (Centros de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), a saber:

Todos os atendimentos coletivos estão suspensos, sendo estes os SCFV(Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), grupos de PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) e PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos), Serviços de Medidas Socioeducativas, visitas domiciliares. As visitas domiciliares executadas pelo CREAS somente em situação de urgência que justifiquem o deslocamento da equipe técnica.

Toda demanda está sendo atendida através de contato telefônico de forma a manter os munícipes informados e orientados conforme necessário.

Os atendimentos presenciais foram mantidos aqueles de extrema urgência ou que visam risco, estes são atendidos de imediato conforme a gravidade da situação ou agendados visando garantir as medidas de prevenção relativas ao COVID 19.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Na Proteção Social Básica (CRAS), foram realizadas ações como: entrega de cestas básicas e kits de higiene, afim de oferecer suporte e segurança alimentar aos munícipes atendidos, salientamos que tanto a entrega das cestas básicas, quanto dos kits de higiene foram realizadas em domicílio, com intuito de evitarmos deslocamento e aglomeração nos serviços.

Em relação a população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada.

São adotados os seguintes procedimentos:

Acesso individual ao espaço,

Orientação diária sobre medidas de prevenção relativas ao COVID 19;

Higienização das mãos;

Entrega de itens de higiene para o banho;

Oferta de vestuário;

Oferta de kits lanches e água mineral;

Encaminhamentos a saúde e demais setores;

Encaminhamento e suporte técnico para acesso aos benefícios sociais; Como por exemplo auxílio emergencial.

Como outras medidas relacionadas a População em situação de rua, atendendo a recomendação 01 DPGU/SGAI DPGU/GTR DPGU, foi aberto edital de chamamento público, para serviço de acolhimento provisório a pessoa em situação de rua, contudo não obtivemos êxito uma vez que nenhuma, OSC(Organização da Sociedade Civil), manifestou interesse em assumir o serviço. Desta forma como medida de proteção a esta população o Município irá contratar o serviço de alojamento provisório a pessoa em situação de rua , oferecendo acolhida e refeição. De forma a garantir a satisfação das necessidades básicas do ser humano, seja alimentação e local adequado para dormir.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Informamos que nos atendimentos temos seguido todas as orientações de prevenção ao COVID 19, bem como em todos os serviços, onde estão sendo oferecidos aos atendidos, álcool gel, máscara, possibilidade de higienização das mãos, mantendo o distanciamento necessário, evitando aglomerações.

Ressaltamos ainda , que para os atendidos população em situação de rua e servidores que atuam diretamente com a demanda, em articulação com a rede socioassistencial Saúde, serão realizados testes rápido para COVID 19 e vacinação da H1N1.

Os atendidos nos CRAS, estes estão sendo orientados e conforme identificado necessidade pela equipe técnica, são encaminhados aos serviços da saúde.

Atenciosamente,

Lucimara Silva de Jesus Vaders.

Supervisão Técnica - Proteção Social Especial.

Serviços de Alta e Média Complexidade.

P.M.I.S. Depto SAJ

09/07/2020 às 11:15 hs.

Visto Grullia

Origem _____



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1375/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005344/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de julho de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Certidão nº 860/2020
PRM-OSC-SP-00005486/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **Ofício SAJ/GS/MP nº 309/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005245/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Osasco**, em atenção ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 696/2020**.

Não foi feita a notificação à SAJ de Osasco, considerando-se que já foi feita a juntada de documentos em resposta ao ofício 696/2020 (documento de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005400/2020**).

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente

Alberto Carlos Gomes

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 16/07/2020 15:28. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 13DEA33A.3BC8FE5D.25F700E8.547C1BBC



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Osasco, 09 de junho de 2020.

Ofício SAJ/GS/MP nº 309/2020

Ref.: Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Exmo. Senhor Procurador da República,

Pelo presente, cumprimentando-o, e em atenção as referências em epígrafe, solicito dilação de prazo de 30 dias para atendimento do Ofício nº 696/2020, diante do enorme volume de ofícios que estão aportando diariamente na Prefeitura Municipal de Osasco.

Na oportunidade, apraz-me renovar votos de elevada estima e distinta consideração.



Felipe Lascane Neto
Secretário Adjunto
Procurador do Município

Exmo. Senhor Douglas Guilherme Fernandes
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00005245/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **09/07/2020 13:46:53**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 20FB5D6C.73A6D695.090359C1.997EE2C1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1342/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005245/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se.
2. Defiro a dilação por 15 dias. Comunique-se.

Osasco, 13 de julho de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Certidão nº 866/2020

PRM-OSC-SP-00005498/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **696/2020** (de etiqueta **PRM-OSC-SP-00004756/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



Digital

CDIP BRASÍLIA
01/07/2020
LOTE:

MPF
Ministério Público Federal



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

DESTINATÁRIO:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO - Ao Sr. Prefeito
AVENIDA BUSSOCABA 300
VILA CAMPESINA
OSASCO- SP
06023-020

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h
2ª ____/____/____ : ____h
3ª ____/____/____ : ____h

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

AR154490588VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Marcia F. Oliveira

02.07.20



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Rovermo



Certidão nº 877/2020
PRM-OSC-SP-00005594/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000359/2020-07

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **documento** de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005507/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Cotia**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 693/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 21/07/2020 18:52. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8A7F1CE2.71836177.72BB9872.26002C3D



PREFEITURA DE COTIA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA

ILMO. SENHOR DOUTOR PROCURADO DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURARIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO.

Notícia de Fato nº 1.34.043.000257/2020-83

MUNICÍPIO DE COTIA, por sua advogada municipal infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, requerer a juntada dos documentos e relatório elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em atendimento ao solicitado no Ofício nº 963/2020.

Nestes termos,
pede deferimento.

Cotia, 17 de julho de 2020.

AMANDA CAMARGO SANTOS
ADVOGADA MUNICIPAL
OAB/SP N.º 296.989



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OF/SDS/104/2020

Ref.: Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Cotia, 15 de julho de 2020.

Excelentíssimo Procurador,

Em atendimento a requisição contida no processo em referência, servimo-nos do presente para encaminhar o anexo relatório a fim de atender a requisição em conteúdo.

Sendo só que se apresenta para o momento, agradecemos a atenção e renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, firmando-nos.

Atenciosamente


LUÍS ROBERTO MASTROMAURO
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DR DLOUGAS GUILHERME FERNANDES
MD. PROCURADOR DA REPÚBLICA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
OSASCO - SP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Cotia, 15 de julho de 2020

AO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DR. LUÍS ROBERTO MASTROMAURO

Considerando a solicitação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão de informações com relação as ações realizadas e medidas adotadas por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cotia. Informamos que por meio das unidades de referência, precedentemente a situação de emergência causada pela pandemia do COVID-19, as famílias em situação de vulnerabilidade social já eram atendidas de forma continuada. Com a nova conjuntura estabelecida no país, a Secretaria de Desenvolvimento Social de Cotia tem ampliado a cada dia a oferta de atendimento, acesso a programas, serviços, bens e benefícios.

Em síntese, trabalhamos na ampliação de entrega de alimentos – Cestas básica; Kit de higiene e limpeza; entrega de alimentos prontos – Marmitas nos locais com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, sendo áreas de ocupação e regiões periféricas. De forma contínua também são entregues máscaras de proteção e recentemente, distribuição de cobertores com o início da estação mais fria.

Vale ressaltar que os atendimentos nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, mantém atendimento de segunda à sexta das 8:00 às 17:00 garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais por meio de Central de atendimento. Salientamos também que as solicitações de alimentos são realizadas por meio de Central Telefônica, minimizando o deslocamento das pessoas em diversas situações.

Com relação ao acesso à serviços de saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social por meio de seus profissionais, sempre que identifica tal demanda, encaminha a população aos diversos serviços existentes no município, inclusive ao Centro de Combate ao Covid – 19 criado próximo ao terminal rodoviário do município de Cotia, que mantém atendimento aos casos específicos decorrentes da Pandemia.

Por fim, compreendemos que por meio de algumas imagens das ações descritas acima, acreditamos contribuir na compreensão do panorama geral de atendimento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

desta Secretaria Municipal. Destarte, incluímos neste relato tais registros realizados ao longo dos meses.

Atenciosamente,

Raquel Santos de Jesus
Raquel Santos de Jesus

Coordenadora Técnica da SDS





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



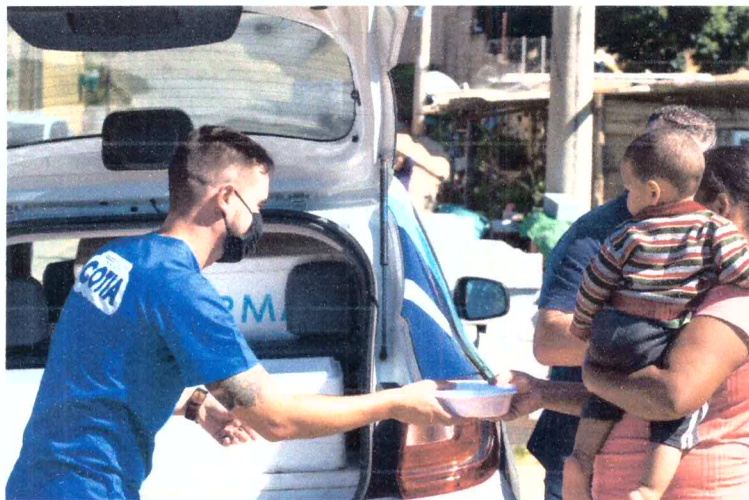


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



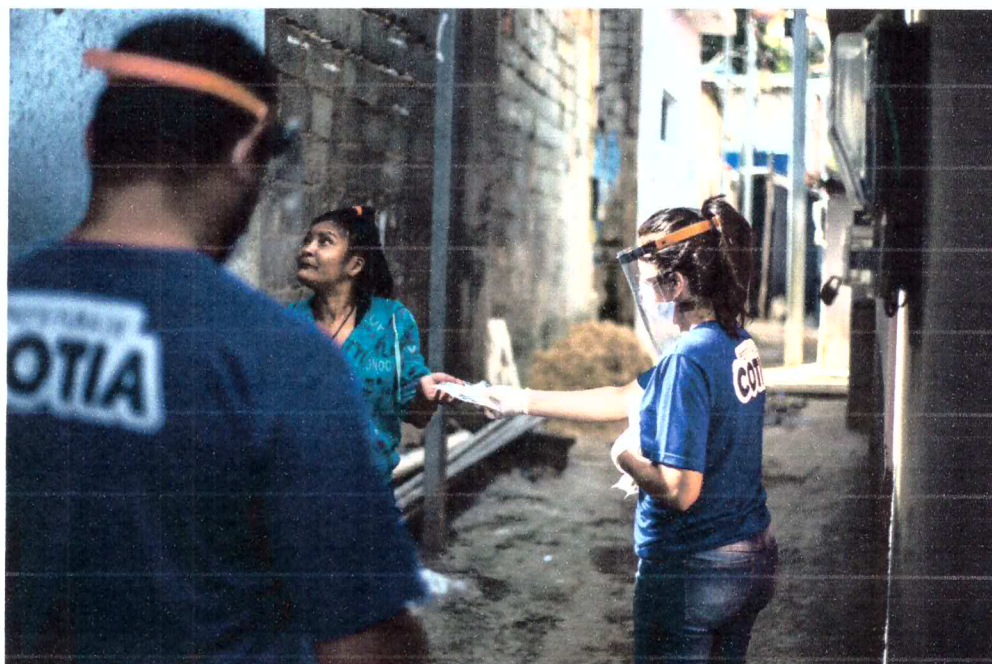
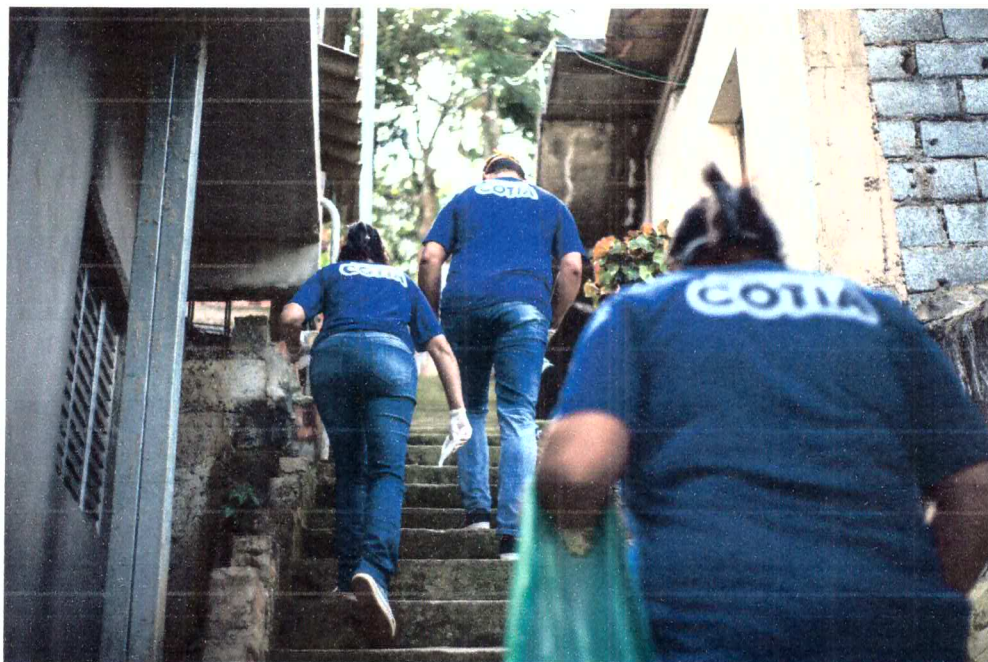


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



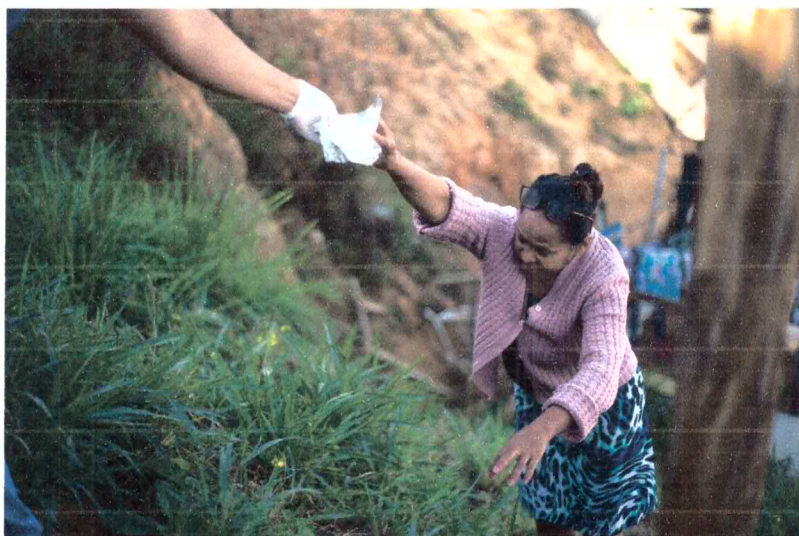


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



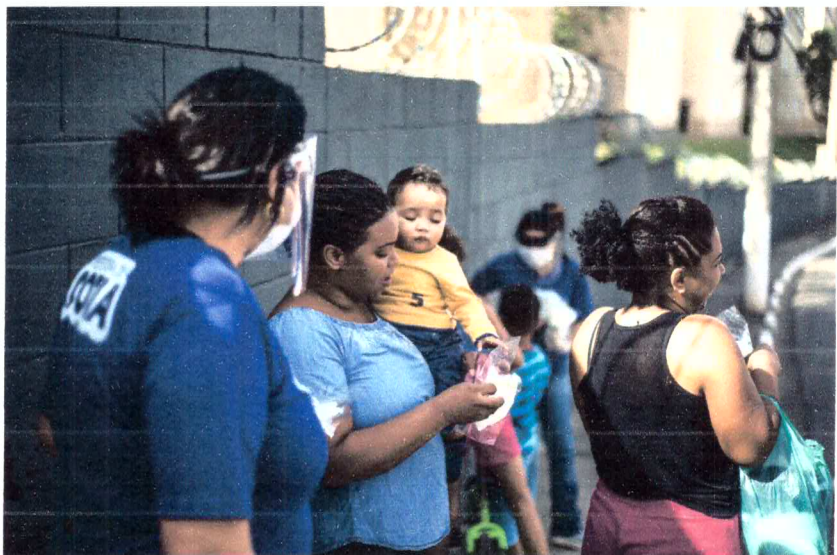


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

M.D DR. LUIS ROBERTO MASTROMAURO

Conforme solicitado por vossa senhoria, seguem as medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua estruturas e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde.

Por oportuno, informamos que na data de 25 (vinte e cinco) de março de 2020 foi instituído o Grupo de elaboração de estratégias para atendimento à População em Situação de Rua no Município de Cotia para elaborar o Plano de Contingência Emergencial Para o Enfrentamento ao Covid-19 – Pessoas em Situação de Rua (anexo). Destacamos que a partir de tal plano foram executadas ações concretas como o aluguel de 10 (dez) piaś móveis, instaladas em pontos estratégicos da cidade (praças, vias de grande circulação e locais próximo a concentração de pessoas em situação de rua). Cabe ressaltar que a ação supracitada tende alcançar o cidadão em situação de rua que se recusa a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber o Centro Dia para Pessoas em situação de rua, Acolhimento Institucional na Modalidade Pernoite, Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e outros, como o Centro de Atendimento Psico Social Álcool e Droga – CAPS AD.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

Estado de São Paulo

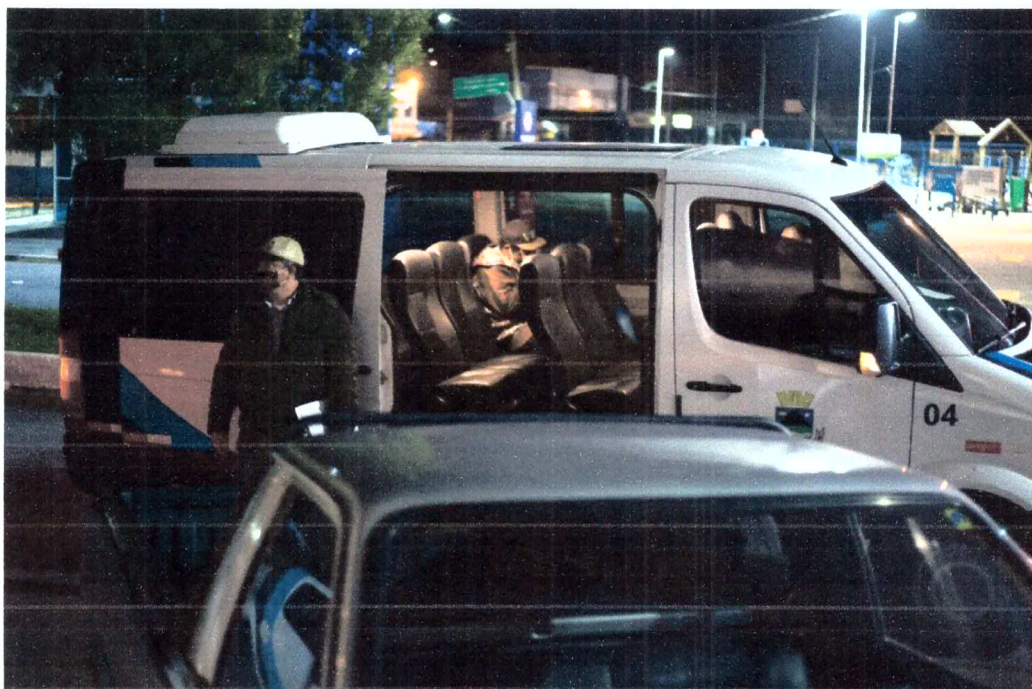
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Em continuidade, para garantir o atendimento digno para a população em situação de rua no município de cotia, aditamos vagas nos serviços de Centro dia para pessoas em situação de rua, passando de 40 (quarenta) vagas para 50 (cinquenta) vagas. Salientamos que o serviço citado contempla seus usuários com café da manhã, almoço e café da tarde. Além disso, é oferecido espaço para o banho e lavagem de roupas, garantindo ao cidadão acesso a higiene básica. O serviço oferece atendimento com assistente social, psicólogo, bem como enfermeiros e médicos.

Para complementar as ações expostas, relatamos que foi aditado 10 (dez) vagas no serviço de Acolhimento na Modalidade Pernoite, passando de 30 (trinta) vagas para 50 (cinquenta) vagas. Informamos ainda que neste serviço são oferecidos atendimentos com assistente social, psicólogo, enfermeiros e médicos. Além disso, é ofertado jantar, bem como espaço para a higienização e espaço adequado para o repouso.

Outrossim, esclarecemos que o atendimento ofertado nos equipamentos do Centro Dia para pessoas em situação de rua e Acolhimento na Modalidade Pernoite não obsta o encaminhamento da pessoa atendida para outros serviços da rede municipal que se julgar necessário.

Além das ações relatadas, contamos com duas equipes de abordagens noturnas que tem por intuito o atendimento à população em situação de rua em seu espaço de referência, oferecendo os atendimentos básicos necessários e o encaminhamento para o Acolhimento na modalidade Pernoite, inclusive ofertando o transporte. Além disso, são entregues kit-higiene para todos os atendidos.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Sendo só que se apresenta para o momento, renovo meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

Cotia, 15 de julho de 2020.

Adriano Pires de Oliveira
Gestor de Parcerias



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1381/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005507/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 17 de julho de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Prefeitura do Município de Embu das Artes
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Embu das Artes, 20 de julho de 2020.

Ofício nº 202/2020 – MPF – asm

Ofício nº 694/2020

Ref. Classe: Notícia de Fato nº 1.34.043.000257/2020-83

Ao

Ministério Público Federal do Estado de São Paulo

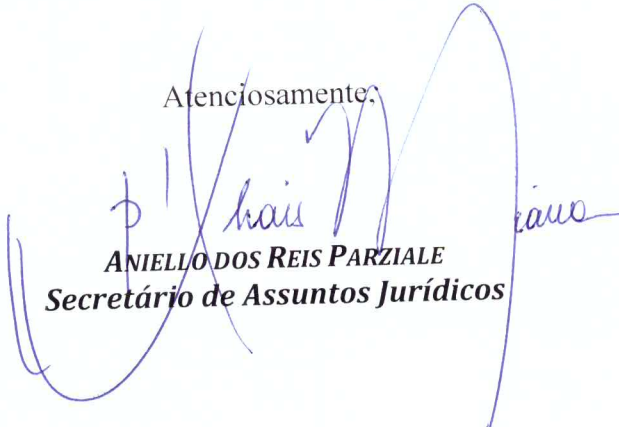
Procuradoria da República no Município de Osasco/SP

Excelentíssimo Procurador da República Douglas Guilherme Fernandes,

Em resposta ao Ofício 694/2020, encaminho a Vossa Excelência relatório anexo, elaborado pelas Secretarias de Desenvolvimento Social e Saúde, a qual fornece as informações requeridas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


ANIELLO DOS REIS PARZIALE
Secretário de Assuntos Jurídicos

Embu das Artes, 16 de julho de 2020.

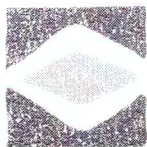
MI nº 14/2020 - Centro POP
Ref.: MI nº 367/2020 – MP – asm
Notícia de Fato nº 1.34.043.00257/2020-83

A Sra. Eliane Gonçalves do Amaral
Chefe de Relações Interinstitucionais
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Em resposta ao solicitado nos documentos de referência e, apenas no que diz respeito à população em situação de rua, informamos que foram adotadas as seguintes providências para garantir a esse público a estrutura e condições mínimas para realização de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde durante a pandemia de Covid 19:

- 1) O Município conta com um Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de rua, localizado na Avenida Esco, 607 Jardim Magali, que entre os serviços oferecidos, oferta alimentação e disponibiliza espaço para realização de higiene pessoal e de roupas, com estrutura de sanitários, banheiros, tanques e máquinas de lavar e secar roupas, além do fornecimento gratuito de todo material necessário: Sabão, sabonete, toalha, água sanitária, amaciante de roupas, escova e creme dental, entre outros;
- 2) Dispõe ainda do Abrigo Institucional para população em situação de rua, localizado na Avenida Esco, 607, 2º andar; com capacidade para receber 30 pessoas, sendo 26 do sexo masculino e 04 do sexo feminino. O equipamento opera 24 horas, 07 dias por semana e oferece condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; na presente data, mais de 30% das vagas se encontram disponíveis;

- 3) O Município também mantém um Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), vinculado ao CREAS -- Centro de Referência Especializado de Assistência Social que, durante o período de pandemia atua 07 dias por semana, das 08:00 as 17:00 horas e eventualmente fora desse horário, quando em atendimento a denúncias. As equipes de abordagem social identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados, mas sem imposição, respeitando as escolhas individuais e tentando o estabelecimento de vínculo de confiança para futuro encaminhamento aos serviços daqueles que de início recusam a oferta dos serviços;
- 4) Em razão da pandemia de Covid 19, foi disponibilizado mais um espaço provisório para realização de higiene e orientação, durante o período diurno, localizado na Rua Jose de Alencar, 61 Jardim Maranhão. O serviço será oportunamente transferido para empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo Covid 19, e ampliará o atendimento para o período noturno;
- 5) Salientamos que todos esses serviços estabeleceram protocolos de prevenção, baseados na Resolução SEDS nº 07 de 17 de março de 2020 e na Orientação Técnica nº 02 CAS/SEDS sobre adoção de medidas de caráter temporário e emergencial de prevenção de contágio pelo Covid 19 para os serviços socioassistenciais voltados a população em situação de rua, envolvendo ações como orientação quanto à correta higienização das mãos, instalação de pias para higienização na entrada dos equipamentos, intensificação da higienização do espaço, monitoramento constante de sintomas de infecção em trabalhadores e usuários, disponibilização de EPI's, entre outras;



Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

- 6) O Acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório na Rua, lotada na Secretaria de Saúde, que auxilia nos encaminhamentos, agendamento de consultas, fornecimento de insumos e outras ações. A equipe também forneceu as pessoas em situação de rua, Kit contendo sabonete, álcool em gel, duas mascaras de proteção, creme e escova dental.
- 7) A população em situação de rua esta sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do beneficio emergencial previsto na Lei nº 13.982/2020;
- 8) A população em situação de rua, também foi contemplada com o fornecimento de uma cesta básica, por meio do programa Alimento Solidário, do Governo do Estado de São Paulo, entregues pelo Centro Pop entre os dias 04 e 29 de junho de 2020. Foram distribuídas 53 cestas a pessoas nestas condições.

Sendo o que temos a informar, nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento e reiteramos nossos protestos de estima e consideração!

Atenciosamente,

Alessandro Chiva de Lima
Cologo
CPF: 06176832

Alessandro Chiva de Lima

**Coordenador do Centro POP e Abrigo Institucional
para População em Situação de Rua**

MI 212/2020 - SMSEA

Embu das Artes, 17 de julho de 2020

À Senhora
Eliane Gonçalves do Amaral
Chefe de Relações Interinstitucionais
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Em resposta ao MI nº 378/2020 ref. Ofício nº 694/2020 Ref. A Notícia de Fato nº 1.34.043.00257/2020-83, informamos que o Município vem tomando medidas de orientação e prevenção à contaminação por COVID a sua população em situação de risco e vulnerabilidade. As Unidades Básicas de Saúde vem fazendo o acompanhamento dos pacientes suspeitos ou confirmados para COVID-19, vem fazendo ações de orientação à população e distribuição de máscaras e kits de higiene pessoal para a população em maior risco e vulnerabilidade. No que se refere aos moradores de rua, a equipe de Consultório na Rua da Secretaria de Saúde vem acompanhando os usuários do serviço, fazendo monitoramento clínico dos mesmos e distribuição de kits de higiene pessoal, assim como a relação com as unidades de saúde caso haja necessidade de atendimento em um desses locais.


Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

SECRETARIA DE ASSUNTOS
JURÍDICOS
RECEBIDO EM

17/07/20

ASS.


Raul Silveira Bueno Júnior
Secretário Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Embu das Artes



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1486/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00005846/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 5 de agosto de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Certidão nº 939/2020
PRM-OSC-SP-00005932/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedi a juntada aos autos em epígrafe, em fls. anteriores, do **Ofício nº 202/2020-MPF-asm** de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005846/2020** encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos de Embu das Artes**, em resposta ao ofício **694/2020**.

CONCLUSÃO

Torno os autos conclusos ao Exmo Dr Douglas Guilherme Fernandes,
Procurador da República em Osasco/SP.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 06/08/2020 16:50. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave F3404421.8D38BFBC.1B12D912.B35F5F1C



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Procedimento Preparatório
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº

Cuida-se de procedimento preparatório autuado a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Desse modo, o *Parquet* expediu ofício para as Prefeituras dos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Cotia requisitando informações sobre as medidas adotadas para proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Em resposta, o Município de **Osasco** informou, através da Secretaria

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que: (i) suspendeu os atendimentos presenciais ao público durante a pandemia, mas presta orientações via contato telefônico, mensagens eletrônicas e informes a representantes e lideranças locais; (ii) realiza trabalho de remoção das famílias localizadas em área de risco e a inclusão destas no Programa Bolsa Aluguel; (iii) determinou a renovação automática dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel pelo período de 180 dias, evitando o comparecimento mensal para tanto, e a concessão provisória do benefício para os casos de despejo oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com despesas locatícias; (iv) quanto à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SAS, agilizou os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel; (v) não há planos de contingência específicos para as favelas e periferias, pois tais assentamentos recebem as mesmas tratativas impostas ao restante dos bairros; e (vi) elaborou plano de contingência para as pessoas em situação de rua, cuja cópia foi encaminhada em anexo, esclarecendo que todas as ações previstas já foram implementadas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de **Carapicuíba** informou que: (i) no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, otimizou os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, com fornecimento diário de refeições e de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, entre outras ações para evitar aglomerações, e foram ofertados locais para higienização das mãos no calçadão; (ii) quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite, com o Governo Federal, referente ao repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais com o objetivo de implementar unidade de

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

atendimento para pessoas em situação de rua, imigração ou desabrigados, mediante alojamento provisório, o qual está em processo de licitação; e (iii) os serviços de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS estão realizando atendimento com as medidas necessárias para prevenção de contágio da doença, efetuando diversas ações nas áreas livres/favelas, através da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Por sua vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de **Itapecerica da Serra** informou que: (i) reorganizou os fluxos de atendimento dos serviços de assistência social nos CRAS e CREAS, com a suspensão dos atendimentos coletivos e manutenção apenas das visitas domiciliares urgentes, de modo que toda a demanda está sendo atendida por contato telefônico; (ii) na área da proteção social básica (CRAS), foram realizadas ações como entrega em domicílio de cestas básicas e kits de higiene, a fim de evitar descolamentos e aglomerações e com o objetivo de oferecer suporte e segurança alimentar; (iii) em relação à população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada, inclusive com encaminhamento para a área da saúde e suporte técnico para acesso a benefícios sociais; (iv) foi aberto edital de chamamento público para prestação de serviço de acolhimento provisório, porém, como não houve interessados, o Município irá contratar tal serviço; e (v) em articulação com a rede socioassistencial de saúde, serão realizados testes rápidos para COVID-19 e vacinação contra a H1N1 na população em situação de rua e nos servidores que atuam diretamente com a demanda.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Já a Secretaria de Desenvolvimento Social de **Cotia** informou que: (i) trabalha na ampliação de entrega de alimentos, kits de higiene e limpeza e máscaras de proteção; (ii) os atendimentos no CRAS e no CREAS foram mantidos, garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais; (iii) com relação ao acesso a serviços de saúde, a Secretaria faz os devidos encaminhamentos quando necessários e, inclusive, criou o Centro de Combate ao COVID-19, próximo ao terminal rodoviário do Município, para atendimento específico dos casos decorrentes da pandemia; (iv) a partir da elaboração do plano de contingência emergencial para o enfrentamento ao COVID -19 relativo a pessoas em situação de rua, foram instaladas pias móveis em pontos estratégicos da cidade, visando a atender os cidadãos que se recusam a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber, Centro Dia para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional na modalidade pernoite, CREAS e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e (v) imagens das ações descritas foram encaminhadas em anexo, de forma a demonstrar como são realizados os atendimentos.

A Prefeitura de **Embu das Artes**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informou que: (i) conta com um Centro POP, que oferta alimentação e disponibiliza espaço para higiene pessoal e de roupas, fornecendo gratuitamente todo o material necessário; (ii) possui abrigo institucional para a população em situação de rua, oferecendo condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; (iii) mantém um Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado ao CREAS, em que as equipes identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados pelo Município; (iv) em razão da pandemia, foi disponibilizado mais um espaço provisório para a realização de higiene e orientação durante o período diurno, sendo que o serviço será oportunamente transferido para

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para a população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo COVID-19 e ampliará o atendimento para o período noturno; (v) o acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório da Rua, que auxilia nos encaminhamentos, agendamentos de consultas e fornecimento de insumos e kits contendo sabonete, álcool em gel, máscaras de proteção, creme e escova dental; e (vi) a população em situação de rua também está sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do benefício emergencial e foi contemplada com o fornecimento de cestas básicas por meio do Programa Alimento Solidário.

É o relatório.

Diante das informações prestadas, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a expedição dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Secretaria de Assistência Social do Município de Osasco¹, para que: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

¹ Rua da Saudade, 180, Bela Vista, Osasco/SP, CEP 06080-000.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Carapicuíba², para que encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais;

3. À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Itapecerica da Serra³, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

4. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cotia⁴, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

² Avenida Celeste, 180, Centro, Carapicuíba/SP, CEP 06320-030.

³ Avenida Eduardo Roberto Daher, 1285, Centro, Itapecerica da Serra/SP, CEP 06850-040.

⁴ Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Jardim Nomura, Cotia/SP, CEP 06716-300.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

5. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Embu das Artes⁵, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

⁵ Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, CEP 06803-900.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Procedimento Preparatório
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 890/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP- 00006441/2020

Cuida-se de procedimento preparatório autuado a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Desse modo, o *Parquet* expediu ofício para as Prefeituras dos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Cotia requisitando informações sobre as medidas adotadas para proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Em resposta, o Município de **Osasco** informou, através da Secretaria

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que: (i) suspendeu os atendimentos presenciais ao público durante a pandemia, mas presta orientações via contato telefônico, mensagens eletrônicas e informes a representantes e lideranças locais; (ii) realiza trabalho de remoção das famílias localizadas em área de risco e a inclusão destas no Programa Bolsa Aluguel; (iii) determinou a renovação automática dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel pelo período de 180 dias, evitando o comparecimento mensal para tanto, e a concessão provisória do benefício para os casos de despejo oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com despesas locatícias; (iv) quanto à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SAS, agilizou os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel; (v) não há planos de contingência específicos para as favelas e periferias, pois tais assentamentos recebem as mesmas tratativas impostas ao restante dos bairros; e (vi) elaborou plano de contingência para as pessoas em situação de rua, cuja cópia foi encaminhada em anexo, esclarecendo que todas as ações previstas já foram implementadas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de **Carapicuíba** informou que: (i) no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, otimizou os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, com fornecimento diário de refeições e de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, entre outras ações para evitar aglomerações, e foram ofertados locais para higienização das mãos no calçadão; (ii) quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite, com o Governo Federal, referente ao repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais com o objetivo de implementar unidade de

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

atendimento para pessoas em situação de rua, imigração ou desabrigados, mediante alojamento provisório, o qual está em processo de licitação; e (iii) os serviços de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS estão realizando atendimento com as medidas necessárias para prevenção de contágio da doença, efetuando diversas ações nas áreas livres/favelas, através da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Por sua vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de **Itapecerica da Serra** informou que: (i) reorganizou os fluxos de atendimento dos serviços de assistência social nos CRAS e CREAS, com a suspensão dos atendimentos coletivos e manutenção apenas das visitas domiciliares urgentes, de modo que toda a demanda está sendo atendida por contato telefônico; (ii) na área da proteção social básica (CRAS), foram realizadas ações como entrega em domicílio de cestas básicas e kits de higiene, a fim de evitar descolamentos e aglomerações e com o objetivo de oferecer suporte e segurança alimentar; (iii) em relação à população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada, inclusive com encaminhamento para a área da saúde e suporte técnico para acesso a benefícios sociais; (iv) foi aberto edital de chamamento público para prestação de serviço de acolhimento provisório, porém, como não houve interessados, o Município irá contratar tal serviço; e (v) em articulação com a rede socioassistencial de saúde, serão realizados testes rápidos para COVID-19 e vacinação contra a H1N1 na população em situação de rua e nos servidores que atuam diretamente com a demanda.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Já a Secretaria de Desenvolvimento Social de **Cotia** informou que: (i) trabalha na ampliação de entrega de alimentos, kits de higiene e limpeza e máscaras de proteção; (ii) os atendimentos no CRAS e no CREAS foram mantidos, garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais; (iii) com relação ao acesso a serviços de saúde, a Secretaria faz os devidos encaminhamentos quando necessários e, inclusive, criou o Centro de Combate ao COVID-19, próximo ao terminal rodoviário do Município, para atendimento específico dos casos decorrentes da pandemia; (iv) a partir da elaboração do plano de contingência emergencial para o enfrentamento ao COVID -19 relativo a pessoas em situação de rua, foram instaladas pias móveis em pontos estratégicos da cidade, visando a atender os cidadãos que se recusam a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber, Centro Dia para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional na modalidade pernoite, CREAS e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e (v) imagens das ações descritas foram encaminhadas em anexo, de forma a demonstrar como são realizados os atendimentos.

A Prefeitura de **Embu das Artes**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informou que: (i) conta com um Centro POP, que oferta alimentação e disponibiliza espaço para higiene pessoal e de roupas, fornecendo gratuitamente todo o material necessário; (ii) possui abrigo institucional para a população em situação de rua, oferecendo condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; (iii) mantém um Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado ao CREAS, em que as equipes identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados pelo Município; (iv) em razão da pandemia, foi disponibilizado mais um espaço provisório para a realização de higiene e orientação durante o período diurno, sendo que o serviço será oportunamente transferido para

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para a população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo COVID-19 e ampliará o atendimento para o período noturno; (v) o acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório da Rua, que auxilia nos encaminhamentos, agendamentos de consultas e fornecimento de insumos e kits contendo sabonete, álcool em gel, máscaras de proteção, creme e escova dental; e (vi) a população em situação de rua também está sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do benefício emergencial e foi contemplada com o fornecimento de cestas básicas por meio do Programa Alimento Solidário.

É o relatório.

Diante das informações prestadas, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a expedição dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Secretaria de Assistência Social do Município de Osasco¹, para que: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

¹ Rua da Saudade, 180, Bela Vista, Osasco/SP, CEP 06080-000.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Carapicuíba², para que encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais;

3. À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Itapecerica da Serra³, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

4. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cotia⁴, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

² Avenida Celeste, 180, Centro, Carapicuíba/SP, CEP 06320-030.

³ Avenida Eduardo Roberto Daher, 1285, Centro, Itapecerica da Serra/SP, CEP 06850-040.

⁴ Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Jardim Nomura, Cotia/SP, CEP 06716-300.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

5. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Embu das Artes⁵, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

⁵ Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, CEP 06803-900.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Procedimento Preparatório
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 891/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP- 00006442/2020

Cuida-se de procedimento preparatório autuado a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Desse modo, o *Parquet* expediu ofício para as Prefeituras dos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Cotia requisitando informações sobre as medidas adotadas para proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Em resposta, o Município de **Osasco** informou, através da Secretaria

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que: (i) suspendeu os atendimentos presenciais ao público durante a pandemia, mas presta orientações via contato telefônico, mensagens eletrônicas e informes a representantes e lideranças locais; (ii) realiza trabalho de remoção das famílias localizadas em área de risco e a inclusão destas no Programa Bolsa Aluguel; (iii) determinou a renovação automática dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel pelo período de 180 dias, evitando o comparecimento mensal para tanto, e a concessão provisória do benefício para os casos de despejo oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com despesas locatícias; (iv) quanto à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SAS, agilizou os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel; (v) não há planos de contingência específicos para as favelas e periferias, pois tais assentamentos recebem as mesmas tratativas impostas ao restante dos bairros; e (vi) elaborou plano de contingência para as pessoas em situação de rua, cuja cópia foi encaminhada em anexo, esclarecendo que todas as ações previstas já foram implementadas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de **Carapicuíba** informou que: (i) no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, otimizou os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, com fornecimento diário de refeições e de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, entre outras ações para evitar aglomerações, e foram ofertados locais para higienização das mãos no calçadão; (ii) quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite, com o Governo Federal, referente ao repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais com o objetivo de implementar unidade de

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

atendimento para pessoas em situação de rua, imigração ou desabrigados, mediante alojamento provisório, o qual está em processo de licitação; e (iii) os serviços de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS estão realizando atendimento com as medidas necessárias para prevenção de contágio da doença, efetuando diversas ações nas áreas livres/favelas, através da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Por sua vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de **Itapecerica da Serra** informou que: (i) reorganizou os fluxos de atendimento dos serviços de assistência social nos CRAS e CREAS, com a suspensão dos atendimentos coletivos e manutenção apenas das visitas domiciliares urgentes, de modo que toda a demanda está sendo atendida por contato telefônico; (ii) na área da proteção social básica (CRAS), foram realizadas ações como entrega em domicílio de cestas básicas e kits de higiene, a fim de evitar descolamentos e aglomerações e com o objetivo de oferecer suporte e segurança alimentar; (iii) em relação à população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada, inclusive com encaminhamento para a área da saúde e suporte técnico para acesso a benefícios sociais; (iv) foi aberto edital de chamamento público para prestação de serviço de acolhimento provisório, porém, como não houve interessados, o Município irá contratar tal serviço; e (v) em articulação com a rede socioassistencial de saúde, serão realizados testes rápidos para COVID-19 e vacinação contra a H1N1 na população em situação de rua e nos servidores que atuam diretamente com a demanda.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Já a Secretaria de Desenvolvimento Social de **Cotia** informou que: (i) trabalha na ampliação de entrega de alimentos, kits de higiene e limpeza e máscaras de proteção; (ii) os atendimentos no CRAS e no CREAS foram mantidos, garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais; (iii) com relação ao acesso a serviços de saúde, a Secretaria faz os devidos encaminhamentos quando necessários e, inclusive, criou o Centro de Combate ao COVID-19, próximo ao terminal rodoviário do Município, para atendimento específico dos casos decorrentes da pandemia; (iv) a partir da elaboração do plano de contingência emergencial para o enfrentamento ao COVID -19 relativo a pessoas em situação de rua, foram instaladas pias móveis em pontos estratégicos da cidade, visando a atender os cidadãos que se recusam a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber, Centro Dia para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional na modalidade pernoite, CREAS e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e (v) imagens das ações descritas foram encaminhadas em anexo, de forma a demonstrar como são realizados os atendimentos.

A Prefeitura de **Embu das Artes**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informou que: (i) conta com um Centro POP, que oferta alimentação e disponibiliza espaço para higiene pessoal e de roupas, fornecendo gratuitamente todo o material necessário; (ii) possui abrigo institucional para a população em situação de rua, oferecendo condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; (iii) mantém um Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado ao CREAS, em que as equipes identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados pelo Município; (iv) em razão da pandemia, foi disponibilizado mais um espaço provisório para a realização de higiene e orientação durante o período diurno, sendo que o serviço será oportunamente transferido para

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para a população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo COVID-19 e ampliará o atendimento para o período noturno; (v) o acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório da Rua, que auxilia nos encaminhamentos, agendamentos de consultas e fornecimento de insumos e kits contendo sabonete, álcool em gel, máscaras de proteção, creme e escova dental; e (vi) a população em situação de rua também está sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do benefício emergencial e foi contemplada com o fornecimento de cestas básicas por meio do Programa Alimento Solidário.

É o relatório.

Diante das informações prestadas, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a expedição dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Secretaria de Assistência Social do Município de Osasco¹, para que: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

¹ Rua da Saudade, 180, Bela Vista, Osasco/SP, CEP 06080-000.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Carapicuíba², para que encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais;

3. À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Itapecerica da Serra³, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

4. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cotia⁴, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

² Avenida Celeste, 180, Centro, Carapicuíba/SP, CEP 06320-030.

³ Avenida Eduardo Roberto Daher, 1285, Centro, Itapecerica da Serra/SP, CEP 06850-040.

⁴ Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Jardim Nomura, Cotia/SP, CEP 06716-300.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

5. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Embu das Artes⁵, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

⁵ Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, CEP 06803-900.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Procedimento Preparatório
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 892/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP- 00006443/2020

Cuida-se de procedimento preparatório autuado a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Desse modo, o *Parquet* expediu ofício para as Prefeituras dos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Cotia requisitando informações sobre as medidas adotadas para proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Em resposta, o Município de **Osasco** informou, através da Secretaria

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que: (i) suspendeu os atendimentos presenciais ao público durante a pandemia, mas presta orientações via contato telefônico, mensagens eletrônicas e informes a representantes e lideranças locais; (ii) realiza trabalho de remoção das famílias localizadas em área de risco e a inclusão destas no Programa Bolsa Aluguel; (iii) determinou a renovação automática dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel pelo período de 180 dias, evitando o comparecimento mensal para tanto, e a concessão provisória do benefício para os casos de despejo oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com despesas locatícias; (iv) quanto à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SAS, agilizou os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel; (v) não há planos de contingência específicos para as favelas e periferias, pois tais assentamentos recebem as mesmas tratativas impostas ao restante dos bairros; e (vi) elaborou plano de contingência para as pessoas em situação de rua, cuja cópia foi encaminhada em anexo, esclarecendo que todas as ações previstas já foram implementadas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de **Carapicuíba** informou que: (i) no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, otimizou os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, com fornecimento diário de refeições e de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, entre outras ações para evitar aglomerações, e foram ofertados locais para higienização das mãos no calçadão; (ii) quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite, com o Governo Federal, referente ao repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais com o objetivo de implementar unidade de

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

atendimento para pessoas em situação de rua, imigração ou desabrigados, mediante alojamento provisório, o qual está em processo de licitação; e (iii) os serviços de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS estão realizando atendimento com as medidas necessárias para prevenção de contágio da doença, efetuando diversas ações nas áreas livres/favelas, através da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Por sua vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de **Itapecerica da Serra** informou que: (i) reorganizou os fluxos de atendimento dos serviços de assistência social nos CRAS e CREAS, com a suspensão dos atendimentos coletivos e manutenção apenas das visitas domiciliares urgentes, de modo que toda a demanda está sendo atendida por contato telefônico; (ii) na área da proteção social básica (CRAS), foram realizadas ações como entrega em domicílio de cestas básicas e kits de higiene, a fim de evitar descolamentos e aglomerações e com o objetivo de oferecer suporte e segurança alimentar; (iii) em relação à população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada, inclusive com encaminhamento para a área da saúde e suporte técnico para acesso a benefícios sociais; (iv) foi aberto edital de chamamento público para prestação de serviço de acolhimento provisório, porém, como não houve interessados, o Município irá contratar tal serviço; e (v) em articulação com a rede socioassistencial de saúde, serão realizados testes rápidos para COVID-19 e vacinação contra a H1N1 na população em situação de rua e nos servidores que atuam diretamente com a demanda.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Já a Secretaria de Desenvolvimento Social de **Cotia** informou que: (i) trabalha na ampliação de entrega de alimentos, kits de higiene e limpeza e máscaras de proteção; (ii) os atendimentos no CRAS e no CREAS foram mantidos, garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais; (iii) com relação ao acesso a serviços de saúde, a Secretaria faz os devidos encaminhamentos quando necessários e, inclusive, criou o Centro de Combate ao COVID-19, próximo ao terminal rodoviário do Município, para atendimento específico dos casos decorrentes da pandemia; (iv) a partir da elaboração do plano de contingência emergencial para o enfrentamento ao COVID -19 relativo a pessoas em situação de rua, foram instaladas pias móveis em pontos estratégicos da cidade, visando a atender os cidadãos que se recusam a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber, Centro Dia para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional na modalidade pernoite, CREAS e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e (v) imagens das ações descritas foram encaminhadas em anexo, de forma a demonstrar como são realizados os atendimentos.

A Prefeitura de **Embu das Artes**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informou que: (i) conta com um Centro POP, que oferta alimentação e disponibiliza espaço para higiene pessoal e de roupas, fornecendo gratuitamente todo o material necessário; (ii) possui abrigo institucional para a população em situação de rua, oferecendo condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; (iii) mantém um Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado ao CREAS, em que as equipes identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados pelo Município; (iv) em razão da pandemia, foi disponibilizado mais um espaço provisório para a realização de higiene e orientação durante o período diurno, sendo que o serviço será oportunamente transferido para

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para a população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo COVID-19 e ampliará o atendimento para o período noturno; (v) o acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório da Rua, que auxilia nos encaminhamentos, agendamentos de consultas e fornecimento de insumos e kits contendo sabonete, álcool em gel, máscaras de proteção, creme e escova dental; e (vi) a população em situação de rua também está sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do benefício emergencial e foi contemplada com o fornecimento de cestas básicas por meio do Programa Alimento Solidário.

É o relatório.

Diante das informações prestadas, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a expedição dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Secretaria de Assistência Social do Município de Osasco¹, para que: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

¹ Rua da Saudade, 180, Bela Vista, Osasco/SP, CEP 06080-000.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Carapicuíba², para que encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais;

3. À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Itapecerica da Serra³, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

4. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cotia⁴, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

² Avenida Celeste, 180, Centro, Carapicuíba/SP, CEP 06320-030.

³ Avenida Eduardo Roberto Daher, 1285, Centro, Itapecerica da Serra/SP, CEP 06850-040.

⁴ Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Jardim Nomura, Cotia/SP, CEP 06716-300.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

5. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Embu das Artes⁵, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

⁵ Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, CEP 06803-900.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Procedimento Preparatório
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 893/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP- 00006444/2020

Cuida-se de procedimento preparatório autuado a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Desse modo, o *Parquet* expediu ofício para as Prefeituras dos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Cotia requisitando informações sobre as medidas adotadas para proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Em resposta, o Município de **Osasco** informou, através da Secretaria

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que: (i) suspendeu os atendimentos presenciais ao público durante a pandemia, mas presta orientações via contato telefônico, mensagens eletrônicas e informes a representantes e lideranças locais; (ii) realiza trabalho de remoção das famílias localizadas em área de risco e a inclusão destas no Programa Bolsa Aluguel; (iii) determinou a renovação automática dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel pelo período de 180 dias, evitando o comparecimento mensal para tanto, e a concessão provisória do benefício para os casos de despejo oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com despesas locatícias; (iv) quanto à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SAS, agilizou os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel; (v) não há planos de contingência específicos para as favelas e periferias, pois tais assentamentos recebem as mesmas tratativas impostas ao restante dos bairros; e (vi) elaborou plano de contingência para as pessoas em situação de rua, cuja cópia foi encaminhada em anexo, esclarecendo que todas as ações previstas já foram implementadas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de **Carapicuíba** informou que: (i) no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, otimizou os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, com fornecimento diário de refeições e de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, entre outras ações para evitar aglomerações, e foram ofertados locais para higienização das mãos no calçadão; (ii) quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite, com o Governo Federal, referente ao repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais com o objetivo de implementar unidade de

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

atendimento para pessoas em situação de rua, imigração ou desabrigados, mediante alojamento provisório, o qual está em processo de licitação; e (iii) os serviços de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS estão realizando atendimento com as medidas necessárias para prevenção de contágio da doença, efetuando diversas ações nas áreas livres/favelas, através da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Por sua vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de **Itapecerica da Serra** informou que: (i) reorganizou os fluxos de atendimento dos serviços de assistência social nos CRAS e CREAS, com a suspensão dos atendimentos coletivos e manutenção apenas das visitas domiciliares urgentes, de modo que toda a demanda está sendo atendida por contato telefônico; (ii) na área da proteção social básica (CRAS), foram realizadas ações como entrega em domicílio de cestas básicas e kits de higiene, a fim de evitar descolamentos e aglomerações e com o objetivo de oferecer suporte e segurança alimentar; (iii) em relação à população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada, inclusive com encaminhamento para a área da saúde e suporte técnico para acesso a benefícios sociais; (iv) foi aberto edital de chamamento público para prestação de serviço de acolhimento provisório, porém, como não houve interessados, o Município irá contratar tal serviço; e (v) em articulação com a rede socioassistencial de saúde, serão realizados testes rápidos para COVID-19 e vacinação contra a H1N1 na população em situação de rua e nos servidores que atuam diretamente com a demanda.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Já a Secretaria de Desenvolvimento Social de **Cotia** informou que: (i) trabalha na ampliação de entrega de alimentos, kits de higiene e limpeza e máscaras de proteção; (ii) os atendimentos no CRAS e no CREAS foram mantidos, garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais; (iii) com relação ao acesso a serviços de saúde, a Secretaria faz os devidos encaminhamentos quando necessários e, inclusive, criou o Centro de Combate ao COVID-19, próximo ao terminal rodoviário do Município, para atendimento específico dos casos decorrentes da pandemia; (iv) a partir da elaboração do plano de contingência emergencial para o enfrentamento ao COVID -19 relativo a pessoas em situação de rua, foram instaladas pias móveis em pontos estratégicos da cidade, visando a atender os cidadãos que se recusam a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber, Centro Dia para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional na modalidade pernoite, CREAS e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e (v) imagens das ações descritas foram encaminhadas em anexo, de forma a demonstrar como são realizados os atendimentos.

A Prefeitura de **Embu das Artes**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informou que: (i) conta com um Centro POP, que oferta alimentação e disponibiliza espaço para higiene pessoal e de roupas, fornecendo gratuitamente todo o material necessário; (ii) possui abrigo institucional para a população em situação de rua, oferecendo condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; (iii) mantém um Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado ao CREAS, em que as equipes identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados pelo Município; (iv) em razão da pandemia, foi disponibilizado mais um espaço provisório para a realização de higiene e orientação durante o período diurno, sendo que o serviço será oportunamente transferido para

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para a população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo COVID-19 e ampliará o atendimento para o período noturno; (v) o acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório da Rua, que auxilia nos encaminhamentos, agendamentos de consultas e fornecimento de insumos e kits contendo sabonete, álcool em gel, máscaras de proteção, creme e escova dental; e (vi) a população em situação de rua também está sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do benefício emergencial e foi contemplada com o fornecimento de cestas básicas por meio do Programa Alimento Solidário.

É o relatório.

Diante das informações prestadas, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a expedição dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Secretaria de Assistência Social do Município de Osasco¹, para que: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

¹ Rua da Saudade, 180, Bela Vista, Osasco/SP, CEP 06080-000.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Carapicuíba², para que encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais;

3. À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Itapecerica da Serra³, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

4. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cotia⁴, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

² Avenida Celeste, 180, Centro, Carapicuíba/SP, CEP 06320-030.

³ Avenida Eduardo Roberto Daher, 1285, Centro, Itapecerica da Serra/SP, CEP 06850-040.

⁴ Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Jardim Nomura, Cotia/SP, CEP 06716-300.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

5. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Embu das Artes⁵, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

⁵ Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, CEP 06803-900.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Procedimento Preparatório
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFFÍCIO nº 894/2020

Etiqueta: PRM-OSC-SP- 00006445/2020

Cuida-se de procedimento preparatório autuado a partir de ofício-circular encaminhado pela PFDC para “a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, nos seus respectivos Estados e durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde”.

Desse modo, o *Parquet* expediu ofício para as Prefeituras dos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Embu das Artes e Cotia requisitando informações sobre as medidas adotadas para proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Em resposta, o Município de **Osasco** informou, através da Secretaria

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que: (i) suspendeu os atendimentos presenciais ao público durante a pandemia, mas presta orientações via contato telefônico, mensagens eletrônicas e informes a representantes e lideranças locais; (ii) realiza trabalho de remoção das famílias localizadas em área de risco e a inclusão destas no Programa Bolsa Aluguel; (iii) determinou a renovação automática dos pagamentos do Programa Bolsa Aluguel pelo período de 180 dias, evitando o comparecimento mensal para tanto, e a concessão provisória do benefício para os casos de despejo oriundos de desemprego e/ou dificuldades em arcar com despesas locatícias; (iv) quanto à população em situação de rua, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SAS, agilizou os processos para as inclusões da população acolhida em equipamentos públicos e/ou vulnerabilidade no Programa Bolsa Aluguel; (v) não há planos de contingência específicos para as favelas e periferias, pois tais assentamentos recebem as mesmas tratativas impostas ao restante dos bairros; e (vi) elaborou plano de contingência para as pessoas em situação de rua, cuja cópia foi encaminhada em anexo, esclarecendo que todas as ações previstas já foram implementadas.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de **Carapicuíba** informou que: (i) no que se refere ao atendimento da população em situação de rua, otimizou os serviços oferecidos pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, com fornecimento diário de refeições e de kits de higiene, atendimento individualizado, orientações sobre distanciamento, higienização, entre outras ações para evitar aglomerações, e foram ofertados locais para higienização das mãos no calçadão; (ii) quanto ao acolhimento, o Município realizou aceite, com o Governo Federal, referente ao repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais com o objetivo de implementar unidade de

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

atendimento para pessoas em situação de rua, imigração ou desabrigados, mediante alojamento provisório, o qual está em processo de licitação; e (iii) os serviços de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS estão realizando atendimento com as medidas necessárias para prevenção de contágio da doença, efetuando diversas ações nas áreas livres/favelas, através da entrega de kits de higiene, cestas de alimentos, entre outros itens para atendimento das famílias em situação de extrema pobreza.

Por sua vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de **Itapecerica da Serra** informou que: (i) reorganizou os fluxos de atendimento dos serviços de assistência social nos CRAS e CREAS, com a suspensão dos atendimentos coletivos e manutenção apenas das visitas domiciliares urgentes, de modo que toda a demanda está sendo atendida por contato telefônico; (ii) na área da proteção social básica (CRAS), foram realizadas ações como entrega em domicílio de cestas básicas e kits de higiene, a fim de evitar descolamentos e aglomerações e com o objetivo de oferecer suporte e segurança alimentar; (iii) em relação à população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos o desjejum e higienização pessoal diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada, inclusive com encaminhamento para a área da saúde e suporte técnico para acesso a benefícios sociais; (iv) foi aberto edital de chamamento público para prestação de serviço de acolhimento provisório, porém, como não houve interessados, o Município irá contratar tal serviço; e (v) em articulação com a rede socioassistencial de saúde, serão realizados testes rápidos para COVID-19 e vacinação contra a H1N1 na população em situação de rua e nos servidores que atuam diretamente com a demanda.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Já a Secretaria de Desenvolvimento Social de **Cotia** informou que: (i) trabalha na ampliação de entrega de alimentos, kits de higiene e limpeza e máscaras de proteção; (ii) os atendimentos no CRAS e no CREAS foram mantidos, garantindo plantão telefônico, bem como agendamento prévio dos atendimentos presenciais; (iii) com relação ao acesso a serviços de saúde, a Secretaria faz os devidos encaminhamentos quando necessários e, inclusive, criou o Centro de Combate ao COVID-19, próximo ao terminal rodoviário do Município, para atendimento específico dos casos decorrentes da pandemia; (iv) a partir da elaboração do plano de contingência emergencial para o enfrentamento ao COVID -19 relativo a pessoas em situação de rua, foram instaladas pias móveis em pontos estratégicos da cidade, visando a atender os cidadãos que se recusam a aceitar os atendimentos oferecidos no equipamento especializado, a saber, Centro Dia para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional na modalidade pernoite, CREAS e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e (v) imagens das ações descritas foram encaminhadas em anexo, de forma a demonstrar como são realizados os atendimentos.

A Prefeitura de **Embu das Artes**, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informou que: (i) conta com um Centro POP, que oferta alimentação e disponibiliza espaço para higiene pessoal e de roupas, fornecendo gratuitamente todo o material necessário; (ii) possui abrigo institucional para a população em situação de rua, oferecendo condições de repouso, higiene, alimentação e segurança; (iii) mantém um Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, vinculado ao CREAS, em que as equipes identificam e encaminham as pessoas em situação de rua para os serviços ofertados pelo Município; (iv) em razão da pandemia, foi disponibilizado mais um espaço provisório para a realização de higiene e orientação durante o período diurno, sendo que o serviço será oportunamente transferido para

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

empresa privada a ser contratada, que fará a gestão do serviço de quarentena para a população em situação de rua com suspeita ou infectada pelo COVID-19 e ampliará o atendimento para o período noturno; (v) o acesso à saúde tem sido facilitado pela equipe do Consultório da Rua, que auxilia nos encaminhamentos, agendamentos de consultas e fornecimento de insumos e kits contendo sabonete, álcool em gel, máscaras de proteção, creme e escova dental; e (vi) a população em situação de rua também está sendo orientada em atendimento psicossocial quanto ao requerimento do benefício emergencial e foi contemplada com o fornecimento de cestas básicas por meio do Programa Alimento Solidário.

É o relatório.

Diante das informações prestadas, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a expedição dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Secretaria de Assistência Social do Município de Osasco¹, para que: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

¹ Rua da Saudade, 180, Bela Vista, Osasco/SP, CEP 06080-000.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Carapicuíba², para que encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais;

3. À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Itapequerica da Serra³, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação;

4. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cotia⁴, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

² Avenida Celeste, 180, Centro, Carapicuíba/SP, CEP 06320-030.

³ Avenida Eduardo Roberto Daher, 1285, Centro, Itapequerica da Serra/SP, CEP 06850-040.

⁴ Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Jardim Nomura, Cotia/SP, CEP 06716-300.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

5. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Embu das Artes⁵, para que: a) encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19; e b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

⁵ Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, Embu das Artes/SP, CEP 06803-900.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



Certidão nº 1104/2020

PRM-OSC-SP-00006882/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento, de etiquetas **PRM-OSC-SP-00006850/2020 e 00006851/2020**, referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 891/2020 e 892/2020** (de etiquetas **PRM-OSC-SP-00006442/2020 e 6443/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



AVISO DE
RECEBIMENTO

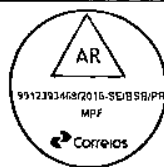
Digital

MPF

Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO
MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA - Secretaria de Assistência
AVENIDA CELESTE
CENTRO
CARAPICUÍBA SP 06320-030

AR170019580VR



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

BH

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:____ h

2ª ____/____/____:____ h

3ª ____/____/____:____ h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
porta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

JOÃO GOMES DOS SANTOS
Agente de Correios
Matr. 89288079

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

SINATURA DO RECEBEDOR

Simone Almeida

DATA ENTREGA

17/09/20

NUMERO LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

20.233.2660



Digital

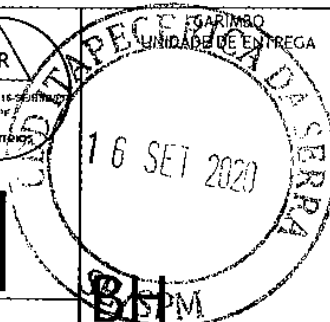
MPF

Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE
ITAPECERICA DA SERRA - SECRETARIA MUNICIPAL DO DES
AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER
CENTRO
ITAPECERICA DA SERRA SP 06850-040

AR170019620VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____ h

2ª ____/____/____ : ____ h

3ª ____/____/____ : ____ h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
porta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

689248

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Cristina Sanchez

DATA ENTREGA

16/09/20

Nº DOC DE IDENTIDADE

213369570-0



Certidão nº 1110/2020

PRM-OSC-SP-00006909/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do Aviso de Recebimento, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00006907/2020**, referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 893/2020** (de etiqueta **PRM-OSC-SP-00006444/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



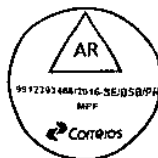
AVISO DE
RECEBIMENTO

Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE
COTIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SO
AVENIDA BENEDITO ISAAC PIRES
PARQUE DOM HENRIQUE
COTIA SP 06716-300



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

AR170019307VR



21

BH

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:____h

2ª ____/____/____:____h

3ª ____/____/____:____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posto restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA

ENTREGADOR
Ricardo José dos Santos
Matr.: 8.899.027-3
Carteiro

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Benedito Isaac Pires

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA

24/9/20

Nº DOC. DE IDENTIDADE

002 707.255



Certidão nº 1156/2020

PRM-OSC-SP-00007180/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do Aviso de Recebimento, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007155/2020**, referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 894/2020** (de etiqueta **PRM-OSC-SP-00006445/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



AVISO DE
RECEBIMENTO

Digital

MPF

Ministério Público Federal

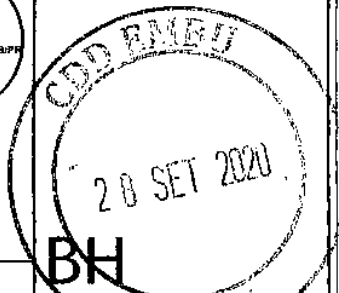
DESTINATÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE EMBU
DAS ARTE - Secretaria Municipal de Desenvolvi
RUA ANDRÔNICO DOS PRAZERES GONÇALVES 114
CENTRO
EMBU DAS ARTES SP 06803-900

AR170019341VR



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____ h

2ª ____/____/____ : ____ h

3ª ____/____/____ : ____ h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

rubrica e matricula do
ENTREGADOR

P
09/09/2020

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Adriano A. Damo
Adriano A. Damo

DATA ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

29/09/2020
42.006.674-2



Certidão nº 1171/2020
PRM-OSC-SP-00007279/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em folhas seguintes, do **OFÍCIO SAJ nº 250/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007125/2020**, encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos de Itapeverica da Serra**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 892/2020** e do **Informe de Processo nº 29733/2020**, encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos de Cotia**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 893/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente

Alberto Carlos Gomes

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 20/10/2020 10:59. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CE4dDB24.7CFCE62D.562839D9.547A2CCB



**Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra
Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 09 de Outubro de 2020.

Ofício SAJ nº 250/2020 – SO

Ref.: Despacho/Ofício nº 892/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00006443/2020

Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Osasco/SP

Ilustríssimo Procurador da República,

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, em consonância ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP e dos Autos supramencionados, pelo qual solicita a) o encaminhamento de cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19 e, b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, conforme ofício ministerial, neste esteio, há de se ressaltarmos que a Municipalidade providenciou a análise técnica e manifestação através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, nos termos materializados na Informação nº 1589/2020 - SDSRT anexa.

Nessa vereda, encaminhamos o esclarecimento da Secretaria Municipal para vosso conhecimento.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Silney Yoshimitsu Ono
Procurador do Município
OAB/SP 272.758

Simone Maia Maselli
Procuradora Chefe do Município

Ao
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco/SP
Dr. Douglas Guilherme Fernandes
Procurador da República
Rua Padre Damaso, nº 294 – 2º andar
Centro - Osasco/SP - CEP: 06016-010



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Informação Nº 1.589/2020 – SDSRT

URGENTE

À

Secretaria de Assuntos Jurídicos

A/C: Dr. Claudio Silvestre Rodrigues Junior

Secretário Municipal

Assunto: Despacho/Ofício Nº 892/2020 – Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP – 1º Ofício - Autos nº: 1.34.043.000257/2020-83-Classe: Procedimento Preparatório – Representante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Em atendimento ao Item 3 - Despacho/Ofício Nº 892/2020 – Etiqueta: PRM-OSC-SP-00006443/2020, encaminhamos (anexos) os seguintes documentos e informamos o quanto segue:

- Plano de Contingência – Enfrentamento ao COVID-19, Município de Itapepecerica da Serra – Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, datado de 15 de julho de 2020;
- Informação Nº 1.324/2020 – S.D.S.R.T, Assunto: Aquisição de EPI's com Repasse Financeiro emergencial de recursos Federais para ações do Sistema Único de Assistência Social no combate à Covid-19, datada de 11 de agosto 2020;
- Ofício Nº 195/2020 SDSRT – Assunto: Implantação Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua, datado de 14 de setembro de 2020;
- Informação Nº 1.520/2020 SDSRT, Assunto: Retificação – Solicitação de Empenho – “Centro de Recuperação Conquista”.

Itapepecerica da Serra, 02 de outubro de 2020

Atenciosamente,

Tatiana Lopes Nascimento Silva
Secretária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapepecerica.sp.gov.br

Plano de Contingência Enfrentamento ao COVID-19

**Município de Itapepecerica da Serra
Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho
2020**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

INTRODUÇÃO

Considerando o contexto adverso de enfrentamento da pandemia de COVID-19, o novo Coronavírus, classificado pela Organização Mundial de Saúde – OMS com alto perfil de contaminação e multiplicação, e considerando principalmente a população mais vulnerável, a saber: idosos, pessoas em situação de rua e demais fenômenos de vulnerabilidade social, as situações de emergência e calamidade do COVID – 19, popularmente conhecido como Coronavírus, nos colocou diante a um grande desafio para as equipes socioassistenciais. Tais ocorrências atingem de forma mais drástica os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, pois as condições de renda, moradia, saneamento básico, educação, saúde, entre outras, são agravadas diante de situações de emergência e calamidade e consequentemente, impactam diretamente na capacidade dessas famílias na reorganização e reconstrução de seus projetos de vida.

Dessa forma, um dos aspectos fundamentais para o melhor enfrentamento dessas situações é o planejamento dos riscos, por meio da elaboração de Planos de Contingenciamento, contendo as medidas de resposta emergencial diante da ocorrência de situação de emergência ou calamidade pública. Nesse sentido, as ações devem ser articuladas, integradas e intersetoriais.

A articulação com as demais políticas públicas tem o objetivo de garantir a atuação dentro dos limites previstos para cada uma delas, tendo como resultado significativo a qualidade de vida das famílias, não somente nos períodos de colapsos sociais, como este atual.

Desse modo, determinadas ações que extrapolam a atuação da assistência social deverão ter as respostas na atuação de outras políticas, sobretudo na Saúde e Educação.

Salientamos que entre as ações de resposta emergencial, além daquelas realizadas para o socorro imediato às vítimas, está o atendimento socioassistencial, realizado pelas equipes técnicas que atuam no SUAS do Município.

As ações devem ser complementadas com as de restabelecimento dos serviços essenciais, dentre os quais aqueles ofertados nas unidades de atendimentos socioassistenciais, a fim de garantir condições mínimas de segurança, ações que permitam o retorno da normalidade para a população afetada.

É importante destacar os instrumentos legais de âmbito Federal, Estadual e Municipal que embasam as ações, a saber:

➤ *Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020 – SP;*

Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

- Decreto 64.864, de 16 de março 2020 – SP;
Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas.
- Decreto 59.283, de 16 de março de 2020 – SP;
Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.
- Recomendação nº 1 DPGU/SGAI DPGU/GTR DPGU;
Dispõe sobre o Grupo de Trabalho em Prol das pessoas em Situação de Rua da DPU.
- Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020.;
Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.
- Ofício NUDEM nº 121/2020 - Defensoria Pública;
Trata-se de Ofício do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – NUDEM, referente as medidas adotadas para enfrentamento do contágio do coronavírus, considerando os serviços socioassistenciais para o atendimento à mulher vítima de violência sexual e ou doméstica.
- Resolução SEDS Nº 7, de 17 de março de 2020;
Estabelece os procedimentos a serem adotados na prevenção de contágio pelo Coronavírus – Covid 19.
- Poder Judiciário Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020;
Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.
- Orientação Técnica nº 02 CAS/SEDS;
Dispõe sobre adoção de medidas de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus) para os serviços socioassistenciais voltados à população em situação de rua.
- Orientação Técnica nº 03 CAS/SEDS/2020;
Dispõe sobre a distribuição de alimentos no âmbito da Assistência Social.
- Orientação Técnica nº 04 CAS/SEDS/2020;
Dispõe sobre recomendações aos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo.
- Orientação Técnica nº 08/PSE-CAS/SEDS/2020;
Dispõe sobre Orientações técnicas aos gestores municipais, equipes técnicas dos serviços socioassistenciais, diretores de DRADS, técnicos dos Núcleos de Apoio e Supervisão (NUASU) da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo relativas ao atendimento dos Serviços Socioassistenciais de Média Complexidade em decorrência da emergência em Saúde Pública devido a pandemia do Covid-19.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, 13 de março de 2020;
Orientação às gestões de assistência social municipais, prioritariamente voltado aos serviços de acolhimento institucional de adultos, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros, para observação, prevenção e encaminhamento de casos com a Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).
- Resolução do CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009;
O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- Nota técnica NT.225/2020 - NT-CON-POG, de 19 de maio de 2020;
Medidas emergenciais adotadas pelo Sistema Financeiro Nacional devido à pandemia do coronavírus - Covid 19.
- Nota Técnica 227/2020 NT-JUR-POG;
Análise sintética da proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para atenuar efeitos da crise.
- Decreto Municipal nº 2.939, de 13 de maio de 2020;
- *Regulamenta em face das Emergências de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), Restrições de Atendimento, Funcionamento, Rodízio de Servidores, Dispensas, e dá outras providências.*
- Decreto Municipal nº 2.888, de 20 de março de 2020;
Declara estado de Calamidade Pública no Município de Itapeçerica Da Serra, face a Pandemia Mundial pelo contágio do Novo Coronavírus (Covid-19).
- Decreto Municipal nº 2.921, de 23 de abril de 2020;
Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras no município de Itapeçerica da Serra, para prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 2.933, de 6 de maio de 2020;
Dispõe sobre a alteração do Decreto Municipal nº 2.893, de 23 de março de 2020, que estabelece no âmbito da administração direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), com disposição sobre o fechamento total ou parcial de comércios e outras recomendações ao setor privado municipal e familiar, e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 2.934, de 6 de maio de 2020;
Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 2.899, de 27 de março de 2020, que dispõe no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, face a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), suspende os prazos administrativos e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 2.935, de 7 de maio de 2020;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

Dispõe sobre prorrogação e alteração do Decreto Municipal nº 2.893, de 23 de março de 2020, que estabelece no âmbito da administração direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), com disposição sobre o fechamento total ou parcial de comércios e outras recomendações ao setor privado municipal e familiar, e dá outras providências.

- *Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.938, de 13 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), criação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), obrigatoriedade do uso de máscaras no município, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.939, de 13 de maio de 2020;
Regulamenta em face das Emergências de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), restrições de atendimento, funcionamento, rodízio de servidores, dispensas, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.943, de 19 de maio de 2020;
Dispõe sobre alteração do Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.948, de 21 de maio de 2020;
Dispõe sobre prorrogação do Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que estabelece no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal.*
- *Decreto Municipal nº 2.951, de 28 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre autorização mediante condições das atividades de autoescolas, despachantes, escritórios de corretagem de seguros, consultórios de exame psicotécnico e academias, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.953, de 29 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre autorização mediante condições das atividades de escritórios e lojas de venda e revenda de automóveis e outros veículos, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.954, de 29 de maio de 2020;*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Dispõe sobre prorrogação do decreto municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que estabelece no âmbito do município de Itapecerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal.

- Decreto Municipal nº 2.957, de 5 de junho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapecerica da Serra, sobre autorização de retorno gradual das atividades do comércio em geral, escolas de cursos extracurriculares (não escolas de cursos regulares), magazines de venda de eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupas, sapatos e outros comércios, mediante adoção de medidas obrigatórias de higiene e outros protocolos estabelecidos de prevenção e combate ao Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 2.963, de 15 junho de 2020;

Dispõe sobre a prorrogação do Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que estabelece no âmbito do município de Itapecerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal.

- Decreto Municipal nº 2.965, de 17 de junho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapecerica da Serra, sobre o enquadramento dos comércios, indústrias e prestadores de serviço à fase cor "laranja" do plano São Paulo de retomada consciente das atividades, nos moldes do Decreto do Governo do Estado de São Paulo nº 64.994, de 28 de maio de 2020 (disponível no site www.saopaulo.sp.gov.br/planosp) e, em cumprimento a respeitável decisão liminar proferida nos autos da ação civil pública, Processo nº 100.2047.04.2020.8.26.0268 (fls. 52), tudo, mediante medidas condicionantes estabelecidas nos protocolos sanitários intersetoriais e setoriais estabelecidos no referido plano e ainda, revoga Decretos Municipais sobre o tema, e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 2.969, de 29 de junho de 2020;

Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido pelo Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que permite o funcionamento dos serviços, comércios e indústrias, considerados essenciais e estabelece no âmbito do município de Itapecerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), além de outras recomendações ao setor privado no município.

- Decreto Municipal nº 2.974, de 3 de julho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapecerica da Serra, sobre o enquadramento dos comércios, indústrias e prestadores de serviço à fase cor "amarela" do plano São Paulo de retomada consciente das atividades, nos moldes do Decreto do Governo do Estado de São Paulo nº 64.994, de 28 de maio de 2020 (disponível no site www.saopaulo.sp.gov.br/planosp) mediante medidas condicionantes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

estabelecidas nos protocolos sanitários intersetoriais e setoriais estabelecidos no referido plano, e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 2.977, de 8 de julho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapequerica da Serra, sobre o enquadramento dos comércios, indústrias e prestadores de serviço à fase cor "amarela" do plano São Paulo de retomada consciente das atividades, nos moldes do Decreto do Governo do Estado de São Paulo nº 64.994, de 28 de maio de 2020, (disponível no site www.saopaulo.sp.gov.br/planosp), academias e feira noturna mediante medidas condicionantes estabelecidas nos protocolos sanitários intersetoriais e setoriais estabelecidos no referido plano.

- Decreto Municipal nº 2.978, de 8 de julho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapequerica da Serra, sobre o cancelamento de rodízio de servidores em função do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 2.981, de 15 de julho de 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido pelo Decreto nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que permite o funcionamento dos serviços, comércios e indústrias considerados essenciais e estabelece no âmbito do município de Itapequerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), além de outras recomendações ao setor privado no município.

Assinado com login e senha por SILNEY YOSHIMITSU ONO, em 13/10/2020 09:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave F951F89B.AF30D781.F946EA8C.1AAC6573



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a proteção social das famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, contaminadas ou não, no município em situação de emergência e calamidade pública, de forma a reduzir os impactos gerados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Definir ações emergenciais de gestão e ofertas da Assistência Social diante da pandemia;
- Mitigar as consequências da pandemia para as populações mais vulneráveis;
- Contribuir para a concretização da medida de isolamento junto às famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social;
- Intensificar a proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, contaminadas ou não;
- Colaborar para garantir a execução do isolamento social das famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social;
- Garantir sobrevivência da população mais vulnerável, impedida de desenvolver suas atividades laborais, estando contaminadas ou não.

PÚBLICO ALVO:

População em situação de violação de Direitos, vulnerabilidade social e/ou risco social; pessoas em situação de rua; população idosa em situação de risco e abandono; crianças e adolescentes em situação de risco, violação de direitos e vínculos familiares rompidos, idosos (as) e outros grupos de risco integrantes de famílias pobres e extremamente pobres que sofreram ou não o contágio pelo COVID – 19. Idosos e crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

AÇÕES E METAS:

- Aplicar ações de resposta para assistência às vítimas e seus familiares;
- Avaliar a necessidade de suplementação das equipes de assistência social para atendimento às famílias;
- Acolhimento e manutenção de alojamentos provisórios;
- Acesso a serviços e benefícios sócioassistenciais; assim como, garantir a continuidade do atendimento às pessoas e famílias que já vinham sendo acompanhadas pelos serviços no Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

META:

Garantir Proteção social às famílias vulneráveis.

VIGÊNCIA:

Conforme Decreto Municipal e Estadual referente à situação de emergência e calamidade pública, enquanto perdurar a Pandemia.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO:

Sistemático, através de relatórios e análises.

SEGURANÇAS A SEREM AFIANÇADAS:

Autonomia, sobrevivência e convívio.

AÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DA GESTÃO E COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DO SUAS:

- Realizar reuniões por meio de plataformas digitais com as coordenações e equipes de referência para manter a organização do processo de trabalho;
- Suspender os trabalhos em grupo e visitas domiciliares com exceção das famílias em situação de urgência e risco;
- Garantir as medidas de proteção e prevenção ao COVID-19 que contemplem os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituindo o afastamento, conforme Decreto Municipal, dos servidores acima de 60 anos e os que compõem o grupo de risco;
- Disponibilizar materiais de higiene e Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, para profissionais do SUAS que estarão no contato direto com a população;
- Elaborar e garantir a publicação, bem como divulgação de comunicados oficiais para a população, referente à redução da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios sócioassistenciais que geram aglomerações, utilizando redes sociais, sites oficiais e carro de som para divulgação;
- Disponibilizar os contatos telefônicos e e-mails das coordenações e dos equipamentos para garantir a fluidez do trabalho;
- Enviar ofício ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) sobre as alterações na oferta dos serviços socioassistenciais, para que o cofinanciamento não seja alterado;
- Registrar em instrumento de planejamento e monitoramento a oferta diferenciada dos serviços socioassistenciais, no sentido de alimentar os sistemas federais e estaduais;
- Orientar as equipes de referência, através da área de Gestão do Trabalho e Educação Permanente sobre questões pertinentes ao fazer profissional, como: capacitação virtual através de vídeos para os



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

(as) trabalhadores (as) do SUAS sobre o tema, bem como a definição de metodologia para garantir a fluidez do trabalho;

- Realizar, junto à Coordenação do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, levantamento dos dados do CADÚNICO sobre os grupos de risco;
- Articular, junto com a Vigilância Sanitária, o cruzamento de informações e dados;
- Levantar as situações de risco que as famílias pobres e extremamente pobres estão expostas que possam contribuir para a contaminação e/ou fragilidades na prevenção;
- Elaborar mapeamento das situações de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos identificadas no município, por meio do diagnóstico elaborado pelas equipes da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Buscar, através dos prontuários e relatórios quantitativos das famílias atendidas pelo SUAS, informações que possam facilitar a identificação das situações de contaminação e realizar o cruzamento dessas informações com os dados de outras políticas públicas, principalmente com a Saúde.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapepecerica.sp.gov.br

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

META:

Acompanhar famílias e indivíduos para garantir a proteção social especial de média e alta complexidade

VIGÊNCIA:

Conforme Decreto referente à situação de emergência e calamidade pública.

MONITORAMENTO:

Deve ser diário, através dos relatórios, que serão elaborados a partir dos dados disponibilizados pelas equipes técnicas dos equipamentos de Atendimentos Socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

SEGURANÇAS A SEREM AFIANÇADAS:

Sobrevivência, acolhida, convívio ou vivência familiar, comunitária e social.

AÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DA MÉDIA COMPLEXIDADE:

- Estabelecer fluxos entre CRAS, CADÚNICO, CONSELHOS TUTELARES e CREAS, para atendimento às famílias e indivíduos;
- Assegurar a permanência ininterrupta de técnico de referência capacitado, preferencialmente Assistente Social ou Psicólogo, nos equipamentos para atendimento às famílias e indivíduos que vivenciam situações de emergência e calamidade pública que passam por circunstâncias de risco pessoal ou social em decorrência das violências e/ou violações de direitos geradas por essas situações;
- Garantir a manutenção do funcionamento do espaço de atendimento, higienização e alimentação, para a população em situação de rua, com a suspensão das atividades de grupo coletivo;
- Viabilizar a manutenção do funcionamento do CREAS, sendo suspensas as atividades de grupo/coletivas e abordagem social e/ou busca ativa, bem como visitas domiciliares, podendo ser realizadas nos casos em que a (s) equipe (s) avaliem como necessários.
- Em relação a população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos, o desjejum, higienização pessoal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada. São adotados os seguintes procedimentos:

- ✓ Acesso individual ao espaço;
- ✓ Orientação diária sobre medidas de prevenção relativas ao COVID 19;
- ✓ Higienização das mãos;
- ✓ Entrega de itens de higiene para o banho;
- ✓ Oferta de vestuário;
- ✓ Oferta de kits lanches e água mineral;
- ✓ Encaminhamentos à Saúde e demais setores;
- ✓ Encaminhamento e suporte técnico para acesso aos benefícios sociais, como por exemplo, auxílio emergencial.

AÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DA ALTA COMPLEXIDADE:

Salientamos que os serviços de Acolhimento Institucional às crianças e adolescentes, são executados pela rede indireta – Organizações da Sociedade Civil OSC's, por meio de chamamento público e termo de colaboração, sendo o Município responsável pela supervisão do serviço através da Secretaria do Desenvolvimento social e relações do trabalho (SDSRT), bem como as Instituições de longa permanência para idosos (ILPI), que são particulares e atendem ao Município através do Decreto Municipal nº 2.474/2015.

- Orientado a suspender ou limitar as visitas a uma vez a cada duas semanas, nas ILPIs;
- Assegurar a permanência de técnico (a) de referência capacitado, preferencialmente Assistente Social ou Psicólogo (a), nos SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes);
- Manter os familiares informados sobre o processo de acolhimentos dos atendidos, tanto nos SAICA quanto nas ILPI (Instituição de longa Permanência para Idosos);
- Realizar atendimentos via vídeo conferência/ aos familiares dos acolhidos, para manutenção dos vínculos familiares já existentes;
- Identificar pessoas em situação de rua, e encaminhá-las aos pontos de alojamentos provisórios, para possibilidades de alimentação, higiene, acolhida e pernoite.
- Garantir a manutenção do funcionamento das Unidades de Acolhimento municipais e privadas, independente do público atendido, com atenção redobrada para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

- Limitar as visitas externas nas unidades de acolhimento, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes. Orientação quanto aos EPIs, para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento.
- Orientado a transferir, em caso de suspeita ou confirmação de contaminação em serviços de alta complexidade, o (a) acolhido (a) para quarto separado, sendo realizada a devida articulação e informação a unidade de saúde para atendimento e isolamento adequado;
- Criar estratégias em casos de encaminhamentos para novos acolhimentos, para que esta ação aconteça em espaços distintos e separados dos acolhidos já inseridos nas unidades.
- Complementando as ações da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, é importante destacar o acompanhamento dos indivíduos e famílias que necessitam de isolamento social em decorrência da pandemia. Esta é uma ação exclusiva do SUAS, sendo assim devemos garantir, independentemente da amplitude do ocorrido, o apoio e acompanhamento integral as famílias e indivíduos, garantindo as seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social. Para tanto, devem ser observados alguns critérios, saber:
- Identificar necessidades emergenciais e tomar as medidas necessárias para garantir a proteção integral dos atingidos;
- Avaliar a necessidade de encaminhamento para outros serviços;
- Encaminhar para inserção no PAIF ou PAEFI, de acordo com a necessidade;
- Prestar apoio nas ações de desacolhimento das crianças e adolescentes a suas famílias conforme decisão do poder judiciário;
- Comunicar ao Poder Judiciário e ao Ministério Público demandas de Crianças e Adolescentes sem referencial familiar após a situação de emergência ou calamidade pública, para encaminhamentos cabíveis, dentre outras ações.
- Em uma situação de emergência ou calamidade pública, vários são os impactos na prestação dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, contudo a garantia da continuidade dos serviços socioassistenciais já existentes é necessária para o retorno progressivo das atividades de rotina da rede socioassistencial, de forma a preservar a referência e continuidade do atendimento e acompanhamento dos (as) usuários (as) nos serviços e para atender às novas demandas decorrentes da situação de emergência e calamidade.

Os CRAS, CADÚNICO, CONSELHOS TUTELARES e CREAS continuam abertos, porém com horário diferenciado de atendimento, inclusive com agendamento para preservar a saúde tanto da equipe técnica como dos (as) usuários (as), conforme decreto Municipal nº 2939/2020. Sendo assim, é importante que a gestão estabeleça uma divisão de tarefas entre as equipes do SUAS de acordo com os níveis de proteção, a fim de garantir acompanhamento psicossocial para o público prioritário dos serviços socioassistenciais, assim como para os demais atingidos pela situação de emergência ou calamidade, que passaram a ser público da Assistência Social.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

O PAT (Posto de Atendimento ao trabalhador) Central, continua atendendo as demandas em horários diferenciados, conforme Decreto 2.939, de 13 de Maio de 2020.

Os Conselhos Tutelares, seguem com os atendimentos de forma ininterrupta. Conforme Decreto 2.939, de 13 de Maio de 2020.

Itapequerica da Serra, 15 de Julho de 2020.

TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA

Secretária do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

INFORMAÇÃO N.º 1.324/2020 – S.D.S.R.T

Cópia

À Secretaria Municipal de Finanças - SF
Departamento de Suprimentos
A/C Sra. Simone Cremm

P.M.I.S. Depto Suprimentos
19/08/20 às 18:26 hs.
Visto _____
Origem SD324

Assunto: Aquisição de EPI's com Repasse Financeiro emergencial de recursos Federais para ações do Sistema Único de Assistência Social no combate à Covid-19.

Considerando a Portaria MC nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema único de Assistência Social – SUAS;

Considerando o material "Perguntas e Respostas", Repasse Emergencial previsto na Portaria MC nº 369, de 29 de abril de 2020;

Considerando a Portaria SNAS nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios devido a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, decorrente do novo coronavírus, COVID-19;

Considerando a Portaria SNAS nº 64, de 05 de maio de 2020, que altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020;

Considerando a Portaria MC nº 374, de 05 de maio de 2020, que altera a Portaria nº 365, de 29 de abril de 2020;

Considerando a Portaria SNAS nº 94/2020, de 29 de junho de 2020, que prorroga o prazo de adesão dos Estados, Municípios e Distrito Federal ao repasse emergencial de recursos federais e dispõe acerca do requerimento do órgão gestor para a segunda parcela da estruturação da rede referente ao Equipamento de Proteção Individual – EPI, previstos respectivamente no Inciso I do art. 4º e inciso I e parágrafo único do art. 5º, da Portaria nº 63, de 29 de abril de 2020;

Considerando a Nota Técnica 29/2020, de 05 de maio de 2020 – Repasse financeiro emergencial de recursos federais para ações do SUAS no combate à Covid-19;

Considerando a Ata da reunião (extraordinária) do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 26 de junho de 2020;

Considerando que este Município realizou *aceite* para aquisição de EPI'S, conforme cópia anexa, no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapepecerica.sp.gov.br

Solicitamos aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual conforme **Anexo I - Tabela de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**, para uso exclusivo dos funcionários que atuam nos equipamentos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Itapepecerica da Serra, 11 de agosto de 2020.

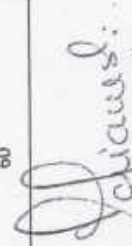
Atenciosamente,


TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária

FONTE DE RECURSO 05
CÓDIGO DE APLICAÇÃO 3120013

ANEXO I - TABELA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS

ITEM	QUANTIDADE	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS (Conforme Termo de Acelte - SUAS)
1	500 Unidades	PROTETOR FACIAL ODONTOLÓGICO	Que não distorce imagens, não embaça, leve, deve se ajustar ao uso de óculos.	60
2	180 Caixas com 50 Unidades	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	De formato retangular, dotada de filtro e clip nasal, utilizada em procedimentos assepticos como protecao ao paciente e ao campo esteril contra microorganismos exalados pelo usuario e tambem como barreira ao usuario contra fluidos do paciente. Características e acabamento: constituída por duas camadas de fibra sintéticas de nao tecido amaciado, de gramatura mínima de 20g/m2 intermediadas por uma camada de filtro confeccionado em fibras sintéticas (100% polipropileno) pelo processo meltbrom totalizando um mínimo de 60g/m2 para as tres camadas; ter formato retangular, possuir tres pregas horizontais, medir aproximadamente 18cm x 10cm (com pregas fechadas) e 18cm x 18cm (com pregas abertas). Apresentar com usual de fabricacao. A mascara devera ser repelente a líquidos, apresentar filtragem bacteriana eficaz pelo menos 95% para particulas de 1 a 2 micron; ter densidade, permeabilidade e porosidade capazes de atuar como barreira a microorganismos eliminados pelo trato respiratorio do usuario e fluidos eliminados pelo paciente, alem de proporcionar adequada ventilacao (respirabilidade) ao usuario. Dotada em toda extensao da borda superior de clipe nasal confeccionado em material flexivel devidamente revestido. Apresentar ajuste perfeito da mascara ao usuario. A mascara devera ser antialergica, atoxica, macia, isenta de emendas, furos, manchas ou qualquer outro defeito prejudicial a sua finalidade. Embalagem: embaladas em caixas com 50 (cinquenta) unidades cada, conforme praxe do fabricante, de forma a manter a integridade do produto ate o momento do uso.	60
3	6000 Unidades	AVENTAL DESCARTÁVEL GRAMATURA MÍNIMA DE 30	Em nao tecido (100% polipropileno) tamanho G, acabamento em overlock, gramatura mínima de 30, comprimento 1,40 x 1,20; manga longa com elastico no punho; decote com vies, um par de tiras para amarra na cintura e outro par no pescoço; embalado individualmente em material que garanta a integridade de do produto; o produto ira obedecer a legislacao atual vigente.	60
4	200 Unidades	ÁLCOOL EM GEL	Álcool em Gel 70% - Galão de 5 Litros	60


Tatiana Lopes Nascimento Silva
 Secretária do Desenvolvimento
 Social e Relações do Trabalho
 11.08.2020



Recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede devido à situação de Emergência COVID-19

AAA

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social – SEDS
Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS

MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS

Termo Aceito: Aceito UF: Todos Selecionar

Pesquisar Itapicirica da serra

Código IBGE	UF	Município	Termo Aceito	OFERTA - Equipamentos de Proteção Individual - EPI	OFERTA - Alimentos	OFERTA - Pessoas em Serviços Socioassistenciais	OFERTA - R\$ - Valor de referência	ACEITE - Equipamentos de Proteção Individual - EPI	ACEITE - Alimentos	ACEITE - Pessoas em Serviços Socioassistenciais	ACEITE - R\$ - Valor de referência
3522206	SP	Itapicirica da Serra	Aceito	80	10	103	R\$ 292.800,00	80	0	0	R\$ 31.500,00

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros (Filtrados de 5.540 registros)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério da Cidadania/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 369, DE 29 DE ABRIL DE 2020

Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o inciso III do art. 12 c/c o art. 28, o art. 30-A, e o art. 30-C da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, e

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

Considerando o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020,

Considerando a Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica,

Considerando o papel do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Emergência em Saúde Pública, de proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social e no desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação do Covid-19;

Considerando que o Ministério da Saúde - MS declarou, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência de infecção humana pelo Covid-19;

Considerando a Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Covid-19;

Considerando a Portaria MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social,

Considerando a Portaria nº 2.601, de 6 de novembro de 2018, dispõe sobre a utilização de recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS,

Considerando que a Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, estabelece os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, e a Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015, regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo;

Considerando o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre os serviços de proteção social especial de alta complexidade, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências; e

Considerando as Resoluções nº 7, de 17 de maio de 2013, e nº 12, de 11 de junho de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do CNAS, respectivamente, que dispõem sobre os parâmetros e critérios para a transferência de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do SUAS, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19.

Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS publicará em seu sítio eletrônico na Internet listagem constando os entes elegíveis ao repasse financeiro emergencial de recursos federais, constando as metas físicas e financeiras.

Art.2º O recurso emergencial de que trata esta Portaria tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, promovendo:

I - estruturação da rede do SUAS por meio da aquisição:

a) de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS; e

b) de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

II - cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

Art. 3º Farão jus ao repasse financeiro emergencial de que trata esta Portaria, destinado à estruturação da rede para aquisição de:

I - EPI, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 2º, os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS; e

II - alimentos, nos termos da alínea "b" do inciso I do art. 2º, os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam unidades de:

a) acolhimento para pessoa idosa ou com deficiência; ou

b) centro-dia.

§ 1º Para calcular as metas físicas dos municípios, do Distrito Federal e dos estados elegíveis, nos termos do inciso I do caput, será computado o quantitativo de trabalhadores registrados no Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social - CadSUAS, no mês de abril de 2020, nas seguintes unidades públicas e estatais:

I - Centro de Referência de Assistência Social;

II - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

III - Centro-Dia;

IV - Centro-POP;

V - Centro de Convivência; e

VI - Unidades de acolhimento.

§ 2º Para calcular as metas físicas dos municípios, do Distrito Federal e dos estados elegíveis, nos termos do inciso II do caput, serão somados o quantitativo de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência registrados no CadSUAS de abril de 2020 e de pessoas atendidas em Centro-Dia (ou serviço equivalente) registrados no Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS 2019.

Art. 4º O repasse de recursos referente à estruturação da rede dar-se-á diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal, no exercício de 2020, em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses da demanda aferida nos termos do art. 3º, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§1º O cálculo dos valores a serem transferidos nos termos do caput para a estruturação da rede quanto a aquisição de:

I - EPI observará o valor de referência de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) mensal por trabalhador, multiplicado pelo quantitativo de trabalhadores a serem contemplados; e

II - alimentos observará o valor de referência de R\$ 115,00 (cento e quinze reais) mensal por pessoa, multiplicado pelo quantitativo de pessoas a serem contempladas.

§2º A segunda parcela referente ao inciso I do §1º estará condicionada à real necessidade de uso de EPI, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde - MS, conforme ato complementar da SNAS.

Art. 5º Farão jus ao recurso emergencial, de que trata esta Portaria, destinado ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais os estados, municípios e Distrito Federal que possuam pessoas que:

I - necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde - MS quanto ao distanciamento social; ou

II - se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

§ 1º Para fins de aferição do critério previsto no caput, os municípios e o Distrito Federal elegíveis observarão o somatório da:

I - metade da quantidade, arredondadas para cima, de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, com registro ativo em março de 2020;

II - quantidade de vagas em serviços de acolhimento cadastrados no CadSUAS, com registro ativo em março de 2020; e

III - quantidade de imigrantes interiorizados entre abril de 2018 a dezembro de 2019, conforme registro do Subcomitê de Interiorização da Operação Acolhida;

§ 2º Para fins de aferição do critério previsto no caput, os estados elegíveis observarão a quantidade de vagas em serviço de acolhimento cadastradas no Cadastro Único, com registro ativo em março de 2020.

§ 3º Limita-se o cofinanciamento ao máximo de 5 (cinco) mil pessoas por ente elegível.

§ 4º O limite estabelecido no parágrafo anterior poderá ser ampliado, respeitando-se a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a capacidade de acolhimento municipal durante a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência do COVID-19.

Art. 6º Os entes com saldo em conta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências quando da publicação desta Portaria poderão reprogramar os valores para as despesas com enfrentamento à ESPIN decorrente do Covid-19, exceto os repasses realizados com fundamento nas Portarias MDS nº 420, de 18 de dezembro de 2017, e nº 558, de 28 de dezembro de 2017.

Art. 7º O cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19 tem como finalidade promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus.

Art. 8º Os recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais para atendimento à situação de ESPIN decorrente do Covid-19 deverão ser aplicados, além do que dispõe o art. 3º da Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, na garantia de:

I - ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção do Covid-19 e disseminação do vírus;

II - provimento de condições adequadas de alojamento e isolamento, observadas as orientações do Ministério da Saúde, de modo a evitar aglomerações que propiciam a disseminação da Covid-19;

III - adaptação de espaços físicos com intuito de criar acomodações individuais ou isolar grupo ou apoio a outras formas de alojamento provisórios adequadas à realidade local, que obedeçam aos critérios de separação de pequenos grupos para evitar aglomerações que propiciam a disseminação do Covid-19;

IV - alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população ou evitem a propagação do Covid-19;

V - medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, agravada pela pandemia do Covid-19;

VI - locação de moradia temporária ou hospedagem para indivíduos ou grupo familiar por meio de contratos celebrados pelo poder público;

VII - apoio com alimentação e outros itens básicos a alojamentos provisórios geridos por organizações da sociedade civil;

VIII - locomoção das equipes e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais; e

IX - provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes.

Art. 9º As ações referentes ao provimento de condições adequadas de organização dos alojamentos, que visem a assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, assegurando as condições básicas para o cumprimento das orientações sanitárias de isolamento social e higiene voltadas à proteção da população e prevenção da disseminação do Covid-19 serão objeto de orientação técnica a ser publicada pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

Art. 10. O gestor da política de assistência social deverá promover a gradativa desmobilização das ações socioassistenciais, implantadas ou reorganizadas no escopo desta Portaria, na medida em que for superada a situação de ESPIN decorrente do Covid-19.

§1º Compõem as ações de desmobilização as estratégias de gestão que envolvem a redução de esforços concentrados em torno de uma situação excepcional e a adoção de procedimentos rotineiros, cujo planejamento deverá:

I - prevenir a brusca interrupção das provisões, evitando danos e maiores prejuízos aos indivíduos e às famílias atendidos;

II - impedir o descontrole ou a perda de equipamentos e materiais;

III - evitar a sobrecarga das equipes técnicas; e

IV - adotar outras medidas necessárias à retomada da normalidade dos serviços cotidianos, sem prejuízo de outras ações emergenciais.

§2º A execução das ações socioassistenciais poderá se estender após o período da situação de emergência, conforme demonstrada a necessidade, possibilitando a reprogramação de recursos existentes a partir da elaboração de plano de ação validado pelo Ministério da Cidadania.

Art. 11. Os recursos destinados ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão repassados no exercício de 2020 diretamente do FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses de atendimento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. O cálculo dos valores a serem transferidos na forma do caput observará o valor de referência de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal por pessoa, previsto no § 2º do art. 6º da Portaria MDS nº 90, de 2013, multiplicado pelo quantitativo de indivíduos a serem atendidos.

Art. 12. Os recursos repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, a título de cofinanciamento federal emergencial, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira do FNAS, inclusive quanto à disponibilidade orçamentária e financeira e prestação de contas.

Parágrafo único. O Ministério da Cidadania poderá, a qualquer tempo, requisitar informações referentes à aplicação do recurso extraordinário de que trata esta portaria, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Art. 13. Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 08.244.5031.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus e serão destinados ao atendimento das necessidades das famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco.

Art. 14. Os entes elegíveis, na forma desta Portaria, farão jus ao repasse emergencial de recursos federais, desde que se comprometam, no prazo estabelecido:

I - às regras firmadas no Termo de Aceite e Compromisso, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania em seu site institucional na internet https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/emergencia_covid_19/index.php; e

II - a prestar contas na forma da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015, e demais procedimentos disciplinados em ato específico, conjunto, da Secretaria Nacional de Assistência Social e da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências.

§ 1º Os gestores deverão encaminhar o Termo de Aceite e Compromisso à ciência dos respectivos conselhos de assistência social.

§ 2º Especificamente quanto às ações socioassistenciais, o ente também deverá apresentar plano de ação em sistema informatizado específico.

Art. 15. Os respectivos Conselhos de Assistência Social deverão apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Art. 16. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, expedirá normativas e orientações complementares à matéria disciplinada, especialmente quanto:

I - ao Termo de Aceite e Compromisso;

II - ao Plano de Ação; ou

III - aos procedimentos de prestação de contas.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Repasse emergencial previsto na Portaria MC nº 369, de 29 de abril de 2020

Atualização em 13/05/2020

Sumário

A. CRITÉRIOS, METAS E CÁLCULO DOS RECURSOS.....	2
B. REPASSE E USO DOS RECURSOS EMERGENCIAIS - GERAL	6
C. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	9
D. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	10
E. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA O COFINANCIAMENTO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS	11
F. REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS.....	15
G. PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	16
H. SISTEMA DO TERMO DE ACEITE	16

A Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, e a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020 podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-369-de-29-de-abril-de-2020%ef%bb%bf>

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/3152>

A. CRITÉRIOS, METAS E CÁLCULO DOS RECURSOS

1. O que dispõe a Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020?

A Portaria nº 369/2020, editada pelo Ministério da Cidadania, dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

A portaria estabelece os critérios e a operacionalização deste repasse de recurso financeiro emergencial, que será realizado por meio de transferência fundo a fundo, com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19.

A Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, traz aspectos da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais previstos nesta Portaria nº 369/2020.

2. A que se destina o repasse financeiro emergencial de recursos federais previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

Os recursos previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, destinam-se a promover:

- I. Estruturação da rede do SUAS por meio da:
 - a. aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS;
 - b. aquisição de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e pessoas com deficiência acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- II. Cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento de situação de emergência em decorrência do Covid-19, por meio da proteção, orientação, apoio e atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados pela situação, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação de riscos quanto à infecção ou disseminação do Coronavírus.

3. Quem poderá receber o repasse financeiro emergencial de recursos federais previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

As informações sobre quem poderá receber o repasse financeiro emergencial de recursos federais estão dispostas no Art. 3º e Art. 5º da Portaria e dependem da destinação dos recursos, conforme a seguir.

- Farão jus ao repasse financeiro emergencial destinado à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS.
- Farão jus ao repasse financeiro emergencial destinado à aquisição de alimentos para pessoas idosas e pessoas com deficiência os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam: a) Unidades de acolhimento para pessoa idosa ou com deficiência; ou b) Centro-dia (ou serviço equivalente).
- Farão jus ao repasse financeiro emergencial destinado ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam pessoas que: a) necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde quanto ao distanciamento social; ou b) se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

4. Por que o meu município/estado não está na lista de municípios/estados elegíveis?

O município/estado não está na lista de elegíveis porque não se encaixou nos critérios para os quais os recursos foram priorizados. Os critérios para elegibilidade aos recursos dependem da destinação dos mesmos, conforme a seguir.

- Para aquisição de EPI: registro de trabalhadores em unidade pública estatal do SUAS (CRAS, CREAS, Centro-Dia, Centro POP, Centro de Convivência, Unidades de acolhimento) no Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS) no mês de abril de 2020.
- Para aquisição de alimentos: registro de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência no CadSUAS em abril de 2020 e registro de pessoas atendidas em Centro-Dia (ou serviço equivalente) no Censo SUAS 2019.
- Para cofinanciamento de ações Socioassistenciais: pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com registro ativo em março de 2020; vagas em serviços de acolhimento cadastradas no CadSUAS, com registro ativo em março de 2020; e registro de imigrantes recebidos por meio da Estratégia de Interiorização do Governo Federal (Operação Acolhida) entre abril de 2018 e dezembro de 2019.



**Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra
Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 09 de Outubro de 2020.

Ofício SAJ nº 250/2020 – SO

Ref.: Despacho/Ofício nº 892/2020

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00006443/2020

Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Osasco/SP

Ilustríssimo Procurador da República,

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, em consonância ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP e dos Autos supramencionados, pelo qual solicita a) o encaminhamento de cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19 e, b) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, conforme ofício ministerial, neste esteio, há de se ressaltarmos que a Municipalidade providenciou a análise técnica e manifestação através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, nos termos materializados na Informação nº 1589/2020 - SDSRT anexa.

Nessa vereda, encaminhamos o esclarecimento da Secretaria Municipal para vosso conhecimento.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Silney Yoshimitsu Ono
Procurador do Município
OAB/SP 272.758

Simone Maia Maselli
Procuradora Chefe do Município

Ao
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco/SP
Dr. Douglas Guilherme Fernandes
Procurador da República
Rua Padre Damaso, nº 294 – 2º andar
Centro - Osasco/SP - CEP: 06016-010



MDA Nº 33.943/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Informação Nº 1.589/2020 – SDSRT

URGENTE

À

Secretaria de Assuntos Jurídicos

A/C: Dr. Claudio Silvestre Rodrigues Junior

Secretário Municipal

Assunto: Despacho/Ofício Nº 892/2020 – Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP – 1º Ofício - Autos nº: 1.34.043.000257/2020-83-Classe: Procedimento Preparatório – Representante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Em atendimento ao Item 3 - Despacho/Ofício Nº 892/2020 – Etiqueta: PRM-OSC-SP-00006443/2020, encaminhamos (anexos) os seguintes documentos e informamos o quanto segue:

- Plano de Contingência – Enfrentamento ao COVID-19, Município de Itapecerica da Serra – Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, datado de 15 de julho de 2020;
- Informação Nº 1.324/2020 – S.D.S.R.T, Assunto: Aquisição de EPI's com Repasse Financeiro emergencial de recursos Federais para ações do Sistema Único de Assistência Social no combate à Covid-19, datada de 11 de agosto 2020;
- Ofício Nº 195/2020 SDSRT – Assunto: Implantação Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua, datado de 14 de setembro de 2020;
- Informação Nº 1.520/2020 SDSRT, Assunto: Retificação – Solicitação de Empenho – “Centro de Recuperação Conquista”.

Itapecerica da Serra, 02 de outubro de 2020

Atenciosamente,


Tatiana Lopes Nascimento Silva
Secretária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Plano de Contingência Enfrentamento ao COVID-19

**Município de Itapequerica da Serra
Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho
2020**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

INTRODUÇÃO

Considerando o contexto adverso de enfrentamento da pandemia de COVID-19, o novo Coronavírus, classificado pela Organização Mundial de Saúde – OMS com alto perfil de contaminação e multiplicação, e considerando principalmente a população mais vulnerável, a saber: idosos, pessoas em situação de rua e demais fenômenos de vulnerabilidade social, as situações de emergência e calamidade do COVID – 19, popularmente conhecido como Coronavírus, nos colocou diante a um grande desafio para as equipes socioassistenciais. Tais ocorrências atingem de forma mais drástica os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, pois as condições de renda, moradia, saneamento básico, educação, saúde, entre outras, são agravadas diante de situações de emergência e calamidade e consequentemente, impactam diretamente na capacidade dessas famílias na reorganização e reconstrução de seus projetos de vida.

Dessa forma, um dos aspectos fundamentais para o melhor enfrentamento dessas situações é o planejamento dos riscos, por meio da elaboração de Planos de Contingenciamento, contendo as medidas de resposta emergencial diante da ocorrência de situação de emergência ou calamidade pública. Nesse sentido, as ações devem ser articuladas, integradas e intersetoriais.

A articulação com as demais políticas públicas tem o objetivo de garantir a atuação dentro dos limites previstos para cada uma delas, tendo como resultado significativo a qualidade de vida das famílias, não somente nos períodos de colapsos sociais, como este atual.

Desse modo, determinadas ações que extrapolam a atuação da assistência social deverão ter as respostas na atuação de outras políticas, sobretudo na Saúde e Educação.

Salientamos que entre as ações de resposta emergencial, além daquelas realizadas para o socorro imediato às vítimas, está o atendimento socioassistencial, realizado pelas equipes técnicas que atuam no SUAS do Município.

As ações devem ser complementadas com as de restabelecimento dos serviços essenciais, dentre os quais aqueles ofertados nas unidades de atendimentos socioassistenciais, a fim de garantir condições mínimas de segurança, ações que permitam o retorno da normalidade para a população afetada.

É importante destacar os instrumentos legais de âmbito Federal, Estadual e Municipal que embasam as ações, a saber:

➤ *Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020 – SP;*

Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

- Decreto 64.864, de 16 de março 2020 – SP;
Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas.
- Decreto 59.283, de 16 de março de 2020 – SP;
Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.
- Recomendação nº 1 DPGU/SGAI DPGU/GTR DPGU;
Dispõe sobre o Grupo de Trabalho em Prol das pessoas em Situação de Rua da DPU.
- Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020.;
Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.
- Ofício NUDEM nº 121/2020 - Defensoria Pública;
Trata-se de Ofício do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – NUDEM, referente as medidas adotadas para enfrentamento do contágio do coronavírus, considerando os serviços socioassistenciais para o atendimento à mulher vítima de violência sexual e ou doméstica.
- Resolução SEDS Nº 7, de 17 de março de 2020;
Estabelece os procedimentos a serem adotados na prevenção de contágio pelo Coronavírus – Covid 19.
- Poder Judiciário Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020;
Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.
- Orientação Técnica nº 02 CAS/SEDS;
Dispõe sobre adoção de medidas de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus) para os serviços socioassistenciais voltados à população em situação de rua.
- Orientação Técnica nº 03 CAS/SEDS/2020;
Dispõe sobre a distribuição de alimentos no âmbito da Assistência Social.
- Orientação Técnica nº 04 CAS/SEDS/2020;
Dispõe sobre recomendações aos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo.
- Orientação Técnica nº 08/PSE-CAS/SEDS/2020;
Dispõe sobre Orientações técnicas aos gestores municipais, equipes técnicas dos serviços socioassistenciais, diretores de DRADS, técnicos dos Núcleos de Apoio e Supervisão (NUASU) da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo relativas ao atendimento dos Serviços Socioassistenciais de Média Complexidade em decorrência da emergência em Saúde Pública devido a pandemia do Covid-19.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, 13 de março de 2020;
Orientação às gestões de assistência social municipais, prioritariamente voltado aos serviços de acolhimento institucional de adultos, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros, para observação, prevenção e encaminhamento de casos com a Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).
- Resolução do CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009;
O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- Nota técnica NT.225/2020 - NT-CON-POG, de 19 de maio de 2020;
Medidas emergenciais adotadas pelo Sistema Financeiro Nacional devido à pandemia do coronavírus - Covid 19.
- Nota Técnica 227/2020 NT-JUR-POG;
Análise sintética da proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para atenuar efeitos da crise.
- Decreto Municipal nº 2.939, de 13 de maio de 2020;
- *Regulamenta em face das Emergências de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), Restrições de Atendimento, Funcionamento, Rodízio de Servidores, Dispensas, e dá outras providências.*
- Decreto Municipal nº 2.888, de 20 de março de 2020;
Declara estado de Calamidade Pública no Município de Itapeçerica Da Serra, face a Pandemia Mundial pelo contágio do Novo Coronavírus (Covid-19).
- Decreto Municipal nº 2.921, de 23 de abril de 2020;
Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras no município de Itapeçerica da Serra, para prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 2.933, de 6 de maio de 2020;
Dispõe sobre a alteração do Decreto Municipal nº 2.893, de 23 de março de 2020, que estabelece no âmbito da administração direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), com disposição sobre o fechamento total ou parcial de comércios e outras recomendações ao setor privado municipal e familiar, e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 2.934, de 6 de maio de 2020;
Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 2.899, de 27 de março de 2020, que dispõe no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, face a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), suspende os prazos administrativos e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 2.935, de 7 de maio de 2020;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

Dispõe sobre prorrogação e alteração do Decreto Municipal nº 2.893, de 23 de março de 2020, que estabelece no âmbito da administração direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), com disposição sobre o fechamento total ou parcial de comércios e outras recomendações ao setor privado municipal e familiar, e dá outras providências.

- *Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.938, de 13 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), criação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), obrigatoriedade do uso de máscaras no município, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.939, de 13 de maio de 2020;
Regulamenta em face das Emergências de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), restrições de atendimento, funcionamento, rodízio de servidores, dispensas, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.943, de 19 de maio de 2020;
Dispõe sobre alteração do Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.948, de 21 de maio de 2020;
Dispõe sobre prorrogação do Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que estabelece no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal.*
- *Decreto Municipal nº 2.951, de 28 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre autorização mediante condições das atividades de autoescolas, despachantes, escritórios de corretagem de seguros, consultórios de exame psicotécnico e academias, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.953, de 29 de maio de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapeçerica da Serra, sobre autorização mediante condições das atividades de escritórios e lojas de venda e revenda de automóveis e outros veículos, e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.954, de 29 de maio de 2020;*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Dispõe sobre prorrogação do decreto municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que estabelece no âmbito do município de Itapecerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem como o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal.

- Decreto Municipal nº 2.957, de 5 de junho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapecerica da Serra, sobre autorização de retorno gradual das atividades do comércio em geral, escolas de cursos extracurriculares (não escolas de cursos regulares), magazines de venda de eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupas, sapatos e outros comércios, mediante adoção de medidas obrigatórias de higiene e outros protocolos estabelecidos de prevenção e combate ao Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 2.963, de 15 junho de 2020;

Dispõe sobre a prorrogação do Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que estabelece no âmbito do município de Itapecerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), bem o fechamento total ou parcial de comércio e outras recomendações ao setor privado municipal.

- Decreto Municipal nº 2.965, de 17 de junho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapecerica da Serra, sobre o enquadramento dos comércios, indústrias e prestadores de serviço à fase cor "laranja" do plano São Paulo de retomada consciente das atividades, nos moldes do Decreto do Governo do Estado de São Paulo nº 64.994, de 28 de maio de 2020 (disponível no site www.saopaulo.sp.gov.br/planosp) e, em cumprimento a respeitável decisão liminar proferida nos autos da ação civil pública, Processo nº 100.2047.04.2020.8.26.0268 (fls. 52), tudo, mediante medidas condicionantes estabelecidas nos protocolos sanitários intersetoriais e setoriais estabelecidos no referido plano e ainda, revoga Decretos Municipais sobre o tema, e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 2.969, de 29 de junho de 2020;

Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido pelo Decreto Municipal nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que permite o funcionamento dos serviços, comércios e indústrias, considerados essenciais e estabelece no âmbito do município de Itapecerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), além de outras recomendações ao setor privado no município.

- Decreto Municipal nº 2.974, de 3 de julho de 2020;

Dispõe no âmbito do município de Itapecerica da Serra, sobre o enquadramento dos comércios, indústrias e prestadores de serviço à fase cor "amarela" do plano São Paulo de retomada consciente das atividades, nos moldes do Decreto do Governo do Estado de São Paulo nº 64.994, de 28 de maio de 2020 (disponível no site www.saopaulo.sp.gov.br/planosp) mediante medidas condicionantes



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

estabelecidas nos protocolos sanitários intersetoriais e setoriais estabelecidos no referido plano, e dá outras providências.

- *Decreto Municipal nº 2.977, de 8 de julho de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapequerica da Serra, sobre o enquadramento dos comércios, indústrias e prestadores de serviço à fase cor "amarela" do plano São Paulo de retomada consciente das atividades, nos moldes do Decreto do Governo do Estado de São Paulo nº 64.994, de 28 de maio de 2020, (disponível no site www.saopaulo.sp.gov.br/planosp), academias e feira noturna mediante medidas condicionantes estabelecidas nos protocolos sanitários intersetoriais e setoriais estabelecidos no referido plano.*
- *Decreto Municipal nº 2.978, de 8 de julho de 2020;
Dispõe no âmbito do município de Itapequerica da Serra, sobre o cancelamento de rodízio de servidores em função do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.*
- *Decreto Municipal nº 2.981, de 15 de julho de 2020.
Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido pelo Decreto nº 2.937, de 13 de maio de 2020, que permite o funcionamento dos serviços, comércios e indústrias considerados essenciais e estabelece no âmbito do município de Itapequerica da Serra, medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), além de outras recomendações ao setor privado no município.*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a proteção social das famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, contaminadas ou não, no município em situação de emergência e calamidade pública, de forma a reduzir os impactos gerados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Definir ações emergenciais de gestão e ofertas da Assistência Social diante da pandemia;
- Mitigar as consequências da pandemia para as populações mais vulneráveis;
- Contribuir para a concretização da medida de isolamento junto às famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social;
- Intensificar a proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, contaminadas ou não;
- Colaborar para garantir a execução do isolamento social das famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social;
- Garantir sobrevivência da população mais vulnerável, impedida de desenvolver suas atividades laborais, estando contaminadas ou não.

PÚBLICO ALVO:

População em situação de violação de Direitos, vulnerabilidade social e/ou risco social; pessoas em situação de rua; população idosa em situação de risco e abandono; crianças e adolescentes em situação de risco, violação de direitos e vínculos familiares rompidos, idosos (as) e outros grupos de risco integrantes de famílias pobres e extremamente pobres que sofreram ou não o contágio pelo COVID – 19. Idosos e crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

AÇÕES E METAS:

- Aplicar ações de resposta para assistência às vítimas e seus familiares;
- Avaliar a necessidade de suplementação das equipes de assistência social para atendimento às famílias;
- Acolhimento e manutenção de alojamentos provisórios;
- Acesso a serviços e benefícios sócioassistenciais; assim como, garantir a continuidade do atendimento às pessoas e famílias que já vinham sendo acompanhadas pelos serviços no Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

META:

Garantir Proteção social às famílias vulneráveis.

VIGÊNCIA:

Conforme Decreto Municipal e Estadual referente à situação de emergência e calamidade pública, enquanto perdurar a Pandemia.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO:

Sistemático, através de relatórios e análises.

SEGURANÇAS A SEREM AFIANÇADAS:

Autonomia, sobrevivência e convívio.

AÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DA GESTÃO E COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DO SUAS:

- Realizar reuniões por meio de plataformas digitais com as coordenações e equipes de referência para manter a organização do processo de trabalho;
- Suspender os trabalhos em grupo e visitas domiciliares com exceção das famílias em situação de urgência e risco;
- Garantir as medidas de proteção e prevenção ao COVID-19 que contemplem os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituindo o afastamento, conforme Decreto Municipal, dos servidores acima de 60 anos e os que compõem o grupo de risco;
- Disponibilizar materiais de higiene e Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, para profissionais do SUAS que estarão no contato direto com a população;
- Elaborar e garantir a publicação, bem como divulgação de comunicados oficiais para a população, referente à redução da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios sócioassistenciais que geram aglomerações, utilizando redes sociais, sites oficiais e carro de som para divulgação;
- Disponibilizar os contatos telefônicos e e-mails das coordenações e dos equipamentos para garantir a fluidez do trabalho;
- Enviar ofício ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) sobre as alterações na oferta dos serviços socioassistenciais, para que o cofinanciamento não seja alterado;
- Registrar em instrumento de planejamento e monitoramento a oferta diferenciada dos serviços socioassistenciais, no sentido de alimentar os sistemas federais e estaduais;
- Orientar as equipes de referência, através da área de Gestão do Trabalho e Educação Permanente sobre questões pertinentes ao fazer profissional, como: capacitação virtual através de vídeos para os



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

(as) trabalhadores (as) do SUAS sobre o tema, bem como a definição de metodologia para garantir a fluidez do trabalho;

- Realizar, junto à Coordenação do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, levantamento dos dados do CADÚNICO sobre os grupos de risco;
- Articular, junto com a Vigilância Sanitária, o cruzamento de informações e dados;
- Levantar as situações de risco que as famílias pobres e extremamente pobres estão expostas que possam contribuir para a contaminação e/ou fragilidades na prevenção;
- Elaborar mapeamento das situações de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos identificadas no município, por meio do diagnóstico elaborado pelas equipes da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Buscar, através dos prontuários e relatórios quantitativos das famílias atendidas pelo SUAS, informações que possam facilitar a identificação das situações de contaminação e realizar o cruzamento dessas informações com os dados de outras políticas públicas, principalmente com a Saúde.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

META:

Acompanhar famílias e indivíduos para garantir a proteção social especial de média e alta complexidade

VIGÊNCIA:

Conforme Decreto referente à situação de emergência e calamidade pública.

MONITORAMENTO:

Deve ser diário, através dos relatórios, que serão elaborados a partir dos dados disponibilizados pelas equipes técnicas dos equipamentos de Atendimentos Socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

SEGURANÇAS A SEREM AFIANÇADAS:

Sobrevivência, acolhida, convívio ou vivência familiar, comunitária e social.

AÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DA MÉDIA COMPLEXIDADE:

- Estabelecer fluxos entre CRAS, CADÚNICO, CONSELHOS TUTELARES e CREAS, para atendimento às famílias e indivíduos;
- Assegurar a permanência ininterrupta de técnico de referência capacitado, preferencialmente Assistente Social ou Psicólogo, nos equipamentos para atendimento às famílias e indivíduos que vivenciam situações de emergência e calamidade pública que passam por circunstâncias de risco pessoal ou social em decorrência das violências e/ou violações de direitos geradas por essas situações;
- Garantir a manutenção do funcionamento do espaço de atendimento, higienização e alimentação, para a população em situação de rua, com a suspensão das atividades de grupo coletivo;
- Viabilizar a manutenção do funcionamento do CREAS, sendo suspensas as atividades de grupo/coletivas e abordagem social e/ou busca ativa, bem como visitas domiciliares, podendo ser realizadas nos casos em que a (s) equipe (s) avaliem como necessários.
- Em relação a população em situação de rua, os atendimentos acontecem no CREAS, de forma ininterrupta, sendo ofertados diariamente aos atendidos, o desjejum, higienização pessoal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

diária e atendimento particularizado de acordo com a urgência apresentada. São adotados os seguintes procedimentos:

- ✓ Acesso individual ao espaço;
- ✓ Orientação diária sobre medidas de prevenção relativas ao COVID 19;
- ✓ Higienização das mãos;
- ✓ Entrega de itens de higiene para o banho;
- ✓ Oferta de vestuário;
- ✓ Oferta de kits lanches e água mineral;
- ✓ Encaminhamentos à Saúde e demais setores;
- ✓ Encaminhamento e suporte técnico para acesso aos benefícios sociais, como por exemplo, auxílio emergencial.

AÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DA ALTA COMPLEXIDADE:

Salientamos que os serviços de Acolhimento Institucional às crianças e adolescentes, são executados pela rede indireta – Organizações da Sociedade Civil OSC's, por meio de chamamento público e termo de colaboração, sendo o Município responsável pela supervisão do serviço através da Secretaria do Desenvolvimento social e relações do trabalho (SDSRT), bem como as Instituições de longa permanência para idosos (ILPI), que são particulares e atendem ao Município através do Decreto Municipal nº 2.474/2015.

- Orientado a suspender ou limitar as visitas a uma vez a cada duas semanas, nas ILPIs;
- Assegurar a permanência de técnico (a) de referência capacitado, preferencialmente Assistente Social ou Psicólogo (a), nos SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes);
- Manter os familiares informados sobre o processo de acolhimentos dos atendidos, tanto nos SAICA quanto nas ILPI (Instituição de longa Permanência para Idosos);
- Realizar atendimentos via vídeo conferência/ aos familiares dos acolhidos, para manutenção dos vínculos familiares já existentes;
- Identificar pessoas em situação de rua, e encaminhá-las aos pontos de alojamentos provisórios, para possibilidades de alimentação, higiene, acolhida e pernoite.
- Garantir a manutenção do funcionamento das Unidades de Acolhimento municipais e privadas, independente do público atendido, com atenção redobrada para as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

- Limitar as visitas externas nas unidades de acolhimento, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes. Orientação quanto aos EPIs, para os profissionais que atuam nos serviços de acolhimento.
- Orientado a transferir, em caso de suspeita ou confirmação de contaminação em serviços de alta complexidade, o (a) acolhido (a) para quarto separado, sendo realizada a devida articulação e informação a unidade de saúde para atendimento e isolamento adequado;
- Criar estratégias em casos de encaminhamentos para novos acolhimentos, para que esta ação aconteça em espaços distintos e separados dos acolhidos já inseridos nas unidades.
- Complementando as ações da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, é importante destacar o acompanhamento dos indivíduos e famílias que necessitam de isolamento social em decorrência da pandemia. Esta é uma ação exclusiva do SUAS, sendo assim devemos garantir, independentemente da amplitude do ocorrido, o apoio e acompanhamento integral as famílias e indivíduos, garantindo as seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social. Para tanto, devem ser observados alguns critérios, saber:
- Identificar necessidades emergenciais e tomar as medidas necessárias para garantir a proteção integral dos atingidos;
- Avaliar a necessidade de encaminhamento para outros serviços;
- Encaminhar para inserção no PAIF ou PAEFI, de acordo com a necessidade;
- Prestar apoio nas ações de desacolhimento das crianças e adolescentes a suas famílias conforme decisão do poder judiciário;
- Comunicar ao Poder Judiciário e ao Ministério Público demandas de Crianças e Adolescentes sem referencial familiar após a situação de emergência ou calamidade pública, para encaminhamentos cabíveis, dentre outras ações.
- Em uma situação de emergência ou calamidade pública, vários são os impactos na prestação dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, contudo a garantia da continuidade dos serviços socioassistenciais já existentes é necessária para o retorno progressivo das atividades de rotina da rede socioassistencial, de forma a preservar a referência e continuidade do atendimento e acompanhamento dos (as) usuários (as) nos serviços e para atender às novas demandas decorrentes da situação de emergência e calamidade.

Os CRAS, CADÚNICO, CONSELHOS TUTELARES e CREAS continuam abertos, porém com horário diferenciado de atendimento, inclusive com agendamento para preservar a saúde tanto da equipe técnica como dos (as) usuários (as), conforme decreto Municipal nº 2939/2020. Sendo assim, é importante que a gestão estabeleça uma divisão de tarefas entre as equipes do SUAS de acordo com os níveis de proteção, a fim de garantir acompanhamento psicossocial para o público prioritário dos serviços socioassistenciais, assim como para os demais atingidos pela situação de emergência ou calamidade, que passaram a ser público da Assistência Social.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

O PAT (Posto de Atendimento ao trabalhador) Central, continua atendendo as demandas em horários diferenciados, conforme Decreto 2.939, de 13 de Maio de 2020.

Os Conselhos Tutelares, seguem com os atendimentos de forma ininterrupta. Conforme Decreto 2.939, de 13 de Maio de 2020.

Itapequerica da Serra, 15 de Julho de 2020.

TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA

Secretária do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

INFORMAÇÃO N.º 1.324/2020 – S.D.S.R.T

Cópia

À Secretaria Municipal de Finanças - SF P.M.I.S. Depto Suprimentos
Departamento de Suprimentos 19/08/20 às 18:26 hs.
A/C Sra. Simone Cremm Visto _____
Origem SD324

Assunto: Aquisição de EPI's com Repasse Financeiro emergencial de recursos Federais para ações do Sistema Único de Assistência Social no combate à Covid-19.

Considerando a Portaria MC nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema único de Assistência Social – SUAS;

Considerando o material "Perguntas e Respostas", Repasse Emergencial previsto na Portaria MC nº 369, de 29 de abril de 2020;

Considerando a Portaria SNAS nº 63, de 30 de abril de 2020, que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios devido a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, decorrente do novo coronavírus, COVID-19;

Considerando a Portaria SNAS nº 64, de 05 de maio de 2020, que altera a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020;

Considerando a Portaria MC nº 374, de 05 de maio de 2020, que altera a Portaria nº 365, de 29 de abril de 2020;

Considerando a Portaria SNAS nº 94/2020, de 29 de junho de 2020, que prorroga o prazo de adesão dos Estados, Municípios e Distrito Federal ao repasse emergencial de recursos federais e dispõe acerca do requerimento do órgão gestor para a segunda parcela da estruturação da rede referente ao Equipamento de Proteção Individual – EPI, previstos respectivamente no Inciso I do art. 4º e inciso I e parágrafo único do art. 5º, da Portaria nº 63, de 29 de abril de 2020;

Considerando a Nota Técnica 29/2020, de 05 de maio de 2020 – Repasse financeiro emergencial de recursos federais para ações do SUAS no combate à Covid-19;

Considerando a Ata da reunião (extraordinária) do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 26 de junho de 2020;

Considerando que este Município realizou *aceite* para aquisição de EPI'S, conforme cópia anexa, no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais);

AR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Solicitamos aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual conforme **Anexo I - Tabela de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**, para uso exclusivo dos funcionários que atuam nos equipamentos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Itapecerica da Serra, 11 de agosto de 2020.

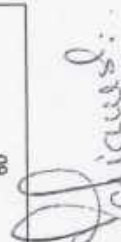
Atenciosamente,


TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária

FONTE DE RECURSO 05
CÓDIGO DE APLICAÇÃO 3120013

ANEXO I - TABELA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS

ITEM	QUANTIDADE	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS (Conforme Termo de Acelte - SUAS)
1	500 Unidades	PROTETOR FACIAL ODONTOLÓGICO	Que não distorce imagens, não embaça, leve, deve se ajustar ao uso de óculos.	60
2	180 Caixas com 50 Unidades	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	De formato retangular, dotada de filtro e clip nasal, utilizada em procedimentos assepticos como protecao ao paciente e ao campo esteril contra microorganismos exalados pelo usuario e tambem como barreira ao usuario contra fluidos do paciente. Características e acabamento: constituída por duas camadas de fibra sintéticas de nao tecido amaciado, de gramatura mínima de 20g/m2 intermediadas por uma camada de filtro confeccionado em fibras sintéticas (100% polipropileno) pelo processo meltbrom totalizando um mínimo de 60g/m2 para as tres camadas; ter formado retangular, possuir tres pregas horizontais, medir aproximadamente 18cm x 10cm (com pregas fechadas) e 18cm x 18cm (com pregas abertas). Apresentar com usual de fabricacao. A mascara devera ser repelente a líquidos, apresentar filtragem bacteriana eficaz pelo menos 95% para particulas de 1 a 2 micron; ter densidade, permeabilidade e porosidade capazes de atuar como barreira a microorganismos eliminados pelo trato respiratorio do usuario e fluidos eliminados pelo paciente, alem de proporcionar adequada ventilacao (respirabilidade) ao usuario. Dotada em toda extensao da borda superior de clipe nasal confeccionado em material flexivel devidamente revestido. Apresentar ajuste perfeito da mascara ao usuario. A mascara devera ser antialergica, atoxica, macia, isenta de emendas, furos, manchas ou qualquer outro defeito prejudicial a sua finalidade. Embalagem: embaladas em caixas com 50 (cinquenta) unidades cada, conforme praxe do fabricante, de forma a manter a integridade do produto ate o momento do uso.	60
3	6000 Unidades	AVENTAL DESCARTÁVEL GRAMATURA MÍNIMA DE 30	Em nao tecido (100% polipropileno) tamanho G, acabamento em overlock, gramatura mínima de 30, comprimento 1,40 x 1,20; manga longa com elastico no punho; decote com vies, um par de tiras para amarra na cintura e outro par no pescoço; embalado individualmente em material que garanta a integridade de do produto; o produto ira obedecer a legislacao atual vigente.	60
4	200 Unidades	ÁLCOOL EM GEL	Álcool em Gel 70% - Galão de 5 Litros	60


Tatiana Lopes Nascimento Silva
 Secretária do Desenvolvimento
 Social e Relações do Trabalho
 11.08.2020



Recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede devido à situação de Emergência COVID-19

AAA

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social – SEDS
Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS

MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS

Termo Aceito: Aceito UF: Todos Selecionar



Pesquisar Itapetecica da serra

Código IBGE	UF	Município	Termo Aceito	OFERTA - Equipamentos de Proteção Individual - EPI	OFERTA - Alimentos	OFERTA - Pessoas em Serviços Socioassistenciais	OFERTA - R\$ - Valor de referência	ACEITE - Equipamentos de Proteção Individual - EPI	ACEITE - Alimentos	ACEITE - Pessoas em Serviços Socioassistenciais	ACEITE - R\$ - Valor de referência
3522206	SP	Itapetecica da Serra	Aceito	80	10	103	R\$ 292.800,00	60	0	0	R\$ 31.500,00

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros (Filtrados de 5.540 registros)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério da Cidadania/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 369, DE 29 DE ABRIL DE 2020

Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o inciso III do art. 12 c/c o art. 28, o art. 30-A, e o art. 30-C da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, e

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

Considerando o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020,

Considerando a Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica,

Considerando o papel do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Emergência em Saúde Pública, de proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social e no desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação do Covid-19;

Considerando que o Ministério da Saúde - MS declarou, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência de infecção humana pelo Covid-19;

Considerando a Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Covid-19;

Considerando a Portaria MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social,

Considerando a Portaria nº 2.601, de 6 de novembro de 2018, dispõe sobre a utilização de recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS,

Considerando que a Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, estabelece os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, e a Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015, regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo;

Considerando o disposto na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e define entre os serviços de proteção social especial de alta complexidade, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências; e

Considerando as Resoluções nº 7, de 17 de maio de 2013, e nº 12, de 11 de junho de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do CNAS, respectivamente, que dispõem sobre os parâmetros e critérios para a transferência de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do SUAS, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19.

Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS publicará em seu sítio eletrônico na Internet listagem constando os entes elegíveis ao repasse financeiro emergencial de recursos federais, constando as metas físicas e financeiras.

Art.2º O recurso emergencial de que trata esta Portaria tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, promovendo:

I - estruturação da rede do SUAS por meio da aquisição:

a) de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS; e

b) de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

II - cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

Art. 3º Farão jus ao repasse financeiro emergencial de que trata esta Portaria, destinado à estruturação da rede para aquisição de:

I - EPI, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 2º, os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS; e

II - alimentos, nos termos da alínea "b" do inciso I do art. 2º, os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam unidades de:

a) acolhimento para pessoa idosa ou com deficiência; ou

b) centro-dia.

§ 1º Para calcular as metas físicas dos municípios, do Distrito Federal e dos estados elegíveis, nos termos do inciso I do caput, será computado o quantitativo de trabalhadores registrados no Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social - CadSUAS, no mês de abril de 2020, nas seguintes unidades públicas e estatais:

I - Centro de Referência de Assistência Social;

II - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

III - Centro-Dia;

IV - Centro-POP;

V - Centro de Convivência; e

VI - Unidades de acolhimento.

§ 2º Para calcular as metas físicas dos municípios, do Distrito Federal e dos estados elegíveis, nos termos do inciso II do caput, serão somados o quantitativo de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência registrados no CadSUAS de abril de 2020 e de pessoas atendidas em Centro-Dia (ou serviço equivalente) registrados no Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS 2019.

Art. 4º O repasse de recursos referente à estruturação da rede dar-se-á diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal, no exercício de 2020, em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses da demanda aferida nos termos do art. 3º, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§1º O cálculo dos valores a serem transferidos nos termos do caput para a estruturação da rede quanto a aquisição de:

I - EPI observará o valor de referência de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) mensal por trabalhador, multiplicado pelo quantitativo de trabalhadores a serem contemplados; e

II - alimentos observará o valor de referência de R\$ 115,00 (cento e quinze reais) mensal por pessoa, multiplicado pelo quantitativo de pessoas a serem contempladas.

§2º A segunda parcela referente ao inciso I do §1º estará condicionada à real necessidade de uso de EPI, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde - MS, conforme ato complementar da SNAS.

Art. 5º Farão jus ao recurso emergencial, de que trata esta Portaria, destinado ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais os estados, municípios e Distrito Federal que possuam pessoas que:

I - necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde - MS quanto ao distanciamento social; ou

II - se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

§ 1º Para fins de aferição do critério previsto no caput, os municípios e o Distrito Federal elegíveis observarão o somatório da:

I - metade da quantidade, arredondadas para cima, de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, com registro ativo em março de 2020;

II - quantidade de vagas em serviços de acolhimento cadastrados no CadSUAS, com registro ativo em março de 2020; e

III - quantidade de imigrantes interiorizados entre abril de 2018 a dezembro de 2019, conforme registro do Subcomitê de Interiorização da Operação Acolhida;

§ 2º Para fins de aferição do critério previsto no caput, os estados elegíveis observarão a quantidade de vagas em serviço de acolhimento cadastradas no Cadastro Único, com registro ativo em março de 2020.

§ 3º Limita-se o cofinanciamento ao máximo de 5 (cinco) mil pessoas por ente elegível.

§ 4º O limite estabelecido no parágrafo anterior poderá ser ampliado, respeitando-se a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a capacidade de acolhimento municipal durante a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência do COVID-19.

Art. 6º Os entes com saldo em conta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências quando da publicação desta Portaria poderão reprogramar os valores para as despesas com enfrentamento à ESPIN decorrente do Covid-19, exceto os repasses realizados com fundamento nas Portarias MDS nº 420, de 18 de dezembro de 2017, e nº 558, de 28 de dezembro de 2017.

Art. 7º O cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19 tem como finalidade promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus.

Art. 8º Os recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais para atendimento à situação de ESPIN decorrente do Covid-19 deverão ser aplicados, além do que dispõe o art. 3º da Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, na garantia de:

I - ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção do Covid-19 e disseminação do vírus;

II - provimento de condições adequadas de alojamento e isolamento, observadas as orientações do Ministério da Saúde, de modo a evitar aglomerações que propiciam a disseminação da Covid-19;

III - adaptação de espaços físicos com intuito de criar acomodações individuais ou isolar grupo ou apoio a outras formas de alojamento provisórios adequadas à realidade local, que obedeçam aos critérios de separação de pequenos grupos para evitar aglomerações que propiciam a disseminação do Covid-19;

IV - alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população ou evitem a propagação do Covid-19;

V - medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, agravada pela pandemia do Covid-19;

VI - locação de moradia temporária ou hospedagem para indivíduos ou grupo familiar por meio de contratos celebrados pelo poder público;

VII - apoio com alimentação e outros itens básicos a alojamentos provisórios geridos por organizações da sociedade civil;

VIII - locomoção das equipes e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais; e

IX - provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes.

Art. 9º As ações referentes ao provimento de condições adequadas de organização dos alojamentos, que visem a assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, assegurando as condições básicas para o cumprimento das orientações sanitárias de isolamento social e higiene voltadas à proteção da população e prevenção da disseminação do Covid-19 serão objeto de orientação técnica a ser publicada pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

Art. 10. O gestor da política de assistência social deverá promover a gradativa desmobilização das ações socioassistenciais, implantadas ou reorganizadas no escopo desta Portaria, na medida em que for superada a situação de ESPIN decorrente do Covid-19.

§1º Compõem as ações de desmobilização as estratégias de gestão que envolvem a redução de esforços concentrados em torno de uma situação excepcional e a adoção de procedimentos rotineiros, cujo planejamento deverá:

I - prevenir a brusca interrupção das provisões, evitando danos e maiores prejuízos aos indivíduos e às famílias atendidos;

II - impedir o descontrole ou a perda de equipamentos e materiais;

III - evitar a sobrecarga das equipes técnicas; e

IV - adotar outras medidas necessárias à retomada da normalidade dos serviços cotidianos, sem prejuízo de outras ações emergenciais.

§2º A execução das ações socioassistenciais poderá se estender após o período da situação de emergência, conforme demonstrada a necessidade, possibilitando a reprogramação de recursos existentes a partir da elaboração de plano de ação validado pelo Ministério da Cidadania.

Art. 11. Os recursos destinados ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão repassados no exercício de 2020 diretamente do FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses de atendimento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. O cálculo dos valores a serem transferidos na forma do caput observará o valor de referência de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal por pessoa, previsto no § 2º do art. 6º da Portaria MDS nº 90, de 2013, multiplicado pelo quantitativo de indivíduos a serem atendidos.

Art. 12. Os recursos repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, a título de cofinanciamento federal emergencial, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira do FNAS, inclusive quanto à disponibilidade orçamentária e financeira e prestação de contas.

Parágrafo único. O Ministério da Cidadania poderá, a qualquer tempo, requisitar informações referentes à aplicação do recurso extraordinário de que trata esta portaria, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Art. 13. Os recursos de que trata esta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 08.244.5031.21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus e serão destinados ao atendimento das necessidades das famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco.

Art. 14. Os entes elegíveis, na forma desta Portaria, farão jus ao repasse emergencial de recursos federais, desde que se comprometam, no prazo estabelecido:

I - às regras firmadas no Termo de Aceite e Compromisso, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania em seu site institucional na internet https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/emergencia_covid_19/index.php; e

II - a prestar contas na forma da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015, e demais procedimentos disciplinados em ato específico, conjunto, da Secretaria Nacional de Assistência Social e da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências.

§ 1º Os gestores deverão encaminhar o Termo de Aceite e Compromisso à ciência dos respectivos conselhos de assistência social.

§ 2º Especificamente quanto às ações socioassistenciais, o ente também deverá apresentar plano de ação em sistema informatizado específico.

Art. 15. Os respectivos Conselhos de Assistência Social deverão apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Art. 16. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, expedirá normativas e orientações complementares à matéria disciplinada, especialmente quanto:

I - ao Termo de Aceite e Compromisso;

II - ao Plano de Ação; ou

III - aos procedimentos de prestação de contas.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Repasse emergencial previsto na Portaria MC nº 369, de 29 de abril de 2020

Atualização em 13/05/2020

Sumário

A. CRITÉRIOS, METAS E CÁLCULO DOS RECURSOS.....	2
B. REPASSE E USO DOS RECURSOS EMERGENCIAIS - GERAL	6
C. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	9
D. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	10
E. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA O COFINANCIAMENTO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS	11
F. REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS.....	15
G. PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	16
H. SISTEMA DO TERMO DE ACEITE	16

A Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, e a Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020 podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-369-de-29-de-abril-de-2020%ef%bb%bf>

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/3152>

A. CRITÉRIOS, METAS E CÁLCULO DOS RECURSOS

1. O que dispõe a Portaria nº 369 de 29 de abril de 2020?

A Portaria nº 369/2020, editada pelo Ministério da Cidadania, dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

A portaria estabelece os critérios e a operacionalização deste repasse de recurso financeiro emergencial, que será realizado por meio de transferência fundo a fundo, com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19.

A Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020, traz aspectos da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais previstos nesta Portaria nº 369/2020.

2. A que se destina o repasse financeiro emergencial de recursos federais previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

Os recursos previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, destinam-se a promover:

I. Estruturação da rede do SUAS por meio da:

- a. aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS;
- b. aquisição de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e pessoas com deficiência acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

II. Cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento de situação de emergência em decorrência do Covid-19, por meio da proteção, orientação, apoio e atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados pela situação, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação de riscos quanto à infecção ou disseminação do Coronavírus.

3. Quem poderá receber o repasse financeiro emergencial de recursos federais previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

As informações sobre quem poderá receber o repasse financeiro emergencial de recursos federais estão dispostas no Art. 3º e Art. 5º da Portaria e dependem da destinação dos recursos, conforme a seguir.

- Farão jus ao repasse financeiro emergencial destinado à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS.
- Farão jus ao repasse financeiro emergencial destinado à aquisição de alimentos para pessoas idosas e pessoas com deficiência os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam: a) Unidades de acolhimento para pessoa idosa ou com deficiência; ou b) Centro-dia (ou serviço equivalente).
- Farão jus ao repasse financeiro emergencial destinado ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais os estados, o Distrito Federal e os municípios que possuam pessoas que: a) necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde quanto ao distanciamento social; ou b) se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

4. Por que o meu município/estado não está na lista de municípios/estados elegíveis?

O município/estado não está na lista de elegíveis porque não se encaixou nos critérios para os quais os recursos foram priorizados. Os critérios para elegibilidade aos recursos dependem da destinação dos mesmos, conforme a seguir.

- Para aquisição de EPI: registro de trabalhadores em unidade pública estatal do SUAS (CRAS, CREAS, Centro-Dia, Centro POP, Centro de Convivência, Unidades de acolhimento) no Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS) no mês de abril de 2020.
- Para aquisição de alimentos: registro de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência no CadSUAS em abril de 2020 e registro de pessoas atendidas em Centro-Dia (ou serviço equivalente) no Censo SUAS 2019.
- Para cofinanciamento de ações Socioassistenciais: pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com registro ativo em março de 2020; vagas em serviços de acolhimento cadastradas no CadSUAS, com registro ativo em março de 2020; e registro de imigrantes recebidos por meio da Estratégia de Interiorização do Governo Federal (Operação Acolhida) entre abril de 2018 e dezembro de 2019.

Dos entes federados, 5.540 municípios e 24 estados foram elegíveis para receber recursos da Portaria nº 369/2020. A listagem constando os entes elegíveis ao repasse financeiro emergencial de recursos federais está disponível no sistema do Termo de Aceite: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termo-aceite/index.php?termo=emergencia_covid_19

5. Como foi calculada a meta física para a aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)? Foram contabilizados todos os trabalhadores ou só os que atuam nos serviços?

A meta física para a aquisição de EPI corresponde ao quantitativo de trabalhadores que atuam nas unidades públicas e estatais do SUAS no estado, DF ou município, conforme registrado no CadSUAS no mês de abril de 2020 (§ 1º, Art. 3º).

Portanto, o cálculo da meta física de cada município, DF e estado foi realizado a partir da soma dos trabalhadores das seguintes unidades públicas e estatais: CRAS, CREAS, Centro-Dia, Centro POP, Centro de Convivência, e Unidades de Acolhimento.

É importante destacar que esse cálculo não inclui os trabalhadores da gestão.

6. Como foi calculado o valor ofertado para a aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)?

Conforme Art. 4º da Portaria, o cálculo do valor a ser transferido para aquisição de EPI considera: o quantitativo de trabalhadores das unidades públicas e estatais registrados no CadSUAS em abril de 2020; um kit diário de EPI com um valor mensal de referência de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco Reais); e a previsão de compra de EPI por três meses. Portanto, o valor final corresponde à multiplicação do número de trabalhadores, pelo valor de R\$ 175,00, por 3 (considerada a referência de três meses).

Por exemplo, supondo que um município tenha 8 trabalhadores, o valor que poderá receber corresponde a: $8 \times R\$ 175,00 \times 3 \text{ meses} = R\$ 4.200,00$ (quatro mil e duzentos Reais).

Cabe destacar que a segunda parcela para aquisição de EPI estará condicionada a requerimento do órgão gestor e à demonstração da real necessidade de uso de EPI pelo ente, aprovada por meio de resolução do respectivo conselho de assistência social a ser informada no sistema informatizado, conforme Art. 5º da Portaria nº 63, de 30 de abril de 2020.

7. Como foi calculada a meta física para a aquisição de ALIMENTOS?

A meta física para a aquisição de alimentos corresponde ao número de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência registrado no CadSUAS de abril de 2020, acrescida do número de pessoas atendidas em Centros-Dias (ou serviços equivalentes) registrados no Censo SUAS 2019 (§ 2º, Art. 3º).

8. Como foi calculado o valor ofertado para a aquisição de ALIMENTOS?

Conforme Art. 4º da Portaria, o cálculo do valor a ser transferido para aquisição de alimentos considera: o quantitativo de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência registrado no CadSUAS de abril de 2020; acrescida do número de pessoas atendidas nos Centros-Dias (ou serviços equivalentes) em agosto de 2019, conforme registrado no Censo SUAS 2019; multiplicado pelo valor de R\$ 115,00 (valor de referência mensal por pessoa); multiplicado por 6 (referência de seis meses).

Por exemplo, supondo que um município tenha 8 vagas de acolhimento de idosos, 2 de acolhimento de pessoa com deficiência e atendeu 10 pessoas em um Centro-Dia ou similar em agosto de 2019, o valor que poderá receber corresponde a: $20 (8 + 2 + 10) \times R\$ 115,00 \times 6 \text{ meses} = R\$ 13.800,00$ (treze mil e oitocentos Reais).

Cabe destacar que o repasse de recursos referentes à aquisição de alimentos dar-se-á diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal, no exercício de 2020. Ocorrerá em duas parcelas, cada uma referente a três meses da demanda aferida, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

9. Como foi calculada a meta física e o valor ofertado para o cofinanciamento das AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS?

Os recursos a que se referem o inciso II do Art. 2º (cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da COVID-19) tiveram sua base de cálculo e metas de atendimento por meio da soma de:

- Quantidade de vagas em serviços de acolhimento cadastradas no CadSUAS, com registro ativo em março de 2020;
- Metade da quantidade de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), com registro ativo em março de 2020;
- Quantidade de imigrantes recebidos pelo município por meio da Estratégia de Interiorização do Governo Federal com a Operação Acolhida entre abril de 2018 e dezembro de 2019.

A meta corresponde à soma destes três números e, embora tenha se considerado para seu cômputo a quantidade de vagas em serviços de acolhimento, não se refere apenas a ações relacionadas a estes serviços. Desse modo, a meta relacionada ao cofinanciamento das ações socioassistenciais relacionam-se à proteção, orientação, apoio e atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados pela situação de emergência em saúde, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação de riscos quanto à infecção ou disseminação do Coronavírus (Art.7º).

Os valores foram calculados multiplicando essa meta por um valor de referência de R\$ 400,00 (quatrocentos Reais) e por 6 meses.

Por exemplo, supondo que um município tenha 100 pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único, recebeu 20 migrantes, e tem uma unidade de acolhimento com capacidade de 30 vagas, teria uma meta de $50+30+20 = 100$, sendo que os 50 correspondem a metade das 100 pessoas em situação de rua registradas no Cadastro Único. O valor ofertado ao município será, portanto: $100 \times R\$ 400,00 \times 6 \text{ meses} = R\$ 249.000,00$ (duzentos e quarenta e nove mil Reais).

B. REPASSE E USO DOS RECURSOS EMERGENCIAIS - GERAL

1. Como se dará o repasse financeiro emergencial de recursos federais previsto na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

Os entes elegíveis farão jus ao repasse emergencial de recursos federais a partir do preenchimento do Termo de Aceite e Compromisso, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania em seu sítio institucional: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termo-aceite/index.php?termo=emergencia_covid_19

O repasse de recursos dar-se-á diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal, no exercício de 2020.

Serão abertas contas específicas para a destinação dos recursos referentes aos itens: a) aquisição de EPI; b) aquisição de alimentos; c) cofinanciamento das ações socioassistenciais.

O repasse ocorrerá em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses da demanda aferida para cada item, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

A segunda parcela referente ao inciso I do §1º (aquisição de EPI) estará condicionada à real necessidade de uso de EPI, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde – MS. Portanto, deverá ser solicitada pelo gestor por meio de requerimento específico a ser disponibilizado eletronicamente e aprovada por meio de resolução do respectivo Conselho de Assistência Social.

2. O repasse financeiro emergencial de recursos federais previsto na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, pode ser destinado ao atendimento de quais públicos?

O Art. 2º da Portaria divide a aplicação dos recursos em duas grandes ações: estruturação da rede do SUAS (aquisição de EPI e aquisição de alimentos) e cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

Especificamente quanto à estruturação da rede, é importante destacar que o público se encontra definido conforme à aquisição:

- os Equipamentos de Proteção Individual - EPI são direcionados para os profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS.
- os alimentos, prioritariamente ricos em proteína, são direcionados a pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (Centros-Dias ou serviços similares). Observa-se que quanto aos serviços a serem contemplados com os alimentos eles podem ser de organização governamental ou geridos por Organizações da Sociedade Civil.

Quanto ao cofinanciamento das ações socioassistenciais para o enfrentamento da situação de emergência em decorrência da COVID-19, considerando o Art. 7º da Portaria, sua finalidade é: promover orientação, apoio, atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados. Portanto, não há restrição de atendimento a qualquer público no território com estes recursos.

3. Devo comprar a quantidade exata de itens/metastas que constam no Termo de Aceite ou é possível adequar a quantidade de acordo com a demanda? Por exemplo, é possível comprar menos EPI e mais alimentos?

Não é possível. A demanda do município/estado/DF já está contemplada nos valores aceitos, os valores foram calculados a partir dos sistemas de monitoramento da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), além disso o município poderia ter aceito valores menores na ocasião do aceite se considerasse que sua demanda era menor do que a apresentada.

4. Posso usar recursos destinados à aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI e/ou alimentos para o cofinanciamento de ações/serviços socioassistenciais ou vice e versa?

Não. Conforme previsto no Art. 3º, da Portaria, os recursos federais serão repassados para as ações específicas em contas específicas, tendo que ser realizado aceite para cada uma das ações previstas: a) aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI; b) aquisição de alimentos e; c) ações socioassistenciais. Desse modo, os recursos de cada item só poderão ser utilizados para a finalidade a que se destina.

5. É possível utilizar os recursos do repasse financeiro emergencial da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes?

Sim, é possível utilizar os recursos previstos no Inciso II do Art. 2º da Portaria (cofinanciamento das ações socioassistenciais) para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, de acordo com a previsões da Portaria nº 2.601, de 6 de novembro de 2018, que dispõe sobre a utilização de recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Cidadania para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS.

Pode-se citar como exemplo a aquisição de aparelho celular ou computador para serviços que atuem junto a populações mais vulneráveis que demandem apoio para o acesso a direitos, tais como o acesso ao auxílio pecuniário emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que somente pode ser solicitado por meio digital.

Para fins de controle, registros e guarda documental de todas as aquisições, é preciso observar as disposições da Portaria SNAS nº 124, de 29 de junho de 2017.

Os recursos destinados à estruturação da rede do SUAS (Inciso I, Art. 2º) para aquisição de EPI e aquisição de alimentos não podem ser utilizados para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, tendo em vista a destinação própria de cada um.

6. É possível utilizar os recursos do repasse financeiro emergencial da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, para o pagamento de Recursos Humanos?

Sim, é possível realizar o pagamento de Recursos Humanos visando atender as garantias elencadas no Art. 8º da Portaria. A adoção de algumas ações pode requerer a recomposição do quadro de profissionais, sendo, então, necessária a contratação temporária de profissionais com estes recursos.

Os recursos repassados com base no Inciso II do Art. 2º, direcionado ao "cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência da Covid-19", podem ser utilizados para o pagamento de servidor público - comissionado, efetivo ou temporário - e estagiário de nível superior (observada a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) que atue diretamente na Política de Assistência Social, ou seja com lotação no órgão gestor desta Política.

A seleção dos servidores públicos deverá observar o Inciso II Art. do 37, da Constituição Federal: "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

Cada ente federado tem autonomia na organização e realização do concurso público, devendo ser observados os requisitos mínimos em seu planejamento, como demanda, perfil, funções e atribuições dos profissionais, tendo sempre em vista o cumprimento dos objetivos, diretrizes e princípios da Administração Pública e do SUAS.

Contudo, devido a natureza do recurso que é emergencial e, portanto, temporário recomenda-se adoção da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Importante destacar que o Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal estabelece uma exceção ao disposto no Inciso II do mesmo Artigo, prevendo que lei poderá estabelecer casos de contratação por tempo determinado.

Observa-se que a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências, ressaltou algumas situações que prescindem de processo seletivo, nos termos do §1º do art. 3º, quais sejam: calamidade pública; emergência em saúde pública; emergência e crime ambiental; emergência humanitária; e situações de iminente risco à sociedade.

Alerta-se para que a remuneração dos servidores temporários, contratados de acordo com o permissivo legal, não deverá ser superior à faixa fixada para aqueles do quadro permanente que desempenhem função semelhante às condições do mercado de trabalho.

Alerta-se para que a remuneração dos servidores temporários, contratados de acordo com o permissivo legal, não deverá ser superior à faixa fixada para aqueles do quadro permanente que desempenhem função semelhante às condições do mercado de trabalho. Igualmente a observância aos princípios que regem a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência

Os recursos destinados à estruturação da rede do SUAS (Inciso I, Art. 2º) para aquisição de EPI e aquisição de alimentos não podem ser utilizados para o pagamento de Recursos Humanos, tendo em vista a destinação própria de cada um.

7. É possível utilizar os recursos do repasse financeiro emergencial da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, para custear a locomoção e equipes e usuários para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais?

Sim, é possível utilizar os recursos previstos no Inciso II do Art. 2º da Portaria (cofinanciamento das ações socioassistenciais) para custear a locomoção e equipes e usuários para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais, atentando-se para as disposições do seu Art. 8º. Para tanto, poderão ser realizadas despesas com a frota própria, tais como: com aquisição de combustível e reparação de veículos e, também, com a locação de veículos, caso seja necessário.

C. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

1. Sobre o recurso federal destinado à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, posso comprar itens como álcool?

Sim. Podem ser considerados os seguintes itens: touca hospitalar; máscara cirúrgica descartável; óculos de proteção individual; álcool 70% - frasco 1L; avental, luvas, entre outros EPI.

2. Os Equipamentos de Proteção Individual - EPI adquiridos com os recursos previstos no Inciso I do Art. 2º podem ser destinados a usuários da assistência social ou são apenas para trabalhadores do SUAS?

Os recursos previstos no Inciso I do Art. 2º da Portaria serão destinados à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para uso exclusivo dos profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS.

D. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

1. É possível utilizar os recursos do repasse financeiro emergencial da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, para aquisição de cestas básicas de alimentos:

Sim, mas importante esclarecer que a Portaria, em seu Art. 2º, divide a aplicação dos recursos em duas grandes ações: estruturação da rede do SUAS (aquisição de EPI e aquisição de alimentos) e cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do COVID-19.

Nesse sentido, é possível adquirir cestas básicas para a simples distribuição com os recursos previstos no Inciso I do Art. 2º da Portaria (estruturação da rede para aquisição de alimentos) a serem direcionados especificamente à pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (Centros-Dias ou serviços similares).

Observa-se que também é possível adquirir cestas básicas de alimentos com os recursos previstos no Inciso II do Art. 2º (cofinanciamento de ações socioassistenciais), considerando as disposições do Art. 8º que indica a possibilidade de aplicação dos recursos na garantia de alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população ou evitem a propagação da COVID-19 (Inciso IV, Art. 8º). Contudo, a distribuição das cestas deve estar atrelada ao atendimento/acompanhamento socioassistencial, não sendo possível a utilização de todo o montante de recurso para simples distribuição como explicitado do parágrafo anterior em relação ao recurso para estruturação da rede.

O Art. 7º da Portaria preceitua que: "o cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência da COVID-19 tem como finalidade promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas (...)". Ou seja, é intrínseca à distribuição das cestas a promoção do atendimento/acompanhamento das pessoas e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Portanto, em relação às ações socioassistenciais, a entrega de alimentos é uma provisão complementar que deve ser prevista no plano de ação do município e feita de forma integrada com os demais serviços e provisões emergenciais. Além disso, é importante a definição de critérios de distribuição elaborados com base em

diagnósticos socioterritoriais para garantir que as pessoas mais vulneráveis que estão necessitando dos alimentos sejam contempladas.

2. A aquisição dos alimentos deve ser feita por meio do órgão gestor para posterior concessão à rede socioassistencial ou pode ser feito o repasse do recurso para a rede socioassistencial fazer a aquisição?

A aquisição dos alimentos deverá ser feita por compra centralizada pelo órgão gestor da Assistência Social, observando as normativas nacionais e locais de licitação e compras.

Conforme Art. 4º da Portaria nº 369/2020, o repasse de recursos referente à estruturação da rede será feito diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal, não sendo autorizado o repasse de recursos às entidades de assistência social. Após adquirir os alimentos, o gestor fará a distribuição à sua rede socioassistencial, considerando os serviços públicos/estatais e aqueles ofertados por entidades de assistência social.

3. O município/estado/DF poderá comprar alimentos para instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade, mas não estão registrados no Conselho Municipal de Assistência Social?

Não. Os recursos do repasse financeiro emergencial da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, deverão ser utilizados somente para a estruturação da rede do SUAS, conforme inciso I, Art. 2º, sendo estes de natureza pública ou não governamental.

E. RECURSOS ESPECÍFICOS PARA O COFINANCIAMENTO DE AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS

1. O que fazer caso o município/estado/DF seja contemplado com recursos para o cofinanciamento de ações socioassistenciais, mas não tenha a oferta de Serviço de Acolhimento?

Conforme Art. 7º da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, o cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência da Covid-19 tem como finalidade promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados. Destina-se a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus.

Nesse sentido, os recursos referentes ao Inciso II do Art. 2º, podem ser utilizados para o cofinanciamento de ações em toda a rede socioassistencial, e não somente para os serviços de acolhimento, embora tenha-se usado as vagas de acolhimento para o cálculo dos valores repassados.

A utilização desses recursos deve assegurar as provisões listadas no Art. 8º da Portaria.

2. Com o que se pode utilizar os recursos do repasse financeiro emergencial destinado ao cofinanciamento e ações socioassistenciais (Inciso II, Art. 2º) da Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

Além do que dispõe o art. 3º da Portaria MDS nº 90/2013, os recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais para atendimento à situação de ESPiN decorrente do Covid-19 poderão ser aplicados, , na garantia de:

I - ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção do Covid-19 e disseminação do vírus;

II - provimento de condições adequadas de alojamento e isolamento, observadas as orientações do Ministério da Saúde, de modo a evitar aglomerações que propiciam a disseminação da Covid-19;

III - adaptação de espaços físicos com intuito de criar acomodações individuais ou isolar grupo ou apoio a outras formas de alojamento provisórios adequadas à realidade local, que obedeçam aos critérios de separação de pequenos grupos para evitar aglomerações que propiciam a disseminação do Covid-19;

IV - alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população ou evitem a propagação do Covid-19;

V - medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, agravada pela pandemia do Covid-19;

VI - locação de moradia temporária ou hospedagem para indivíduos ou grupo familiar por meio de contratos celebrados pelo poder público;

VII - apoio com alimentação e outros itens básicos a alojamentos provisórios geridos por organizações da sociedade civil;

VIII - locomoção das equipes e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais; e

IX - provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes.

Estes recursos podem ser utilizados para o cofinanciamento de ações em toda a rede socioassistencial, e não somente para os serviços de acolhimento, embora tenha-se usado as vagas de acolhimento para o cálculo dos valores repassados.

Para a utilização desses recursos poderão ser observadas as orientações e recomendações dispostas nas Notas Técnicas, já publicadas ou a publicar, da Secretaria Nacional de Assistência Social, visando à organização de serviços socioassistenciais no atual contexto de pandemia:

PORTARIA Nº 54, DE 1º DE ABRIL DE 2020, com recomendações gerais para garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da

Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS.

Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/31017-2/>

PORTARIA Nº 59, DE 22 DE ABRIL DE 2020, com orientações e recomendações gerais quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.

Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-snas-n-59-sobre-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes/>

PORTARIA Nº 65, DE 6 DE MAIO DE 2020, com orientações e recomendações gerais quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de pessoas idosas ou com deficiência no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.

Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-snas-no-65/>

3. O recurso do repasse financeiro emergencial para o cofinanciamento de ações socioassistenciais pode ser utilizado para a oferta de acolhimento de pessoas desabrigadas ou desalojadas?

Sim. De acordo com o Art. 5º da Portaria nº 369/2020, o cofinanciamento federal referente as ações socioassistenciais poderão ser destinados ao atendimento de pessoas que se encontrem em situação de rua, desabrigadas, desalojadas ou em situação de imigração.

4. As unidades não registradas no CadSUAS podem ser contempladas na distribuição dos recursos?

Sim, pois o repasse financeiro emergencial de recurso federais é destinado para a estruturação da rede do SUAS. Porém, é necessário que o gestor se atente em registrar todas as unidades existentes no CadSUAS, independentemente de receber cofinanciamento federal.

5. Os recursos do repasse financeiro emergencial previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, podem ser utilizados para a expansão da rede ordinária de serviços de acolhimento, dentro de um processo de reordenamento, de modo a atender as demandas que estão aguardando por vaga?

O recurso financeiro emergencial de que trata a Portaria nº 369/2020 integra um repasse extraordinário e destina-se especificamente para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da COVID-19. No caso de demandas novas de acolhimento, os recursos poderão ser utilizados apenas para o acolhimento de pessoas que se encontrem em situação de rua, desabrigadas, desalojadas ou em situação de imigração decorrente da situação da atual emergência em saúde.

O reordenamento dos serviços de acolhimento já existentes no território, não se moldam à finalidade acima devendo aguardar novas expansões de cofinanciamento federal para esta finalidade.

6. Os recursos do repasse financeiro emergencial previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, podem ser utilizados para assegurar o isolamento social de pessoas que já estão acolhidas nos serviços dos estados, municípios ou Distrito Federal?

Sim, confirmo Art. 8º os recursos do cofinanciamento das ações socioassistenciais podem ser aplicados na garantia, por exemplo, de:

- adaptação de espaços físicos com intuito de criar acomodações individuais ou isolar grupo ou apoio a outras formas de alojamento provisórios adequadas à realidade local, que obedeçam aos critérios de separação de pequenos grupos para evitar aglomerações que propiciam a disseminação do COVID-19;
- locação de moradia temporária ou hospedagem para indivíduos ou grupo familiar por meio de contratos celebrados pelo poder público.

7. Não temos a necessidade de ocupação total das vagas de acolhimento previstas no Termo de Aceite. O recurso do repasse financeiro emergencial, nesse caso, poderá ser utilizado para a ampliação do serviço?

O recurso financeiro emergencial de que trata a Portaria nº 369/2020 integra um repasse extraordinário e destina-se especificamente para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da COVID-19. No caso de demandas novas de acolhimento, os recursos poderão ser utilizados apenas para o acolhimento de pessoas que se encontrem em situação de rua, desabrigadas, desalojadas ou em situação de imigração decorrente da situação da atual emergência em saúde.

A ampliação ordinária de serviços requer repasse de recurso continuado e, no momento, o Ministério da Cidadania não conta com previsão orçamentária para novas expansões de serviços de acolhimento.

No entanto, é importante destacar, que estes recursos podem ser utilizados para o cofinanciamento de ações em toda a rede socioassistencial no enfrentamento da atual situação de emergência em saúde, e não somente para os serviços de acolhimento, embora tenha-se usado as vagas de acolhimento para o cálculo dos valores repassados.

8. Como deverá ser o repasse dos recursos referentes às entidades que executam o serviço? Deve ser por termo de colaboração com dispensa de chamamento público ou por convênio?

O Art. 2º da Portaria nº 369/2020 divide a aplicação dos recursos em duas grandes ações: i. estruturação da rede do SUAS e ii. cofinanciamento de ações

socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência da COVID-19.

Especificamente quanto à oferta das ações socioassistenciais (Inciso II do Art. 2º), é possível firmar ou aditar parceira, por meio da celebração de Termo de Colaboração ou Fomento, conforme dispõe a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, não sendo mais aplicável o instrumento convênio.

Nos termos do Art.30 da Lei nº 13.019, de 2014, é possível dispensar o chamamento público: a) no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias; b) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública, para firmar parceria com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que prestem atendimento direto ao público e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; c) nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social; d) quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança; e) no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Observa-se que a hipótese de dispensa chamamento quando há atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social deverá observar a Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social, conforme previsto no item 5.10 do Termo de Aceite.

F. REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS

1. Os recursos do repasse financeiro emergencial previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, poderão ser reprogramados?

O uso dos recursos referentes à estruturação da rede do SUAS - aquisição de EPI e aquisição de alimentos - está condicionado ao período de ocorrência do estado de calamidade pública no país, não podendo os recursos serem reprogramados.

Os recursos referentes ao cofinanciamento das ações socioassistenciais poderão ser reprogramados a partir da elaboração de um plano de ação validado pelo Ministério da Cidadania, tendo em vista que a execução destas ações poderá se estender após o período da situação de emergência, conforme demonstrada a necessidade (§2º do Art. 10).

Conforme Art. 10, o gestor da política de assistência social deverá promover a gradativa desmobilização das ações socioassistenciais, implantadas ou reorganizadas no escopo desta Portaria, na medida em que for superada a situação de emergência em saúde decorrente da COVID-19.

2. É possível reprogramar os valores de saldo em conta destinados ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências?

Sim. Conforme o Art. 6º da Portaria nº 369/2020, os entes com saldo em conta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências poderão reprogramar os valores para as despesas com o enfrentamento da atual situação de emergência em saúde decorrente da COVID-19.

G. PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Como será a prestação de contas referente ao repasse financeiro emergencial previstos na Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020?

O processo de prestação de contas referente aos recursos previstos na Portaria nº 369/2020 será disciplinado em ato específico, sendo amplamente divulgado quando da sua publicação.

No entanto, reforça-se a obrigatoriedade da guarda de toda documentação comprobatória dos gastos. Para isso, os processos administrativos deverão ser instruídos atendendo as disposições da Portaria SNAS nº 124, de 29 de junho de 2017.

H. SISTEMA DO TERMO DE ACEITE

1. Onde posso acessar o sistema do termo de aceite?

O sistema é acessível por meio do endereço:

https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/emergencia_covid_19/index.php

2. Quem pode preencher o termo de aceite?

Apenas o Administrador Titular e o Administrador Adjunto definido no SAA poderão acessar o sistema e realizar o Aceite.

3. Tenho problemas para acessar o sistema (login no SAA). O que devo fazer?

Entre em contato com a Centra de Relacionamento do Ministério da Cidadania pelo telefone 121 para poder resolver seu problema de acesso ao SAA.

4. Há algum manual para instruir o preenchimento?

O manual está disponível no próprio sistema de aceite na aba Documentos.

https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/emergencia_covid_19/index.php

5. Após a finalização do aceite, apareceu um relatório analítico informando que o aceite havia sido RECUSADO pelo município. Não houve recusa do município, mas erro do sistema, portanto, o que deve ser feito neste caso para se reverter isso?

Enviar e-mail para: suas.covid@cidadania.gov.br com as seguintes informações:

- Dados do gestor municipal;
- Cópia do aceite que consta no sistema;
- Solicitação de cancelamento do aceite para realização de novo aceite.

6. O sistema não gravou as informações e o aceite aparece como ZERADO. O que fazer neste caso?

Envie e-mail para: suas.covid@cidadania.gov.br com as seguintes informações:

- Dados do gestor municipal;
- Cópia do aceite que consta no sistema;
- Solicitação de cancelamento do aceite para realização de novo aceite.

Não encontrou resposta para a sua dúvida, encaminhe um e-mail para:
suas.covid@cidadania.gov.br



MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNANDO COM UNIDADE

Brasília, 5 de maio de 2020.

NOTA TÉCNICA 29/2020

Repasse financeiro emergencial de recursos federais para ações do Suas no combate à Covid-19.

ÁREA: Assistência Social e Contabilidade

REFERÊNCIAS:

Portaria Snas 64, de 5 de maio de 2020;
Portaria Snas 63, de 30 de abril de 2020;
Portaria MC 369, de 29 de abril de 2020;
Medida Provisória 953, de 15 de abril de 2020;
Portaria MC 337, de 24 de março de 2020;
Portaria MDS 2.601, de 6 de novembro de 2018;
Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;
Portaria MDS 90, de 3 de setembro de 2013;
Resolução Cnas 109, de 11 de novembro de 2009.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Assistência Social. 2. Ações emergenciais. 3. EPI. 4. Alimentação. 5. Acolhimento.

1. Aspectos gerais

Os desdobramentos sociais impostos pela Covid-19 aumentaram significativamente as demandas por serviços socioassistenciais, principalmente pelo público que apresenta maior risco de contaminação, como idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua, assim como pelos que estão impedidos de exercer suas funções como trabalhador, vivenciando uma situação de vulnerabilidade econômica diante do isolamento social.

Nesse sentido, a Portaria 369/2020 vem incidir no repasse de recursos financeiros emergencialmente para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da Covid-19. São recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do

Sistema Único de Assistência Social (Suas), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em razão da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19.

O recurso é oriundo da Medida Provisória 953/2020, que abriu crédito extraordinário para atender a essas ações, tendo como finalidade aumentar a capacidade de resposta do Suas no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Em relação às normas que a Portaria 369/2020 considera está a Portaria 2.601/18, que estabelece o uso dos recursos do Suas, tanto para custeio quanto para aquisição de bens duráveis, respeitando a lógica dos blocos de financiamento instituídos pela Portaria 113/2015.

Relembrando, são recursos para duas frentes de trabalho: 1. Estruturação da rede, que conta com aquisição de EPI e alimentos; 2. Cofinanciamento de ações socioassistenciais, sendo que esse item se refere a alojamento, remanejamento e abrigamento de pessoas em situação de rua ou imigrantes.

Os Municípios podem realizar o aceite para até três tipos de crédito; logo, o dinheiro pode ser usado para:

1. aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais das unidades públicas de atendimento do Suas, verificar lista com equipe municipal de saúde;
2. para alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
3. para acolhimento de pessoas que necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, ou pessoas que se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

Cada um dos itens tem uma base de dados de referência para apresentação dos Municípios elegíveis para que os Entes vejam seus quantitativos de EPI, alimentos e acolhimento, sendo que cada um tem seu valor de referência para calcular o repasse.

As informações que balizam o repasse federal consideram os dados apresentados pelos municípios por meio do Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CadSuas) – número de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas para pessoas idosas e para pessoas com deficiência); Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas 2019) – pessoas atendidas em Centro-Dia ou serviço equivalente; Cadastro Único – pessoas em situação de rua e imigrantes por exemplo.

Isso é importante para que os gestores e os técnicos municipais compreendam seus quantitativos em cada um dos três tipos de crédito, assim como os respectivos valores.

Vejamos a seguir.

Modalidade e aplicação do recurso: considerando os três tipos de crédito a que os Municípios podem ser elegíveis, lembrando que nem todos os Municípios são elegíveis aos três créditos.

Equipamentos de Proteção Individual (EPI): aquisição de EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do Suas.

Valor de referência de repasse é de R\$ 175 mensal por trabalhador – os valores repassados são referentes a três meses do valor de referência para cada trabalhador.

Exemplo, Acopiara/CE: $105 \text{ equipamentos} \times \text{R\$ } 175,00 \times 3 \text{ meses} = \text{R\$ } 55.125,00$

Nesse caso, a referência para determinar Municípios elegíveis, assim como o montante de recursos a que tem direito foram a quantidade de trabalhadores registrados no Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CadSuas), no mês de abril de 2020, nas unidades públicas e estatais:

- Centro de Referência de Assistência Social;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

- Centro-Dia;
- Centro-POP;
- Centro de Convivência; e
- Unidades de acolhimento.

Atenção: A segunda parcela desse repasse estará condicionada à real necessidade de uso de EPI, devendo aprovada por meio de resolução do respectivo conselho de assistência social a ser informada no sistema informatizado.

Alimentos: prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Valor de referência de repasse é de R\$115 mensal por pessoa – os valores repassados são referentes a seis meses do valor de referência para cada pessoa atendida.

Exemplo, Acopiara/CE: 20 vagas x R\$115,00 x 6 meses= **R\$13.800,00**

No caso do recurso para compra de alimentos, serão somados o quantitativo de vagas em unidades de acolhimento, públicas e privadas, para pessoas idosas e para pessoas com deficiência registradas no CadSuas de abril de 2020 e de pessoas atendidas em Centro-Dia (ou serviço equivalente) registradas no Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo Suas 2019.

Acolhimento: garantia de cofinanciamento de ações da assistência social visando à emergência em decorrência da Covid-19. Receberão recursos os Estados e os Municípios que tenham pessoas que necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde sobre distanciamento social; ou pessoas que se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

Observem que aqui se somam a metade da quantidade, arredondadas para cima, de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único com registro ativo em março de 2020; a quantidade de vagas em serviços de acolhimento cadastrados no CadSua, com registro ativo em março de 2020; e quantidade de imigrantes interiorizados entre abril de 2018 a dezembro de 2019, conforme registro do Subcomitê de Interiorização da Operação Acolhida.

Valor de referência de repasse é de R\$ 400 mensal por vaga – Os valores repassados são referentes a seis meses do valor de referência por vaga.

Exemplo, Acopiara/CE: $39 \text{ vagas} \times \text{R\$}400,00 \times 6 \text{ meses} = \text{R\$}93.600,00$

Total de recursos para o Município de Acopiara/CE: **R\$162.525,00**

Atenção: o repasse de recursos é limitado ao quantitativo de 5 mil pessoas, podendo ser ampliado dependendo a disponibilidade orçamentária do órgão gestor federal, onde o Município deve encaminhar ofício à Secretaria Nacional de Assistência Social para avaliação.

Art. 11º Os recursos destinados ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão repassados no exercício de 2020 diretamente do Fnas aos fundos de assistência social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal **em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses** de atendimento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. Ou seja, os gestores terão o valor total dividido.

Atenção: o Município pode não ter uma unidade de acolhimento, mas pode ter pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico e, por isso, ser elegível; logo pode também desenvolver ações para esse público.

A referência para organização das ações e uso dos recursos está no art. 8º da Portaria MC 369/2020, bem como na Portaria MDS 90/2013, que institui o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

- ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção da Covid-19 e disseminação do vírus;
- provimento de condições adequadas de alojamento e isolamento, observadas as orientações do Ministério da Saúde, de modo a evitar aglomerações que propiciam a disseminação da Covid-19;
- adaptação de espaços físicos com intuito de criar acomodações individuais ou isolar grupo ou apoio a outras formas de alojamento provisórios adequadas à realidade local, que obedeçam aos critérios de separação de pequenos grupos para evitar aglomerações que propiciam a disseminação da Covid-19;
- alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população ou evitem a propagação da Covid-19;
- medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, agravada pela pandemia da Covid-19;
- locação de moradia temporária ou hospedagem para indivíduos ou grupo familiar por meio de contratos celebrados pelo poder público;
- apoio com alimentação e outros itens básicos a alojamentos provisórios geridos por organizações da sociedade civil;
- locomoção das equipes e usuários do Suas para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais; e
- provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes, como aquisição de aparelhos telefônicos.

2. Forma de repasse

Considerando a portaria 64/2020 a transferência do recurso será na modalidade fundo a fundo, em **nova conta corrente** aberta pelo Fundo Nacional de Assistência Social (Fnas), para os respectivos fundos de assistência social para movimentação exclusiva dos recursos federais referentes ao repasse financeiro visando a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede.

Atenção: Na ocasião será aberta uma conta no Banco do Brasil para cada um dos tipos de crédito (EPI, alimentos e acolhimento).

3. Orçamento

Execução de política pública depende necessariamente de orçamento. No escopo da Política de Assistência Social, é fundamental observar as orientações da Secretaria Nacional de Assistência Social (Snas), principalmente no que se refere ao modo de trabalho dos profissionais do Suas, quanto pela utilização dos recursos do Suas. A intenção é utilizar o recurso do cofinanciamento federal para manutenção de serviços, programas e projetos socioassistenciais, deixando o recurso próprio para ações que não contam com apoio financeiro do governo federal.

Em momento de pandemia, as forças políticas voltam sua atenção para o atendimento das emergências geradas pela Covid-19 e, no âmbito do orçamento, a área técnica de contabilidade da CNM reforça:

Criação de uma ação no orçamento

A previsão legal de uma ação orçamentária para execução de qualquer despesa é uma exigência legal. Ocorre que, via de regra, as LOAs municipais já dispõem de diversas ações orçamentárias nas quais as despesas a serem executadas poderão ser enquadradas. Por exemplo, se já existe um programa com ação no orçamento para a compra de cestas básicas, ela pode ser utilizada mesmo que a fonte de recursos seja outra, isto é, vai-se suplementar a dotação desta ação já existente a partir dos recursos recebidos da União.

Só é preciso criar uma ação orçamentária se a despesa que vier a ser executada não puder ser enquadrada em nenhuma das ações orçamentárias já existentes. Nesse caso, uma nova ação deverá ser criada e incluída na LOA municipal para que as despesas sejam executadas.

Sendo assim - Como incluir esse orçamento extraordinário no orçamento do município e qual o procedimento?

Cada Município apresenta uma realidade para executar o recurso, seja pela disponibilidade recebida, seja pelo orçamento que tem aprovado.

Porém como boa prática sugerimos os seguintes passos gerais:

- 1- Inicialmente verifique se o seu orçamento (LOA) de 2020 já aprovado e em execução contempla a ação (conjunto de despesas) que deseja executar e os elementos de despesa correspondentes a aquisição de material de consumo, EPI's e outros que as regras do recurso autorizam gastar.
- 2- Não havendo ação contemplada na LOA envie um projeto de lei de crédito especial ao legislativo propondo acrescentar na LOA a ação e suas respectivas dotações.
- 3- Caso a LOA contenha a ação, porém as dotações não sejam suficientes proceda ou com a suplementação/anulação se tiver limite e deseje utilizar ou poderá ser por um crédito extraordinário o qual não é necessário a indicação de fonte para redução nem a autorização do legislativo (obrigatório dar ciência imediatamente).
- 4- Caso tenha a ação e as dotações sejam suficientes para executar a despesas com o montante que foi recebido do FNAS proceda após o devido processo licitatório as etapas da despesa (empenho/liquidação) para só então finalizar a execução financeira com o pagamento.

Realização de compras:

As compras emergenciais que serão realizadas através do repasse emergencial de recursos federais para as ações do SUAS no combate à COVID-19 deverão ser fundados no Artigo 1º, §3º do Decreto 10.024/2019 que traz a seguinte redação:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Sendo assim, por ser transferência advinda da União através de uma transferência voluntária, deverá ser utilizada a modalidade pregão eletrônico. Vale salientar que por se tratar de compra com verba federal, deverão ser realizadas no COMPRASNET, plataforma do Governo Federal conforme segue: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

Quanto à dispensa de licitação, devido à situação emergencial, quebra-se a rigidez de todo o processo licitatório na aquisição de bens e serviços indispensáveis ao atendimento da situação de emergência (EPI's e alimentos) de acordo com o artigo 24 da Lei de Licitações (8.666/93). Vale lembrar que a dispensa é válida para as contratações de pequeno valor, materiais, produtos e gêneros perecíveis.

Baseia-se também na Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da pandemia, mais especificamente no Artigo 4º, §1º.

4. Termo de aceite, Plano de ação e Controle social

O termo contém os compromissos e responsabilidade decorrentes da adesão ao repasse emergencial de recursos federais e deverá ser assinado eletronicamente no Sistema de Autenticação e Autorização pelo órgão gestor da política de assistência social, do ente requerente, e encaminhado à ciência do respectivo conselho de assistência social. O termo pode ser acessado pelo link: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termo-aceite/index.php?termo=emergencia_covid_19.

O termo ficará disponível por 60 dias, lembrando que foi aberto dia 30 de abril, devendo permanecer aberto até dia 29 de junho. Após a assinatura do termo geral de aceite e compromisso, o gestor escolherá quais os tipos de crédito ele deseja aceitar e os seus respectivos quantitativos.

Será necessário que Estados, Municípios e o Distrito Federal que realizarem aceite para ações socioassistenciais insiram o plano de ação no sistema, esse estará disponível para preenchimento em até 30 (trinta) dias, após a abertura do Termo de Aceite, ou seja, deve

abrir até dia 30 de maio e ficará aberto por 60 (sessenta dias) corridos. As informações constantes no Termo de Aceite e Compromisso passarão a compor Plano de Ação

Os gestores deverão encaminhar o Termo de Aceite e Compromisso à ciência dos respectivos conselhos municipais de assistência social (Cmas); sendo assim, é fundamental que o Cmas aprecie as pautas e registrem em resolução sua ciência, informando a data da reunião e o número da resolução do respectivo conselho de assistência social. Essa medida é uma forma inclusive de fortalecer o controle social e exercer suas funções de acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma desta Portaria.

Atenção: O não envio do Plano de Ação ensejará a devolução integral do recurso recebido, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

5. Pareceria com entidades

Considerando a lei 13.019/2014, marco regulatório das organizações da sociedade civil, art. 30, a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público, somente essa etapa do processo para firmar parcerias, os demais requisitos que constam no art. 33 devem ser cumpridos.

Especificamente quanto à oferta das ações socioassistenciais (Inciso II do Art. 2º), é possível firmar ou aditar parceira, por meio da celebração de Termo de Colaboração ou Fomento, conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, não sendo mais aplicável o instrumento convênio.

6. Desmobilização das ações socioassistenciais

O art. 10º apresenta as ações para regressão gradual das ações de enfrentamento da pandemia, como a prevenção de uma interrupção brusca das provisões, para evitar danos e maiores prejuízos aos indivíduos e às famílias atendidos; também com vistas a evitar o descontrole ou a perda de equipamentos e materiais, assim como a sobrecarga das equipes técnicas.

Também sugere a adoção de medidas para a retomada da normalidade dos serviços cotidianos, sem prejuízo de outras ações emergenciais, como realização de informes para a população.

7. Prestação de contas e reprogramação de saldos

Será feita de modo eletrônico, por meio de procedimentos disciplinados em ato específico, conjunto, da Secretaria Nacional de Assistência Social e da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências.

No caso da reprogramação de saldo essa será permitida para o crédito referente ao acolhimento!

O uso dos recursos referentes à estruturação da rede do SUAS - aquisição de EPI e aquisição de alimentos - está condicionado ao período de ocorrência do estado de calamidade pública no país, não podendo os recursos serem reprogramados.

Os recursos referentes ao cofinanciamento das ações socioassistenciais poderão ser reprogramados a partir da elaboração de um plano de ação validado pelo Ministério da Cidadania, tendo em vista que a execução destas ações poderá se estender após o período da situação de emergência, conforme demonstrada a necessidade (§2º do Art. 10).

8. Dúvidas

O Ministério da Cidadania disponibilizou canal eletrônico para sanar eventuais dúvidas: suas.covid@cidadania.gov.br

Acesse também o Perguntas e Respostas elaborado pelo MC para contribuir no entendimento da aplicação dos recursos previstos na Portaria 369/2020: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/2020_05_19-FAQ-sobre-repasse-emergencial-Portaria-369.abril-2020_v2.pdf

Assistência Social - CNM

a.social@cnm.org.br

(61) 2101-6075/6043



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº1124 de 01 de Dezembro de 1999



Ata da reunião (extraordinária) do ano de 2020 do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em vinte e seis de junho de dois mil e vinte as quinze horas.

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, as quinze horas reuniram-se na sala dos
2 Conselhos na Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho de forma responsável
3 e ordeira os Conselheiros para deliberarem quanto ao aceite de Recurso Federal para a execução
4 de ações socioassistenciais e estruturação da rede devido à situação de emergência COVID-19, a
5 Presidente Carolina Pereira apresentou o termo de aceite do qual consta o valor de referência total
6 aceite de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), com o quantitativo de 60
7 Equipamentos de EPI, analisada a documentação por todos os presentes fica deliberado por
8 unanimidade deste conselho o aceite de verba federal para este fim, sem mais da-se por encerrada
9 a presente reunião.

10 Carolina Faria Rodrigues
11 Denise Ferreira da Silva
12 Desaguidado Helo de Silva
13 Marcos G. de Jesus Pereira
14 Solange Pituba de Camargo
15 Camilo Sousa Ramos Simons
16 Valéria Faria Alaminio Gonçalves
17 Carina Barbosa Durval
18 _____

Lista presença 26/06/2020

[illegible]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

OFÍCIO Nº 195 /2020 – SDSRT

CÓPIA

Itapecerica da Serra, 14 de setembro de 2020.

À Sua Excelência o Senhor

Jorge José da Costa

Prefeito Municipal e Presidente

Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) – CPEC

Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135, Centro

06850-040 – Itapecerica da Serra/SP

ASSUNTO: Implantação Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua.

Excelentíssimo Senhor Prefeito e Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente, informamos o quanto segue:

Considerando o Termo de Aceite – Ofício nº 113/2020 – SDSRT;

Considerando os insumos recebidos, conforme Ordem de Distribuição nº 2325, da Coordenadoria de Desenvolvimento Social – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, recebido em 19/08/2020;

Considerando a Dispensa de Chamamento Público SDSRT Nº 01/2020, publicada na Imprensa Oficial;

Considerando o Termo de Rerratificação – Dispensa de Chamamento Público SDSRT Nº 01/2020 e publicação na Imprensa Oficial;

Considerando o Termo de Colaboração nº 010/2020 e publicação na Imprensa Oficial;

Considerando o Termo de Modificação nº 001/2020 e publicação na Imprensa Oficial;

Considerando a Ata de Reunião da equipe técnica e gestão do Serviço de Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR, realizada em 02 de setembro de 2020;

Considerando o Relatório Informativo Alojamento Provisório – PSR, da Supervisão da Proteção Social Especial e da Coordenação do CREAS, datado de 8 de setembro de 2020;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br


Considerando a Relação de Funcionários – Serviço de Acolhida Provisória para Pessoas em Situação de Rua;


Considerando Relatório Fotográfico;

Considerando que registramos no PMASweb cofinanciamento no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), documento anexo;

Informamos que o serviço de Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua, foi implantado nesse município em 04 de setembro de 2020.

Respeitosamente,


TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária


Flávia Porfírio
Secretaria de Administração
16/09/2020



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

OFÍCIO Nº 113 /2020 – SDSRT

CÓPIA

Itapecerica da Serra, 15 de julho de 2020.

À Senhora

Marcela Ribeiro Rodella Soares

Diretora Técnica II

Secretaria de Desenvolvimento Social

DRADS GSP OESTE – OSASCO – DGSPD

Rua Nelsom Camargo, 299 – Jardim Agú

06010-070 – Osasco - SP

ASSUNTO: Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua - Resolução SEDS-17, de 19-06-2020 – Termo de Aceite.

Considerando a Resolução SEDS-17, de 19-06-2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos estaduais e a transferência de insumos materiais recebidos por doações da iniciativa privada, para a implantação de alojamentos provisórios, prioritariamente para a população em situação de rua, encaminhamos **Termo de Aceite**, conforme apontamentos realizados por meio de e-mail em 14/07/2020.

Atenciosamente,


TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeçerica.sp.gov.br

TERMO DE ACEITE

O Município de Itapeçerica da Serra/SP, com sede à Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135, Centro, CEP: 06850-040, inscrito no CNPJ sob o nº 46.523.130/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jorge José da Costa, pelo presente instrumento manifesta o ACEITE do (a):

- I. Transferência de doação de 20 (vinte) camas de solteiro;
- II. Transferência de doação de 20 (vinte) colchões de solteiro;
- III. Repasse financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- IV. Orientação técnica para a operação do alojamento provisório;

Comprometendo-se a cumprir fielmente o Estabelecido na Resolução SEDS nº 17, de 19 de junho de 2020.

Itapeçerica da Serra, 15 de julho de 2020.

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal



SECRETARIA DE GOVERNO
COMITÊ DE PROTEÇÃO SOCIAL
CENTRO INTEGRADO DE LOGÍSTICA HUMANITÁRIA

ORDEN DE DISTRIBUIÇÃO Nº 2325

Destino: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA III
Responsável: Lucimara Silva de Jesus Valders
Cargo: -
Telefone: (11) 94741-4233
Email: sememail@sememail.com
Endereço: Av dos Itapekericanos, nº 392 Complemento: Parque Paraíso - CEP: 06850140

Nota Fiscal	Produto	Unidade de Distribuição	Qtd. Unidade de distribuição	QTD Unitária	Valor Unitário + Imposto	VL Total
615524	DESINFETANTE EUCALIPTO 5L YPE	Unidade		20,00	R\$ 14,12	R\$ 282,40
104716	ORGANIZADORA MODULAR 3 AND. BRANCO	Unidade		2,00	R\$ 25,09	R\$ 50,18
3975918	LIMPADOR DE PISOS OMÔ LAVANDA 12X450ML	Caixa com 12 unidades	0,00	72,00	R\$ 15,06	R\$ 1.084,32
30	AGUA SANITARIA CLASSIC 8X2L	Caixa com 08 unidades		8,00	R\$ 10,36	R\$ 82,88
604662	P H Rolão Lanlimp Confor 8x300M 100% Cel	Fardos		8,00	R\$ 24,79	R\$ 198,32
343340	COPO PLASTICO 180ML BCO PS	Caixa com 25 pacotes com 100 unidades		10,00	R\$ 61,28	R\$ 612,80
9071204	Col D23 alt14 088 Ortobom Cannes Imetro BG/MA	Unidade		20,00	R\$ 258,12	R\$ 5.162,40
604663	Desinf Removic floral 1/50 5 L Becker	Unidade		8,00	R\$ 20,09	R\$ 160,72
104716	CADCA ORGANIZADORA 20L COM TRAVA	Unidade		2,00	R\$ 15,37	R\$ 30,74
104716	LIXEIRA 61L C/TAMPA BRANCO	Unidade		6,00	R\$ 19,14	R\$ 114,84
266726	ALCOOL AER PROJETO ABAS GRATUITO 12X300ML/217G	Caixa / Unidade		30,00	R\$ 23,88	R\$ 716,40
38890	COPO USO DIÁRIO 180 ML 20X100	Caixa / Unidade		5,00	R\$ 54,50	R\$ 272,50
316530	CAMA BOX SOLTEIROCQD CS1909 MPMP	Unidade		20,00	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
615524	PAPEL TOALHA INTERF. SIMPLES 100% CEL VIRG. 2D 22,5X21CM C/ 2000BABY	Unidade		20,00	R\$ 17,05	R\$ 341,00
600839	Saco 40 L Preto atento c/100	Pacote		12,00	R\$ 13,66	R\$ 163,92
0838	Sabonete liq erva doce 5 L Trilha #	Unidade		8,00	R\$ 9,62	R\$ 76,96
698537	BANDEJA M-104 C/ TAMPA COM 200 UNIDADES	Caixa / Unidade		3,00	R\$ 66,83	R\$ 200,49
12528	COPO 250 ML BRANCO VEROCOPO	Caixa / Unidade		3,00	R\$ 10,91	R\$ 32,73
TOTAL						R\$ 11.583,60

AUTORIZAÇÃO

Gisele Silvestre
Gisele Silvestre
Conferente -
Mat.: 30057949
JSL S/A

Observações:

1. A presente ORDEM DE DISTRIBUIÇÃO (OD) refere-se ao material recebido por doação ao Governo do Estado de São Paulo em virtude das consequências do Plano de Contingência ao COVID 19, e atende ao provimento emergencial de material para o município/órgão contemplado, que por sua vez, se compromete a entregar aos interessados/necessitados, adotando controle próprio da distribuição, para fins de prestação de contas junto ao TCE.
2. O contemplado deverá quitar a presente OD, em caso de alteração de quantidade deverá anotar as diferenças no recibo da OD.
3. Após a entrega dos produtos, solicito a essa transportadora encaminhar cópia digital da OD quitada (frente e verso) aos e-mail: armazenamentocovid19@sp.gov.br e recibodistribuicao@sp.gov.br



Imprensa Oficial

Itapeverica da Serra, 24 de Agosto de 2020
Ano 11 - Edição CDXXXIX

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO SDSRT Nº 01/2020

Valor Total Previsto: R\$ 293.750,00

Tempo de Vigência: 5 meses a contar da assinatura do Termo de Colaboração

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, após duas tentativas infrutíferas de celebrar parceria através de Chamamento Público, informa a intenção de dispensar o pleito, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 2.630/2016, para execução do serviço de acolhimento provisório e emergencial, com implantação de Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR, devido a situação de emergência em saúde pública ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Justificativa

Trata-se de procedimento de dispensa de chamamento público, prevista no art. 30, inc. II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e no art. 40 do Decreto Municipal nº 2.630/2016, para formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, inscrita no CNPJ nº 07.606.902/0001-00, cujo objeto é a execução de Serviço de Acolhimento Provisório, com capacidade para até 23 pessoas por dia, tendo por público alvo a população em situação de rua, a saber: grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I – Respeito à dignidade da pessoa humana;
- II – Direito à convivência familiar e comunitária;
- III – Valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV – Atendimento humanizado e universalizado;
- V – Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I – Promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II – Responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III – Articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV – Integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V – Integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI – Participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII – Incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação, das políticas públicas;
- VIII – Respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- IX – Implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
- X – Democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I – Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II – Garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III – Instruir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV – Produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V – Desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI – Incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII – Implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII – Incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX – Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios

previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X – Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI – Adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforme a estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporário. O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos;

XII – Implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII – Implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV – Disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho;

Considerando que os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

Considerando que a estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

Considerando a Orientação Técnica nº 08/PSE-CAS/SEDS/2020, que dispõe sobre orientações técnicas aos gestores municipais, equipes técnicas dos serviços socioassistenciais, diretores de DRADS, técnicos dos Núcleos de Apoio e Supervisão (NUASU) da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo relativas ao atendimento dos Serviços Socioassistenciais de Média Complexidade em decorrência da emergência em Saúde Pública devido a pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Recomendação nº 1 – DPGU/SGAI DPGU/GTR DPGU (Grupo de Trabalho em prol das Pessoas em Situação de Rua da Defensoria Pública - Geral da União);

I – Garantam o funcionamento dos equipamentos e serviços que atendam à população em situação de rua;

II – Disponibilizem, nos equipamentos e serviços que atendam à população em situação de rua, álcool gel, máscaras faciais de proteção descartáveis e material informativo sobre a COVID-19;

III – Prestem informações à Defensoria Pública da União nas capitais dos estados acerca das providências até então tomadas e informação sobre as políticas públicas destinadas à prevenção da COVID-19, nos equipamentos de acolhimento das pessoas em situação de rua;

IV – Destinem espaço específico, nos equipamentos e serviços que atendam à população em situação de rua, para as pessoas que se enquadram em grupo de risco da COVID-19 (pessoas idosas, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossuprimidas, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções); e, por fim, principalmente,

V – Disponibilizem o uso dos espaços públicos educacionais e esportivos, que estejam com a utilização suspensa, e que contenham equipamentos de higiene (vestiários/banheiros) para acomodar, evitando-se aglomerações, e para permitir a higiene básica das pessoas em situação de rua;

VI – A prática de realizar a prevenção da COVID-19, não seja realizada uma política indiscriminada de internação compulsória de pessoas em situação de rua;

Considerando a existência de pandemia do Coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde, que significa o risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como de transmissão íntima;

Considerando que a adoção de hábitos de higiene básica aliado com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação, são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio;

Considerando a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de servidores e munícipes, bem como a necessidade de manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço da Administração Pública de modo a causar o mínimo impacto;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.888, de 20 de março de 2020, que declarou situação de calamidade pública no Município de Itapeverica da Serra, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), bem como a Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde e o Decreto Estadual nº 64.879/2020.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, pretende realizar procedimento de dispensa de chamamento público, prevista no art. 30, inc. II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e no art. 40 do Decreto Municipal nº 2.630/2016, para formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, inscrita no CNPJ nº

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

07.606.902/0091-00, cujo objeto é a execução de Serviço de Acolhimento Provisório, com capacidade para até 23 pessoas por dia, tendo por público alvo a população em situação de rua, a saber: grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A situação atual de emergência que justifica a proposição desta parceria encontra amparo legal nas seguintes normativas:

Decreto Municipal nº 2.888, de 20 de março de 2020, que declarou situação de calamidade pública no Município de Itapeverica da Serra, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia do corona vírus (COVID-19), bem como a Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde e o Decreto Estadual nº 64.879/2020.

A presente proposição, além de garantir a oferta de proteção social pública imediata ao público vulnerável, possibilita acolhida humanizada e adequada para pessoas sintomáticas em situação ou com trajetória de vida nas ruas e outras vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais, ampliando seu acesso a cuidados básicos como higiene e alimentação.

Contribui ainda, para a diminuição da circulação do vírus na cidade de Itapeverica da Serra, em consequência, diminui também o número de pessoas infectadas e a mortalidade entre os usuários.

O Município de Itapeverica da Serra, já adota comumente a execução de serviços socioassistenciais através da celebração de termos de colaboração com Organizações da Sociedade Civil - OSCs.

A definição da Organização da Sociedade Civil, para a execução da parceria, fundamenta-se na experiência e no atendimento a requisitos fundamentais pelo CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA no acompanhamento e acolhimento de usuários com trajetória de rua, inclusive em outras parcerias/convênios firmados e executados com o Município de Itapeverica da Serra.

Ressaltamos que o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, apresentou de forma satisfatória o Plano de Trabalho e demais requisitos necessários para a celebração do Termo de Colaboração, devidamente avaliados e considerados satisfatórios por Comissão nomeada pelo Executivo Municipal.

Essa publicação visa atender a Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 2.630/2016, ficando concedido o prazo de 05 dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar da data de sua publicação.

A impugnação deverá ser protocolada, por escrito, no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Itapeverica da Serra, direcionado à Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social - SIDS, localizado na Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 - Centro - Itapeverica da Serra - SP - CEP 06850-040, das 8 às 16h30min.

Itapeverica da Serra, 21 de agosto de 2020.

Jorge Costa

Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

Cláudio Silvestre Rodrigues Junior

Responsável pela Secretaria Municipal dos Assuntos Jurídicos

EDITAL

EDITAL Nº 016/2020 - CPEC (COVID-19)

PROCESSO DE SELEÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2020 CPEC (COVID-19)

CONVOCAÇÃO

O Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), usando das atribuições, resolve baixar o seguinte Edital de Convocação do Processo Seletivo Simplificado de conformidade com o Edital nº 002/2020 - CPEC (COVID).

CONVOCA os candidatos aprovados para o seguinte emprego, a saber:

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ENFERMEIRO	
RAILDA MARIA CASCAIS	25º
LILIAN FLORENTINO GOMES	26º
TANIA CAROLINA DA SILVA	27º
PAOLA SANTOS DE MORAES	28º
CRISTIANE MARIA DOS SANTOS	29º

Os candidatos acima deverão comparecer no dia 26 de agosto de 2020, às 9 horas, na Saúde - IS - Autarquia Municipal, localizada na Rua Major Manoel Francisco de Moraes, 286 - Centro - Itapeverica da Serra - SP, munidos dos documentos abaixo relacionados:

- Atestado Médico de Saúde Ocupacional (Será feito no Local)
- Carteira Profissional original;
- Cópia do comprovante de residência (em nome do candidato), exceto conta de água;
- cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- cópia da Identidade (RG);
- cópia da Certidão de Casamento;
- cópia da Certidão de Nascimento de todos os filhos;
- cópia das carteiras de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- comprovante de Escolaridade dos filhos maiores de 7 anos (até 14 anos);
- cópia do Certificado de Reservista ou Alistamento Militar;
- cópia do Programa de Integração Social - PIS ou PASEP;
- cópia do Título de Eleitor e cópia dos comprovantes de que tenha votado na última eleição;
- 2 fotos 3x4 atual;
- Conta Corrente no Banco Caixa Econômica Federal; (RH ira encaminhar para abertura da conta)
- Cópia de documento comprobatório das condições técnicas exigidas para o emprego;
- Cópia de documento comprobatório dos cursos complementares e experiência profissional registrada na CTPS, informados na ficha de inscrição (currículo). OBS: apresentar original para visto confere;
- Carteira de Registro de Classe; e
- Antecedentes Criminais (Estadual e Federal).

E, para conhecimento dos interessados expedir-se este Edital que é afixado no local de costume desta Prefeitura e publicado na Imprensa Oficial.

Itapeverica da Serra, 21 de agosto de 2020.

JORGE JOSÉ DA COSTA

Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

PORTARIAS

PORTARIA Nº146/2020

A SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que designou a partir de 17 de Agosto de 2020, a funcionária Sra. NATHALIA CRISTINA RODRIGUES LIMA MENEZES, Auxiliar Administrativo (EF), para responder pelo cargo de DIRETOR DE ATENÇÃO BÁSICA DO HORIZONTE AZUL, referência 18.

Assigura o designado a percepção do vencimento, nos termos e razão contidas no §2º e caput do art. 53 da Lei Municipal 2000 de 16 de junho de 2009, alterada pelo art. 33 da Lei Municipal nº 2.112 de 02 de julho de 2010.

Itapeverica da Serra (SP), 17 de Agosto de 2020

MICHELE SALES DOS SANTOS DA SILVA
Superintendente - Saúde - IS

PORTARIA Nº147/2020

A SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,

PREFEITURA DE ITAPEVERICA DA SERRA
Prefeito | Jorge Costa
Gabinete do Prefeito | Departamento de Comunicação
Telefone | 4668-9000
Email | imprensa.oficial@itapeverica.sp.gov.br
Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 - Centro

EXPEDIENTE

www.itapeverica.sp.gov.br





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO SDSRT Nº 01/2020

Onde se lê: "... A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, após duas tentativas infrutíferas de celebrar parceria através de Chamamento Público ..."

Leia se: "... A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, após duas tentativas infrutíferas de celebrar parceria através de Chamamento Público ..."

Onde se lê: "... A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, pretende realizar procedimento de dispensa de chamamento público ..."

Leia se: "... A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, pretende realizar procedimento de dispensa de chamamento público ..."

Onde se lê: "... A impugnação deverá ser protocolada, por escrito, no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra, direcionado à Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social – SIDS, localizado na Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135, Centro - Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, das 8 às 16h30min..."

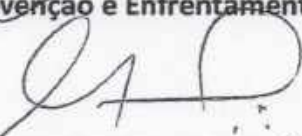
Leia se: "... A impugnação deverá ser protocolada, por escrito, no protocolo geral da Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra, direcionada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho – SDSRT, localizada na Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285, Centro - Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, das 8 às 16h30min..."

Todas as demais informações permanecem inalteradas.

Itapecerica da Serra, 1º de setembro de 2020


JORGE JOSÉ DA COSTA

Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)


CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos



Imprensa Oficial

Itapeçerica da Serra, 08 de Setembro de 2020
Ano 11 - Edição CDXLVIII

EDITAL

EDITAL Nº 108/2020-SAJ-Ato

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019-SIDS

RESULTADO PARCIAL REFERENTE AOS REQUISITOS Nº 006/2019-SIDS PARA A CAPACITAÇÃO DE RECURSO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE ITAPEÇERICA DA SERRA - FUMACA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA, no uso de suas atribuições legais, torna pública a relação das Organizações da Sociedade Civil, habilitadas em relação ao cumprimento dos requisitos para documentação necessária para Captação de Recurso através do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

NOME DA ORGANIZAÇÃO	RESULTADO
Mão Amiga Brasil - VISFOUNDATION	Habilitada
Comunidade Missionária de Villarrégia	Habilitada

O presente Edital será publicado na Imprensa Oficial do Município e estará disponível no site www.itapeçerica.sp.gov.br.

Itapeçerica da Serra, 8 de setembro de 2020.

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito

TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

TERMO

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO SDSRT Nº 01/2020

Onde se lê: "... A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, após duas tentativas infrutíferas de celebrar parceria através de Chamamento Público ..."

Leia-se: "... A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, após duas tentativas infrutíferas de celebrar parceria através de Chamamento Público ..."

Onde se lê: "... A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, pretende realizar procedimento de dispensa de chamamento público ..."

Leia-se: "... A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, pretende realizar procedimento de dispensa de chamamento público ..."

Onde se lê: "... A Impugnação deverá ser protocolada, por escrito, no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra, direcionado à Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social - SIDS, localizado na Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135, Centro - Itapeçerica da Serra - SP - CEP 06850-040, das 8 às 16h30min..."

Leia-se: "... A Impugnação deverá ser protocolada, por escrito, no protocolo geral da Prefeitura do Município de Itapeçerica da Serra, direcionada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho - SDSRT, localizada na Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285, Centro - Itapeçerica da Serra - SP - CEP 06850-040, das 8 às 16h30min..."

Todas as demais informações permanecem inalteradas.

Itapeçerica da Serra, 1º de setembro de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA

Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JÚNIOR

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

DECRETOS

DECRETO Nº 3.018, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA NO ANO LETIVO DE 2020, SUBSTITUIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PELA MODALIDADE DE ENSINO REMOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e

Considerando o "Estado de Calamidade" declarado pelo Decreto nº 2.888, de 20 de março de 2020 em razão da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19);

Considerando os órgãos técnicos tais como Saúde-IS - Autarquia Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação - CME e o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19);

Considerando que apesar das medidas fitossanitárias adotadas pela Administração Municipal, as quais obtiveram sucesso em conter a disseminação da pandemia, inclusive, considerado o número de óbitos no Município por conta da pandemia do Coronavírus (COVID-19), sendo que o retorno às aulas presenciais impõe maiores cautelas por parte da Administração;

Considerando que a Rede Municipal de Ensino envolve diretamente cerca de 20.000 mil pessoas, entre alunos, corpo docente e funcionários em geral, contingente este passível de contaminação e disseminação do Coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a manutenção da suspensão das aulas presenciais na Rede Municipal de Educação até o final do ano letivo de 2020, com retorno das aulas previstas para o ano letivo de 2021.

Art. 2º Fica facultado às Escolas Particulares e Estaduais acatar as disposições do presente Decreto ou as determinações estaduais referentes ao retorno presencial das aulas, desde que atendidos todos os protocolos de distanciamento social e fitossanitários, mediante a aprovação prévia de protocolo a ser submetido ao Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) da Prefeitura do Município de Itapeçerica da Serra.

Art. 3º Todos os servidores lotados nas Escolas Municipais que apresentem comorbidades, inclusive os maiores de 60 anos (com riscos avaliados por médico e respectivo laudo) deverão apresentar relatório médico que comprove a necessidade do afastamento presencial, devendo o documento ser apresentado no Protocolo da Secretaria Municipal de Educação em até 30 (dias) da vigência deste Decreto.

Art. 4º Os servidores do Quadro Administrativo e de apoio inclusive Diretores, Orientadores Pedagógicos e Educacionais que não apresentarem as referidas documentações médicas, devem retornar às atividades de trabalho presencial a partir do início do ano letivo de 2021 na forma estabelecida neste Decreto.

Art. 5º Fica determinado que o funcionamento de todas as Unidades Escolares, a partir deste Decreto para atendimento da Comunidade Escolar e afins, passará a ser nas segundas e quintas-feiras das 9 horas às 16 horas.

Art. 6º Todos os servidores mencionados no art. 3º deverão cumprir jornada de 8 horas diárias de trabalho de forma presencial nas respectivas Unidades Escolares, por 2 (duas) vezes na semana, segundas e quintas-feiras das 9 horas às 16 horas, devendo ser concedido 1 hora de intervalo, com exceção daqueles dispensados na forma do art. 3º a partir da convocação da Secretaria Municipal de Educação, ainda este ano.

§ 1º Todos os Diretores, Orientadores Pedagógicos e Educacionais deverão obrigatoriamente cumprir presencialmente os dois dias (segundas e quintas-feiras) na ausência da equipe gestora, a Secretaria Municipal de Educação deverá ser comunicada para as providências cabíveis.

§ 2º Todos os servidores do Quadro Administrativo e de Apoio, inclusive os Diretores, Orientadores Pedagógicos e Educacionais nos demais dias (terças, quarta e sexta-feira), deverão permanecer home office (trabalho remoto/teletrabalho) a disposição da Secretaria Municipal de Educação cumprindo sua jornada de trabalho.

§ 3º Para os servidores que atuam na Creche exceto PDI, será aplicado o sistema de revezamento, conforme art. 7º deste Decreto.

§ 4º Os professores que encontra-se readaptado na função administrativa, que não apresentem comorbidade, retornarão em escala de revezamento, garantindo impreterivelmente uma vez por semana de forma presencial para atender as necessidades da Unidade Escolar, respeitando seu período de trabalho em jornada reduzida, ou seja, aqueles que trabalham no período da manhã será das 9 horas às 11 horas e 40 minutos e aqueles que trabalham no período da tarde será das 13 horas às 15 horas e 40 minutos a partir da convocação da Secretaria Municipal de Educação que analisará a conveniência, necessidade e oportunidade;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2020

Chamamento Público nº 001/2020-SDSRT

CELEBRA-SE O TERMO DE COLABORAÇÃO, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.204/2015 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 2.630/2016, ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, QUE DE COMUM ACORDO FIRMAM O TERMO DA PRESENTE PARCERIA, VISANDO A EXECUÇÃO VINCULADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA. PROCESSO DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 01/2020.

Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social Senhora **TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA**, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 – Itaquaciara – Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Diretor Executivo Senhor **LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA**, portador do RG nº 25.888.350-9 e CPF nº 251.408.308-76, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, resolvem **FIRMAR**, o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – A vigência do presente Termo de Colaboração será pelo período de **04/09/2020 a 31/01/2021** para atendimento de pessoas em situação de rua maiores de 18 (dezoito) anos, em regime de acolhida provisória, conforme previsto nas legislações e documentos pertinentes à proteção de pessoas em situação de rua, com capacidade para 23 (vinte e três) pessoas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

Cláusula Segunda – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC conveniada deverá desenvolver o trabalho previsto pelas legislações e diretrizes vigentes à proteção de pessoas em situação de rua em situação de acolhida provisória.

O Plano de Trabalho que contemple a segurança de acolhida com condições de dignidade, segurança da integridade, identidade e história de vida preservadas.

O espaço deverá respeitar os padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança.

O acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidade específicas dos usuários.

O ambiente deverá ser higienizado e adequado de modo que atenda as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS, para conter o contágio da COVID-19.

Parágrafo único: Sua atuação deverá contemplar o que está previsto na legislação e orientações inerentes ao combate da Pandemia causada pelo COVID-19.

Cláusula Terceira – A coordenação das tarefas necessárias à consecução dos objetivos colimados por este Termo de Colaboração, caberá à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho que deverá avaliar e supervisionar as atividades da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, com a participação dos sujeitos envolvidos na ação, conforme previsto no Decreto Municipal nº 2.630/16.

Cláusula Quarta – O MUNICÍPIO pagará mensalmente à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** a importância de **R\$ 58.750,00 (cinquenta e oito mil setecentos e cinquenta reais)**, fixada por Lei e reajustada, anualmente de acordo com índice oficial de reajuste utilizado pelo Município. O numerário a ser repassado é oriundo de recursos Estadual e Municipal - Dotação Orçamentária: 02.99.00-3.3.50.39.00-08.244.4001.2557.

§ 1º O pagamento será liberado mediante solicitação da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, feita por meio de requerimento mensal à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, até o 10º (décimo) dia útil do mês requerido.

§ 2º Deverá ser anexada ao requerimento constante do § 1º, Declaração da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, constando o número de pessoas que estão sendo atendidas por ela, bem como uma relação nominal das mesmas.

§ 3º A solicitação e a relação de pessoas constantes do § 2º deverá ser feita até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês e planilha mensal, onde constem os gastos financeiros referentes à execução do serviço, assinada pelo Coordenador designado pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**.

[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

§ 4º A liberação das parcelas subsequentes à primeira fica condicionada a apresentação e aprovação de contas da parcela anteriormente recebida.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades, quando:

1. houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebia;

2. constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação as obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração; e

3. a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar sem justificativas suficientes as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno e externo.

Cláusula Quinta – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC obriga-se:

1. aplicar integralmente no SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA o numerário recebido do **MUNICÍPIO**, visando a aquisição de alimentação, medicamentos, material de higiene, material de limpeza, contratação de serviços, pagamento de funcionários, encargos sociais e demais despesas previstas no Plano de Trabalho, Anexo I, parte integrante deste Termo de Colaboração;

2. prestar contas mensalmente das quantias recebidas que fará parte integrante do requerimento que solicitar liberação de verba, de que trata a Cláusula Quarta deste Termo de Colaboração;


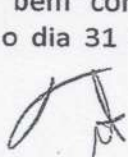
3. manter no SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA pessoal mínimo indispensável ao seu bom funcionamento conforme Plano de Trabalho, respondendo isoladamente por seus atos, omissivos ou não, inclusive, quanto a vínculo trabalhista; e

4. enviar à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, mensalmente, os dados solicitados e pertinentes ao Termo de Colaboração, a saber:

a) relação mensal com o nome e a idade das pessoas, sendo os nomes em ordem alfabética;

b) relatórios mensais financeiro e de atividades desenvolvidas e outros que se fizerem necessários; e

c) apresentar mensalmente relatório de atividades desenvolvidas, bem como balanço, atestado de funcionamento, parecer do Conselho Fiscal e Ata, até o dia 31 de janeiro de cada exercício.

  3



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

5. o SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA deverá manter prontuários individuais das pessoas acolhidas e tudo que lhe for pertinente, bem como o Plano Individual de Atendimento - PIA;

6. manter os recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO** em conta corrente específica, junto à instituição financeira pública determinada pela Prefeitura, com aplicação financeira. Conforme o art. 51, da Lei Federal nº 13.019/2014 e § 1º, do art. 50 do Decreto Municipal nº 2.630/2016, as parcerias serão realizadas em conta corrente específica isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública, ou seja, Caixa Econômica Federal; e

7. manter sob custódia, por cinco anos a partir da data de despesa, a planilha de descrição mensal de despesa, onde devem ser registradas as despesas mensais identificadas pelos fornecedores com anexação dos respectivos documentos fiscais comprobatórios, devidamente organizados e à disposição de verificações programadas, fiscalizações e auditorias por parte dos órgãos públicos, dos Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas.

Cláusula Sétima – O MUNICÍPIO obriga-se a:

1. liberar o repasse do valor mencionado na Cláusula Quarta;
2. proceder à orientação, fiscalização e avaliação dos trabalhos desenvolvidos que se relacionem com a utilização dos recursos oriundos deste Termo de Colaboração;
3. providenciar, em caso de descumprimento do objeto, desvio de finalidade, entre outro, a devida tomada de contas especial; e
4. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação, que será responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização.

Cláusula Oitava – A prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC será mensal, devendo acompanhar requerimento da solicitação constante do § 1º, da Cláusula Quarta deste Termo de Colaboração.

§ 1º O período concernente à utilização de recursos financeiros para pagamento das ações conveniadas será dividido em períodos consecutivos, dentro dos quais se o valor do repasse mensal do Termo de Colaboração não for gasto integralmente no mês correspondente, o saldo remanescente poderá ser utilizado no mês seguinte ou no subsequente pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, não podendo a compensação exceder o período estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.

4



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

§ 2º Os saldos remanescentes de valores repassados pelo **MUNICÍPIO** e não gastos pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** deverão ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de instituição oficial, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês, devendo as receitas auferidas desses investimentos serem aplicadas exclusivamente no objeto deste Termo, constando de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

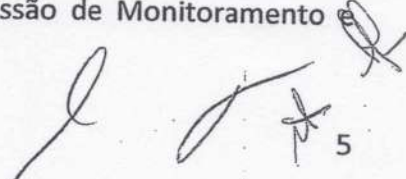
§ 3º - Em qualquer hipótese, findo o presente Termo de Colaboração, os saldos de recursos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

Cláusula Nona – O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido nos seguintes casos:

1. inadimplemento de suas Cláusulas;
2. denúncia de uma das partes concordantes mediante aviso escrito e prévio com 60 dias de antecedência;
3. a qualquer tempo por mútuo acordo; ou
4. unilateralmente, de pleno direito e a critério do **MUNICÍPIO**, por irregularidades providas na Administração da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, apontadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho ou por denúncia devidamente comprovada.

Cláusula Décima – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

Cláusula Décima Primeira – Os casos omissos que surgirem na execução do presente Termo de Colaboração serão solucionados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da parceria.


5



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

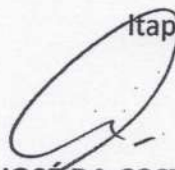
ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

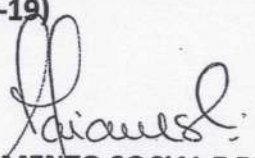
Cláusula Décima Segunda – As partes elegem o Foro da Comarca de Itapequerica da Serra, para qualquer procedimento judicial ou extrajudicial oriundo deste Termo e de suas eventuais modificações.

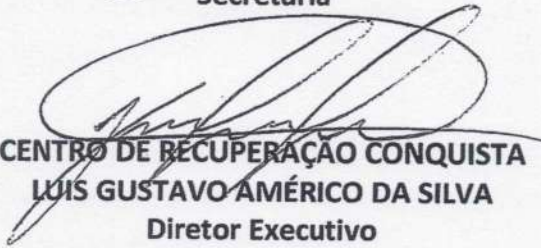
E, achando-se as partes ajustadas, assinam este Termo de Colaboração na presença das testemunhas abaixo.


Itapequerica da Serra, 4 de setembro de 2020


JORGE JOSÉ DA COSTA

**Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus
(COVID-19)**

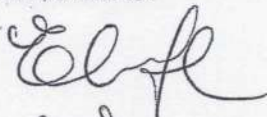

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RELAÇÕES DO TRABALHO
TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária


CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA
LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA
Diretor Executivo

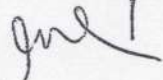

LUCIMARA SILVA DE JESUS VADERS
Gestora do Termo de Colaboração

TESTEMUNHAS:

1ª.



2ª.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

ÓRGÃO CONCESSOR: Município de Itapecerica da Serra
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

ÓRGÃO BENEFICIÁRIO: Centro de Recuperação Conquista

TIPO DE CONCESSÃO: Termo de Colaboração nº 010/2020

VALOR REPASSADO: R\$ 58.750,00 (cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais) mensal.

EXERCÍCIO: 2020

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; e
- d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Itapecerica da Serra, 4 de setembro de 2020



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

GESTOR DO ÓRGÃO CONCESSOR:

Nome: Jorge José da Costa

Cargo: Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus

CPF nº 060.114.398-10 e **RG nº** 8.377.412-9

Data de Nascimento: 02/08/1959

Endereço residencial completo: Rua Luis Gama, 47 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-750.

E-mail institucional: gabinetedoprefeito@itapecerica.sp.gov.br

E-mail pessoal: jc.fox@ig.com.br

Telefone (s): (11) 4668-9321 / (11) 4668-9315

Assinatura:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONCESSOR:

Nome: Tatiana Lopes Nascimento Silva

Cargo: Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

CPF nº 276.710.818-50 e **RG nº** 29.156.418-5

Data de Nascimento: 02/03/1979

Endereço residencial completo: Rua Brasilândia, 101 – Parque Yara Ceci – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06872-300.

E-mail institucional: tatiana.lopes@itapecerica.sp.gov.br

E-mail pessoal: tatianalns35@gmail.com

Telefone(s): (11) 4668-9224 / (11) 99438-2759

Assinatura:

GESTOR ÓRGÃO BENEFICIÁRIO:

Nome: Luis Gustavo Américo da Silva

Cargo: Diretor Executivo

CPF nº 251.408.308-76 e **RG nº** 25.888.350-9

Data de Nascimento: 20/05/1975

Endereço residencial: Rua Pedro José Rotger Domingues, 207 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – 06850-110

E-mail institucional: contato@comunidadeconquista.com.br

E-mail pessoal: luisgustavoamerico@gmail.com

Telefone (s): (11) 4165-6424 / (11) 97495-9560

Assinatura:

EDITAIS

própria, mantendo a natureza de verbas públicas;

Cláusula Décima Primeira – O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido nos seguintes casos:

1. Inadimplemento de suas Cláusulas;
2. Denúncia de uma das partes concordantes mediante aviso escrito e prévio com 60 dias de antecedência;
3. a qualquer tempo por mútuo acordo; ou
4. unilateralmente, de pleno direito e a critério do **MUNICÍPIO**, por irregularidades providas na administração da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, apontadas pela Secretaria Municipal de Educação ou por denúncia devidamente comprovada.

Cláusula Décima Segunda – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

Cláusula Décima Terceira – Os casos omissos que surgirem na execução do presente Termo de Colaboração serão solucionados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

Cláusula Décima Quarta – As partes elegem o Foro da Comarca de Itapeverica da Serra, para qualquer procedimento judicial ou extrajudicial oriundo deste Termo e de suas eventuais modificações.

E, achando-se as partes ajustadas, assinam este Termo de Colaboração na presença das testemunhas abaixo.

Itapeverica da Serra, de de 2020.

MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Secretário(a)

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª.

2ª.

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

ÓRGÃO CONCESSOR: Município de Itapeverica da Serra
Secretaria Municipal de Educação

ÓRGÃO BENEFICIÁRIO:
TIPO DE CONCESSÃO: Termo de Colaboração
VALOR REPASSADO: R\$
EXERCÍCIO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damos por NOTIFICADOS para:

- a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Itapeverica da Serra, de de 2020

GESTOR DO ÓRGÃO CONCESSOR:

Nome:

Cargo:

CPF nº e RG nº

Data de Nascimento:
Endereço residencial completo:
E-mail institucional:
E-mail pessoal:
Telefone(s):

Assinatura:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONCESSOR:

Nome:
Cargo:
CPF nº RG nº
Data de Nascimento:
Endereço residencial completo:
E-mail institucional:
E-mail pessoal:
Telefone (s):

Assinatura:

Pela BENEFICIÁRIA:

Nome:
Cargo:
CPF nº e RG nº
Data de Nascimento:
Endereço residencial:
E-mail institucional:
Telefone (s):

Assinatura:

TERMO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2020
Chamamento Público nº 001/2020-SDSRT

CELEBRA-SE O TERMO DE COLABORAÇÃO, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.204/2015 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 2.630/2016, ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, QUE DE COMUM ACORDO FIRMAM O TERMO DA PRESENTE PARCERIA, VISANDO A EXECUÇÃO VINCULADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOlhIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA. PROCESSO DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 01/2020.

Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA**, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapeverica da Serra – SP – CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social Senhora **TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA**, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 – Itaquaciara – Itapeverica da Serra – SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Diretor Executivo Senhor **LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA**, portador do RG nº 25.888.350-9 e CPF nº 251.408.308-76, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, resolvem FIRMAR, o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – A vigência do presente Termo de Colaboração será pelo período de 04/09/2020 a 31/01/2021 para atendimento de pessoas em situação de rua maiores de 18 (dezoito) anos, em regime de acolhida provisória, conforme previsto nas legislações e documentos pertinentes à proteção de pessoas em situação de rua, com capacidade para 23 (vinte e três) pessoas.

Cláusula Segunda – A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** conveniada deverá desenvolver o trabalho previsto pelas legislações e diretrizes vigentes à proteção de pessoas em situação de rua em situação de acolhida provisória.

O Plano de Trabalho que contemple a segurança de acolhida com condições de dignidade, segurança da integridade, identidade e história de vida preservadas.

O espaço deverá respeitar os padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habilitação, salubridade, segurança.

O acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidade específicas dos usuários.

O ambiente deverá ser higienizado e adequado de modo que atenda as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS, para conter o contágio da COVID-19.

Parágrafo único: Sua atuação deverá contemplar o que está previsto na legislação e orientações inerentes ao combate da Pandemia causada pelo COVID-19.

TERMO

Cláusula Terceira – A coordenação das tarefas necessárias à consecução dos objetivos colimados por este Termo de Colaboração, caberá à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho que deverá avaliar e supervisionar as atividades da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, com a participação dos sujeitos envolvidos na ação, conforme previsto no Decreto Municipal nº 2.630/16.

Cláusula Quarta – O **MUNICÍPIO** pagará mensalmente à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** a importância de R\$ 58.750,00 (cinquenta e oito mil setecentos e cinquenta reais), fixada por Lei e reajustada, anualmente de acordo com índice oficial de reajuste utilizado pelo Município. O numerário a ser repassado é oriundo de recursos Estadual e Municipal - Dotação Orçamentária: 02.99.00-3.3.50.39.00-08.244.4001.2557.

§ 1º O pagamento será liberado mediante solicitação da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, feita por meio de requerimento mensal à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, até o 10º (décimo) dia útil do mês requerido.

§ 2º Deverá ser anexada ao requerimento constante do § 1º, Declaração da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, constando o número de pessoas que estão sendo atendidas por ela, bem como uma relação nominal das mesmas.

§ 3º A solicitação e a relação de pessoas constantes do § 2º deverá ser feita até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês e planilha mensal, onde constem os gastos financeiros referentes à execução do serviço, assinada pelo Coordenador designado pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**.

§ 4º A liberação das parcelas subsequentes à primeira fica condicionada a apresentação e aprovação de contas da parcela anteriormente recebida.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades, quando:

1. houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
2. constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação as obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração; e
3. a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar sem justificativas suficientes as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno e externo.

Cláusula Quinta – A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** obriga-se:

1. aplicar integralmente no SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA o numerário recebido do **MUNICÍPIO**, visando a aquisição de alimentação, medicamentos, material de higiene, material de limpeza, contratação de serviços, pagamento de funcionários, encargos sociais e demais despesas previstas no Plano de Trabalho, Anexo I, parte integrante deste Termo de Colaboração;

2. prestar contas mensalmente das quantias recebidas que fará parte integrante do requerimento que solicitar liberação de verba, de que trata a Cláusula Quarta deste Termo de Colaboração;

3. manter no SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA pessoal mínimo indispensável ao seu bom funcionamento conforme Plano de Trabalho, respondendo isoladamente por seus atos, omissivos ou não, inclusive, quanto a vínculo trabalhista; e

4. enviar à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, mensalmente, os dados solicitados e pertinentes ao Termo de Colaboração, a saber:

- a) relação mensal com o nome e a idade das pessoas, sendo os nomes em ordem alfabética;
- b) relatórios mensais financeiro e de atividades desenvolvidas e outros que se fizerem necessários; e
- c) apresentar mensalmente relatório de atividades desenvolvidas, bem como balanço, atestado de funcionamento, parecer do Conselho Fiscal e Ata, até o dia 31 de janeiro de cada exercício.

5. o SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA deverá manter prontuários individuais das pessoas acolhidas e tudo que lhe for pertinente, bem como o Plano Individual de Atendimento - PIA;

6. manter os recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO** em conta corrente específica, junto à instituição financeira pública determinada pela Prefeitura, com aplicação financeira. Conforme o art. 51, da Lei Federal nº 13.019/2014 e § 1º, do art. 50 do Decreto Municipal nº 2.630/2016, as parcerias serão realizadas em conta corrente específica isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública, ou seja, Caixa Econômica Federal; e

7. manter sob custódia, por cinco anos a partir da data de despesa, a planilha de descrição mensal de despesa, onde devem ser registradas as despesas mensais identificadas pelos fornecedores com anexação dos respectivos documentos fiscais comprobatórios, devidamente organizados e à disposição de verificações programadas, fiscalizações e auditorias por parte dos órgãos públicos, dos Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas.

Cláusula Sétima – O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

1. liberar o repasse do valor mencionado na Cláusula Quarta;
2. proceder à orientação, fiscalização e avaliação dos trabalhos desenvolvidos que se relacionem com a utilização dos recursos oriundos deste Termo de Colaboração;
3. providenciar, em caso de descumprimento do objeto, desvio de finalidade, entre outro, a devida tomada de contas especial; e
4. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação, que será responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização.

Cláusula Oitava – A prestação de contas da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** será mensal, devendo acompanhar requerimento da solicitação constante do § 1º, da Cláusula Quarta deste Termo de Colaboração.

§ 1º O período concernente à utilização de recursos financeiros para pagamento das ações conveniadas será dividido em períodos consecutivos, dentro dos quais se o valor do repasse mensal do Termo de Colaboração não for gasto integralmente no mês correspondente, o saldo remanescente poderá ser utilizado no mês seguinte ou no subsequente pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, não podendo a compensação exceder o período estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.

§ 2º Os saldos remanescentes de valores repassados pelo **MUNICÍPIO** e não gastos pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC** deverão ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de instituição oficial, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês, devendo as receitas auferidas desses investimentos serem aplicadas exclusivamente no objeto deste Termo, constando de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

§ 3º - Em qualquer hipótese, findo o presente Termo de Colaboração, os saldos de recursos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

Cláusula Nona – O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido nos seguintes casos:

1. inadimplemento de suas Cláusulas;
2. denúncia de uma das partes concordantes mediante aviso escrito e prévio com 60 dias de antecedência;
3. a qualquer tempo por mútuo acordo; ou
4. unilateralmente, de pleno direito e a critério do **MUNICÍPIO**, por irregularidades providas na Administração da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, apontadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho ou por denúncia devidamente comprovada.

Cláusula Décima – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

Cláusula Décima Primeira – Os casos omissos que surgirem na execução do presente Termo de Colaboração serão solucionados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da parceria.

Cláusula Décima Segunda – As partes elegem o Foro da Comarca de Itapeverica da Serra, para qualquer procedimento judicial ou extrajudicial oriundo deste Termo e de suas eventuais modificações.

E, achando-se as partes ajustadas, assinam este Termo de Colaboração na presença das testemunhas abaixo.

Itapeverica da Serra, 4 de setembro de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA

Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao
Coronavírus
(COVID-19)

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RELAÇÕES
DO TRABALHO**
TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária

CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA
LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA
Diretor Executivo

LUCIMARA SILVA DE JESUS VADERS
Gestora do Termo de Colaboração

TESTEMUNHAS:

- 1ª.
- 2ª.

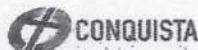
TERMO



SERVIÇO DE ACOlhIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

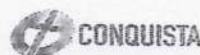
PLANO DE TRABALHO 2020

Endereço: Av. da Silva, nº 47 - Itaquaquecetuba - Região do Sertão - SP CEP 06874-000
Tel: (11) 4145-6724



Somário

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE	3
2.1. Objeto da Parceria - Justificativa	3
2.2. Capacidade de Atendimento	4
2.3. Forma de Atendimento	4
2.4. Critérios de Elegibilidade	4
2.5. Caracterização da Clientela	5
3. DEFINIÇÃO DE METAS	5
3.1. PLANO DE AÇÃO	5
3.1.1. SERVIÇOS OFERECIDOS PELA UNIDADE DE ACOlhIMENTO	5
3.1.2. INDICADORES	6
3.1.3. METAS E RESULTADOS ESPERADOS	6
3.2. Fases de Execução	7
3.2.1. Objetivos	8
3.2.2. Conteúdo	9
3.2.3. Período de execução	9
4. AVALIAÇÃO ORGANIZACIONAL	9
5. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	10
5.1. Recursos humanos	10
5.2. Cronograma de Desempenho Recursos Públicos	10
5.3. Valor de Parceria/Soluto	10
5.4. Previsão de Execução do Objeto	11
5.5. Origem dos recursos: Indicar fonte de recursos deste plano de ação, receitas próprias e através de convênio (Federal, Estadual, Municipal) e outros	11



1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Nome: CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA
1.2. Fundação: 15/05/2005.
1.3. Presidente/Coordenador: JOSUE DA SILVA REIS
1.4. Mandato atual da Diretoria: 05/08/2018 a 04/08/2021.
1.5. Constituição da Organização da Sociedade Civil - OSC - conforme Estatuto.
O CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, constituído em 15 de agosto de 2005, é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado.

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

2.1. Objeto da Parceria - Justificativa

Em decorrência do aumento da demanda da população em situação de rua, surgiu a necessidade de reformulação de nova metodologia de trabalho pautada na Lei nº 8.143 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), visando atividades de caráter continuado com objetivo de garantir o acesso aos direitos básicos. De acordo com as diretrizes de Proteção Especial de Alta Complexidade/Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.

Entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental.

Rua Ezequiel Abreu da Silva, nº 47 - Itaquaquecetuba - Região do Sertão
CEP 06874-000 - Tel: (11) 4145-6724



O serviço busca atender os pressupostos da Política Nacional de Assistência Social e da Política Nacional para População em Situação de Rua e decorre da necessidade de abordar a problemática de modo intersetorial, uma vez identificado como um fenômeno social estrutural e que apresenta-se como um complexo desafio, exigindo respostas plúreas, articuladas e inovadoras.

Sendo assim, torna-se de total importância a efetiva garantia dos direitos da população em situação de rua, propondo neste processo a construção do vínculo, do acesso e do acolhimento na rede socioassistencial, bem como dos demais agentes que atuam no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais e transversais.

2.2. Capacidade de Atendimento:

O serviço tem capacidade para atender grupos de até 20 pessoas, podendo em casos emergenciais chegar a 23 pessoas.

2.3. Forma de Atendimento:

Acolhida: Escuta qualificada; Estudo social; Diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; Referência e contrarreferência; Orientação e suporte para acesso a documentação pessoal; Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; Articulação da rede de serviços socioassistenciais; Articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos: mobilização de família extensa ou ampliada; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Mobilização para o exercício da cidadania; Articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; Estimulo ao convívio familiar, Grupal e social; Elaboração de relatórios e/ou promitórias.

2.4. Critérios de Elegibilidade:

Para fins de acolhimento provisório e excepcional, destinado as pessoas em situação de rua, acima de 18 (dezoito) anos, de ambos os sexos, inclusive os com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, na função de cuidado e proteção e contenção do COVID-19.

TERMO



Parágrafo Único: Os encaminhamentos para o serviço serão realizados, exclusivamente, pelo CREAS Parque Paraíso, sem prejuízo para realização do acolhimento emergencial, caso o serviço aculha após expediente do CREAS, o usuário será direcionado ao equipamento de proteção especial no próximo dia útil para realizar os trâmites necessários.

2.5. Caracterização da Clientela:

Pessoas em situação de rua de diferentes realidades, nas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente por fragilização e ruptura de vínculos de pertencimento e familiares.

Serviço considerado essencial no contexto da pandemia de COVID-19, declarado emergência em saúde pública de importância internacional pela OMS (Organização Mundial de Saúde), faz-se necessário tomar medidas de prevenção e cuidados a fim de reduzir os impactos para população brasileira, especialmente para as parcelas mais vulneráveis, conforme PORTARIA Nº 69, DE 14 DE MAIO DE 2020.

3. DEFINIÇÃO DE METAS

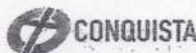
3.1. PLANO DE AÇÃO:

Nesse cenário de pandemia do COVID-19, a população em situação de rua fica em extrema vulnerabilidade e Políticas Públicas devem atender aos direitos de prevenção ao Coronavírus. O serviço de acolhida é voltado a população em risco social, prevenindo a integração necessária entre o Sistema Único de Assistência Social o Sistema Único de Saúde, e demais serviços que se fizerem necessários.

3.1.1. SERVIÇOS OFERECIDOS PELA UNIDADE DE ACOLHIMENTO

Estimular a convivência entre pares, abordar regras de convivência, estratégias de reinserção social, atividades para restabelecimento de vínculos familiares e comunitários.

Rua Estrada Rêgina da Silva, 43 - Parque Paraíso - Jd. Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 02774-000 - Tel: 4625-0404



atendimento social, articulação com serviços da rede do território, inclusão no Cadastro Único, com possibilidade de inserção em programas de transferência de renda, orientações e encaminhamentos para a rede de serviços quando necessário, orientação para acesso a documentação pessoal, articulação junto a rede de proteção social e construção do processo de desligamento do serviço com a conquista da autonomia e reinserção familiar, quando possível.

3.1.2. INDICADORES

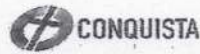
Atividade	Indicadores	Meios de Verificação
Oferecer acolhida segura a pessoas usuárias do serviço	- Fluxo de encaminhamentos; - Rotatividade;	- Banco de dados - Evolução nos prontuários; - Relatórios
Garantir proteção integral promovendo autonomia e respeito de cidadania.	- Articulação com a rede socioassistencial; - Documentação; - Incentivo para recolocação no mercado de Trabalho	- Contatos telefônicos; - Visitas institucionais e diáspora de casos; - Atendimento social e evolução dos prontuários; - Acompanhamento dos encaminhamentos.
Fortalecimento de Vínculos Familiares.	- Contato Telefônico; - Busca Ativa dos familiares; - Atendimento familiar, quando solicitado.	- Contato telefônico; - Evolução de prontuários; - Acompanhamento do retorno ao convívio familiar; - Atendimento social.

3.1.3. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado final da execução do serviço o tendo como base o planejamento realizado inicialmente, objetiva-se atender a população em situação de rua, de forma integral e a garantir após o acolhimento social:

- Possuir dos documentos pessoais necessários ao exercício de cidadania;
- Superação de suas dificuldades e redução das violações de direitos;
- Identificação do acolhido no Cadastro Único;
- Diminuição da disseminação do COVID-19;
- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravantes ou reincidência;

Rua Estrada Rêgina da Silva, 43 - Parque Paraíso - Jd. Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 02774-000 - Tel: 4625-0404



- Redução da pessoa em situação de rua e de abandono;
- Retorno ao convívio familiar, quando possível;
- Conquista de autonomia e resgate de cidadania;
- Garantia de desvinculo seguro com o serviço de acolhimento.

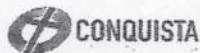
3.2. FASES DE EXECUÇÃO

Atividades	Período/Procedimentos
Acolhimento e criação do banco de dados para estudo e acompanhamento dos casos.	Logo na chegada do acolhido à instituição.
Elaboração do PIA.	No início do acolhimento
Adoção de Protocolos de Segurança.	Informes com figuras ilustrativas, de orientações gerais sobre o Covid-19 e cuidados básicos.
Adoção de Cuidados Individuais e Coletivos	Disponibilização de sabonete líquido para a lavagem das mãos, álcool em gel 70% em locais estratégicos
Adoção de Cuidados com Higiene do Ambiente e Utensílios.	Uso de desinfetante, hipoclorito de sódio e álcool 70% para higienização do ambiente e utensílios.
Uso de EPIs	Usar: Máscara, Protetor Face shield, avental impermeável, luvas, etc.
Encaminhamento para o Centro de Referência ao COVID-19, de casos suspeitos.	Caso o usuário do serviço apresente sintomatologia para COVID-19.
Acolhida (pelo equipe técnica do serviço)	Imediata.
Atendimento individualizado e Construção do PIA.	Inicialmente e sempre que necessário.
Encaminhamento para rede socioassistencial	No decorrer do acolhimento e conforme demanda.
Fortalecimento de vínculos familiares (quando possível).	Conforme evolução do acolhido, frente as sensibilizações quanto ao restabelecimento dos vínculos familiares, analisando, minuciosamente, os fatores de risco no convívio e ou aproximação familiar

Horário de funcionamento:

Horários	Atividades
14:00	Abertura para organização, higienização e busca ativa.
17:00	Triagem e acolhimento
18:30	Encerramento do acolhimento
19:00	Higienização e banho dos acolhidos

Rua Estrada Rêgina da Silva, 43 - Parque Paraíso - Jd. Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 02774-000 - Tel: 4625-0404



20:00	Jantar
22:00	Receber
07:00	Despertar e higienização
07:30	Café da manhã
08:00	Saída
08:00 às 10:30	Atendimento Psicológico e encaminhamentos necessários.

Quantidade	Função	Horários	Escala
2	Educador Social	15h às 25h	12x36
2	Educador Social	22h às 10h	12x36
1	Serviços Gerais	14h às 22h	Segunda à Sexta
1	Motorista	14h às 22h	Segunda à Sexta
1	Assistente Social	14h às 18h	Segunda à Sexta
1	Psicóloga	08h às 10h	Segunda à Sexta
1	Coordenador	Supervisão em todos os horários de funcionamento.	

3.2.1. OBJETIVOS

- Assegurar o acolhimento e garantir a proteção integral, a pessoa em situação de rua, com maior vulnerabilidade no contexto social atual, devido a pandemia do COVID-19;
- Recepcionar e integrar, nas dependências e rotina do abrigo as pessoas encaminhadas, proporcionando ambiente de escuta e proteção;
- Realizar elaboração do PIA;
- Acolher com postura ética e respeito a dignidade, diversidade e sem discriminação religiosa, sexual, cultural ou de qualquer natureza;
- Identificar e arquivar a documentação do acolhido e providenciar as faltantes para sua integração nos serviços públicos e participancas;
- Atender às necessidades básicas de saúde, vestuário e moradia;
- Prover alimentação no local tais como: jantar e café da manhã;
- Acolher e garantir a proteção integral;
- Contribuir para construção progressiva da autonomia com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária;
- Mobilizar para o exercício de cidadania;
- Proporcionar o acesso ao acolhido a áreas de lazer, cultura e esporte, bem como,

Rua Estrada Rêgina da Silva, 43 - Parque Paraíso - Jd. Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 02774-000 - Tel: 4625-0404

TERMO



atendimento a rede socioassistencial e intersectorial;

- Contribuir para a (re)construção de vínculos familiares e os sociais quando possível

3.2.2. CONTEÚDO

No desenvolvimento de suas atividades o Centro de Recuperação Conquista, busca observar os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não pratica quaisquer outras formas de discriminação, em razão do sexo, nacionalidade, raça, cor, condição social ou cultural.

Diante do atual cenário da pandemia do COVID-19, faz-se necessário pensar ações voltadas à minimização da disseminação do vírus, principalmente em um público que encontra-se em extrema vulnerabilidade e risco social. O SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, está em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Se trata de um serviço com estrutura para garantir acolhimento às pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem.

3.2.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

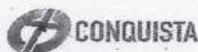
Previsão de início da execução do serviço em Agosto/2020 com término em Dezembro/2020.

4. AVALIAÇÃO ORGANIZACIONAL

O processo de avaliação será efetuado através de análises dos aspectos quantitativos e qualitativos que ocorrerão com a análise dos relatórios técnicos, reuniões entre as equipes, bem como através da análise do envolvimento, participação e desenvolvimento dos acolhidos. Estes dados serão verificados a partir das seguintes itens:

- Acompanhamento do projeto de vida;
- Atendimento individual;
- Relatórios periódicos;

Rua Estrada Altina de Sá, 47 - Vila Conquista - Il. Jacaranda de Serra
CEP 06242-021 - Tel: 11-212-4441



- Acesso aos prontuários dos usuários, bem como análise de dados, coletados por meio de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas no serviço;
- Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;

5. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

5.1. Recursos humanos

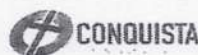
Nº	Nome	RG	Formação	Função	Vínculo Empregatício	Carga Horária Semanal
1	Educador Social	A	Ensino Médio	Educador Social	CLT	12x36
2	Educador Social	A	Ensino Médio	Educador Social	CLT	12x36
3	Educador Social	A	Ensino Médio	Educador Social	CLT	12x36
4	Educador Social	A	Ensino Médio	Educador Social	CLT	12x36
5	Serviços Gerais	A	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	CLT	34 horas
6	Assistente Social	A	Ensino Superior	Assistente Social	CLT	20 horas
7	Coordenador	A	Ensino Superior	Coordenador	CLT	30 horas
8	Motorista	A	Ensino Médio	Motorista	CLT	40 horas
9	Psicóloga	A	Ensino Superior	Psicóloga	Prestação de Serviço	15 horas

5.2. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO RECURSOS PÚBLICOS

Previsão	Mês do Ano	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
									X	X	X	X	X

5.3. VALOR DE PARCERIA/INTERVENÇÃO

Rua Estrada Altina de Sá, 47 - Vila Conquista - Il. Jacaranda de Serra
CEP 06242-021 - Tel: 11-212-4441



FONTES DE RECEITAS DESTE PLANO DE AÇÃO 2020

NATUREZA DA RECEITA	CT-ISTO - MENSAL
1 - RECURSOS GOVERNAMENTAIS	
1- Municipal	RS 58.750,00
2- Estadual	
3- Federal	
4- Outros	
SUBTOTAL 1	RS 58.750,00
2 - RECURSOS PRÓPRIOS	
1- Sócios	
2- Eventos	
3- Doações	
4- Parcerias	
SUBTOTAL 2	
Total Geral	RS 58.750,00

5.4. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

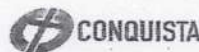
A parceria a ser celebrada para a execução do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA no Município de Itapeverica de Serra, terá vigência de 05 meses.

5.5. Origem dos recursos. Indicar fonte de receita deste plano de ação, receitas próprias e através de convênio (Federal, Estadual, Municipal) e outros.

CUSTO DESTE PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO

Natureza da Despesa	Fundo Municipal	Fundo Estadual	Fundo Federal	Fundo Próprio	Total
1 - RECURSOS HUMANOS	RS 15.905,85				RS 15.905,85
Função: quantidade/carga horária semanal					
SUBTOTAL	RS 15.905,85				RS 15.905,85
2 - MATERIAIS FUNCIONAIS					

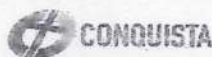
Rua Estrada Altina de Sá, 47 - Vila Conquista - Il. Jacaranda de Serra
CEP 06242-021 - Tel: 11-212-4441



a- Água	RS 780,00			RS 780,00
b- Energia				
c- Telefone				
d- Gas				
SUBTOTAL	RS 780,00			RS 780,00
3 - MATERIAL DE CONSUMO				
a- Alimentação	RS 3.570,60			RS 3.570,60
b- Materiais de Limpeza/Higiene	RS 4.054,53			RS 4.054,53
c- Materiais Didáticos				
d- Materiais Pedagógicos				
e- Materiais de Escritório/Papelaria				
f- Demais materiais				
SUBTOTAL	RS 7.625,13			RS 7.625,13
4 - ENCARGOS				
a- INSS (com provisão)	RS 6.618,40			RS 6.618,40
b- FGTS (com provisão)	RS 2.393,86			RS 2.393,86
c- PIS (com provisão)	RS 198,70			RS 198,70
d- IR	RS 272,75			RS 272,75
e- 13º SALÁRIO	RS 1.208,35			RS 1.208,35
f- FERIAS	RS 1.208,35			RS 1.208,35
g- 1/3 DE FERIAS	RS 402,87			RS 402,87
h- AVISO PREVIO	RS 3.200,74			RS 3.200,74
i- TARIFAS BANCARIAS	RS 300,00			RS 300,00
SUBTOTAL	RS 15.804,02			RS 15.804,02
5 - OUTRO				
25 Transportes	RS 750,00			RS 750,00
60 Jogos de cama (lençol e fôrma)	RS 2.400,00			RS 2.400,00
60 Tendas	RS 720,00			RS 720,00
05 Colchonetes	RS 650,00			RS 650,00
03 Roupeiros	RS 3.600,00			RS 3.600,00
01 Máquina de lavar roupa	RS 1.500,00			RS 1.500,00
01 Secadora de roupas	RS 2.000,00			RS 2.000,00
01 Notebook	RS 3.400,00			RS 3.400,00
02 termometro digital temperatura	RS 800,00			RS 800,00
01 Impressora	RS 1.000,00			RS 1.000,00
10 Mesas	RS 400,00			RS 400,00
25 Cadeiras	RS 675,00			RS 675,00
03 Garrafas térmicas	RS 200,00			RS 200,00
02 Suporte de garrafinha 20 litros	RS 140,00			RS 140,00
02 Prateleiras em aço	RS 400,00			RS 400,00
TOTAL GERAL	RS 18.635,00			RS 18.635,00

Rua Estrada Altina de Sá, 47 - Vila Conquista - Il. Jacaranda de Serra
CEP 06242-021 - Tel: 11-212-4441

TERMO

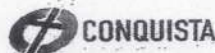


DESPESAS DO PLANO DE AÇÃO - PREVISÃO 2020

Custo deste Plano de Ação

Natureza da Despesa	Fundo Municipal	Fundo Estadual	Fundo Federal	Fundo Próprio	Total
1 - RECURSOS HUMANOS	R\$ 15.905,85				R\$ 15.905,85
Função/quantidade/carga horária semanal					
SUBTOTAL	R\$ 15.905,85				R\$ 15.905,85
2 - MATERIAIS FUNCIONAIS					
a- Água	R\$ 780,00				R\$ 780,00
b- Energia					
c- Telefone/Internet	R\$ 400,00				R\$ 400,00
d- Gás	R\$ 810,00				R\$ 810,00
SUBTOTAL	R\$ 1.990,00				R\$ 1.990,00
3 - MATERIAL DE CONSUMO					
a- Alimentação	R\$ 18.961,11				R\$ 18.961,11
b- Materiais de Limpeza/Higiene	R\$ 2.089,02				R\$ 2.089,02
c- Materiais Didáticos					
d- Materiais Pedagógicos					
e- Materiais de Escritório/Papelaria	R\$ 300,00				R\$ 300,00
f- Demais materiais					
SUBTOTAL	R\$ 21.350,13				R\$ 21.350,13
4 - ENCARGOS					
a- INSS (com provisão)	R\$ 6.618,40				R\$ 6.618,40
b- FGTS (com provisão)	R\$ 2.393,86				R\$ 2.393,86
c- PIS (com provisão)	R\$ 198,70				R\$ 198,70
d- IR	R\$ 272,75				R\$ 272,75
e- 13º SALÁRIO	R\$ 1.208,35				R\$ 1.208,35
f- FERIAS	R\$ 1.208,35				R\$ 1.208,35
g- 1/3 DE FERIAS	R\$ 402,87				R\$ 402,87
h- AVISO PREVIO	R\$ 3.200,74				R\$ 3.200,74
i- TARIFAS BANCARIAS	R\$ 300,00				R\$ 300,00
SUBTOTAL	R\$ 15.804,02				R\$ 15.804,02
5 - OUTROS					
Combustível	R\$ 1.000,00				R\$ 1.000,00
Aluguel de veículo	R\$ 2.700,00				R\$ 2.700,00

Nenhuma entrada foi feita no livro de registro de despesas do Plano de Ação 2020-2021.



TOTAL GERAL	R\$ 3.700,00	R\$ 58.750,00
--------------------	---------------------	----------------------

Itapecerica da Serra, 20 de julho de 2020.

[Assinatura]
JOSÉ SILVA REIS
PRESIDENTE

EDITAL

EDITAL Nº 016/2020

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPECEIRICA DA SERRA, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA a servidora, Sra. JULIANA DE FATIMA PEREIRA SOARES, Professor P4, portadora da Cédula de Identidade RG nº 33653601X e CPF nº 225.820.688-02, residente a Rua Rosa Provençal Delgado, 511 - casa 08 - Parque Pinheiros - Taboão da Serra - SP, a comparecer no prazo de 72 horas, após a publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, no Complexo Administrativo Norberto José da Costa, sito Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 - Centro - Itapecerica da Serra/SP.

E, para conhecimento da interessada, expede-se este Edital que é afixado no local de costume da Prefeitura e publicado na Imprensa Oficial do Município.

Itapecerica da Serra (SP), 2 de setembro de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito

TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 08/20

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 003/2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE LICENÇA DE SOFTWARES, DESTINADOS À ADMINISTRAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016.

Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECEIRICA DA SERRA - ITAPREV, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 22.182.519/0001-70, com sede na Av. Eduardo Roberto Daher nº 1135 - Centro - Itapecerica da Serra - SP - CEP 06850-040, representada por seu Superintendente, RAFAEL DE JESUS FREITAS, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.393.176-2 e do CPF nº 146.010.888-44, Registro no CRA - SP nº 6-004024, residente e domiciliado na Estrada de Itapecerica, 2.880, apto. 116 - B, Vila Prel, São Paulo - SP, doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **CONAM CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL LTDA** - com sede na Rua Marquês de Paranaguá, 348 - 7º andar - Consolação - São Paulo - SP - CEP 01303-050, neste ato representada legalmente na forma de seus atos constitutivos ou suas alterações pelo Senhor **WALTER PENNINGCK CAETANO**, portador da Cédula de Identidade com RG nº 4.577.590-4 e do CPF nº 055.052.758-34, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem **PRORROGAR** o Contrato nº 003/2016, firmado em 01 de setembro de 2016, em face dos pareceres exarados no referido Pregão Presencial nº 001/2016 e devidamente autorizado nos seguintes termos:

CLÁUSULA I - Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo contratual de que trata a Cláusula Segunda do Contrato em questão, com término em 31 de agosto de 2021, com base no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA II - Ficam mantidas as demais condições não referidas no presente Termo.

E, achando-se assim justas e contratadas, assinam este Termo em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas.

Itapecerica da Serra, 01 de setembro de 2020.

Instituto de Previdência do Município
de Itapecerica da Serra - ITAPREV
CONTRATANTE

CONAM Consultoria em Administração Municipal LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1ª _____
2ª _____

DECRETO

DECRETO Nº 3.011, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AUXÍLIO MORADIA EMERGENCIAL COM PRAZO DETERMINADO DE SEIS MESES PARA UMA FAMÍLIA DO LOTEAMENTO MIRANTE DA LAGOA, NO MUNICÍPIO DE ITAPECEIRICA DA SERRA - SP.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPECEIRICA DA SERRA, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e

Considerando a dignidade da pessoa humana, consignado na implantação e fomento dos direitos sociais,

DECRETA:

Art. 1º O Auxílio Moradia Emergencial tem por finalidade viabilizar valor indispensável a sanar o abrigo da família da Senhora JOSELITA DIAS CORREIA - CPF nº 079.413.128-08, que ficou desabrigada em virtude de residir em imóvel de risco, sem as necessárias licenças e em desacordo com a legislação ambiental e com as posturas municipais relativas às construções por não reunir condições de habitabilidade, existindo risco iminente de morte, conforme vistoria efetuada pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil diante da situação de emergência disposta no Decreto nº 2.540, de 28 de dezembro de 2015.

Art. 2º O Auxílio Moradia Emergencial será de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a família, de responsabilidade da Prefeitura, com o respectivo recebimento a partir da entrega da documentação listada no art. 5º.

Art. 3º As despesas do Auxílio Moradia Emergencial com prazo determinado onerarão a dotação orçamentária na seguinte classificação 16.20.00-3.3.90.36.00-16.122.5001.2548, atribuída pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º O Auxílio Moradia Emergencial será oferecido pelo período de seis meses.

Art. 5º A família deverá apresentar na Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra os seguintes documentos: CPF; RG ou Certidão de Nascimento de todos os moradores; Certidão de Casamento, quando houver; cópia do comprovante de residência e o Contrato de Locação com as assinaturas do locador e do locatário com firma reconhecida em Cartório; no caso de dúvida sobre a regularidade do imóvel a ser locado, documentos que comprovem titularidade como Matrícula e Escritura do terreno também serão exigidos.

Art. 6º A família deverá apresentar recibo mensal do pagamento do aluguel.

Art. 7º Deverá ser mantido pela família o cadastro atualizado junto ao Município.

Art. 8º Em caso de descumprimento dos artigos acima elencados o Auxílio Moradia Emergencial ficará suspenso.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapecerica da Serra, 28 de agosto de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito

AGUINALDO FERREIRA
Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

TERMO DE MODIFICAÇÃO Nº 001/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2020

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020-SDSRT

TERMO DE MODIFICAÇÃO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2020 - CELEBRADO COLABORAÇÃO, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.204/2015 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 2.630/2016, ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, QUE DE COMUM ACORDO FIRMAM O TERMO DA PRESENTE PARCERIA, VISANDO A EXECUÇÃO VINCULADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA. PROCESSO DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 01/2020.

Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representado pela Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho Senhora **TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA**, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 – Itaquaciara – Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Diretor Executivo Senhor **LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA**, portador do RG nº 25.888.350-9 e CPF nº 251.408.308-76, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, resolvem **FIRMAR**, o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Fica modificado o preâmbulo do Termo de Colaboração nº 010/2020, conforme segue:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

Onde se lê: "...Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social Senhora **TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA**, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 – Itaquaciara – Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Diretor Executivo Senhor **LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA**, portador do RG nº 25.888.350-9 e CPF nº 251.408.308-76, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, resolvem **FIRMAR**, o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos:..."

Leia se: "...Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representada pelo Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) Senhor **JORGE JOSÉ DA COSTA**, portador do RG nº 8.377.412-9 e CPF nº 060.114.398-10, pela Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho Senhora **TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA**, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50 e pela Gestora do Termo de Colaboração **LUCIMARA SILVA DE JESUS VADERS**, portadora do RG nº 23.409.127-7 e CPF nº 260.644.088-98, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA**, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 – Itaquaciara – Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Presidente Senhor **JOSUE SILVA REIS**, portador do RG nº 3.040.910-4 e CPF nº 550.818.785-53, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, resolvem **FIRMAR**, o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos:..."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

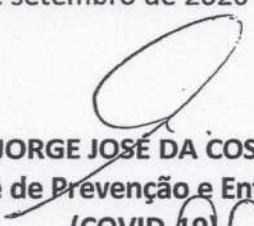
ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

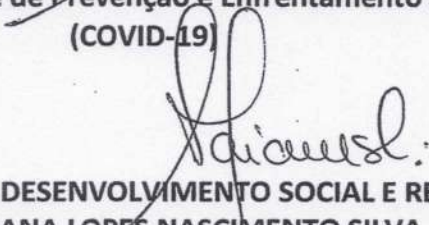
Cláusula Segunda – Ficam mantidas as demais Cláusulas e condições não referidas no presente Termo.

E, achando-se as partes ajustadas, assinam o presente Termo na presença das testemunhas abaixo.

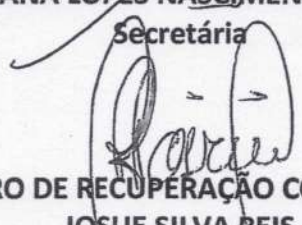
Itapeçerica da Serra, 8 de setembro de 2020



JORGE JOSÉ DA COSTA

**Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus
(COVID-19)**


**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RELAÇÕES DO TRABALHO
TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA**

Secretária

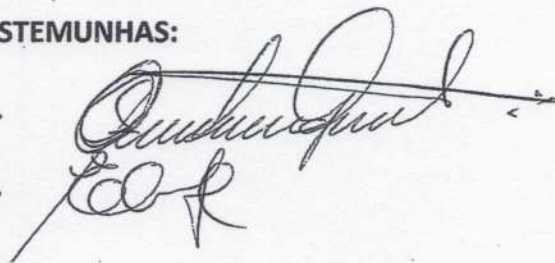

**CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA
JOSUE SILVA REIS
Presidente**


**LUCIMARA SILVA DE JESUS VADERS
Gestora do Termo de Colaboração**

TESTEMUNHAS:

1ª.

2ª.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

ÓRGÃO CONCESSOR: Município de Itapecerica da Serra
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

ÓRGÃO BENEFICIÁRIO: Centro de Recuperação Conquista

TIPO DE CONCESSÃO: Termo de Modificação nº 001/2020 ao Termo de Colaboração nº 010/2020

VALOR REPASSADO: R\$ 58.750,00 (cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais) mensal.

EXERCÍCIO: 2020

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; e
- d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Itapecerica da Serra, 8 de setembro de 2020



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

GESTOR DO ÓRGÃO CONCESSOR:

Nome: Jorge José da Costa

Cargo: Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus

CPF nº 060.114.398-10 e **RG nº** 8.377.412-9

Data de Nascimento: 02/08/1959

Endereço residencial completo: Rua Luis Gama, 47 – Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-750.

E-mail institucional: gabinetedoprefeito@itapecerica.sp.gov.br

E-mail pessoal: jc.fox@ig.com.br

Telefone (s): (11) 4668-9321 / (11) 4668-9315

Assinatura:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONCESSOR:

Nome: Tatiana Lopes Nascimento Silva

Cargo: Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

CPF nº 276.710.818-50 e **RG nº** 29.156.418-5

Data de Nascimento: 02/03/1979

Endereço residencial completo: Rua Brasilândia, 101 – Parque Yara Ceci – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06872-300.

E-mail institucional: tatiana.lopes@itapecerica.sp.gov.br

E-mail pessoal: tatianalns35@gmail.com

Telefone(s): (11) 4668-9224 / (11) 99438-2759

Assinatura:

GESTOR ÓRGÃO BENEFICIÁRIO:

Nome: Josue Silva Reis

Cargo: Presidente

CPF nº 550.818.785-53 e **RG nº** 3.040.910-4

Data de Nascimento: 11/06/1970

Endereço residencial: Rua Ricardina Campelo Fonseca Rodrigues, 334 – Vila França – São Paulo – SP – CEP 05776-500

E-mail institucional: contato@comunidadeconquista.com.br

E-mail pessoal: joisgustavoamerico@gmail.com

Telefone (s): (11) 4165-6424 / (11) 97495-9560

Assinatura:

DECRETOS

§ 5º Os demais dias da semana, todos os servidores tratados neste Decreto deverão permanecer **home office** (trabalho remoto/teletrabalho) a disposição da Unidade Escolar cumprindo sua jornada de trabalho.

§ 6º Os servidores que encontra-se readaptado que não apresentem comorbidade, retornarão em escala de revezamento, duas vezes por semana (segunda e quinta-feira) para atender as necessidades da Unidade Escolar, respeitando o período de trabalho das 9 horas às 16 horas em jornada reduzida, devendo ser concedido uma hora de intervalo/ descanso, a contar da convocação da Secretaria Municipal de Educação.

§ 7º Os demais dias da semana deverão permanecer **home office** (trabalho remoto/ teletrabalho) a disposição da Unidade Escolar cumprindo sua jornada de trabalho.

Art. 7º Todos os Professores (P1, P2, P3, P4 - Arte, P4 - Educação Física, P4 - Inglês, P5, PA, PAEE e PDI) Titulares com sala de aula atribuída deverão permanecer em trabalho remoto /teletrabalho, cumprindo sua jornada normal de trabalho, caso haja necessidade, a Secretaria Municipal de Educação poderá convocá-lo ao trabalho por intermédio do Diretor de Departamento, a contar da determinação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º As atividades remotas continuarão sendo proporcionadas a todos os alunos da Rede Municipal de Educação, durante o ano letivo de 2020, por meio de atividades impressas, pelo site Oficial da Prefeitura, por grupos de trabalhos estabelecidos pelas Unidades Escolares, por diferentes ferramentas de meio de comunicação e também a plataforma digital "Aprenda Teclando", garantindo assim o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Art. 9º Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, por meio de seus Departamentos, a definição das formas de avaliação e registros, para fins de acompanhamento do Ensino Remoto no ano letivo de 2020.

Art. 10. As atividades educacionais de aprendizagens desenvolvidas por meio do uso das tecnologias ou atividades impressas e/ou paradidáticos serão consideradas e validadas como conteúdo curricular aplicado no referido ano letivo, compondo, assim, a carga horária anual estabelecida.

Art. 11. O docente que não possua meios tecnológicos, poderá a seu critério realizar suas atividades presencialmente na Unidade Escolar, com a utilização dos equipamentos disponíveis nos dias e horários estabelecidos.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação conforme cada caso poderá alterar as diretrizes do sistema de trabalho presencial ou remoto, aumentando ou reduzindo a carga horária prevista no presente Decreto.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapecerica da Serra, 8 de setembro de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito

CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JUNIOR
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 3.019, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e Considerando o disposto no parágrafo único do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Itapecerica da Serra e no art. 3º da Lei nº 2.000, de 16 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Delega por 10 dias úteis, ao Senhor CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JUNIOR, Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, as competências constantes nos incisos I, II, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XIX, XX e XXI do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Itapecerica da Serra.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapecerica da Serra, 8 de setembro de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito

TERMO

TERMO DE MODIFICAÇÃO Nº 001/2020
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2020

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020-SDSRT

TERMO DE MODIFICAÇÃO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2020 - CELEBRADO COLABORAÇÃO, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.204/2015 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 2.630/2016, ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, QUE DE COMUM ACORDO FIRMAM O TERMO DA PRESENTE PARCERIA, VISANDO A EXECUÇÃO VINCULADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA. PROCESSO DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 01/2020.

PREFEITURA DE ITAPECERICA DA SERRA
Prefeito | Jorge Costa
Gabinete do Prefeito | Departamento de Comunicação
Telefone | 4668-9000
Email | imprensa.official@itapecerica.sp.gov.br
Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 - Centro

EXPEDIENTE

www.itapecerica.sp.gov.br

TERMO

Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 - Centro - Itapecerica da Serra - SP - CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representado pela Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho Senhora TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 - Itaquaciara - Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Diretor Executivo Senhor LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA, portador do RG nº 25.888.350-9 e CPF nº 251.408.308-76, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, resolvem FIRMAR, o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Fica modificado o preâmbulo do Termo de Colaboração nº 010/2020, conforme segue:

Onde se lê: "...Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 - Centro - Itapecerica da Serra - SP - CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social Senhora TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 - Itaquaciara - Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Diretor Executivo Senhor LUIS GUSTAVO AMÉRICO DA SILVA, portador do RG nº 25.888.350-9 e CPF nº 251.408.308-76, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, resolvem FIRMAR, o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos..."

Leia-se: "...Pelo presente e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 - Centro - Itapecerica da Serra - SP - CEP 06850-040, inscrito no CNPJ sob nº 46.523.130/0001-00, representada pelo Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) Senhor JORGE JOSÉ DA COSTA, portador do RG nº 8.377.412-9 e CPF nº 060.114.398-10, pela Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho Senhora TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA, portadora do RG nº 29.156.418-5 e CPF nº 276.710.818-50 e pela Gestora do Termo de Colaboração LUCIMARA SILVA DE JESUS VADERS, portadora do RG nº 23.409.127-7 e CPF nº 260.644.088-98, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA, com sede na Estrada Abias da Silva, 49 - Itaquaciara - Itapecerica da Serra - SP 06874-260, inscrito no CNPJ sob nº 07.606.902/0001-15, representado por seu Presidente Senhor JOSUE SILVA REIS, portador do RG nº 3.040.910-4 e CPF nº 550.818.785-53, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, resolvem FIRMAR, o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em parceria entre as partes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, cumulada com o Decreto Municipal nº 2.630/2016, em cumprimento a Lei Municipal nº 2.402/14, nos seguintes termos..."

Cláusula Segunda - Ficam mantidas as demais Cláusulas e condições não referidas no presente Termo.

E, achando-se as partes ajustadas, assinam o presente Termo na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 8 de setembro de 2020

JORGE JOSÉ DA COSTA
Prefeito e Presidente do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao
Coronavírus
(COVID-19)

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RELAÇÕES
DO TRABALHO
TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária

CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA
JOSUE SILVA REIS
Presidente

LUCIMARA SILVA DE JESUS VADERS
Gestora do Termo de Colaboração

TESTEMUNHAS:

1º.
2º.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

Ata de reunião da equipe técnica e gestão referente fluxo administrativo e técnico do Serviço de Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua- PSR., realizada em 02 de Setembro de 2020.

1 Aos dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, às 14h reuniu-se a equipe técnica
2 do alojamento provisório, equipe técnica do CREAS, supervisora técnica dos serviços de alta e
3 média complexidade e Secretaria do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, na
4 Secretária do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho, para alinhamento
5 administrativo e técnico para a implantação do serviço de acolhimento provisório para
6 pessoas em situação de rua- alojamento provisório no município. Após apresentação dos
7 profissionais, com a indicação das funções e jornadas de trabalho, no serviço Paula-
8 coordenadora, Bianca Assistente Social, Vanessa Psicóloga. Sra. Tatiana apresentou as
9 questões administrativas a se considerar: o termo de colaboração entre a prefeitura do
10 município através da SDSRT e Centro de recuperação Conquista, para o alojamento provisório,
11 terá vigência no período de 04/09/2020 a 31/01/2021. O repasse financeiro está condicionado
12 ao início das atividades de acolhida com o público-alvo, bem como para fins de prestação de
13 contas, as notas fiscais apresentadas precisam contemplar o período. Com relação aos
14 pagamentos, ocorrerão após 15 dias considerando a tramitação administrativa. Foi
15 esclarecido que qualquer alteração no plano de trabalho deverá ser encaminhada a
16 apreciação e aprovação da comissão de avaliação e monitoramento. As alterações só podem
17 ser realizadas após a resposta da comissão. Sra. Tatiana, discorre sobre o espaço onde o
18 serviço irá funcionar, Ginásio poliesportivo João Galera Sobrinho, informa que foram
19 realizados os reparos visando adequação para execução do serviço. Ato continuo as equipes
20 dirigiram-se para o espaço para verificar as adaptações realizadas e indicar alguns ajustes caso
21 necessário, após visita, as equipes retomaram a reunião para o alinhamento do fluxo e
22 procedimentos do serviço conforme segue: Abordagem social de rua; será realizada
23 diariamente às 15:00 horas; acesso ao alojamento se dará através do CREAS via
24 encaminhamento técnico, inicialmente será disponibilizado a lista dos atendidos do CREAS
25 como prioridade de vagas. Os atendidos que acessarem o serviço nos finais de semana e
26 feriados ou após às 17:00 horas deverão ser encaminhados ao CREAS no primeiro dia útil, para
27 escuta especializada e acompanhamento técnico. O horário de entrada dos usuários no
28 alojamento será das 15:00 h as 18:00horas, com possibilidade de recepção até as 22:00h caso
29 ainda haja vagas. Após entrada no espaço não serão permitidas saídas, caso ocorra a saída
30 voluntária o usuário deverá reiniciar o processo com os profissionais do CREAS; cronograma
31 das atividades: 15:00 às 18:00- Acolhimento/intervenções psicossociais; 15:00 às 19:00 –
32 higienização; 19:00 – Jantar; 22:00H pernoite; 07:00h- despertar/higienização/desjejum;
33 08:00h saída do espaço. Das 08:00h às 10:00 – escuta especializada e encaminhamentos; os
34 leitos individualizados, serão personalizados e caso o usuário não acesse o serviço por ter até
35 dois dias sua cama permanece livre, no entanto o mesmo deverá retornar ao CREAS, para
36 garantir a continuidade no atendimento. Todos os protocolos de rotina do alojamento serão
37 registrados em livros de ocorrências, todos os usuários devem ter prontuários devidamente
38 alimentados com registros diários; segue como meio de comunicação entre os serviços, um
39 grupo de WhatsApp, denominado Alojamento Provisório, com o objetivo de atendimento às



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapeceira.sp.gov.br

40 necessidades mais imediatas de comunicação; no entanto todos os protocolos do fluxo de
41 atendimentos e demais questões pertinentes, devem ser direcionadas, formalmente aos
42 endereços creas@itapeceira.sp.gov.br, coordenacaocreas@itapeceira.sp.gov.br, lucimara.sai@itapeceira.sp.gov.br e para o endereço eletrônico que a equipe do alojamento
43 provisório, irá nos informar posteriormente. Cabe salientar, que o serviço a ser implantado
44 está de acordo com às regras de prevenção e combate à pandemia pelo COVID-19. A Sra.
45 Tatiana, aponta todos os procedimentos a serem realizados: Termo de permissão de uso de
46 bem público ao Centro de Recuperação Conquista, Termo de entrega das chaves, registro
47 fotográfico da implantação do serviço e relatório da supervisão. Nada mais havendo a tratar,
48 encerra-se a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

50 **Tatiana Lopes Nascimento Silva**

1 **Lucimara Silva de Jesus Vaders**

52 **Renata Melo Ferreira**

53 **Paula Fernanda Ferreira Carvalho**

54 **Paula Mangialardo da Luz**

55 **Bianca Nascimento da Silva**

56 **Vanessa Lecca Amaro**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Itapecerica da Serra, 08 de Setembro de 2020.

Referente: SELEÇÃO DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC'S DO MUNICÍPIO, PARA FINS DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO ENVOLVENDO A TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA O SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

RELATÓRIO INFORMATIVO ALOJAMENTO PROVISÓRIO - PSR

Vimos por meio deste informar, que em 04/09/2020, às 17:00 horas iniciou o serviço de Alojamento Provisório para Pessoa em Situação de Rua, onde funcionará no endereço Av dos Itapecericanos, 440 - Parque Paraíso. O atendimento será inicialmente para 23 pessoas. Esteve presente na abertura do serviço e acompanhando de todos os trâmites e organização, a equipe técnica do serviço que será composta por Psicóloga Sra. Vanessa, Assistente Social Sra. Bianca, Coordenadora Sra. Paula Mangialardo, ainda estavam presentes a equipe de técnicos do CREAS, Sra. Paula Fernanda Psicóloga, Sra. Renata Melo Coordenadora, supervisora técnica dos serviços de alta e média complexidade Sra. Lucimara Vaders e Supervisora Técnica da Proteção Social Básica Sra. Denise Ferreira.

O atendimento será ofertado, considerando-se a adoção das medidas preventivas. Relacionadas ao COVID-19, o processo de conscientização será realizado constantemente, e caso sejam identificados pessoas com sintomas (febre, tosse, dificuldades respiratórias), estes serão encaminhados para o Pronto Socorro Municipal, para avaliação médica.

O atendimento se dará de domingo à domingo, nos horários das 15:00 às 10:00 da manhã, conforme fluxo estabelecido em reunião entre equipes e responsáveis pelo serviço realizada no dia 02/09/2020, conforme ata de reunião anexa.

Cabe ressaltar que o Termo de colaboração firmado entre a Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra com a OSC Centro de Recuperação Conquista, foi assinado no dia 04/09/2020, Termo 010/2020 e Termo de Modificação 01/2020, nesta data foi entregue o termo de permissão de uso do bem público.

Segue anexo relatório fotografico do espaço, realizado no dia 04/09/2020.

Sem mais, para o momento!

Lucimara Silva de Jesus Vaders
Supervisão Técnica

Renata Melo Ferreira
Coordenadora do CREAS

'Relação de Funcionários'

De: paula mangialardo <paula.mangialardo@gmail.com>

Para: lucimara.saica@itapecerica.sp.gov.br

Data: 10/09/2020 13:53

Boa tarde!

Segue a relação de funcionários como solicitado.

Anexos:

- Relação de Funcionários.docx

SERVIÇO DE ACOLHIDA PROVISÓRIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.**Relação de funcionários:**

FUNCIONÁRIO	CARGO	FORMAÇÃO
Paula Mangialardo Da Luz	Coordenadora	Superior Completo - Enfermagem
Bianca Nascimento Da Silva	Assistente Social	Superior Completo – Serviço Social
Vanessa Lecca Amaro	Psicóloga	Superior Completo - Psicologia
Silvio Ferreira Da Silva	Motorista	Ensino Médio Completo
Sabrina Nascimento Da Silva	Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
Paulo José Trindade	Educador Social	Ensino Fundamental Incompleto
Lourismar Massias Dos Santos	Educador Social	Ensino Fundamental Completo
Fabiano Moura De Freitas	Educador Social	Ensino Fundamental Incompleto
Eduardo De Medeiros	Educador Social	Ensino Fundamental Incompleto

Serviço De Acolhida Provisória para Pessoas em Situação De Rua.
Comunidade Terapêutica Conquista
E-mail: alojamento.conquista@gmail.com



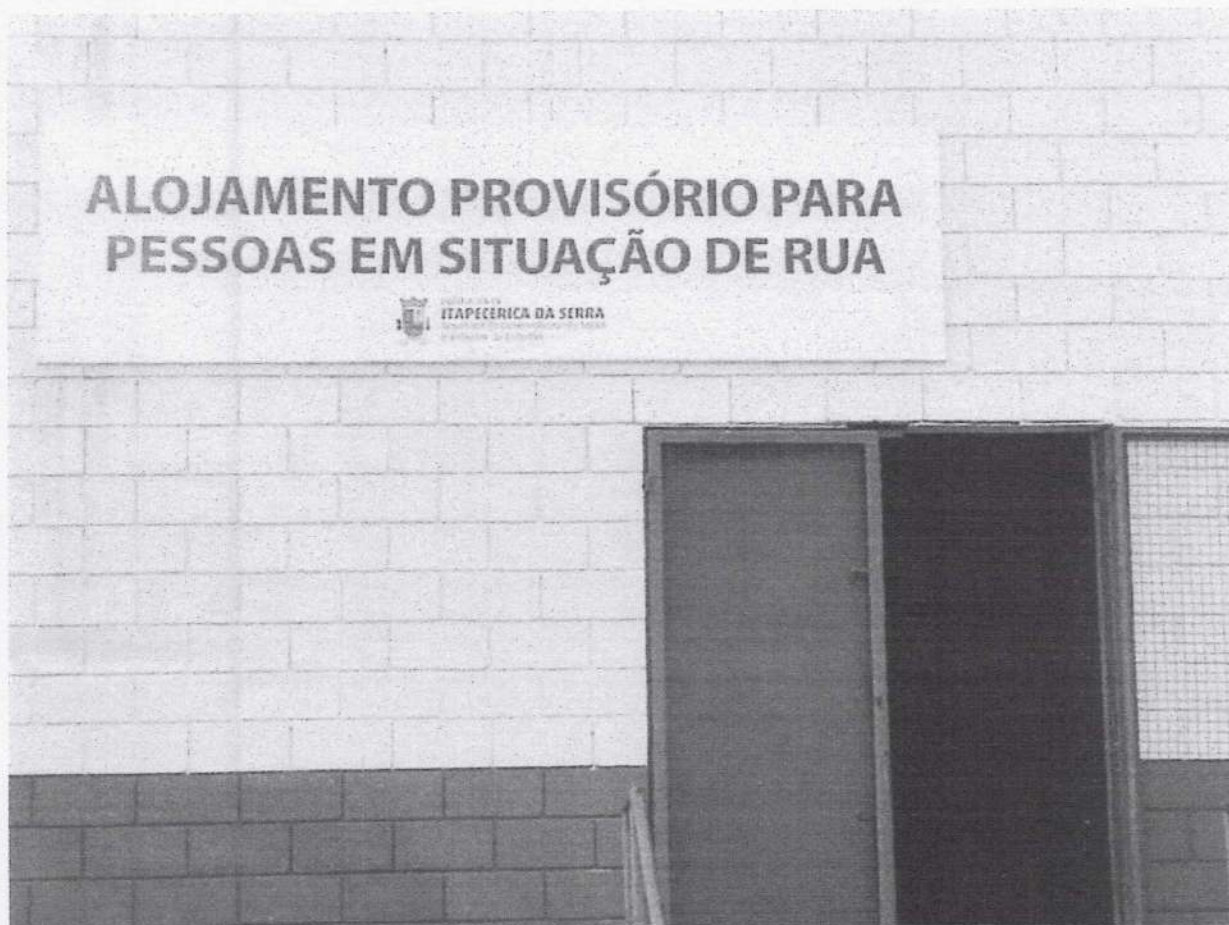
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Faixa de Entrada
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Faixa de Entrada
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Fachada

Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Entrada

Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapecerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Mesas e cadeiras
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapequerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Mesas e cadeiras para alimentação
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Mesas e cadeiras para alimentação
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapequerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Mesas e cadeiras para alimentação
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapepecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Alimentação
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapepecerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



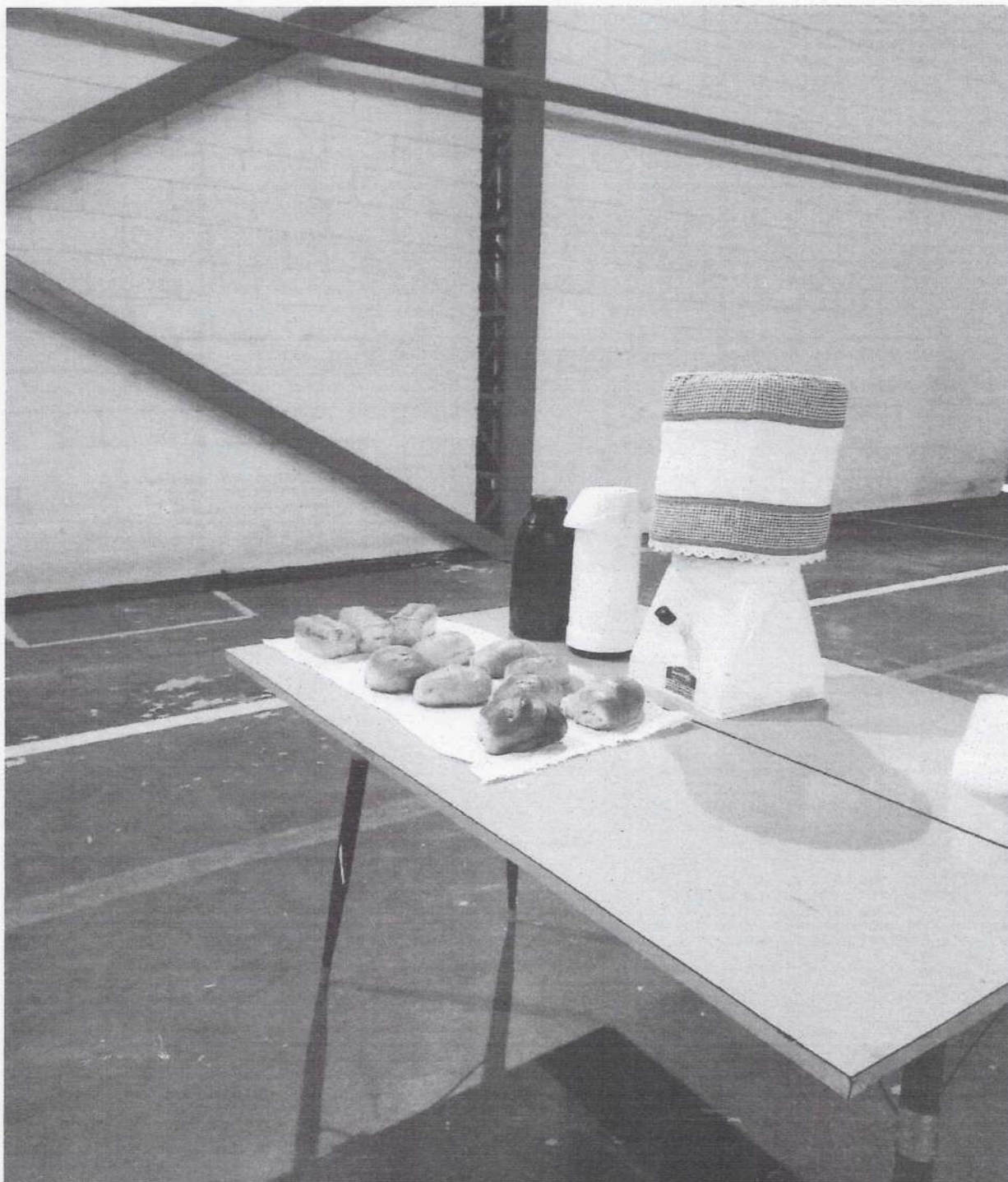
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Alimentação Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapeçerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEQUERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Espaço para Alimentação
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapequerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Espaço para Alimentação
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapecerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Espaço para Alimentação e Leitos
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapequerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapequerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Leitos

Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Leitos

Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapecerica da Serra – SP - CEP: 06850-040

Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



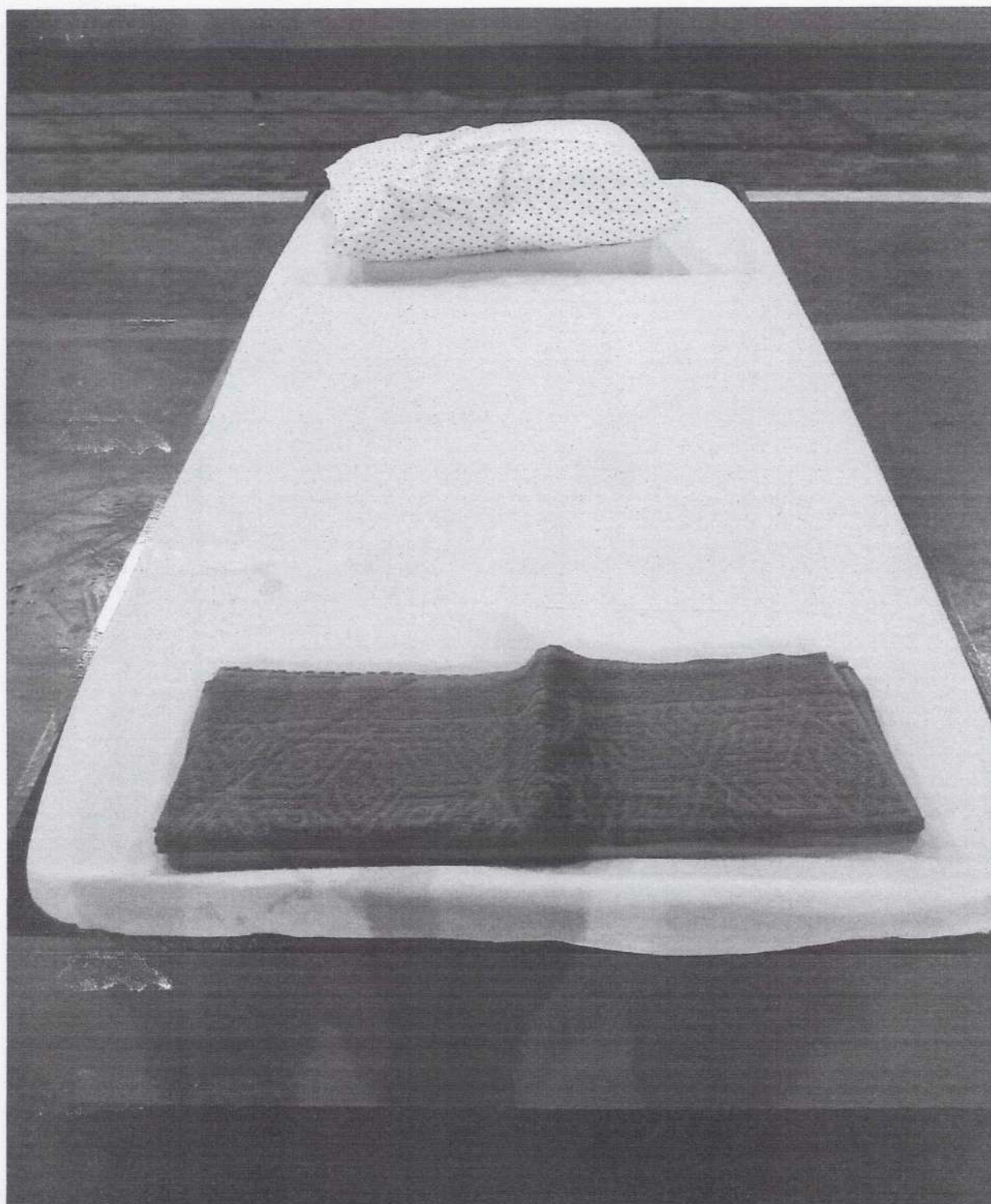
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Leito e toalha para banho
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

Av. Eduardo Roberto Daher, 1.285 – Centro – Itapecerica da Serra – SP - CEP: 06850-040
Fone: 4668-9310/ 9314/ 9311/ 9452/ 9451/ 9247/ 9312/ 9313/ 9453/ 9450



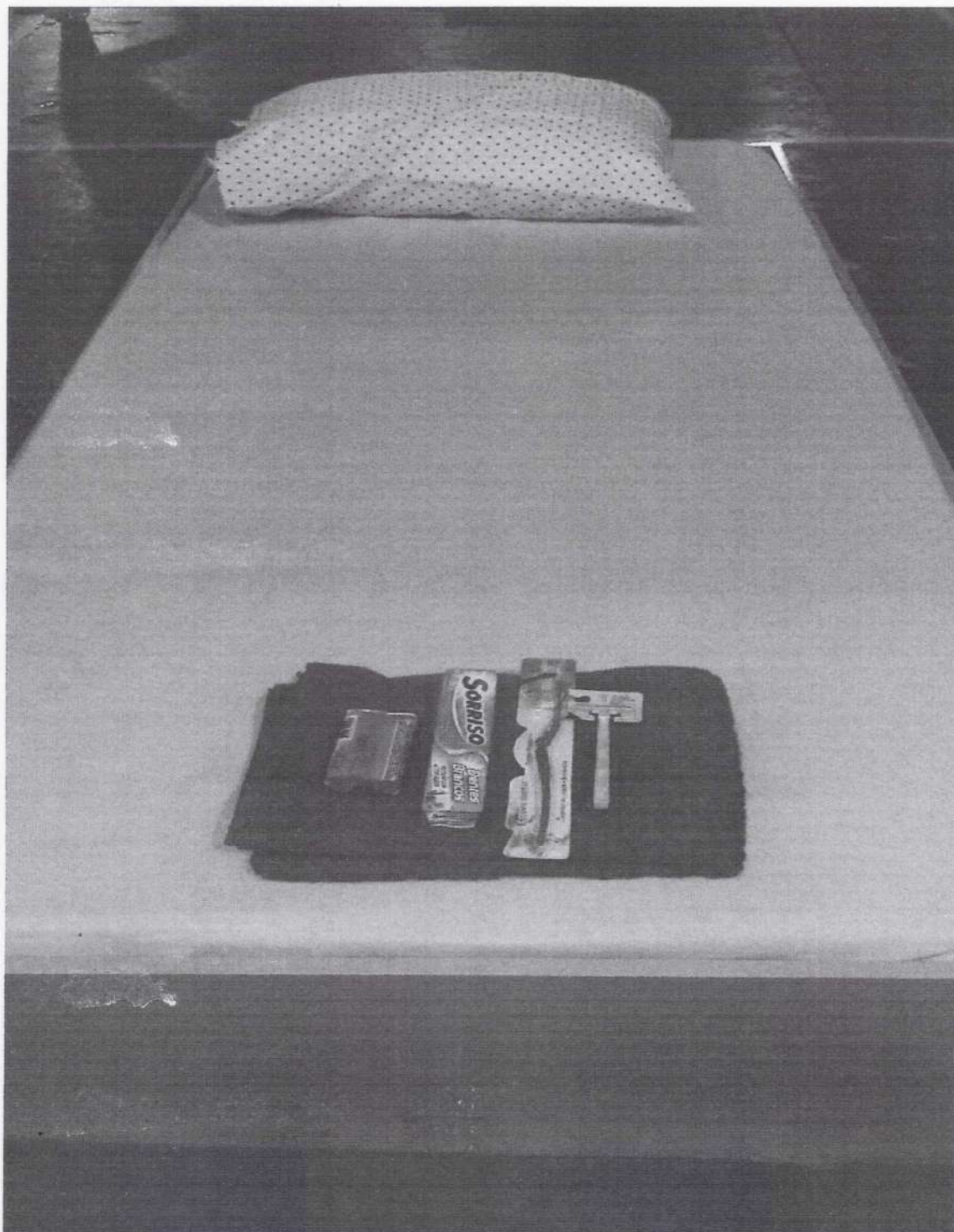
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Leito e produtos de higiene pessoal
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



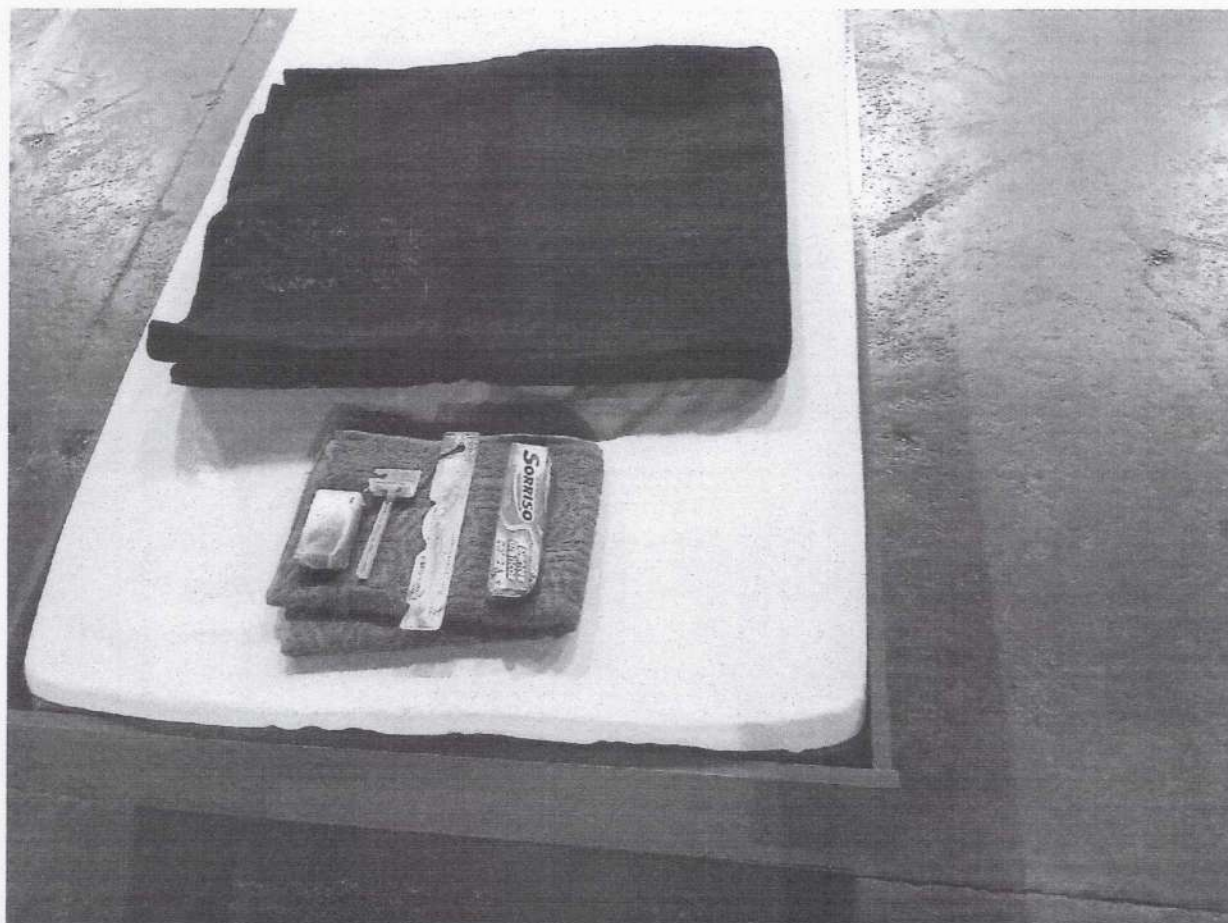
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Leito e produtos de higiene pessoal
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



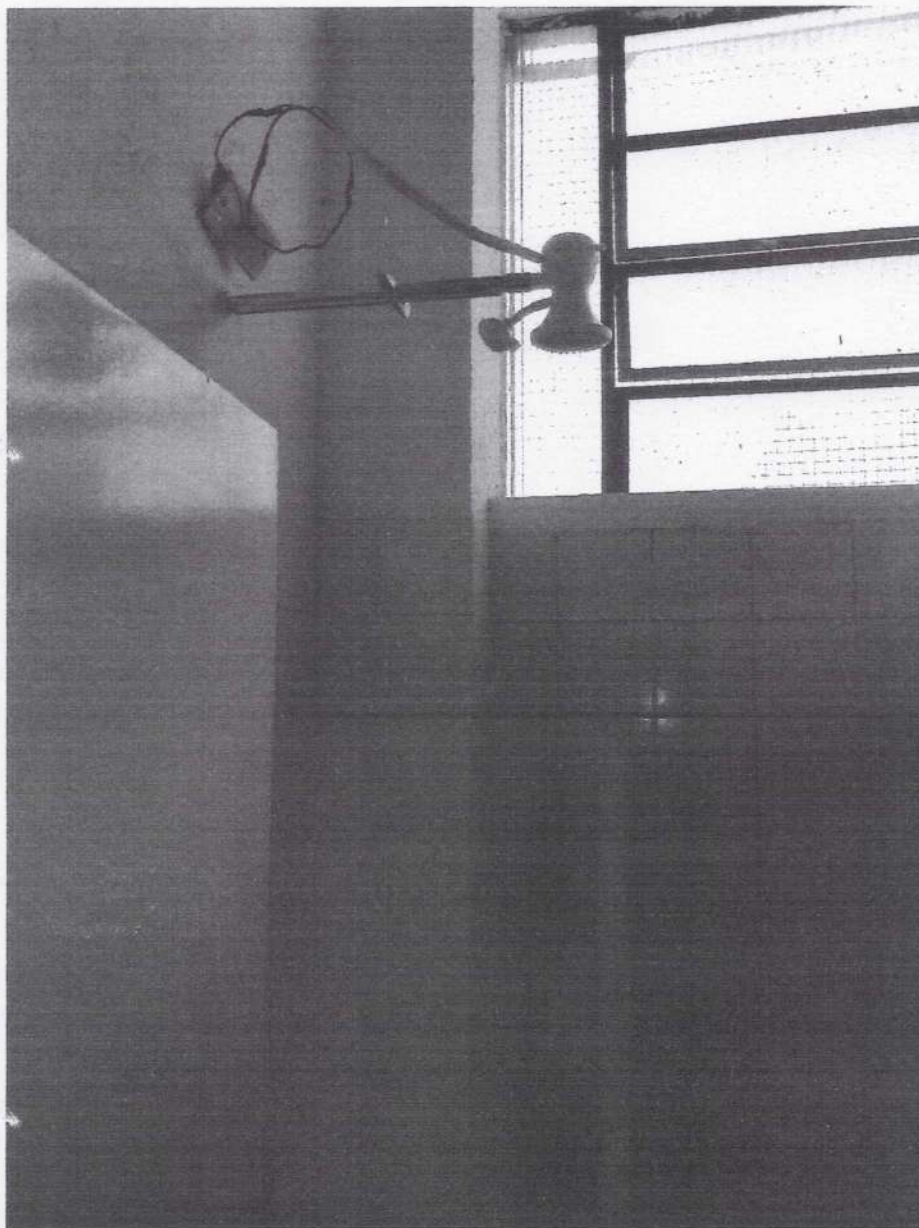
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Chuveiros instalados - banheiro feminino e masculino
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Pia - banheiro
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



Pias - banheiro
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Vaso Sanitário - banheiro
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

Alojamento provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR



**Banheiro Masculino
Ginásio Poliesportivo João Galera Sobrinho**

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Financiamento

Previsão de cofinanciamento para 2020

Serviços socioassistenciais - Valores e origem dos recursos financeiros de cofinanciamento

Tipo de Proteção	Municipal		Estadual		Federal		Outras Fontes	Total
	Rede Direta	Rede Indireta	Rede Direta	Rede Indireta	Rede Direta	Rede Indireta		
Básica	683.959,68	0,00	482.359,68	201.600,00	817.800,00	0,00	0,00	2.185.719,36
Especial de Média Complexidade	0,00	0,00	93.600,00	0,00	156.000,00	0,00	0,00	249.600,00
Especial de Alta Complexidade	250.000,00	283.750,00	0,00	260.000,00	300.000,00	0,00	0,00	1.093.750,00
Subtotal:	933.959,68	283.750,00	575.959,68	461.600,00	1.273.800,00	0,00	0,00	3.529.069,36
Total:	1.217.709,68		1.037.559,68		1.273.800,00		0,00	3.529.069,36

Valor total de convênios diretos entre Estado e entidades sociais: 0,00

Reprogramação de saldo remanescente de recursos

	Rede Direta	Rede Indireta	Total
Proteção Social Básica:	71.248,83	0,00	71.248,83
Proteção Social Especial de Média Complexidade:	28.934,84	0,00	28.934,84
Proteção Social Especial de Alta Complexidade:	0,00	0,00	0,00
Totais:	100.183,67	0,00	100.183,67

Programas desenvolvidos no município - Valores e origem dos recursos financeiros

Nome do Programa	Municipal	Estadual	Federal	Total
ACESSUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira Infância no SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa São Paulo Amigo do Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Estratégicas do PETI	0,00	0,00	99.600,00	99.600,00
Programas e Projetos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	99.600,00	99.600,00

Transferência direta de renda - Valores e origem dos recursos financeiros de repasse

Tipo de Programa/Benefício	Municipal	Estadual	Federal	Total
Benefícios Eventuais	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
BPC - Idosos	0,00	0,00	0,00	0,00
BPC - PCD	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Jovem	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Cidadã	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Cidadã - Benefício Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	8.361.576,00	8.361.576,00
Programa municipal de transferência de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	70.000,00	0,00	8.461.176,00	8.531.176,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Resumo Geral - Cofinanciamentos e repasses

Destinação	Municipal	Estadual	Federal	Outras Fontes	Total
Serviços socioassistenciais	1.217.709,68	1.037.559,68	1.273.800,00	0,00	3.529.069,36
Benefícios Eventuais	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Transferência direta de Renda	0,00	0,00	8.361.576,00	0,00	8.361.576,00
Incentivos à Gestão	0,00	0,00	328.091,52	0,00	328.091,52
Programas e Projetos	0,00	0,00	99.600,00	0,00	99.600,00
Total:	1.287.709,68	1.037.559,68	10.063.067,52	0,00	12.388.336,88

Lei Orçamentaria Municipal - valor aprovado para a Assistência Social para o ano de 2020

Recursos financeiros alocados no FMAS

Total de recursos municipais alocados no FMAS:	R\$ 8.566.773,00
Valor dos recursos municipais destinado apenas para custeio dos serviços:	R\$ 0,00
Recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS):	R\$ 1.027.559,68
Recursos transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS):	R\$ 1.640.600,00
Total de recursos alocados no FMAS:	R\$ 11.234.932,68

Valores e destinação dos recursos que não estão alocados no FMAS

Total: R\$ 0,00

Incentivos à gestão

Previsão anual de recebimento

Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF): R\$ 289.116,00

Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único De Assistência Social (IGD-SUAS): R\$ 38.975,52

Comentários do Órgão Gestor

Podemos perceber o aumento significativo do aporte financeiro do município nas ações; demonstrando o compromisso com a política de Assistência Social.

Distribuição dos recursos do cofinanciamento estadual pelo sistema fundo a fundo

Destinação	Rede Direta	Rede Indireta	Total
Serviços da Proteção Social Básica	R\$ 482.359,68	R\$ 201.600,00	R\$ 683.959,68
Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade	R\$ 93.600,00	R\$ 0,00	R\$ 93.600,00
Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	R\$ 0,00	R\$ 260.000,00	R\$ 260.000,00
Total:	575.959,6800	R\$ 461.600,00	R\$ 1.037.559,68

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Proteção Social Básica

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta

Previsão de Execução dos recursos					
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio			Total
		Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento	
1º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
2º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
3º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
4º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
5º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
6º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
7º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
8º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
9º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
10º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
11º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
12º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
Total:	R\$ 482.359,68	R\$ 0,00	R\$ 482.359,68	R\$ 0,00	R\$ 482.359,68

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta

Previsão de execução dos recursos					
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio			Total
		Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento	
1º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
5º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
6º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
7º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
8º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
9º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
10º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
11º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
12º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
Total:	R\$ 201.600,00	R\$ 0,00	R\$ 201.600,00	R\$ 0,00	R\$ 201.600,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Proteção Social Especial de Média Complexidade

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta

		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio		Investimento	Total
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de Custeio		
1º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
2º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
3º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
4º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
5º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
6º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
7º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
8º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
9º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
10º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
11º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
12º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
Total:	R\$ 93.600,00	R\$ 0,00	R\$ 93.600,00	R\$ 0,00	R\$ 93.600,00

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta

		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio		Investimento	Total
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outra despesas de custeio		
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta

		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio			Total
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento	
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta

		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio			Total
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento	
1º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
5º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
6º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
7º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
8º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
9º	R\$ 30.833,33	R\$ 0,00	R\$ 37.777,77	R\$ 0,00	R\$ 37.777,77
10º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
11º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
12º	R\$ 20.833,37	R\$ 0,00	R\$ 27.777,84	R\$ 0,00	R\$ 27.777,84
Total:	R\$ 260.000,00	R\$ 0,00	R\$ 260.000,00	R\$ 0,00	R\$ 260.000,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Programas e Projetos

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta

Previsão de execução dos recursos						
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio	Investimento		Total	
			Equipamentos	Obras		
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta

		Previsão de execução dos recursos					
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio		Investimento			Total
		Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Equipamentos	Obras		
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Benefícios Eventuais

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta

		Previsão de execução dos recursos			
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio	Investimento	Total Geral	
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta

		Previsão de execução dos recursos			
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio		Investimento	Total
		Recursos Humanos	Outras despesas de custeio		
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Detalhamento do cofinanciamento estadual para a rede de proteção social básica

Tipo de Unidade	Unidade	Tipo de Serviço	Usuários	Previsão mensal de atendimento	Valor do Cofinanciamento
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	15	R\$ 9.239,40
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	10	R\$ 6.159,60
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	150	R\$ 92.457,00
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	70	R\$ 43.117,20
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	28	R\$ 17.246,88
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	30	R\$ 18.478,80
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	150	R\$ 92.394,00
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	70	R\$ 43.117,20
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	15	R\$ 9.239,40
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	10	R\$ 6.159,60
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	40	R\$ 24.638,40
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	30	R\$ 18.478,80
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	25	R\$ 15.399,00
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	10	R\$ 43.117,20
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	30	R\$ 24.638,40
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	30	R\$ 18.478,80
Rede indireta	ASSOCIACAO BENEFICENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ABC HORAS ALEGRES	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	50	R\$ 15.750,00
Rede indireta	ASSOCIACAO COMUNITARIA CLAVE DE SOL - ASSOCIACAO COMUNITARIA CLAVE DE SOL	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100	R\$ 31.500,00
Rede indireta	CENTRO PARA IDOSOS CASA DO VOVO FELIZ - Centro Dia para Idosos Casa do Vovô Feliz	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	60	R\$ 18.900,00
Rede indireta	Organização da Sociedade Civil Comunidade Missionária de Villa Regia - Organização da Sociedade Civil Comunidade Missionária de Vila Regia	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	180	R\$ 56.700,00
Rede indireta	Sociedade de Instrução e Beneficência Centro de Convivência Nazaré	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100	R\$ 31.500,00
Rede indireta	Sociedade de Instrução e Beneficência Creche Maria Imaculada - Sociedade de Instrução e Beneficência Creche Maria Imaculada	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	150	R\$ 47.250,00
Total:				1353	R\$ 683.959,68

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Detalhamento do cofinanciamento estadual para a rede de proteção social Especial de média complexidade

Tipo de Unidade	Unidade	Tipo de Serviço	Usuários	Previsão mensal de atendimento	Valor do Cofinanciamento
CREAS	CREAS PARQUE PARAISO	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	adolescentes	60	R\$ 93.600,00
Total:				60	R\$ 93.600,00

Detalhamento do cofinanciamento estadual para a rede de proteção social especial de alta complexidade

Tipo de Unidade	Unidade	Tipo de Serviço	Usuários	Previsão mensal de atendimento	Valor do Cofinanciamento
Rede indireta	Cáritas Diocesana de Campo Limpo	Serviço de acolhimento institucional - Abrigo institucional	crianças e adolescentes	22	R\$ 250.000,00
Rede indireta	CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA - ALOJAMENTO PROVISÓRIO - GINÁSIO POLIESPORTIVO JOÃO GALERA SOBRINHO	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	famílias e indivíduos	23	R\$ 10.000,00
Total:				45	R\$ 260.000,00

Não existe registro de cofinanciamento estadual para Programas e Projetos.

Não existe registro de cofinanciamento estadual para Benefícios Eventuais.

Prefeitura Municipal de Itapecarica da Serra - Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social
 AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER, 1135 - Parque Paraíso - CENTRO - 06850-040

PMSweb 2018/2021

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Rede de serviços socioassistenciais - exercício 2020

Tipo de Rede	Qtd de unidades / OSC	Qtd de locais	Qtd de serviços	Cofinanciamento Estadual	Previsão Orçamentária Total
Rede Direta	1	6	23	R\$ 575.999,68	R\$ 2.703.719,36
CRAS		4	20	R\$ 482.359,68	R\$ 1.984.119,36
CREAS		1	2	R\$ 93.600,00	R\$ 249.600,00
Centro POP		0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros locais públicos		1	1	R\$ 0,00	R\$ 550.000,00
Rede Indireta	5	8	8	R\$ 461.600,00	R\$ 745.350,00
Total:	9	14	31	R\$ 1.037.559,68	R\$ 3.529.069,36

Prefeitura Municipal de Itapeçica da Serra - Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social
AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER, 1.135 - Parque Paraíso - CENTRO - 06850-040
PMASweb 2018/2021
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Prefeitura Municipal de Itapeçatuba da Serra - Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social
 AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER, 1135 - Parque Paraíso - CENTRO - 06850-040

PMASweb 2018/2021

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Redes Diversas
 1. Morar da unidade pública: Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social

CPM: 46.523.136/0001-08

Função		Funcionário	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100
101	102	103	104
105	106	107	108
109	110	111	112
113	114	115	116
117	118	119	120
121	122	123	124
125	126	127	128
129	130	131	132
133	134	135	136
137	138	139	140
141	142	143	144
145	146	147	148
149	150	151	152
153	154	155	156
157	158	159	160
161	162	163	164
165	166	167	168
169	170	171	172
173	174	175	176
177	178	179	180
181	182	183	184
185	186	187	188
189	190	191	192
193	194	195	196
197	198	199	200
201	202	203	204
205	206	207	208
209	210	211	212
213	214	215	216
217	218	219	220
221	222	223	224
225	226	227	228
229	230	231	232
233	234	235	236
237	238	239	240
241	242	243	244
245	246	247	248
249	250	251	252
253	254	255	256
257	258	259	260
261	262	263	264
265	266	267	268
269	270	271	272
273	274	275	276
277	278	279	280
281	282	283	284
285	286	287	288
289	290	291	292
293	294	295	296
297	298	299	300
301	302	303	304
305	306	307	308
309	310	311	312
313	314	315	316
317	318	319	320
321	322	323	324
325	326	327	328
329	330	331	332
333	334	335	336
337	338	339	340
341	342	343	344
345	346	347	348
349	350	351	352
353	354	355	356
357	358	359	360
361	362	363	364
365	366	367	368
369	370	371	372
373	374	375	376
377	378	379	380
381	382	383	384
385	386	387	388
389	390	391	392
393	394	395	396
397	398	399	400
401	402	403	404
405	406	407	408
409	410	411	412
413	414	415	416
417	418	419	420
421	422	423	424
425	426	427	428
429	430	431	432
433	434	435	436
437	438	439	440
441	442	443	444
445	446	447	448
449	450	451	452
453	454	455	456
457	458	459	460
461	462	463	464
465	466	467	468
469	470	471	472
473	474	475	476
477	478	479	480
481	482	483	484
485	486	487	488
489	490	491	492
493	494	495	496
497	498	499	500
501	502	503	504
505	506	507	508
509	510	511	512
513	514	515	516
517	518	519	520
521	522	523	524
525	526	527	528
529	530	531	532
533	534	535	536
537	538	539	540
541	542	543	544
545	546	547	548
549	550	551	552
553	554	555	556
557	558	559	560
561	562	563	564
565	566	567	568
569	570	571	572
573	574	575	576
577	578	579	580
581	582	583	584
585	586	587	588
589	590	591	592
593	594	595	596
597	598	599	600
601	602	603	604
605	606	607	608
609	610	611	612
613	614	615	616
617	618	619	620
621	622	623	624
625	626	627	628
629	630	631	632
633	634	635	636
637	638	639	640
641	642	643	644
645	646	647	648
649	650	651	652
653	654	655	656
657	658	659	660
661	662	663	664
665	666	667	668
669	670	671	672
673	674	675	676
677	678	679	680
681	682	683	684
685	686	687	688
689	690	691	692
693	694	695	696
697	698	699	700
701	702	703	704
705	706	707	708
709	710	711	712
713	714	715	716
717	718	719	720
721	722	723	724
725	726	727	728
729	730	731	732
733	734	735	736
737	738	739	740
741	742	743	744
745	746	747	748
749	750	751	752
753	754	755	756
757	758	759	760
761	762	763	764
765	766	767	768
769	770	771	772
773	774	775	776
777	778	779	780
781	782	783	784
785	786	787	788
789	790	791	792
793	794	795	796
797	798	799	800
801	802	803	804
805	806	807	808
809	810	811	812
813	814	815	816
817	818	819	820
821	822	823	824
825	826	827	828
829	830	831	832
833	834	835	836
837	838	839	840
841	842	843	844
845	846	847	848
849	850	851	852
853	854	855	856
857	858	859	860
861	862	863	864
865	866	867	868
869	870	871	872
873	874	875	876
877	878	879	880
881	882	883	884
885	886	887	888
889	890	891	892
893	894	895	896
897	898	899	900
901	902	903	904
905	906	907	908
909	910	911	912
913	914	915	916
917	918	919	920
921	922	923	924
925	926	927	928
929	930	931	932
933	934	935	936
937	938	939	940
941	942	943	944
945	946	947	948
949	950	951	952
953	954	955	956
957	958	959	960
961	962	963	964
965	966	967	968
969	970	971	972
973	974	975	976
977	978	979	980
981	982	983	984
985	986	987	988
989	990	991	992
993	994	995	996
997	998	999	1000

PMAWeb 2018/2021

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Ficha Inicial

1 Nome da Organização: Sociedade de Instrução e Beneficência Creche Maria Imaculada Inscrição no CNAS: 02

CPNJ: 61.004.349/0012-65

Tipo de Serviço		Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Co-financiamento Estadual (Ano)	Início	Encerramento
1 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos		Básica	Sociedade de Instrução e Beneficência Creche Maria Imaculada	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	150	47.250,00	01-abr-2018	
2 Nome da Organização: Sociedade de Instrução e Beneficência Centro da Convivência Nazaria			Inscrição no CNAS: 003				CPNJ: 61.004.149/0019-62	

Tipo de Serviço		Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Co-financiamento Estadual (Ano)	Início	Encerramento
1 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos		Básica	Sociedade de Instrução e Beneficência Centro de Convivência Nazari	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100	31.500,00	01-abr-2018	
3 Nome da Organização: Organização da Sociedade Civil Comunidade Missionária de Vila Regia			Inscrição no CNAS: 008				CPNJ: 25.457.946/0003-74	

Tipo de Serviço		Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Co-financiamento Estadual (Ano)	Início	Encerramento
1 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos		Básica	Organização da Sociedade Civil Comunidade Missionária de Vila Regia	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100	56.700,00	01-abr-2018	
4 Nome da Organização: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			Inscrição no CNAS: 015				CPNJ: 04.728.612/0001-56	

Tipo de Serviço		Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Co-financiamento Estadual (Ano)	Início	Encerramento
1 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos		Básica	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ABC HORAS ALEGRES	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	50	15.750,00	01-abr-2018	
5 Nome da Organização: Caritas Diocesana de Campo Limpo							CPNJ: 64.031.061/0010-29	

Tipo de Serviço		Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Co-financiamento Estadual (Ano)	Início	Encerramento
1 Serviço de acolhimento Institucional - Abrigo Institucional		Especial de Alta Complexidade	Caritas Diocesana de Campo Limpo	crianças e adolescentes	22	250.000,00	01-mar-2018	

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

5	Nome da Organização: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CLAVE DE SOL		Inscrição no CNAIS: 5	CPNJ: 06.536.162/0001-62				
	Tipo de Serviço	Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Capacidade mensal de atendimento	Funcionamento	
3	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CLAVE DE SOL	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	160	31.500,00	29-ago-2019	CPNJ: 07.474.316/0001-64
7	Nome da Organização: CENTRO PARA IDOSOS CASA DO VOVÓ FELIZ		Inscrição no CNAIS: 6					
	Tipo de Serviço	Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Capacidade mensal de atendimento	Funcionamento	
1	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	Centro Dia para Idosos Casa do Vovó Feliz	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	60	18.900,00	25-abr-2019	CPNJ: 07.606.903/0001-15
8	Nome da Organização: CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA		Inscrição no CNAIS: 10					
	Tipo de Serviço	Proteção Social	Local de execução	Usuários	Capacidade mensal de atendimento	Capacidade mensal de atendimento	Funcionamento	
1	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	Especial de Alta Complexidade	ALOJAMENTO PROVISÓRIO - GYMÁSIO POLIESPORTIVO JOÃO GALERA SOBRINHO	famílias e indivíduos	23	10.000,00	04-set-2020	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Relações do Trabalho

E-mail: sdsrt@itapecerica.sp.gov.br

INFORMAÇÃO Nº 1.520 /2020 – SDSRT

CÓPIA

À Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Despesa
Sr. Wagner Wiecek

ASSUNTO: Retificação - Solicitação de Empenho – “Centro de Recuperação Conquista”.

Solicitamos retificar a Informação nº 1.452/2020 – SDSRT, datada de 4 de setembro de 2020, referente ao empenho em favor do “Centro de Recuperação Conquista”, CNPJ: 07.606.902/0001-15, para execução do serviço de acolhimento provisório e emergencial – Alojamento Provisório para Pessoas em Situação de Rua – PSR, conforme novas orientações.

Encaminhamos PMASweb 2018/2021 – Exercício de Referência: 2020, atualizado.

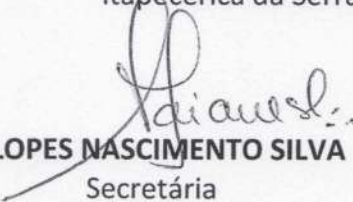
Onde se lê:

Mês	Período	Valor Repasse Municipal	Valor Repasse Estadual
1º mês	04/09/2020 a 03/10/2020	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00
2º mês	04/10/2020 a 02/11/2020	R\$ 48.750,00	R\$ 10.000,00
3º mês	03/11/2020 a 02/12/2020	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00
4º mês	03/12/2020 a 01/01/2021	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00
5º mês	02/01/2021 a 31/01/2021	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00

Leia-se:

Mês	Período	Valor Repasse Municipal	Valor Repasse Estadual
1º mês	04/09/2020 a 03/10/2020	R\$ 48.750,00	R\$ 10.000,00
2º mês	04/10/2020 a 02/11/2020	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00
3º mês	03/11/2020 a 02/12/2020	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00
4º mês	03/12/2020 a 01/01/2021	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00
5º mês	02/01/2021 a 31/01/2021	R\$ 58.750,00	R\$ 0,00

Itapecerica da Serra, 14 de setembro de 2020.


TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA
Secretária

Recebido em
16/09/2020
11h43
Fernanda

PMAS ITAPECERICA - DEVOLVIDO PARA ADEQUAÇÃO DO MÊS DE REPASSE

Resolução SEDS nº 17, de 19/06/2020

De: José Raimundo de Souza <josesouza@sp.gov.br>

Para: Tatiana Lopes <tatiana.lopes@itapecerica.sp.gov.br>, Carol Pereira <carol.pereira@itapecerica.sp.gov.br>, Denise Ferreira da Silva <denise.ferreira@itapecerica.sp.gov.br>

Cc: Carlos Eduardo Barbalunga <carlosbarbalunga@sp.gov.br>, Marcela Ribeiro Rodella Soares <marcelarodella@sp.gov.br>, Fabiano Quirino da Silva <fqsilva@sp.gov.br>, Siduci Momi <smomi@sp.gov.br>

Data: 14/09/2020 19:28

Prezada Gestora

Seu PMASweb, exercício 2020 foi devolvido para que o registro de recursos de cofinanciamento estadual no valor de R\$10.000,00 para implantação de alojamentos provisórios, conforme Resolução SEDS nº 17, de 19/06/2020, seja feito com dados do repasse no mês 9: Despesas de custeio (Mês 09) e Outras despesas de custeio (Mês 9).

Atenciosamente,

 **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO

José Raimundo de Souza
Agente de Desenvolvimento Social
Secretaria de Desenvolvimento Social
josesouza@sp.gov.br | 11 3681-8607
Rua Nelson Camargo, 299 - Osasco - SP

 /governosao

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Financiamento

Previsão de cofinanciamento para 2020

Serviços socioassistenciais - Valores e origem dos recursos financeiros de cofinanciamento

Tipo de Proteção	Municipal		Estadual		Federal		Outras Fontes	Total
	Rede Direta	Rede Indireta	Rede Direta	Rede Indireta	Rede Direta	Rede Indireta		
Básica	683.959,68	0,00	482.359,68	201.600,00	817.800,00	0,00	0,00	2.185.719,36
Especial de Média Complexidade	0,00	0,00	93.600,00	0,00	156.000,00	0,00	0,00	249.600,00
Especial de Alta Complexidade	250.000,00	283.750,00	0,00	260.000,00	300.000,00	0,00	0,00	1.093.750,00
Subtotal:	933.959,68	283.750,00	575.959,68	461.600,00	1.273.800,00	0,00	0,00	3.529.069,36
Total:	1.217.709,68		1.037.559,68		1.273.800,00		0,00	3.529.069,36

Valor total de convênios diretos entre Estado e entidades sociais: 0,00

Programa de alocação de saldo remanescente de recursos

	Rede Direta	Rede Indireta	Total
Proteção Social Básica:	71.248,83	0,00	71.248,83
Proteção Social Especial de Média Complexidade:	28.934,84	0,00	28.934,84
Proteção Social Especial de Alta Complexidade:	0,00	0,00	0,00
Totais:	100.183,67	0,00	100.183,67

Programas desenvolvidos no município - Valores e origem dos recursos financeiros

Nome do Programa	Municipal	Estadual	Federal	Total
ACESSUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira Infância no SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa São Paulo Amigo do Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Estratégicas do PETI	0,00	0,00	99.600,00	99.600,00
Programas e Projetos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	99.600,00	99.600,00

Transferência direta de renda - Valores e origem dos recursos financeiros de repasse

Tipo de Programa/Benefício	Municipal	Estadual	Federal	Total
Benefícios Eventuais	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
BPC - Idosos	0,00	0,00	0,00	0,00
BPC - PCD	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Jovem	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Cidadã	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Cidadã - Benefício Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	8.361.576,00	8.361.576,00
Programa municipal de transferência de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	70.000,00	0,00	8.461.176,00	8.531.176,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Resumo Geral - Cofinanciamentos e repasses					
Destinação	Municipal	Estadual	Federal	Outras Fontes	Total
Serviços socioassistenciais	1.217.709,68	1.037.559,68	1.273.800,00	0,00	3.529.069,36
Benefícios Eventuais	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Transferência direta de Renda	0,00	0,00	8.361.576,00	0,00	8.361.576,00
Incentivos à Gestão	0,00	0,00	328.091,52	0,00	328.091,52
Programas e Projetos	0,00	0,00	99.600,00	0,00	99.600,00
Total:	1.287.709,68	1.037.559,68	10.063.067,52	0,00	12.388.336,88

Lei Orçamentaria Municipal - valor aprovado para a Assistência Social para o ano de 2020

Recursos financeiros alocados no FMAS	
Total de recursos municipais alocados no FMAS:	R\$ 8.566.773,00
Valor dos recursos municipais destinado apenas para custeio dos serviços:	R\$ 0,00
Recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS):	R\$ 1.027.559,68
Recursos transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS):	R\$ 1.640.600,00
Total de recursos alocados no FMAS:	R\$ 11.234.932,68

Valores e destinação dos recursos que não estão alocados no FMAS	
Total:	R\$ 0,00

Incentivos a gestão	
Previsão anual de recebimento	
Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF):	R\$ 289.116,00
Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único De Assistência Social (IGD-SUAS):	R\$ 38.975,52

Comentários do Órgão Gestor	
Podemos perceber o aumento significativo do aporte financeiro do município nas ações; demonstrando o compromisso com a política de Assistência Social.	

Distribuição dos recursos do cofinanciamento estadual pelo sistema fundo a fundo			
Destinação	Rede Direta	Rede Indireta	Total
Serviços da Proteção Social Básica	R\$ 482.359,68	R\$ 201.600,00	R\$ 683.959,68
Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade	R\$ 93.600,00	R\$ 0,00	R\$ 93.600,00
Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	R\$ 0,00	R\$ 260.000,00	R\$ 260.000,00
Total:	575.959,6800	R\$ 461.600,00	R\$ 1.037.559,68

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Proteção Social Básica					
Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta					
		Previsão de Execução dos recursos			
		Custeio			
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento	Total
1º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
2º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
3º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
4º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
5º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
6º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
7º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
8º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
9º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
10º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
11º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
12º	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64	R\$ 0,00	R\$ 40.196,64
Total:	R\$ 482.359,68	R\$ 0,00	R\$ 482.359,68	R\$ 0,00	R\$ 482.359,68

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta					
		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio			
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento	Total
1º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
5º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
6º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
7º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
8º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
9º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
10º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
11º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
12º	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00	R\$ 0,00	R\$ 22.400,00
Total:	R\$ 201.600,00	R\$ 0,00	R\$ 201.600,00	R\$ 0,00	R\$ 201.600,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Proteção Social Especial de Média Complexidade					
Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta					
		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio		Investimento	Total
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de Custeio		
1º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
2º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
3º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
4º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
5º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
6º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
7º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
8º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
9º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
10º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
11º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
12º	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00	R\$ 7.800,00
Total:	R\$ 93.600,00	R\$ 0,00	R\$ 93.600,00	R\$ 0,00	R\$ 93.600,00

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta					
		Previsão de execução dos recursos			
		Custeio		Investimento	Total
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outra despesas de custeio		
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Proteção Social Especial de Alta Complexidade						
Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta						
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Previsão de execução dos recursos				
		Custeio			Investimento	Total
		Recursos Humanos	Outras despesas de custeio			
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta						
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Previsão de execução dos recursos				
		Custeio			Investimento	Total
		Recursos Humanos	Outras despesas de custeio			
1º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
5º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
6º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
7º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
8º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
9º	R\$ 30.833,33	R\$ 0,00	R\$ 37.777,77		R\$ 0,00	R\$ 37.777,77
10º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
11º	R\$ 20.833,33	R\$ 0,00	R\$ 27.777,77		R\$ 0,00	R\$ 27.777,77
12º	R\$ 20.833,37	R\$ 0,00	R\$ 27.777,84		R\$ 0,00	R\$ 27.777,84
Total:	R\$ 260.000,00	R\$ 0,00	R\$ 260.000,00		R\$ 0,00	R\$ 260.000,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Programas e Projetos						
Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta						
		Previsão de execução dos recursos				
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio	Investimento		Total	
			Equipamentos	Obras		
1°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
12°	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta						
		Previsão de execução dos recursos				
		Custeio		Investimento		
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Equipamentos	Obras	Total
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Cronograma de Desembolso - Benefícios Eventuais				
Previsão Mensal de Desembolso - Rede Direta				
		Previsão de execução dos recursos		
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Custeio	Investimento	Total Geral
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Previsão Mensal de Desembolso - Rede Indireta				
		Previsão de execução dos recursos		
		Custeio		
Parcelas	Recursos estaduais disponibilizados	Recursos Humanos	Outras despesas de custeio	Investimento
1º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12º	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Detalhamento do cofinanciamento estadual para a rede de proteção social básica					
Tipo de Unidade	Unidade	Tipo de Serviço	Usuários	Previsão mensal de atendimento	Valor do Cofinanciamento
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	15	R\$ 9.239,40
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	10	R\$ 6.159,60
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	150	R\$ 92.457,00
CRAS	CRAS JARDIM JACIRA	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	70	R\$ 43.117,20
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	28	R\$ 17.246,88
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	30	R\$ 18.478,80
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	150	R\$ 92.394,00
CRAS	CRAS PARQUE PARAISO	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	70	R\$ 43.117,20
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	15	R\$ 9.239,40
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	10	R\$ 6.159,60
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	40	R\$ 24.638,40
CRAS	CRAS POTUVERA	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	30	R\$ 18.478,80
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	25	R\$ 15.399,00
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	10	R\$ 43.117,20
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	30	R\$ 24.638,40
CRAS	CRAS VALO VELHO	Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	famílias	30	R\$ 18.478,80
Rede indireta	ASSOCIACAO BENEFICENTE DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE ABC HORAS ALEGRES	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	50	R\$ 15.750,00
Rede indireta	ASSOCIACAO COMUNITARIA CLAVE DE SOL - ASSOCIACAO COMUNITARIA CLAVE DE SOL	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100	R\$ 31.500,00
Rede indireta	CENTRO PARA IDOSOS CASA DO VOVO FELIZ - Centro Dia para Idosos Casa do Vovô Feliz	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	idosos com idade igual ou superior a 60 anos	60	R\$ 18.900,00
Rede indireta	Organização da Sociedade Civil Comunidade Missionária de Villa Regia - Organização da Sociedade Civil Comunidade Missionária de Vila Regia	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	180	R\$ 56.700,00
Rede indireta	Sociedade de Instrução e Beneficência Centro de Convivência Nazaré	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100	R\$ 31.500,00
Rede indireta	Sociedade de Instrução e Beneficência Creche Maria Imaculada - Sociedade de Instrução e Beneficência Creche MARIA Imaculada	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	150	R\$ 47.250,00
Total:				1353	R\$ 683.959,68

EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2020

Detalhamento do cofinanciamento estadual para a rede de proteção social Especial de média complexidade					
Tipo de Unidade	Unidade	Tipo de Serviço	Usuários	Previsão mensal de atendimento	Valor do Cofinanciamento
CREAS	CREAS PARQUE PARAISO	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	adolescentes	60	R\$ 93.600,00
Total:				60	R\$ 93.600,00

Detalhamento do cofinanciamento estadual para a rede de proteção social especial de alta complexidade					
Tipo de Unidade	Unidade	Tipo de Serviço	Usuários	Previsão mensal de atendimento	Valor do Cofinanciamento
Rede indireta	Cáritas Diocesana de Campo Limpo	Serviço de acolhimento institucional - Abrigo institucional	crianças e adolescentes	22	R\$ 250.000,00
indireta	CENTRO DE RECUPERAÇÃO CONQUISTA - ALOJAMENTO PROVISÓRIO - GINÁSIO POLIESPORTIVO JOÃO GALERA SOBRINHO	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	famílias e indivíduos	23	R\$ 10.000,00
Total:				45	R\$ 260.000,00

Não existe registro de cofinanciamento estadual para Programas e Projetos.

Não existe registro de cofinanciamento estadual para Benefícios Eventuais.

Programas e Projetos

Nível de abrangência: Federal

1	ACESSUAS - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	Não fez aceite	Histórico			
3	Ações Estratégicas do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Data do Aceite: 19/7/2014	Histórico			
			2017	2018	2019	2020
	Número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil registradas no CadÚnico		4	0	0	0
	Valor mensal do cofinanciamento federal para AEPETI		8.300,00	8.300,00	8.300,00	8.300,00
4	Bolsa Família		Histórico			
			2017	2018	2019	2020
	Número de famílias beneficiárias		4330	0	6613	0
	Previsão anual do valor do repasse		195.594,48	0,00	8.361.576,00	0,00

Nível de abrangência: Estadual

1 São Paulo Amigo do Idoso		Data de adesão: 20/12/2017		Histórico				
				2018	2019	2020	2021	
Meta Renda Cidadã - Benefício Idoso				0	0	0	0	
Previsão anual de repasse Renda Cidadã - Benefício Idoso				0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio para construção de Centro Convivência do Idoso	1ª Parcela	Data:	0	Valor:	0,00			
	2ª Parcela	Data:	0	Valor:	0,00			
Convênio para construção de Centro Dia do Idoso	1ª Parcela	Data:	0	Valor:	0,00			
	2ª Parcela	Data:	0	Valor:	0,00			

2 Ação Jovem		Data de adesão: 1/6/2004		Histórico				
				2017	2018	2019	2020	2021
Demanda estimada				140	200	140	0	0
Média mensal de atendidos				140	140	0	0	0
Previsão anual de repasse				134.400,00	134.400,00	0,00	0,00	0,00

3 Renda Cidadã		Data de adesão: 27/9/2001		Histórico				
				2017	2018	2019	2020	2021
Demanda estimada				889	889	120	0	0
Média mensal de atendidos				100	120	0	0	0
Previsão anual de repasse				96.000,00	115.200,00	0,00	0,00	0,00

Nível de abrangência: Municipal

Benefícios eventuais

Tipo de Benefício eventual: Auxílio Funeral

Média anual de beneficiários	70	Recursos Financeiros	2018	2019	2020	2021
Média anual de benefícios concedidos	70	Cofinanciamento estadual Fundo a Fundo (FEAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Existe regulamentação Municipal?	NÃO	Total de recursos financeiros aplicados	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00

Tipo de Benefício eventual: Calamidades Públicas e Emergências

Média anual de beneficiários	450	Recursos Financeiros	2018	2019	2020	2021
Média anual de benefícios concedidos	450	Cofinanciamento estadual Fundo a Fundo (FEAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Existe regulamentação Municipal?	NÃO	Total de recursos financeiros aplicados	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00

Benefícios continuados

1 Benefício de Prestação Continuada - BPC Idosos

		Histórico			
		2018	2019	2020	2021
Número de beneficiários	6.000	6.000			
Previsão anual de repasse	68.688.000,00	71.856.000,00	0,00		

2 Benefício de Prestação Continuada - BPC Pessoas com Deficiência

		Histórico			
		2018	2019	2020	2021
Número de beneficiários	3.000	3.000			
Previsão anual de repasse	34.344.000,00	35.928.000,00	0,00		



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1829/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00007125/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de outubro de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PREFEITURA DE COTIA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA

ILMO. SENHOR DOUTOR PROCURADO DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURARIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO.

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

MUNICÍPIO DE COTIA, por sua advogada municipal infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, requerer a juntada da manifestação e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em atendimento ao solicitado no Ofício nº 893/2020.

Nestes termos,
pede deferimento.

Cotia, 14 de outubro de 2020.

AMANDA CAMARGO SANTOS
ADVOGADA MUNICIPAL
OAB/SP N.º 296.989



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

13

PROCESSO Nº 29733/2020

À

Secretaria de Assuntos jurídicos
DD. Procuradora Municipal
Dra. Amanda Camargo Santos

Em relação às despesas contempladas pelo Portaria nº 369/2020, do Ministério da Cidadania, pelo presente informamos que foi efetivado o Plano de Ação, oportuna e devidamente aprovada pelo Conselho Municipal da Assistência Social, assim como enviada pelo sistema de informática disponibilizado pelo ministério em apreço, conforme documentos em anexo.

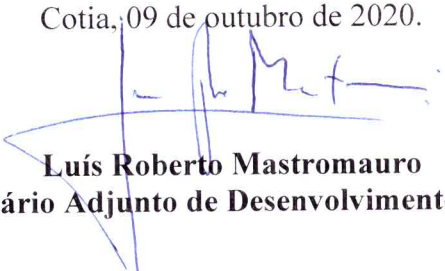
Por oportuno, esclarecemos que o plano em questão visa, em síntese, a aquisição dos equipamentos, serviços e custeio, entre outros, elencados às fls. , sendo válido ressaltar que juntamos a comprovação de algumas despesas realizadas porquanto outras encontram-se em lúdimo procedimento de compras, ainda que o serviço de atendimento para pessoas em trânsito, situação de moradia em rua e análogos contemplados na referida portaria estão sob realização, com repasses mensais, tudo mediante a ciência e aprovação do CMAS.

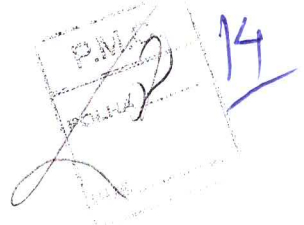
Por derradeiro, informamos ainda que os valores não recebidos estão disponíveis para os gastos permitidos e devida prestação de conta no momento oportuno.

Sem mais, ao ensejo manifestamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cotia, 09 de outubro de 2020.


Luís Roberto Mastromauro
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
-DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO DA PREFEITURA

FOLHA LÍDER

Abertura de Processo

Nº do Processo: **19956/2020**

Data de Entrada: **08/07/2020 10:19:44**

Assunto: **242 - SOLICITAÇÃO**

INTERESSADO : **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -
GESTOR DE PARCERIA**

CPF/CNPJ:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15 3

MEMO SDS Nº 126/2020


Ao
ÓRGÃO GESTOR

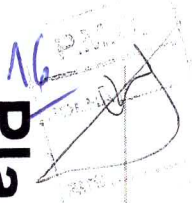
Considerando sobre a deliberação pelo CMAS ao Termo de Aceite, e sobre o preenchimento via Sistema do Plano de Ação -Execução de Ações Socioassistenciais -Covid 19, pelo presente solicitamos abertura de processo para andamento, tendo em vista que o prazo encerra em 04/08/2020.

Sem mais para o momento, com nossos protestos de estima e consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Cotia, 08 de julho de 2020.


Gabriel Felix de Oliveira
Gestor de Pareceria



Plano de ação – Execução de ações Socioassistenciais - COVID19

Sistema de preenchimento de plano de ação referente aos recursos aceitos para a execução de ações socioassistenciais na forma da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020.

A A A

CIDADANIA.gov.br (<http://cidadania.gov.br>)Início (<index.php>)Relatório (<plano-acao-relatorio.php>)

MARA FRANCO

Documentos (<plano-acao-documento-read.php>)Vizualizar Aceite (/snas/termo-aceite/index.php?termo=emergencia_covid_19)Sair (<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/autenticacao-san/desautenticar?url=https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/plano-acao-covid19>)

As informações declaradas pelo agente público neste documento possuem Fé Pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.

Dados do termo de aceite

Abaixo estão listados os dados relativos ao termo preenchido.

Ente

Cotia - 3513009

Meta aceita: Pessoas em Serviços Socioassistenciais

284

Valor aceito: Pessoas em Serviços Socioassistenciais

R\$ 681.600,00

Data do aceite

04/06/2020

Responsável pelo aceite

MARA ISAAC PIRES FRANCO

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Caso seja necessário atualizar estes dados, atualize no CADSUAS

Nome que identifica o Órgão Gestor: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		Número: 35
Endereço: BENEDITO ISAAC PIRES		
Complemento: 4º ANDAR	Bairro: PORTÃO	
Ponto de Referência: PROXIMO A ESCOLA ESTADUAL IDOMINEU ANTUNES CALDEIRA.		
CEP: 06716300	Município: COTIA	UF: SAO PAULO
E-mail: smdscotia@gmail.com		
Telefone: 11 - 47033549	Ramal: Sem ramal	Fax: 47033549

Este plano de Ação faz referência aos Art. 5 e 9 da Portaria MC 369/2020

Art. 5º Farão jus ao recurso emergencial, de que trata esta Portaria, destinado ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais os estados, municípios e Distrito Federal que possuam pessoas que:

I - necessitem ser alojadas ou remanejadas do seu atual local de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde - MS quanto ao distanciamento social; ou

II - se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

E ao Artigo 3 da Portaria SNAS 63/2020

Art. 3º Quanto à adesão ao repasse emergencial de recursos federais especificamente para a execução de ações socioassistenciais, na forma do art. 5º da Portaria nº 369, de 2020, as informações constantes no Termo de Aceite e Compromisso passarão a compor Plano de Ação e caberá ao órgão gestor, no prazo estabelecido nessa Portaria:

I - preencher o Plano de que trata o caput com o seu planejamento e apresentar a aprovação do respectivo conselho de assistência social;

II - informar a data da reunião e o número da Resolução do respectivo conselho de assistência social.

Parágrafo único. O não envio do Plano de Ação ensejará a devolução integral do recurso recebido, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

DADOS DE APROVAÇÃO DO CONSELHO

Dou ciência ao Ministério da Cidadania da aprovação pelo Conselho de Assistência Social deste ente, relativa ao plano de ação para formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes da adesão aos recursos federais para a execução de ações socioassistenciais devido à situação de Emergência COVID-19, conforme disposto na Portaria SNAS 63/2020

*Data de Reunião

Formato: (dd/mm/aaaa)

*Número da Ata:

*Número da Resolução:

META FÍSICA - Da(s) Oferta(s) de Serviço(s) de ACOLHIMENTO**1. Número de unidades:**

As unidades (espaços físicos) criados para o fim desta portaria, mesmo que em caráter provisório, devem ser cadastradas no CADSUAS (<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/>) e, quando do finalização das atividades deste, devem ser inativadas. O CADSUAS demonstra a devida implementação da rede socioassistencial.

a. Que precisaram passar por adaptação do número de vagas:

unidades

b. Novas unidades que precisaram ser implantadas:

unidades

2. Informe a quantidade de vagas disponíveis (ocupadas ou não) segundo as formas de oferta de alojamentos provisórios que foram implantadas/adaptadas diante da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19)

As vagas aqui apresentadas referem-se as **NOVAS vagas** que serão ofertadas pelo município. E também as vagas que precisaram serem **vagas ADAPTADAS**. Não inclui as vagas já existentes. Por exemplo, se um acolhimento para idosos que já existia no município possuía 20 vagas, mas 10 destas pessoas foram remanejadas para poder se manter a questão do distanciamento/isolamento social e de igual forma foi necessário criar outras 5 novas vagas também para idosos. O número que deve ser informado é 15 vagas para o público PESSOA IDOSA.

Crianças e Adolescentes

**Jovens
Egressos
dos
Serviços de
Acolhimento**

**Pessoas
com
Deficiência**

Adultos e Famílias: População de Rua

Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados

**Mulheres
em
situação
de
violência**

Pessoas Idosas

Qtde vagas

Qtd de vagas**Qtde vagas**

Qtdde vagas

Qtde vagas

Qtde vagas

Qtde
vagas

Alojamentos Institucionais/ Residências Inclusivas	Casas de Passagem/	Abrigos
----------------------------------------------------------	--------------------------	---------

Casa-Lar

Repúblicas

Contratos de hospedagem*

Moradias temporárias alugadas pela gestão municipal ou distrital*

META FÍSICA - Da(s) DEMAIS oferta(s) de PROTEÇÃO SOCIAL

3. Marque sim ou não as ações socioassistenciais a serem realizadas diante da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19):

Ações

Criança e Adolescentes acolhidas

Jovens egressos dos Serviços de Acolhimento acolhidos

Pessoas com deficiência (Residência Inclusiva) acolhidas

População de Rua acolhida

População de Rua não institucionalizada

Migrantes e/ou refugiados acolhidos

Migrantes e/ou Regugiados não institucionalizados

Mulheres em situação de violência

Pessoas Idosas

Outras Famílias em situação de

20
AçõesCriança e
Adolescentes
acolhidasJovens
egressos
dos
Serviços de
Acolhimento
acolhidosPessoas
com
deficiência
(Residência
Inclusiva)
acolhidasPopulação
de Rua
acolhidaPopulação de
Rua não
institucionalizadaMigrantes
e/ou
refugiados
acolhidosMigrantes e/ou
Regugiados não
institucionalizadosMulheres
em
situação
de
violênciaPessoas
IdosasOutras
Famílias em
situação de

Oferta de alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população e evitem a propagação da COVID- 19;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

21

Ações

Criança e
Adolescentes
acolhidasJovens
egressos
dos
Serviços de
Acolhimento
acolhidosPessoas
com
deficiência
(Residência
Inclusiva)
acolhidasPopulação
de Rua
acolhidaPopulação de
Rua não
institucionalizadaMigrantes
e/ou
refugiados
acolhidosMigrantes e/ou
Regugiados não
institucionalizadosMulheres
em
situação
de
violênciaPessoas
IdosasOutras
Famílias em
situação deDistribuição
de
alimentação
e outros
itens básicos
a☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Não☐ Sim
☐ Nãoalojamentos
provisórios
geridos por
Organizações
da
Sociedade
Civil

4. Informe se o município irá utilizar os recursos para os seguintes fins:

22 / Ações

Ações		Irà usar o recurso para
Realização de ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção da COVID-19 e disseminação do vírus	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	
Provisionamento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	
Disponibilização de meios de transporte para a locomoção das equipes de referência e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	
Recursos humanos	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	

Metas financeiras - Dos Recursos Necessários

5. Listar os itens que serão adquiridos com o cofinanciamento federal.

Ressalta-se que o cofinanciamento federal destinado para o atendimento de famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de rua, desabrigados, em situação de imigração ou que necessitem ser remanejados do seu atual local de acolhimento, pode ser utilizado de diversas formas.

Item	Valor Total Previsto
Equipamentos de Proteção Individual EPI	

Somatório dos valores dos itens que serão adquiridos

Item

Suporte ao deslocamento (combustível, manutenção de veículos/embarcações, etc)

Conta de água, esgoto, luz, internet, e outras contas direcionadas a manutenção da unidade.

Alimentação

Locação de Imóveis

Locação de Veículos

Locação de outros materiais permanentes

Aquisição de Bens de consumos (utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros)

Material para manutenção de imóveis e móveis

Vestuário

Contratação de PJ para fornecimento de serviços

Pagamento de Pessoal

Outro(s), qual/quais?

Valor Total Previsto

Somatório dos valores dos itens que serão adquiridos

6. Listar os itens que serão adquiridos com o cofinanciamento federal, conforme critérios estabelecidos de acordo com a previsões da Portaria nº 2.601, de 6 de novembro de 2018.

Para mais informações, acesse Perguntas e Respostas em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/FAQ_repassse_emergencial_Portaria_369-abril-2020_v130520.pdf (http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/FAQ_repassse_emergencial_Portaria_369-abril-2020_v130520.pdf)

Item

Valor Total Previsto

Eletroeletrônicos (celulares, computadores, entre outros)

Mobiliário

Outro(s), qual/quais?

Somatório dos valores dos itens que serão adquiridos conforme Portaria nº 2.601

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

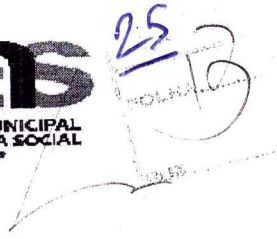
Identificação da(o) agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário

Nome: MARA ISAAC PIRES FRANCO CPF: 28567003814

Cargo/Função: Gestor Titular E-mail: smdscoia@gmail.com

Data: 08/07/2020

Gravar Plano de Ação



**Ata da 11ª Reunião Extraordinária do
Conselho Municipal de Assistência Social CMAS – junho de 2020**

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 2020, às 14h00, aconteceu a reunião extraordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia, realizada através de videoconferência em razão da Pandemia do COVID-19, para discutir a seguinte pauta: **1- Apresentação de Emenda Parlamentar, destinada a APAE.** A presidente do Conselho, Rosangela Zanetti, deu início a reunião apresentando o despacho do Órgão Gestor acerca das alterações feitas pela APAE atendendo ao solicitado. O Secretário Adjunto, Luiz Roberto Mastromauro, fez um breve resumo das adequações efetuadas pela APAE no que tange aos recursos na modalidade custeio, porquanto não vislumbrou nenhum óbice para a aprovação. Para os recursos na modalidade incremento das atividades/projetos desenvolvidos, manteve o mesmo posicionamento anterior. Colocado em votação a Emenda destinada a APAE no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), foi **aprovada** pelos Conselheiros presentes. A presidente solicitou a inclusão de um item fora da pauta, referente ao pedido de inscrição no CMAS da OSC FADA, explicou que a Comissão de Análise de Documentos do CMAS fez uma reunião virtual com a OSC, contando com a participação da Lucia da Diretoria e a Assistente Social Marisa, foram dadas as orientações para adequação, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social e dos Serviços Tipificados de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Apresentada as adequações solicitadas a Comissão se reuniu virtualmente e após análise das adequações deu parecer favorável. A presidente apresentou à plenária o parecer para deliberação do Conselho, que **aprovou** o processo 6558/2020 de inscrição da FADA. A Secretária executiva do CMAS, Claudinéia Magalhães, pediu a palavra e informou que hoje encaminhou um memorando do Órgão Gestor que trata do Termo de aceite do Município de Cotia junto ao Ministério da Cidadania referente ao repasse de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede à situação de Emergência COVID 19. O documento foi detalhado pelo Gestor de parcerias, Gabriel Felix, citando a Portaria 369/20 do Ministério da Cidadania referente aos recursos a serem repassados aos municípios para apoio ao combate ao Corona Vírus, em 3 modalidades, sendo; a) de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS; b) de alimentos, e c) cofinanciamento de ações socioassistenciais visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19. Com relação a aquisição de alimentos, Gabriel explicou que não deu aceite, pois não tem licitação e esse recurso não seria possível passar diretamente para as organizações. Quanto ao EPI, será utilizado o registro de preços da Prefeitura. Sobre o preenchimento no sistema, Gabriel informou que após o aceite, o município terá que preencher um plano de ação. No caso dos recursos que não forem utilizados no final da pandemia, poderão ser devolvidos ou reprogramados. A presidente perguntou se após o preenchimento do plano de ação seria encaminhado ao CMAS. Dr. Mastromauro respondeu que num primeiro momento seria para apreciação do Conselho e no segundo momento acompanhamento da execução do Serviço. A presidente explicou que esses recursos são oriundos de saldo do Fundo Nacional de Assistência Social em dezembro de 2019. Gabriel Felix informou que o valor é de R\$ 721.500,00 (setecentos e vinte e um mil e quinhentos reais), esse valor será repassado em 02 parcelas o valor de cada EPI foi calculado pelo número de colaboradores do CAD SUAS e multiplicado por R\$ 175,00. No caso de recurso para serviços socioassistenciais o cálculo foi feito pelo número de pessoas em situação de rua e multiplicaram por R\$ 400,00. Foi informado pelo Órgão Gestor que não precisaria de aprovação do CMAS, que nesse momento é somente para ciência. A presidente pediu a atenção dos Conselheiros para a necessidade de discussão sobre os serviços tipificados, principalmente os SCFV, como será a execução dos mesmos pós pandemia. O Conselho Nacional de Assistência Social, o Estadual e o



**Ata da 12ª Reunião Extraordinária do
Conselho Municipal de Assistência Social CMAS – junho de 2020**

Aos oito dias do mês de junho do ano de 2020, às 14h00, aconteceu a reunião extraordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia, realizada através de videoconferência em razão da Pandemia do COVID-19, para discutir a seguinte pauta: **Termo de Aceite do Ministério da Cidadania -Emergência Covid-19**. A presidente Rosangela Zanetti informou que já tínhamos discutido esse item na 11ª reunião extraordinária realizada dia 05/06/2020, quando tomamos ciência do Termo de Aceite do Município de Cotia junto ao Ministério da Cidadania referente ao repasse de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede à situação de Emergência COVID 19. O documento foi detalhado pelo Gestor de parcerias, Gabriel Felix, citando a Portaria 369/20 do Ministério da Cidadania referente aos recursos a serem repassados aos municípios para apoio ao combate ao Corona Vírus, em 3 modalidades, sendo; a) de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS; b) de alimentos, e c) cofinanciamento de ações socioassistenciais visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19. Informou ainda que o valor é de R\$ 721.500,00 (setecentos e vinte e um mil e quinhentos reais), valor esse que será repassado em 02 parcelas, sendo que o valor de cada EPI foi calculado pelo número de colaboradores do CAD SUAS e multiplicado por R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais). No caso de recurso para serviços socioassistenciais o cálculo foi feito pelo número de pessoas em situação de rua e multiplicado por R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Entretanto, quando da abertura do sistema para preenchimento o mesmo solicitou aprovação do CMAS, bem como a resolução com a deliberação do Aceite. Após ciência e apresentação aos membros do CMAS, **o Termo de Aceite foi aprovado**. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e para registrar segue assinada pela presidente e Secretária do Conselho.

Rosangela Mota Zanetti
Presidente do CMAS

Rosilene Ribeiro da Costa
1ª Secretária do CMAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



CMAS precisam discutir sobre o assunto. Dr. Mastromauro considera válido e sugere ao CMAS elaborar um projeto e enviar a preocupação ao Conselho Nacional. Ainda dentro do tema, a presidente trouxe para conhecimento que enquanto presidente fez uma provocação à DRADS, no sentido de verificar se a Secretaria Estadual está discutindo como seria a ação no SCFV pós pandemia e a resposta recebida do Fabiano foi que os SCFV estão suspensos anexando a portaria que trata da suspensão das atividades e que se tivesse mais dúvida era para falar com o Zé Raimundo, técnico da DRADS. Gabriel Felix expôs que está encontrando dificuldades na comunicação com a DRADS, solicitou por várias vezes a reabertura do PMAS e os mesmos não respondem. Dr. Mastromauro informou que a prorrogação do mandato do CMAS por quatro meses foi autorizada pelo Prefeito. Ao final a presidente voltou a sugerir uma conversa entre as organizações para pensar os SCFV pós pandemia. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e para registrar segue assinada pela presidente e Secretária do Conselho.

Rosangela Mota Zanetti
Presidente do CMAS

Rosilene Ribeiro da Costa
1ª Secretária do CMAS



28

RESOLUÇÃO CMAS Nº 180, de 08 de junho de 2020.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia/SP, no uso da competência que lhe foi conferida pela Lei nº 1535, de 12/11/2019, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho em reunião realizada por videoconferência, em decorrência da situação de Pandemia pelo Corona vírus (Covid-19), em 08/06/2020, constante na respectiva Ata de nº 12/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR Termo de Aceite sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito municipal devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo Corona vírus, Covid-19.

Art. 2º. O recurso emergencial aprovado tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, promovendo: I - estruturação da rede do SUAS por meio da aquisição: a) de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS e II - cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rosangela M. Zanetti
Presidente do CMAS

Rosilene Ribeiro da Costa
1ª Secretária do CMAS

HOMOLOGO a Resolução CMAS, nº 180, em todos os seus termos para que surta efeitos legais

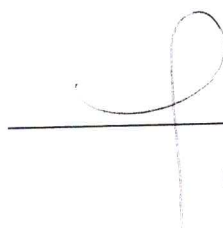


29

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
Folha de Informação

- Andamento Processual -

Unidade Corrente:	Nº Processo:	Recebido em:	Rubrica:	Tramitação nº:	Folha nº:
28	19956/2020	08/07/2020	1		1
Interessado:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - GESTOR DE PARCERIA				
Tipo de Assunto:	242 - SOLICITAÇÃO				
Tipo de Processo:	2 - EXTERNO				
Cota:	*				


08/07/2020

De:-DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO DA
PREFEITURA
Para: SMMDS-SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Funcionário: ALINE APARECIDA DOMINGOS
CARVALHO



Cotia, 22 de julho de 2020.

Processo: 19956/2020

Ao Conselho Municipal da Assistência Social

Ref.: Recurso emergencial 369/2020.

Considerando a Portaria Nº 369 de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o repasse emergencial de recursos para apoio a ações de combate ao COVID-19.

Por meio deste, encaminhamos o plano de ação para a utilização dos recursos recebidos na modalidade fundo a fundo para o cofinanciamento de ações socioassistenciais. Ademais, informamos que o referido recurso poderá ser utilizado para promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus.

Outrossim, informamos que os recursos podem ser utilizados para a oferta de alimentação e outros itens básicos e bens necessários que assegurem a proteção da população em situação de vulnerabilidade e evitem a propagação do COVID-19.

Segue abaixo metas financeiras para a utilização do recurso:

PORTARIA 369/2020		
NATUREZA DE DESPESA	VALOR ESTIMADO	DESCRIÇÃO
EPI	R\$ 100.000,00	MÁSCARAS/ESCUDO FACIAL/LUVAS/ALCOOL GEL
RECURSOS HUMANOS	R\$ 60.702,00	PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS
MOBILIÁRIO	R\$ 20.000,00	MÁQUINA DE LAVAR/TANQUE/SOFÁ/PEDALEIRA ALCOOL GEL
TERMO DE COLABORAÇÃO	R\$ 95.000,00	ADITAMENTO VAGAS PERNOITE/CENTRO DIA
VESTUÁRIO	R\$ 20.000,00	TOALHAS/ROUPAS
ELETROELETRÔNICOS	R\$ 60.000,00	AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS
SERVIÇOS PJ	R\$ 325.898,00	SERVIÇOS DE LIMPEZA NOS EQUIPAMENTOS
TOTAL	R\$ 681.600,00	

LUÍS ROBERTO MASTROMAURO
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social

Dados do termo de aceite

31

Abaixo estão listados os dados relativos ao termo preenchido.

Ente	Cotia - 3513009
Meta aceita: Pessoas em Serviços Socioassistenciais	284
Valor aceito: Pessoas em Serviços Socioassistenciais	R\$ 681.600,00
Data do aceite	04/06/2020
Responsável pelo aceite	MARA ISAAC PIRES FRANCO

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Órgão Gestos

- **CEP:** 6716300
- **Bairro:** PORTÃO
- **Complemento:** 4º ANDAR
- **Endereço: Número:** 35
- **Endereço:** BENEDITO ISAAC PIRES
- **DDD:** 11
- **E-mail:** smdscotia@gmail.com
- **UF:** 351300
- **Município:** 3513009
- **Endereço: Ponto de Referência:** PROXIMO A ESCOLA ESTADUAL IDOMINEU ANTUNES CALDEIRA.
- **Nome:** SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- **Código original:** 41763
- **Fax:** 47033549
- **Ramal:** Sem ramal
- **Telefone:** 47033549

DADOS DE APROVAÇÃO DO CONSELHO

Dados de Aprovação do Conselho

- **Numero da Ata:** 14
- **Numero da Resolução:** 182
- **Data de Reunião:** 2020-07-23 00:00:00

1 Número de unidades

Meta Física: Número de Unidades

32

- Vagas implantadas: 1
- Unidades a Serem Implantadas: 0

2 Informe a quantidade de vagas disponíveis (ocupadas ou não) segundo as formas de oferta de alojamentos provisórios que foram implantadas/adaptadas diante da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19)

Alojamentos provisórios/ Abrigos Institucionais/ Casas de Passagem/ Residências Inclusivas

- Pessoas com Deficiência: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 30
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0
- Pessoas Idosas: 0
- Crianças e Adolescentes: 0

Casa-Lar

- Crianças e Adolescentes: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Pessoas Idosas: 0

Repúblicas

- Pessoas com Deficiência: 0
- Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 0
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0
- Pessoas Idosas: 0

Contratos de hospedagem

- Crianças e Adolescentes: 0
- Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 0
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0

- Pessoas Idosas: 0

Moradias temporárias alugadas pela gestão municipal ou distrital

- Crianças e Adolescentes: 0
- Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 0
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0
- Pessoas Idosas: 0

3 Assinale com um X as ações socioassistenciais a serem realizadas diante da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19)

Oferta de alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população e evitem a propagação da COVID-19

- Pessoas com deficiência (Residência Inclusiva) acolhidas: Não
- Criança e Adolescentes acolhidas: Sim
- Jovens egressos dos Serviços de Acolhimento acolhidos: Não
- População de Rua acolhida: Sim
- População de Rua não institucionalizada: Sim
- Migrantes e/ou refugiados acolhidos: Sim
- Migrantes e/ou Regugiados não institucionalizados: Sim
- Mulheres em situação de violência: Sim
- Pessoas Idosas: Sim
- Outras Famílias em situação de vulnerabilidade social: Sim

Distribuição de alimentação e outros itens básicos a alojamentos provisórios geridos por Organizações da Sociedade Civil

- Criança e Adolescentes acolhidas: Sim
- Jovens egressos dos Serviços de Acolhimento acolhidos: Não
- Pessoas com deficiência (Residência Inclusiva) acolhidas: Não
- População de Rua acolhida: Sim
- População de Rua não institucionalizada: Sim
- Migrantes e/ou refugiados acolhidos: Sim
- Migrantes e/ou Regugiados não institucionalizados: Sim
- Mulheres em situação de violência: Sim
- Pessoas Idosas: Sim
- Outras Famílias em situação de vulnerabilidade social: Sim

4 Informe se o município irá utilizar os recursos para os seguintes fins

34

Disponibilização meios de transporte para a locomoção das equipes de referência e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais

- **Irá usar o recurso para:** Não

Realização de ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção da COVID-19 e disseminação do vírus

- **Irá usar o recurso para:** Sim

Provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes

- **Irá usar o recurso para:** Sim

Recursos humanos

- **Irá usar o recurso para:** Sim

5 Listar os itens que serão adquiridos com o cofinanciamento federal

Vestuário

- **Valor Total Previsto:** 20000,00

Material para manutenção de imóveis e móveis

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Aquisição de Bens de consumos (utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros)

- **Valor Total Previsto:** 10788,00

Locação de outros materiais permanentes

- **Valor Total Previsto:** 0,00

35

Locação de Veículos

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Locação de Imóveis

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Alimentação

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Conta de água, esgoto, luz, internet, e outras contas direcionadas a manutenção da unidade

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Suporte ao deslocamento (combustível, manutenção de veículos/embarcações, etc)

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Equipamentos de Proteção Individual EPI

- **Valor Total Previsto:** 100000,00

Pagamento de Pessoal

- **Valor Total Previsto:** 60702,00

Descrição: Outros, Qual?

- **Outro:** AMPLIAÇÃO DE VAGAS SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PER NOITE/CENTRO DIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Outro(s), qual/quais?

- **Valor Total Previsto:** 95000,00

36

Contratação de PJ para fornecimento de serviços

- **Valor Total Previsto:** 325898,00

6 Listar os itens que serão adquiridos com o cofinanciamento federal, conforme critérios estabelecidos de acordo com a previsões da Portaria nº 2.601, de 6 de novembro de 2018

Outro(s), qual/quais?

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Mobiliário

- **Valor Total Previsto:** 9212,00

Eletroeletrônicos (celulares, computadores, entre outros)

- **Valor Total Previsto:** 60000,00

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Responsável Pelo Preenchimento

- **Nome:** MARA ISAAC PIRES FRANCO
- **CPF:** 28567003814
- **Cargo:** Gestor
- **RH: Função:** Titular
- **E-mail:** smdscotia@gmail.com



**Ata da 14ª Reunião Extraordinária do
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS – julho de 2020**

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de 2020, às 14h00, aconteceu a reunião extraordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia, realizada por videoconferência em razão da Pandemia do COVID-19, para discutir a seguinte pauta: **1- Plano de ação - execução de ações Socioassistenciais - COVID 19, referente a Portaria nº 369/2020, do Ministério da Cidadania, 2 - Aditamento no Serviço de Acolhimento Pernoite para população em situação de rua.** Participaram da reunião os Conselheiros: Mariza Rodrigues Ferrarese, Rosangela Mota Zanetti, Kelen Garcia, Daniella Xavier de Oliveira, Verônica Costa de Lima, José Bertuol, Rosilene Ribeiro da Costa, Daniela Caroline Santos de Oliveira, Stella Cláudio Gioielli e demais convidados representantes das OSCs. A presidente do CMAS, Rosangela Zanetti iniciou a reunião verificando o quórum e justificou as frequentes convocações extraordinárias de reuniões que estão sendo feitas em razão de situações de emergência. Com relação as atas enviadas por e-mail, a presidente explicou que devido a questão de tempo e necessidade de envia-las em plataformas tanto do Governo Federal, como estadual estão sendo assinadas por ela sem tempo hábil de passar pela aprovação do Conselho. Dando início a pauta do dia: Item 1 - **1- Plano de ação - execução de ações Socioassistenciais - COVID 19, referente a Portaria nº 369/2020, do Ministério da Cidadania,** a presidente lembrou sobre o Termo de Aceite do Recurso Federal, aprovado em reunião plenária para aquisição de EPI, alimentação e recurso para ações socioassistenciais. No entanto, agora precisa da aprovação no plano de ação para uso desse recurso. A presidente passou a palavra para o Gestor de parcerias, Gabriel Felix e pediu detalhamento acerca do que foi aprovado na reunião passada, onde a finalidade era para morador de rua, hospedagem e que inclusive houve questionamento pela Conselheira Kelen Garcia, que na ocasião perguntou porque não poderia fazer a aquisição de alimentação e foi falado também sobre pagamento de pernoite para pessoas com sintomas de COVID 19. Gabriel explicou que esse recurso aprovado, na reunião passada também possibilita outras aquisições, em decorrência da pandemia. Com relação a Portaria 369/2020, no início era para apoiar acolhimentos emergenciais, posteriormente saíram outras regulamentações do Ministério da Cidadania e a utilização do recurso foi ampliada, podendo ser usado nos serviços assistenciais onde tenham tido aumento de gastos, como EPI, alimentos e produtos de limpeza. Gabriel apresentou uma planilha com as indicações dos valores estimados de acordo com cada área. Explicou que com relação aos EPIs, são permitidos fornecer às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Temos pela Prefeitura um registro de preços para compra de máscaras, inclusive que estão sendo distribuídas à população e que foi levantado o número de pessoas através do CADÚNICO, cerca de 40.000, o valor praticado de cada máscara é de R\$ 1,20 (hum real e vinte centavos) com recurso da Prefeitura. Com esse recurso poderia ser feito a aquisição de mais 50 mil máscaras e o restante em álcool em gel, escudo facial, informou ainda que tudo será objeto de prestação de contas para o Conselho e para o Governo Federal, utilizando a mesma sistemática adotada com os recursos rotineiros do fundo a fundo. Dando continuidade Gabriel informou que posterior ao que foi aprovado, no blog do SUAS, tem outros documentos que saíram que falam que esse recurso não é exclusivo para a questão de acolhimento, diz que é para a rede em ações socioassistenciais para pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade. A questão de afastar funcionário por suspeita de COVID 19, pode considerar nos serviços de terceiros que foi estipulado mais ou menos a metade do recurso, procuramos diversificar a utilização desse recurso de acordo com a realidade. Enquanto Secretaria de Desenvolvimento Social, tem duas modalidades de recursos de EPI, que foi aprovado a cerca de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) é só para funcionários e o outro recurso que é socioassistencial, pode fornecer máscaras para pessoas em situação de vulnerabilidade, poderá ser oferecido também álcool em gel e utilizaremos nos equipamentos da Proteção Social Básica. Também foi destinado pedaleira de álcool em gel, a intenção da Secretaria é dar suporte tanto



para os equipamentos - CRAS e CREAS quanto para às Organizações Sociais. A presidente projetou a planilha para visualização de todos, e perguntou ao Gabriel sobre a quantidade que será adquirida. Que informou com relação a aquisição de máscaras, como já tem registro de preços da Prefeitura, será comprado de acordo com a necessidade. Recursos Humanos - pagamento de funcionários que estão fazendo hora extra, em decorrência da pandemia, no serviço de Acolhimento Municipal, motoristas, assistentes sociais e agentes sociais que estão nas abordagens da população de rua, funcionários que estão na manutenção das pias para higienização das mãos instaladas pela prefeitura e utilizadas pelos transeuntes. Aquisição de mobiliários para o Acolhimento Municipal necessários em decorrência da pandemia, como máquina de lavar devido a maior frequência de lavagem de roupas, compra de sofá por conta do distanciamento, vislumbra a necessidade de comprar mais uma pedaleira de álcool em gel como já foi falado anteriormente para os equipamentos e OSCs, que desenvolvem serviços socioassistenciais. Foi pensado em comprar cabines de higienização, só que a ANVISA tem dito que está causando alergia nas pessoas e a ideia foi abortada. O Termo de Colaboração colocado no Plano é para o serviço desenvolvido pela Casa Refúgio na modalidade per noite e centro dia, no montante de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). O aditamento que temos até a presente data, encerra no final de julho, vimos a necessidade de aditar por mais 5 meses, considerando a demanda, pelo aumento das abordagens e a adesão da população em situação de rua ao Serviço de Acolhimento, o que é "muito gratificante". Sugerimos aumentar 10 vagas, além de aditar, pois hoje a capacidade ofertada está completa. A questão do vestuário, Gabriel explicou sobre a necessidade de aquisição de conjuntos de moletons para as crianças e adolescentes acolhidas, justificando o frio e a pandemia, ainda no item vestuário, aquisição de toalhas para a população de rua. No item de eletroeletrônicos sugerimos a aquisição de notebooks que serão destinados aos 11 equipamentos da rede, CRAS, CREAS, Unidade avançada e ao Acolhimento Municipal, para facilitar o acesso tanto do usuário como dos funcionários. Hoje estamos trabalhando em sistema virtual na troca de informações sobre demandas dos CRAS e CREAS, e a falta de equipamento dificulta esse processo, com isso sugerimos um montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para aquisição de aproximadamente 15 notebooks. No item serviços Gabriel explicou que devido à dificuldade na manutenção de limpeza nos equipamentos, que era feito pelos funcionários da frente de trabalho, e parte deles estão afastados, surgiu a necessidade de contratar uma empresa para limpeza/higienização tanto da área interna como externa, nos 11 equipamentos, atendendo assim a higienização garantindo a prevenção do COVID 19 aos usuários e servidores, e que poderia ainda dentro desse item disponibilizar para pagamento de vagas em hotel, se necessário. Quanto aos valores houve um questionamento do Conselheiro Bertuol, Gabriel explicou que é cobrado por metro quadrado e usaram como base contratos da Prefeitura que envolvem limpeza. Com relação a prestação de contas, no caso do recurso não ser usado em sua totalidade poderá ser reprogramado pelo Ministério da Cidadania para o próximo ano, da mesma forma será solicitado ao CMAS. Esclareceu sobre os prazos para utilização do recurso, diante da pergunta da presidente, disse que na portaria não deixa muito claro, apenas que é durante o período decorrente da pandemia. Voltando a aquisição dos Notebooks a presidente Rosângela Zanetti e demais conselheiros levantaram a possibilidade de comprar quantidade maior com o valor previsto e garantir equipamento de boa configuração/durabilidade que atenda às necessidades, solicitou disponibilizar um notebook ao Conselho, sendo colocado também sobre a segurança dos mesmos. **Item 2 - Aditamento no Serviço de Acolhimento Pernoite para população em situação de rua.** Com a palavra, o Gestor de parcerias, Adriano Pires, esclareceu sobre os dois serviços executados pela Casa Refúgio, nas modalidades centro dia e pernoite. A princípio, o convenio firmado para o serviço de Centro Dia era de 40 vagas e 30 vagas para o Acolhimento na modalidade pernoite. No início da pandemia houve deliberação do Conselho para aditar as vagas, ficando o Centro Dia com 50 vagas e 50 vagas no Acolhimento pernoite, pelo período de dois meses, até mesmo como forma de verificar como ficaria a pandemia. Com o fim do prazo do aditamento e o aumento de demanda nessa área em decorrência da pandemia, se faz necessário um novo aditamento.



Para tanto, sugerimos aditar mais 20 vagas no Centro Dia e 30 vagas para o Acolhimento na modalidade pernoite, ficando 60 vagas para cada modalidade, por 5 meses, até dezembro de 2020. O valor de referência do Centro Dia é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e o valor de referência para o Acolhimento na modalidade pernoite é de R\$ 300,00 (trezentos reais). O valor total dos aditamentos seria de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). A presidente colocou a proposta em votação, chamando nominalmente cada Conselheiro presente, ficando **aprovado** o aditamento das vagas na Casa refúgio. Em seguida colocou a proposta apresentada no Plano de Ação do recurso federal no valor de R\$ 681.600,00 (seiscentos e oitenta e um mil e seiscentos reais) para utilização nos itens apresentados, conforme tabela anexa, ficando **aprovada** por unanimidade dos Conselheiros. A presidente explicou que posterior a prestação de contas será enviada ao Conselho para deliberação. A presidente apresentou assuntos fora de pauta; 1- Lembrou que já tinham discutido em plenário o serviço para pessoa com deficiência, e que tipo poderia ser feito além do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, essa questão ficou para a Comissão de Políticas Públicas pensar e trazer sugestão ao Conselho, Robson explicou que esse assunto foi tratado e levantaram a importância da participação do Conselho da Pessoa com Deficiência em conjunto, para verificar sobre esse serviço. A presidente Rosangela Zanetti sugeriu que essa discussão seja retomada; 2- A presidente informou sobre o novo calendário de reuniões do CNAS, que a próxima acontecerá dias 19 e 20 de agosto e que seria importante a participação dos conselheiros para questioná-los sobre os Serviços Tipificados, especialmente os SCFV, na retomada em decorrência da pandemia. Está em contato com grupos ligados a Assistência Social e em contato com a Drads Osasco, que nos enviou documentos já de nosso conhecimento, o que fica complicado pois temos que agir de acordo com a égide da legislação (tipificação), conforme sinalizado pelo Gestor de parcerias, Adriano Pires; 3- A presidente informou que o Instituto Filantropia está oferecendo uma série de 14 aulas gratuitas, com intuito de gerenciamento de crise, aspectos com relação trabalhista, voluntários, captação de recursos. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e para registrar segue assinada pela presidente e Secretária do Conselho.

Rosangela Mota Zanetti
Presidente do CMAS

Rosilene Ribeiro da Costa
1ª Secretária do CMAS



PEDIDO Nº 569/2.020

DADOS EMPRESA

Razão Social: LAVECO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 22.444.196/0001-46

Endereço: ESTRADA CAPUTERA, 1049

Bairro: RESSACA

ITAPECERICA DA SERRA/SP

CEP: 06.887.140

Telefone/e-mail: (11) 4704-4106 / laveco@laveco.com.br

Contato: Karen de Jesus Pereira

No Valor de R\$ 1.774,00 (Um mil setecentos e setenta e quatro reais).

Objeto: Aquisição de refil para saboneteira.

Prazo de Entrega: Até 20 (vinte) dias

Empenho: 02052/2020

Solicitado pelo Processo: nº 12591/2020

Modalidade: DL nº 078/2020

Requisitante: Secretaria de Desenvolvimento Social

Item	Quant.	Unid.	DESCRIPTIVO	Valor Unit.	Valor Total
1.	10	Cx	Refil para saboneteira espuma/spray. Líquido Transparente rosa, acondicionado em bolsa plástica. COMPOSIÇÃO: Sodium Laureth Sulfate, Glyceryl Oleate/Coco Glucoside, Propylene Glycol, PEG-75 Lanolin, DMDM Hantoin, Triethanolamine, Cocamide DEA, Cocamidopropyl Bataine, Parfum, Aqua, C142090, C119140. Características físico-químicas. PH= 6,0-7,0 DENSIDADE: 1,005 – 1,020 EMBALAGEM: Caixa contendo 06 refs de 600ml cada refil.	R\$ 177,40	R\$ 1.774,00

VALOR TOTAL R\$ 1.774,00

END. ENTREGA: Condomínio - Boa Vista - Galpões "11 e 12" - Jd. Atalaia - Cotia/SP - Cep: 06701-475.

Portaria 1 – Rodovia Raposo Tavares, km 36,7.

Portaria 2 – Estrada Boa Vista, 575.

Tel: (11) 4616-4846.

DADOS PARA FATURAMENTO:

Av. Prof. Manuel José Pedroso, 1347 – Jardim Nomura – Cotia/SP – CEP: 06.717-100.

CNPJ 46.523.049/0001-20 / I.E: Isenta

Na emissão da nota fiscal obrigatoriamente deverá constar o nº do pedido, empenho e endereço. O não atendimento a essas normas ensejará a devolução da Nota Fiscal.

Cotia, 04 de junho de 2020

Elaborado por:

Fernando Ferreira

Setor de Compras e Licitações



41

PEDIDO Nº 779/2.020

DADOS EMPRESA

Razão Social: MAX COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 05.489.375/0001-80

Endereço: Rua Adolfo Laurenti, 122

Bairro: Jardim dos Pinheiros

São Paulo/SP

CEP: 05138-440.

Telefone: (11) 2615-3008/ 2615-7008

E-mail: vendas.maxcomercio@hotmail.com

Contato: Álvaro Aparecido.

No Valor de R\$ 5.240,00 (cinco mil, duzentos e quarenta reais)

Objeto: Fornecimento de álcool em gel 70% (galão de 5 litros).

Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias corridos.

Empenho: 02624/2.020

Processo nº12.944/2020

Pregão Presencial Nº 025/2020

ARP Nº 016/2020

Solicitado pelo Processo nº 25.050/2020

Requisitante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Responsável: Luis Roberto Mastromauro

Item	DESCRIÇÃO	QTD.	U.F.	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
14	ÁLCOOL GEL 70% . Álcool etílico hidratado em Gel na concentração de 70º INPM (70% em peso), indicado como antisséptico tópico, para ser usado na pele.	GALAO com 5 L	100	NP HAIR SOLUTI ONS	52,40	5.240,00
VALOR TOTAL R\$ 5.240,00						

ENDEREÇO PARA ENTREGA:

Toda entrega deverá ser programada pelo telefone: (11) 4616 – 4846.

Condomínio Boa Vista – Galpões 11 e 12 – Jd. Atalaia – Cotia/SP.

PORTARIA 1 – Rodovia Raposo Tavares, Km 36,7.

PORTARIA 2 – Estrada Boa Vista, 575

Horário Func. 2ª a 5ª Feira – 08:00 às 12:00 hs e das 13:00 às 16:00 hs.

DADOS PARA FATURAMENTO:

Av. Prof. Manuel José Pedroso, 1347 – Jardim Nomura – Cotia/SP – CEP: 06.717-100.

CNPJ 46.523.049/0001-20 / I.E: Isenta

Na emissão da nota fiscal obrigatoriamente deverá constar o nº do pedido, empenho e endereço. O não atendimento a essas normas ensejará a devolução da Nota Fiscal.

Cotia, 04 de setembro de 2.020.

Elaborado por:

Giseli Domingues
Compras e Licitações



42

PEDIDO Nº 586/2.020

DADOS EMPRESA

Razão Social: LE VIN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI.

CNPJ: 27.831.453/0001-16.

Endereço: R. Norberto, 127.

Bairro: Vl. Jovina

Cotia/SP

CEP: 06.705-170.

Telefone/email: (11) 2844-4558 / stokservicos@gmail.com

Contato: Diogo.

No Valor de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).

Objeto: FORNECIMENTO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL.

Prazo de Entrega: 15 (Quinze) dias corridos.

Empenho: 2.116/2.020

Modalidade: ARP 018/2.020 PP 025/2.020

Processo nº 12.944/2.020

Solicitado pelo Processo nº 16.251/2.020

Requisitante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Item ARP	DESCRIÇÃO	QTD.	U.F.	MARCA	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
12	Máscara de proteção facial. Especificações: Máscara confeccionada em tecido 100% poliéster, 380g/m², malha com fio liso externamente e lado interno em material felpudo para maior conforto do usuário, corte fio reto perfeito, iguais ambos os lados, costura frontal no meio da máscara, unissex, cor branco, higienizados a 200 graus, com logotipo impresso com alta qualidade, sem descoloração. Dimensões aproximadas: ponta a ponta modelo aberto de 38,5cm e altura de 14,5cm (0,5 cm para mais ou menos permitido). Sem elástico, com recortes laterais ajustáveis à orelha com aproximadamente 4,5cm x 6cm. As máscaras deverão ser acondicionadas em embalagens plásticas individuais seladas.	60.000	Unid.	Própria	1,20	72.000,00
VALOR TOTAL R\$ 72.000,00						

ENDEREÇO PARA ENTREGA:

Toda entrega deverá ser programada pelo telefone: (11) 4616 - 4846.

Condomínio Boa Vista - Galpões 11 e 12 - Jd. Atalaia - Cotia/SP.

PORTARIA 1 - Rodovia Raposo Tavares, Km 36,7.

PORTARIA 2 - Estrada Boa Vista, 575

Horário Func. 2ª a 5ª Feira - 08:00 às 12:00 hs e das 13:00 às 16:00 hs.

DADOS PARA FATURAMENTO:

Av. Prof. Manuel José Pedroso, 1347 - Jardim Nomura - Cotia/SP - CEP: 06.717-100.

CNPJ 46.523.049/0001-20 / I.E: Isenta

Na emissão da nota fiscal obrigatoriamente deverá constar o nº do pedido, empenho e endereço. O não atendimento a essas normas ensejará a devolução da Nota Fiscal.

Cotia, 10 de junho de 2.020.

Elaborado por:

Ricardo Timoteo de Oliveira
Setor de Compras e Licitações



43

PEDIDO Nº 652/ 2020

DADOS EMPRESA

Razão Social: SUPPORT COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI ME

CNPJ: 05.980.767/0001-48 I.E: 278.182.837.118

Endereço: Rua Frei Caneca, 39 – LJ. 05

Bairro: Granja Viana Cotia/SP CEP: 06.706-015

Telefone/e-mail: vanessa@neweducar.com.br (11) 4158-1009

Contato: Vanessa

No Valor de R\$ 17.480,00 (dezesete mil, quatrocentos e oitenta reais).

Objeto: Aquisição de Kit Inverno (Luvas, Gorros e Meias)

Prazo de entrega: 05 (cinco) dias

Empenho: 02227 e 02228/2020

Processo: 18.210/2020

Modalidade: DL nº 101/2020

Requisitante: Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Responsável: Luis Roberto Mastromauro

Item	Qtd.	U.F	Descrição	V. Unit.	V. Total
01	460	par	Luvas de inverno Malha de tricô de lã, acabamento nos punhos reforçados em malha canelada, malha com boa elasticidade e flexibilidade. Cores: Cinza, Preto e Bege Tamanho único (conforme amostra)	15,00	6.900,00
02	460	Unid.	Gorro de inverno Tricô de lã, aba dobrável permite que se regule a altura para a melhor proteção dos ouvidos. Composição: 100% poliéster Cores: Cinza, Preto e Bege Tamanho único (conforme amostra)	15,00	6.900,00
03	460	par	Meias de inverno Confeccionadas em malha macia e felpada, modelo cano alto com acabamento canelado. Composição: 99% Poliéster, 1% Elastano. Cores: Cinza, Preto e Bege Tamanho único (conforme amostra)	8,00	3.680,00
Valor Total R\$					17.480,00

Observação: Por gentileza, emitir uma Nota Fiscal para cada Empenho.

ENDEREÇO PARA ENTREGA:

Toda entrega deverá ser programada pelo telefone: (11) 4616 – 4846.

Estrada Boa Vista nº 575 – Condomínio Boa Vista – Cotia/ SP, Jd. Atalaia ,CEP 06701-475 (Galpões nº 11 e 12) ,

Horário Func. 2ª a 5ª Feira – 08:00 as 16:00 hs.

Q



PREFEITURA DE COTIA

Av. Prof. Manoel José Pedrosa, 1347 - Jardim Nomura - Cotia/SP - CEP: 06.717-100

44

PEDIDO Nº 0728/2020

DADOS EMPRESA

Razão Social: OMINI FERRAMENTARIA LTDA

CNPJ: 00.513.617/0001-67

Insc. Estadual: 114.188.425.112

Endereço: Rua Euclides Pacheco, 1831

Bairro: Vila Gomes Cardim

São Paulo / SP

CEP: 03321-001

Email: omini@omini.ferramentaria.com.br

Telefone: (11) 2295-4045 / 3232-1895

Contato: Clemente Pinto

No Valor de R\$ 10.695,00 (dez mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de totem para álcool gel com acionamento via pedal

Forma de Pagamento: Imediato

Prazo de entrega: 5 (cinco) dias úteis

Empenho: 02377/2020

P. Leilão: 2/061/20

Modalidade: DL nº 116/2020

Responsável: Luis Roberto Mastromauro

Responsável: Luis Roberto Mastromauro

Item	Qtd.	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1.	31	Totem para álcool gel com acionamento via pedal, personalizado com logo da Prefeitura, com recipiente para álcool gel mínimo de 1 litro (álcool gel não incluso)	345,00	10.695,00
			TOTAL R\$ 10.695,00	

ENDEREÇO PARA ENTREGA:

Endereço para entrega: Condomínio Boa Vista - Galpões "11 e 12" - Jd. Atalaia - Cotia/SP

PORTARIA 1 - Rodovia Raposo Tavares, KM 36,7

PORTARIA 2 - Estrada Boa Vista, 575

Toda entrega deverá ser programada pelo telefone: 4613-4846

Horário de atendimento: 2ª à 5ª feira das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 hs

DADOS PARA FATURAMENTO:

V. Prof. Manoel José Pedrosa, 1347 - Jardim Nomura - Cotia/SP - CEP: 06.717-100.

CNPJ 46.523.049/0001-20 / I.E. Isenta

Na emissão da nota fiscal obrigatoriamente deverá constar o nº do pedido, empenho e endereço. O não atendimento a essas normas ensejará a devolução da Nota Fiscal.

Cotia, 11 de agosto de 2020.

Elaborado por:

Marcelo Scatigna
Depto. De Compras e Licitações



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 1832/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00007172/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de outubro de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Certidão nº 1173/2020

PRM-OSC-SP-00007282/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Inquérito Civil nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007241/2020**, referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 890/2020** (etiquetas **PRM-OSC-SP-00006441/2020**).

Dessa forma, aguarda-se a resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037



Digital

MPF
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OSASCO
- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO
RUA DA SAUDADE
VILA OSASCO
OSASCO SP 06080-000

AR170019315VR



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

BH

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____:____h

2ª ____/____/____:____h

3ª ____/____/____:____h

ATENÇÃO:
Após a 3ª
tentativa,
deixar em
porta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
ENTREGADOR

66889110

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Warner das Graças

DATA ENTREGA

06/10/2020

Nº DOC. DE IDENTIDADE

56.268.773-7



Certidão nº 1183/2020

PRM-OSC-SP-00007306/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

Compulsando os autos, verifiquei que o prazo para conclusão da presente apuração encerrou-se em 22/09/2020. Em face do exposto, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Dr. Douglas Guilherme Fernandes, Procurador da República em Osasco.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente

Alberto Carlos Gomes

Matrícula 18037



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

DESPACHO

Considerando a certidão retro e a existência de pendências para o encerramento do feito, determino a prorrogação do presente Procedimento Preparatório, por mais 90 (noventa) dias, a partir de 22/09/2020, na forma do § 6º, do artigo 2º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, procedendo-se às anotações necessárias.

Osasco/SP, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Termo de Prorrogação

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.043.000257/2020-83

Data prevista de finalização:

21/12/2020 14:35

Usuário:

ALBERTO CARLOS GOMES

Data:

20/10/2020 21:15



Certidão nº 1312/2020
PRM-OSC-SP-00008020/2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Procedimento Preparatório – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em folhas seguintes, do **OFÍCIO nº 287/2020-MP-ega**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007751/2020**, encaminhado pela **Secretaria de Municipal de Assuntos Jurídicos de Embu das Artes**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 894/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente
Alberto Carlos Gomes
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 26/11/2020 17:35. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 8F747B12.07EDF7CC.677F0D47.C060CF61



Prefeitura do Município de Embu das Artes
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Embu das Artes, 10 de novembro de 2020.

Ofício nº 287/2020 – MP – ega

Ofício nº 894/2020

Ref. Procedimento Preparatório 1.34.043.000257/2020-83

Ao

Ministério Público Federal do Estado de São Paulo

Procuradoria da República no Município de Osasco

Excelentíssimo Promotor Doutor Douglas Guilherme Fernandes,

Em resposta ao Ofício nº 894/2020, encaminho a Vossa Excelência relatório anexo, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, a qual fornece as informações requeridas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ANIELLO DOS REIS PARZIALE
Secretário de Assuntos Jurídicos

ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 1



Foto 1. Local: CRAS Pinheirinho, em 27/05/2020.

FOTO 2



Foto 2. Local: CRAS Pinheirinho, em 27/05/2020.



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 3



Foto 3. Local: CRAS São Marcos, em 28/05/2020

FOTO 4



Foto 4. Local: CRAS São Marcos, em 28/05/2020



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 5



Foto 5. Local: CRAS Colégio, em 29/05/2020

FOTO 6



Foto 6. Local: CRAS Colégio, em 29/05/2020



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO**FOTO 7**

Foto 7. Local: CRAS Centro, em 01/06/2020 (A entrega foi no Banco Municipal de Alimentos)

FOTO 8

Foto 8. Local: CRAS Centro, em 01/06/2020 (A entrega foi no Banco Municipal de Alimentos)



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 9



Foto 9. Local: CRAS Nossa Senhora de Fátima, em 02 e 03/06/2020

FOTO 10



Foto 10. Local: CRAS Nossa Senhora de Fátima, em 02 e 03/06/2020



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 11



Foto 11. Local: CRAS Casa Branca, em 04 e 05/06/2020

FOTO 12



Foto 12. Local: CRAS Casa Branca, em 04 e 05/06/2020



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 13



Foto 13. Local: CRAS Vista Alegre em 08/06/2020

FOTO 14



Foto 14. Local: CRAS Vista Alegre em 08/06/2020



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 15



Foto 15. Local: CRAS Vazame/Valo Verde em 09 e 10/06/2020

FOTO 16



Foto 16. Local: CRAS Vazame/Valo Verde em 09 e 10/06/2020



ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 17



Foto 17. Local: CRAS Santo Eduardo/ Dom José em 11 e 12/06/2020

FOTO 18



Foto 18. Local: CRAS Santo Eduardo/ Dom José em 11 e 12/06/2020



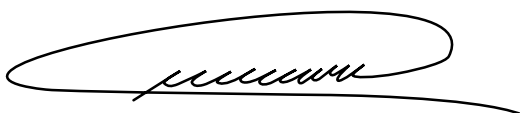
ANEXO III - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO

FOTO 19



Foto 19. Local: Centro POP em 04/06/2020

Embu das Artes, 14 de Setembro de 2020.



Paulo Silas Alvarenga de Melo
Secretário de Desenvolvimento Social
Embu das Artes - SP



Prefeitura do Município de Embu das Artes
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Embu das Artes, 10 de novembro de 2020.

Ofício nº 287/2020 – MP – ega

Ofício nº 894/2020

Ref. Procedimento Preparatório 1.34.043.000257/2020-83

Ao

Ministério Público Federal do Estado de São Paulo

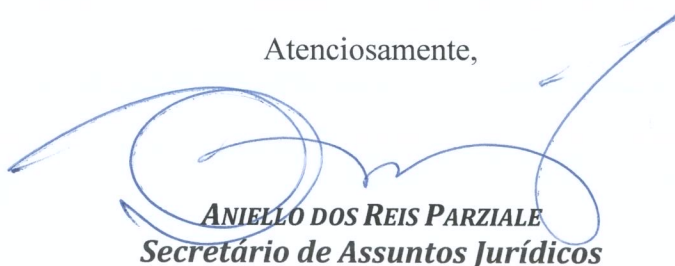
Procuradoria da República no Município de Osasco

Excelentíssimo Promotor Doutor Douglas Guilherme Fernandes,

Em resposta ao Ofício nº 894/2020, encaminho a Vossa Excelência relatório anexo, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, a qual fornece as informações requeridas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ANIELLO DOS REIS PARZIALE
Secretário de Assuntos Jurídicos

PLANO DE AÇÃO - Manual de Preenchimento

Para municípios e estados que aceitaram recursos federais para
executar Ações Socioassistenciais na forma do art. 5º da Portaria nº 369

Simone Jorge da Rocha Nunes
Diretora de Proteção Especial
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social

Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Assistência Social



MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Dados do termo de aceite

Abaixo estão listados os dados relativos ao termo preenchido.

Ente	Embu das Artes - 3515004
Meta aceita: Pessoas em Serviços Socioassistenciais	214
Valor aceito: Pessoas em Serviços Socioassistenciais	R\$ 513.600,00
Data do aceite	06/05/2020
Responsável pelo aceite	Paulo Silas Alvarenga de Melo

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Órgão Gestor

- **Complemento:** Sem complemento
- **Bairro:** Centro
- **Endereço: Ponto de Referência:** Sem ponto de referência
- **CEP:** 6804900
- **Município:** 3515004
- **UF:** 351500
- **E-mail:** vigilancia.social@embudasartes.sp.gov.br
- **DDD:** 11
- **Código original:** 53205
- **Fax:** Sem fax
- **Ramal:** Sem ramal
- **Telefone:** 47853583
- **Nome:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- **Endereço:** Andronico dos Prazeres Gonçalves
- **Endereço: Número:** 114

DADOS DE APROVAÇÃO DO CONSELHO

Dados de Aprovação do Conselho

- **Data de Reunião:** 2020-06-30 00:00:00
- **Numero da Ata:** 22
- **Numero da Resolução:** 03/2020 (10/07/2020)

1 Número de unidades

Meta Física: Número de Unidades

- Vagas implantadas: 1
- Unidades a Serem Implantadas: 2

2 Informe a quantidade de vagas disponíveis (ocupadas ou não) segundo as formas de oferta de alojamentos provisórios que foram implantadas/adaptadas diante da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19)

Alojamentos provisórios/ Abrigos Institucionais/ Casas de Passagem/ Residências Inclusivas

- Crianças e Adolescentes: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 25
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0
- Pessoas Idosas: 0

Casa-Lar

- Crianças e Adolescentes: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Pessoas Idosas: 0

Repúblicas

- Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 0
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0
- Pessoas Idosas: 0

Contratos de hospedagem

- Crianças e Adolescentes: 4
- Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento: 0
- Pessoas com Deficiência: 0
- Adultos e Famílias: População de Rua: 18
- Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados: 0
- Mulheres em situação de violência: 0

- **Pessoas Idosas:** 0

Moradias temporárias alugadas pela gestão municipal ou distrital

- **Crianças e Adolescentes:** 0
- **Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento:** 0
- **Pessoas com Deficiência:** 0
- **Adultos e Famílias: População de Rua:** 4
- **Adultos e Famílias: Imigrantes e/ou refugiados:** 0
- **Mulheres em situação de violência:** 0
- **Pessoas Idosas:** 0

3 Assinale com um X as ações socioassistenciais a serem realizadas diante da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19)

Oferta de alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população e evitem a propagação da COVID-19

- **Criança e Adolescentes acolhidas:** Não
- **Jovens egressos dos Serviços de Acolhimento acolhidos:** Não
- **Pessoas com deficiência (Residência Inclusiva) acolhidas:** Não
- **População de Rua acolhida:** Sim
- **População de Rua não institucionalizada:** Sim
- **Migrantes e/ou refugiados acolhidos:** Não
- **Migrantes e/ou Regugiados não institucionalizados:** Não
- **Mulheres em situação de violência:** Não
- **Pessoas Idosas:** Não
- **Outras Famílias em situação de vulnerabilidade social:** Não

Distribuição de alimentação e outros itens básicos a alojamentos provisórios geridos por Organizações da Sociedade Civil

- **Criança e Adolescentes acolhidas:** Não
- **Jovens egressos dos Serviços de Acolhimento acolhidos:** Não
- **Pessoas com deficiência (Residência Inclusiva) acolhidas:** Não
- **População de Rua acolhida:** Não
- **População de Rua não institucionalizada:** Não
- **Migrantes e/ou refugiados acolhidos:** Não
- **Migrantes e/ou Regugiados não institucionalizados:** Não
- **Mulheres em situação de violência:** Não
- **Pessoas Idosas:** Não
- **Outras Famílias em situação de vulnerabilidade social:** Não

4 Informe se o município irá utilizar os recursos para os seguintes fins

Realização de ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção da COVID-19 e disseminação do vírus

- **Irà usar o recurso para: Sim**

Provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes

- **Irà usar o recurso para: Sim**

Disponibilização meios de transporte para a locomoção das equipes de referência e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais

- **Irà usar o recurso para: Não**

Recursos humanos

- **Irà usar o recurso para: Não**

5 Listar os itens que serão adquiridos com o cofinanciamento federal

Equipamentos de Proteção Individual EPI

- **Valor Total Previsto: 0,00**

Suporte ao deslocamento (combustível, manutenção de veículos/embarcações, etc)

- **Valor Total Previsto: 0,00**

Conta de água, esgoto, luz, internet, e outras contas direcionadas a manutenção da unidade

- **Valor Total Previsto: 0,00**

Alimentação

- **Valor Total Previsto:** 42000,00

Locação de Imóveis

- **Valor Total Previsto:** 12000,00

Locação de Veículos

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Locação de outros materiais permanentes

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Aquisição de Bens de consumos (utensílios de cozinha, banheiro, materiais de limpeza, materiais de higienização, entre outros)

- **Valor Total Previsto:** 49880,48

Material para manutenção de imóveis e móveis

- **Valor Total Previsto:** 4834,05

Vestuário

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Contratação de PJ para fornecimento de serviços

- **Valor Total Previsto:** 355755,22

Pagamento de Pessoal

- **Valor Total Previsto:** 0,00

Outro(s), qual/quais?

- **Valor Total Previsto:** 0,00

6 Listar os itens que serão adquiridos com o cofinanciamento federal, conforme critérios estabelecidos de acordo com a previsões da Portaria nº 2.601, de 6 de novembro de 2018

Outro(s), qual/quais?

- **Valor Total Previsto:** 6501,90

Descrição: Outros, Qual?

- **Outro:** Utensílios gerais

Mobiliário

- **Valor Total Previsto:** 9824,25

Eletroeletrônicos (celulares, computadores, entre outros)

- **Valor Total Previsto:** 32804,10

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Responsável Pelo Preenchimento

- **Nome:** Paulo Silas Alvarenga de Melo
- **CPF:** 01045004847
- **Cargo:** Gestor
- **RH: Função:** Titular
- **E-mail:** vigilancia.social@embudasartes.sp.gov.br

**Plano de Contingência da Secretaria De Desenvolvimento Social
em Decorrência
Da Pandemia Causada Pela COVID – 19
2020**

Secretaria de Desenvolvimento Social
Embu das Artes - SP

Sumário:

- Identificação
- Apresentação
- Justificativa
- Histórico das medidas adotadas pela secretaria no período de março a junho de 2020
- Resumo dos atendimentos realizados de março até 27 de maio de 2020
- Dados do Município
- A Secretaria de Desenvolvimento Social
- Estratégias do Plano
 - Objetivo Geral
 - Objetivo Específico
 - Meta
 - Orçamento
 - Período de Execução
 - Monitoramento e Avaliação
 - Vigilância Socioassistencial
 - Estratégias/Ações
 - Sede da Secretaria de Desenvolvimento Social
 - Proteção Social Básica - PSB
 - Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV
 - Transferência de Renda e Benefícios Eventuais
 - Comunidades Tradicionais (Ciganos)
 - Gestão de Benefícios e Transferência de Renda
 - Setor de Cadastro
 - Proteção Social Especial – PSE
 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social – PSE
 - Centro Pop e Serviço de Acolhimento Institucional Para a Pessoa Em Situação de Rua
 - Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes
 - Centro Dia Para a Pessoa Com Deficiência
 - Centro De Quarentena Para Atendimento À População em Situação de Rua
 - Segurança Alimentar e Nutricional
 - Comunicação Social
 - Ativação e Desativação do Plano de contingência
 - Anexo I - Atualizações

Plano de Contingência da Secretaria De Desenvolvimento Social
em Decorância
Da Pandemia Causada Pela COVID – 19
2020

Identificação

Nome: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes
Secretaria de Desenvolvimento Social
Endereço: Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114 - Centro, Embu das Artes - SP, 06803-900
CNPJ: 46.523.114/0001-17
Secretário: Paulo Silas Alvarenga de Melo

Apresentação:

Este plano se trata de uma sistematização dos procedimentos que vêm sendo adotados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município para o enfrentamento da situação de “Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional” decorrente do novo coronavírus, sendo que, desde o dia 23 de março, a Secretaria vem adotando medidas para a reestruturação dos seus serviços de forma a atender às necessidades da população usuária do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

É importante destacar que este não é um documento estático e deverá ser revisado a cada mudança no cenário desenhado pela situação de pandemia instalada no país, estado e município. Sendo assim, é importante considerar que o mesmo poderá sofrer alteração/ adaptação à qualquer tempo, tendo em vista a qualificação do serviço prestado aos usuários do SUAS.

Justificativa:

Considerando os Marcos Legais:

- Portaria 63 de 30/04/2020 da Secretaria Nacional de Assistência Social;
- Portaria 369 de 29/04/2020 do Ministério da Cidadania;
- Portaria 368 de 29/04/2020 do Ministério da Cidadania;
- Portaria 58 de 15/04/2020 do Ministério da Cidadania;
- Portaria Conjunta SNAS e SGFT 1 de 02/04/2020;
- Portaria 54 de 10/04/2020 do Ministério da Cidadania;
- Portaria 54 de 01/04/2020 da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS que aprova recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do SUAS;
- Portaria 1 de 02/04/2020 Conjunta entre Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretária de Gestão de Fundos e Transferências – SGFT, que dispõe acerca da utilização de recursos de Cofinanciamento Federal para atendimento à demandas emergenciais de enfrentamento ao COVID – 19 no âmbito

- Portaria 337 de 24/03/2020 do Ministério da Cidadania – Medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública pela Assistência Social;
- Medida Provisória 926 de 20/03/2020;
- Portaria 335 de 20/03/2020 do Ministério da Cidadania – CadÚnico e o Programa bolsa Família – PBF;
- Portaria 330 de 18/03/2020 do Ministério da Cidadania – CadÚnico e Benefício de Prestação Continuada – BPC do SUAS;
- Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- Resolução 313, de 19 de março de 2020 – Conselho Nacional de Justiça;
- Resolução 33 do CNAS, de 12/12/ 2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS);
- Resolução 109, de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
- Decreto Municipal nº 1.946 de 16/03/20, que declarou Situação de Emergência e Calamidade em Saúde Pública no município, bem como o Decreto 1987/2020 de 15 de junho de 2020, que regulamentou, nos termos do Decreto Estadual nº 64.994 de 28 de maio de 2020, normas para o funcionamento "parcial" de estabelecimentos de comércios e de serviços no município (fase laranja), verifica – se que o município, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social vem tomando todas as medidas cabíveis no sentido de garantir aos usuários dos serviços do SUAS, bem como àqueles que dele precisam, seu acesso de forma ágil e segura.

Ainda assim, os desdobramentos sociais impostos pela Covid-19 aumentaram significativamente as demandas por serviços socioassistenciais, não só da população já identificada como situação de vulnerabilidade, mas também de um novo grupo de munícipes que nunca acessaram os serviços da assistência social impulsionados pelo desemprego e demais fragilidades que surgiram em decorrência do isolamento social.

Diante deste cenário, o governo municipal por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, adotou estratégias, tendo como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Em Embu das Artes, os equipamentos e serviços da Proteção Social Básica (CRAS – Centro de Referência de Assistência Social) e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social) adotaram as devidas medidas de proteção e permaneceram em funcionamento desde a publicação do Decreto Municipal nº 1.946 de 16/03/20, que declarou Situação de Emergência e Calamidade em Saúde Pública no município.

Desta forma, a Secretaria de Desenvolvimento Social, na condição de serviço essencial, tem adotado as medidas preventivas sugeridas pelo *Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Covid-19* com o objetivo de continuar oferecendo proteção social e amplo acesso aos direitos sociais para a população que mais necessita, bem como buscando redefinir suas frentes e estratégias de atuação para atender às necessidades mais urgentes da população neste período de crise na saúde pública, sem ampliar os riscos de contágio da doença.

As ações vêm se desenvolvendo, desde então, por meio do fortalecimento da rede (própria e

parceirizada) pré – existentes.

Histórico de medidas adotadas pela Secretaria de Março a Junho de 2020

Para atender a população e garantir medidas de proteção e prevenção ao COVID-19, desde o dia 23 de março, a Secretaria de Desenvolvimento Social adotou estratégias a fim de garantir o atendimento aos munícipes. Para aqueles serviços ofertados pelo CRAS e CREAS, a Secretaria disponibilizou aos munícipes contatos de “WhatsApp” para cada unidade de CRAS (existem 9 no município), bem como para o CREAS, sendo que até o dia 27 de maio foram atendidas **33.831** solicitações na Proteção Social Básica - PSB e **15.119** na Proteção Social Especial - PSE. Considerando a ocorrência e a necessidade de proporcionar atendimento às emergenciais, foram organizadas equipes que realizaram plantões diariamente na sede da Prefeitura, bem como no CREAS.

A nova modalidade de atendimento foi divulgada: nos territórios, entre as lideranças locais nas redes sociais e por meio de cartazes fixados nas entradas dos equipamentos.

Os usuários do SUAS que entraram em contato receberam informações sobre o funcionamento dos serviços; as equipes em plantão também avaliaram as situações prioritárias e caso necessário realizaram agendamento para atendimento presencial na sede da prefeitura, no CREAS ou atendimento em domicílio.

Os motivos pela procura de atendimento foram diversos: Informações sobre o Programa Bolsa Família; CadÚnico (bloqueios, desbloqueios e suspensões de benefícios); Auxílio Emergencial do Governo Federal; Orientações sobre auxílio natalidades e demais benefícios eventuais, Informações sobre o Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, além daqueles relacionados às especificidades do atendimento da PSE.

A atualização destas informações era realizada diariamente pelos coordenadores das unidades.

Cabe destacar que as famílias acompanhadas pelo PAIF e PAEFI, durante a pandemia, permaneceram sendo monitoradas pelas equipes.

A Secretaria de Desenvolvimento Social atuou por meio de diversas ações visando diminuir os impactos da pandemia junto à população e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional integra o sistema de proteção social municipal.

Seguindo as orientações do Ministério da Cidadania, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, bem como da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, as atividades coletivas foram suspensas, sendo: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Atividades do Centro Dia para atendimento da Pessoa com Deficiência, reuniões de condicionalidades e outros temas, grupos de trabalhos, entre outros. Outros serviços como Centro POP, Abrigo para atendimento à população em situação de rua, equipe de abordagem e acolhimento institucional para crianças e adolescentes mantiveram o atendimento de forma regular. Aqui ressaltamos que durante este período de quarentena foram efetivadas 02 adoções, sendo que a finalização dos processos de aproximação se deu de forma virtual. Outra estratégia desenvolvida pela Secretaria, foi o acompanhamento remoto dos idosos e pessoas com deficiência atendidos pelos serviços ofertados no CREAS, com ênfase nas questões relacionadas à violência bem como a insegurança alimentar.

Considerando também a importância da realização de campanhas de combate à violência doméstica e da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, a secretaria promoveu encontros virtuais com palestras cujos conteúdos estavam relacionados a estas temáticas.

Outra medida bastante importante adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Social foi a implantação de um Centro de Quarentena para atender às pessoas que vivem em situação de rua que, por motivo de apresentarem sintomas relacionados ao contágio pela Covid – 19, não devem acessar, por medida de precaução em saúde, o serviço do Centro Pop e/ou Albergue.

Resumo dos atendimentos realizados até 27 de maio/2020:

Volume Geral de Atendimentos – WhatsApp

Serviço	Quantidade	Período
Proteção Social Básica	33.831	23/03/2020 à 27/05/2020
Proteção Social Especial	15.119	23/03/2020 à 27/05/2020

Volume Geral de Atendimentos

Serviço	Quantidade	Período
Cestas de Alimentos (*)	7.624	23/03/2020 à 26/05/2020

Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes
Estado de São Paulo
Secretaria de Desenvolvimento Social



Cestas de Alimentos Emergenciais (*)	909	23/03/2020 à 26/05/2020
Banca Solidária	1.373	23/03/2020 à 26/05/2020
Restaurante Popular	12.586	23/03/2020 à 26/05/2020
Cafés da Manhã	917	23/03/2020 à 26/05/2020

* Não estão computadas as Cestas do Programa Estadual “Alimento Solidário”:

No dia 27/05 o município iniciou a entrega de 15.166 cestas de alimentos do Programa Estadual “Alimento Solidário” à população mais vulnerável do município. As entregas foram programadas para ocorrer até o dia 30 de junho.

O montante total dos valores despendidos na adoção das medidas sociais de combate ao COVID - 19, até 31 de maio foi de **R\$ 97.337,86** sendo: R\$ 88.358,46 referente à despesas identificadas com o código do COVID – 19 e R\$ 9.180,00 referente à despesas efetuadas antes da definição do Código específico para COVID – 19 (Código 312)

(Observação: valor empenhado)

Dados do Município:

Caracterização do Território

O município Estância Turística de Embu das Artes localiza – se na Sub – região Oeste da região Metropolitana de São Paulo, distando 27 km da Praça da Sé - marco central da Capital Paulista. Conta com área de 70,39 km²; a densidade demográfica corresponde a 3.590,41 habitantes por km² e o grau de urbanização é de 100%.

O município tem um perímetro com extensão total de 45,60 km, subdividido na seguintes confrontações: Taboão da Serra, a noroeste (6,95 km); Itapeverica da Serra, ao sul (12km); Cotia, a sudoeste, oeste e norte (20,95 Km); São Paulo, a leste (5,70 km).

Enquanto unidade administrativa, foi criado em 31/12/1958, pela Lei Estadual nº 5.121. Quando da apreciação pelo Legislativo, este diploma legal passa a designar – se Lei Estadual 5.285 de 18/02/1959.

Foi emancipado em 18/02/1959 e elevou – se à categoria de Estância Turística por meio da Lei Estadual nº 2.161 de 12/11/1979. Em 06/09/2011, por meio de Lei Estadual nº 14.537, o município passou a ser chamado de Embu das Artes. A mudança se deu após a realização de um plebiscito cujo processo foi iniciado em 2009, a partir de abaixo assinado, e levou 117.409 pessoas às urnas em maio de 2011. Cerca

de 66,48 % dos eleitores optaram por **Embu das Artes**. A comarca é da Estância Turística de Embu das Artes e comemora seu aniversário em 18 de fevereiro.

Embu das Artes conta com área de manancial em 40 km² do território municipal, ou seja, 59% de seu território localiza – se em áreas de proteção aos mananciais (*Fonte: Sumário de Dados 1994 – Emplasa*).

O município localiza – se em latitude sul 23° 39’ 05”; longitude oeste 46° 51’ 05; altitude máxima 936,0 m e mínima 736,0 m e amplitude topográfica de 200 m. As atividades econômicas caracterizam – se pela indústria, agricultura, turismo, comércio e logística.

Na cidade existe o Conjunto Jesuítico Nossa Senhora do Rosário, construção exuberante, que foi tombada como Patrimônio Histórico (SPHAN, 1939).

Dados sobre a População:

Segundo dados do IBGE, em 2010 Embu das Artes contava com uma população de 240.230 habitantes. Já em 2019 esta população foi estimada em 273.726 habitantes. O município apresenta densidade demográfica de 3.412,89 e código de município: 3515004. Embuense das Artes é o gentílico dos nascidos na cidade. Já o Prefeito é o senhor Claudinei Alves dos Santos.

Fonte: IBGE Cidades/2020

➤ **Dados Sociodemográficos:**

Segundo dados do IBGE, Embu das Artes apresentava em 2019 uma população estimada de 273.726 habitantes.

Índice de Desenvolvimento Humano:

- ✓ IDH – Municipal – 0,761 (alto)
- ✓ IDH de Educação: 0,676 (médio)
- ✓ IDH Longevidade: 0,839 (muito alto)

- ✓ IDH Renda: 0,700 (médio para alto)

Índice de Vulnerabilidade Social

- ✓ IVS: 0,315
- ✓ IVS Infra estrutura urbana: 0,407
- ✓ IVS Capital humano: 0,268

✓ IVS Renda e trabalho: 0,270

✓ Prosperidade Social : Alto

IDI: 0,576% (médio)

✓ Classificação no Estado: 345

✓ Classificação Nacional: 897

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010)

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS

Pertence ao grupo 03 – vulnerabilidade baixa

✓ Baixíssimo: 0,0 %

✓ Muito Baixa: 9,9 %

✓ Baixa: 32,1 %

✓ Média: 23,5%

✓ Alta: 23,5%

✓ Muito alta: 11,1%

Fonte SEADE – ano de referência

Índice Paulista de Responsabilidade Social:

✓ Classificação: Desiguais

Fonte SEADE IPRS 2019 (<http://www.iprs.seade.gov.br>)

Mais informações:

- Número de famílias cadastradas no CADÚNICO: 36.046 (Jan/2020);

- Número de famílias cadastradas no CADÚNICO inseridas no Programa Bolsa Família: 13.601 (Jan/2020)

- Número de Crianças com idade de 0 a 12 anos inseridas no Programa Bolsa Família: 23.931 (Jan/2020);

- Número de Adolescentes com idade de 13 a 17 anos inseridas no Programa Bolsa Família: 9.008 (Jan/2020);

- Número de famílias cadastradas no CADÚNICO, inseridas no Programa Bolsa Família em situação de Extrema Pobreza (BSP): 5.696 pessoas
- Número de Crianças com idade de 0 a 12 anos inseridas no Programa Bolsa Família – Extrema Pobreza: 3.332 (Jan/2020);
- Número de Adolescentes com idade de 13 a 17 anos, inseridos no Programa Bolsa Família – Extrema Pobreza: 482 (Jan/2020);
- Número de famílias inseridas no Programa Estadual Renda Cidadã: 225 (Jan/2020);
- Número de adolescentes inseridos no Programa Estadual Ação Jovem: 32 (Jan/2020);
- Número de beneficiários do BPC deficiente: 2.600 pessoas
- Número de beneficiários do BPC escola: 642 pessoas
- Número de beneficiários do BPC escola (0 a 17 anos): 459 crianças e adolescentes.

A Secretaria de Desenvolvimento Social:

A Secretaria de Desenvolvimento Social de Embu das Artes está situada na Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro, dentro do Paço Municipal e está estruturada da seguinte maneira:

- **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:**

- a. Fazem a gestão dos Benefícios Eventuais;
- b. 09 unidades de CRAS além de um anexo ao CRAS Centro em Itatuba; (Executa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; fazem encaminhamentos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; e executam o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos)
- c. 04 unidades referenciadas que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento De Vínculos por meio de Termo de Colaboração estabelecido.

- **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**
Média Complexidade:

- a) 1 CREAS (a unidade executa os serviços de: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas Famílias);
- b) 1 Centro Dia para Pessoa com Deficiência (executa o Serviço de Proteção Social

<p>Especial para Pessoas com deficiências e suas Famílias)</p> <ul style="list-style-type: none">c) 1 Unidade Referenciada para atendimento a adultos autistas por meio de Termo de Colaboração estabelecidod) 1 Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP);e) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);f) Defesa Civil <p>Alta Complexidade:</p> <ul style="list-style-type: none">a) 2 unidades referenciadas que prestam o Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (abrigos);b) 1 Serviço de Acolhimento Familiar;c) 1 Abrigo Institucional para a População em Situação de Rua.
<ul style="list-style-type: none">• SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL<ul style="list-style-type: none">a) 01 Restaurante popular (a unidade fornece alimentação saudável, balanceada e de qualidade por um preço acessível) - café da manhã e almoço.b) 01 Banco Municipal de Alimentos (a unidade faz a captação e distribuição de alimentos à população mais vulnerável cadastrada pelas unidades de CRAS)
<ul style="list-style-type: none">• VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL<ul style="list-style-type: none">a) Produção, sistematização e disseminação de informações territorializadas;b) Área de gestão da informação, dedicada a apoiar as atividades de planejamento, de supervisão e de execução dos serviços socioassistenciais por meio do provimento de dados, indicadores e análises.
<ul style="list-style-type: none">• ARTICULAÇÃO REDE<ul style="list-style-type: none">a) Relacionamento com os entes estadual e federal;b) Articulação intersetorialc) Articulação junto às organizações do Terceiro Setor que já são parceiras, bem como aquelas existentes nos territórios;d) Articulação junto às entidades Privadas e Públicas, Universidades e Empresas (potenciais parceiras nos vários territórios)e) Acompanhamento e suporte técnico às instancias de Controle Social;f) Articulação junto ao Legislativo (informes, leis, entre outros);g) Captação de recursos/capacitações (universidades, organismos internacionais, entre outros);h) Suporte às instâncias de Controle Social.
<ul style="list-style-type: none">• GESTÃO FINANCEIRA<ul style="list-style-type: none">a) Setor responsável por fazer a gestão dos recursos financeiros disponíveis para as ações da secretaria (desde o planejamento da peça orçamentária, até a execução dos empenhos realizados).

<ul style="list-style-type: none">• GESTÃO DE PESSOAS<ul style="list-style-type: none">a) Relacionamento com a Secretaria de Gestão de Pessoas;b) Frequência de Funcionários;c) Gerência assuntos relacionado aos servidores lotados na secretaria;d) Educação permanente.
<ul style="list-style-type: none">• Gestão DE BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA<ul style="list-style-type: none">a) 09 unidades de Central de Cadastro Único (realizam e atualizam o Cadastro Único nos territórios);b) 01 Setor de Gestão de Cadastros, responsável pela gestão do Cadastro Único dentro do município
<ul style="list-style-type: none">• GESTÃO/CONTROLE DE SUPRIMENTOS<ul style="list-style-type: none">a) Supervisão do Almoxarifado (entrada e saída dos insumos, bem como seu armazenamento);b) Supervisão de bens patrimoniais e móveis;c) Manutenção corretiva e preventiva (imóveis e veículos);d) Apoio aos equipamentos.
<ul style="list-style-type: none">• GESTÃO ADMINISTRATIVA<ul style="list-style-type: none">a) Expediente da Secretaria;b) Expediente do Secretário;c) Relacionamento com a Secretaria de tecnologia e Comunicação
<ul style="list-style-type: none">• OUTROS ÓRGÃOS Secretaria Executiva (apoio técnico aos conselhos); Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI; Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR (a ser eleito); Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD (a ser eleito) Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CMSAN; Conselho Municipal dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – CMPTMA (a ser eleito); Fundo Social de Solidariedade (parceiro)

Para a operacionalização desta estrutura, a Secretaria conta com 252 colaboradores, sendo: 156 concursados; 28 comissionados; 40 bolsistas do Programa Municipal Frente de Trabalho e 28 estagiários.

Além do reforço da estrutura já em funcionamento anteriormente ao advento da pandemia, medidas

emergenciais foram e continuam sendo tomadas para conter o agravamento do quadro social, que ocorre na medida em que o contágio pela Covid-19 avança pelo estado de São Paulo.

Estratégias do Plano

Objetivo Geral:

Fomentar a capacidade de resposta do Município no enfrentamento de ações que comprometam o fluxo habitual da oferta de serviços, programas e projetos socioassistenciais, como, por exemplo, coronavírus, visando a reduzir a incidência e a interrupção da transmissão local do vírus, assim como evitar a desproteção dos usuários do Sistema Único de Assistência Social.

Objetivos Específicos:

- Subsidiar com informações referente às políticas públicas de assistência social o comitê de crise no âmbito do Município;
- Articular e integrar as três esferas da gestão da Política de Assistência Social;
- Articular e integrar o controle à participação social nas ações previstas no Plano de Contingência da Secretaria;
- Garantir a cobertura de serviços, programas e projetos socioassistenciais;
- Garantir as ações integradas com as demais políticas públicas por meio da vigilância socioassistencial e da Diretoria de Articulação Rede;
- Remanejar profissionais, capacitar equipes de referência e demais profissionais do SUAS;
- Garantir informação à população usuária do SUAS;
- Realizar o monitoramento das ações;
- Garantir a supervisão e o apoio técnico integrado de implementação do Planos, visando à efetividade e à sustentabilidade das ações;

Metas

Viabilizar garantia do acesso a serviços, programas e projetos socioassistenciais, visando à garantia da proteção social.

Orçamento

- Orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social – manutenção dos serviços, programas e projetos socioassistenciais (municipal, estadual e federal);

- Recurso destinado ao município pelo Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Assistência Social por meio da Portaria 369 de 20/04/2020, sendo a utilização do mesmo para ações de combate ao COVID – 19;

PROGRAMA	VALOR TOTAL DESTINADO AO MUNICÍPIO
1. AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA EPI (03 meses)	R\$ 78.750,00
2. AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA ALIMENTOS (06 meses)	R\$ 75.900,00
3. AÇÕES DO COVID NO SUAS PARA ACOLHIMENTO (06 meses)	R\$ 513.600,00

Tabela 1 QUADRO-RESUMO DOS VALORES DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES - SP.

- Recurso destinado ao município pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS, por meio da Resolução 17 de 19/06/2020, sendo a utilização do mesmo para ações de combate ao COVID – 19 (recursos financeiros e materiais);

INSUMOS MATERIAIS	QUANTIDADE
Cama de solteiro	20 unidades
Colchão de solteiro	20 unidades
RECURSOS FINANCEIROS	
R\$ 10.000,00 (dez mil reais)	

- Doações de recursos financeiros (se houver) de pessoa física ou jurídica;

- Doações de insumos materiais recebidos por doação de pessoa física ou jurídica.

Período de execução

O plano será executado enquanto o quadro de pandemia/adversidade estiver instalado e reconhecido pela Organização Mundial de Saúde.

Monitoramento e avaliação

O Plano será acompanhado pelas Diretorias da Secretaria de Desenvolvimento Social, com participação do gestor municipal da pasta, que fará o monitoramento e as adequações necessárias durante todo o período de execução.

O monitoramento das ações será realizado com base nas informações disponibilizadas ao setor da Vigilância Socioassistencial, considerando os instrumentais já disponíveis para esta ação, bem como o período de referência para a análise.

A análise das informações deverá ocorrer mensalmente, ocasião em que serão avaliados os resultados alcançados e tomadas as decisões necessárias.

Vigilância Socioassistencial

Caberá ao setor da vigilância:

- Sistematizar os registros dos atendimentos realizados no período em que perdurar a pandemia;
- Mapear as áreas com maior demanda dos serviços socioassistenciais, considerando o volume de atendimento por região de CRAS a partir dos dados registrados diariamente;
- Indicar aos serviços da secretaria quais são os territórios de maior vulnerabilidade, considerando as áreas com maiores demandas por serviço de acordo com os dados cadastrados diariamente;
- Monitorar o nível de satisfação dos munícipes referente aos serviços prestados pelas unidades (pesquisa por amostragem/ enquête);
- Articulação junto aos setor da vigilância em saúde a fim de alinhar informações, protocolos e procedimentos.

Estratégias/ações

Sede da Secretaria de Desenvolvimento Social:

Fica determinado que:

- I. A Secretaria e suas unidades de atendimento permanecerão funcionando de segunda a sexta – feira com expediente interno das 8:00 às 17:00 horas com atendimento ao público das 10:00 as 15:00 horas, conforme orientação da administração pública, observando as orientações e protocolos de saúde e higiene. A fim de evitar aglomerações, nas situações que forem possíveis, as equipes da Secretaria organizarão agendas de atendimento.
- II. Fica determinado a modalidade de “teletrabalho” aos profissionais com mais de 60 anos ou portadores de doença imunodepressora (Resolução SEDS 7, de 17/03/2020)
O Cumprimento desse item fica sujeito a apreciação e regras da Secretaria de Gestão de Pessoas.
- III. Cada setor da secretaria deverá organizar suas equipes para atuação em regime de plantão, garantindo assim o atendimento e bom funcionamento da secretaria.
- IV. Considerando a necessidade e importância de se manter o distanciamento social e de se promover a conscientização dos munícipes sobre a importância destes evitarem espaços com a

circulação de várias pessoas bem como aglomerações, evitando assim o contágio e a disseminação do vírus - COVID – 19, a Secretaria disponibilizou para as unidades de CRAS, CREAS aparelhos tipo Tablet, com acesso a internet, possibilitando assim o atendimento remoto via “WhatsApp”. O aplicativo possibilitará a orientação dos munícipes acerca dos serviços socioassistenciais, triagem das situações urgentes e emergentes, realização de agendamentos, e ainda prestar orientações sobre a prevenção ao COVID – 19.

- V. A Secretaria de Desenvolvimento Social disponibilizará aos funcionários, tanto da sede quanto das unidades, sempre que necessário, os EPI's a serem utilizadas durante a permanência no local de trabalho, bem como nas ações realizadas pela Secretaria. Os EPI's fornecidos serão: máscaras, luvas, avental e toucas descartáveis, álcool gel 70% e máscara acrílica.
- VI. É obrigatório o uso de máscaras de proteção nos equipamentos em todas as unidades de assistência social, conforme Lei Municipal 3.169 de 29/04/2020.
- VII. A contratação dos serviços de “SMS e Chatbot” a fim de dinamizar a comunicação com os usuários dos serviços dos SUAS.
- VIII. Adequação dos espaços nas unidades a fim de garantir as recomendações de saúde, considerando o distanciamento mínimo e seguro entre as pessoas presentes nas unidades.
- IX. Em caso de recebimento de outro lote de cestas de alimentos do Programa Alimento Solidário, sejam tomadas as providências necessárias para armazenamento e distribuição das mesmas com segurança e agilidade.

Proteção Social Básica – PSB :

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS:

Fica determinado:

- I. Reabertura das unidades de CRAS;
- II. Que as equipes se organizarão para o trabalho em sistema de plantões, garantindo à população atendimento técnico, bem como aqueles relacionados ao Cadastro Único;
- III. Que as visitas domiciliares somente serão realizadas naquelas situações onde sejam identificadas situações de urgência e/ou emergência;
- IV. Ficam suspensas as atividades coletivas, tais como reuniões de acolhimento, condicionalidade e acompanhamento.
 - a) Ficam as unidades autorizadas a organizar grupos de “WhatsApp” a fim de realizar, ainda que remotamente, o acompanhamento familiar, a acolhida, bem como para a organização de grupos PAIF.

- V. Que o atendimento para realização e atualização do Cadastro Único se dará mediante agendamento prévio, priorizando aqueles atendimentos relacionados ao Benefício de Prestação Continuada.
- VI. Que as unidades disponibilizem os contatos telefônicos e *e-mails* da unidade para que os usuários estejam informados, bem como para Cadastro Único, Benefícios Eventuais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF);

Serviço de Convivência e Fortalecimento De Vínculos – SCFV

Fica determinado:

- I. Seguindo as orientações do Ministério da Cidadania, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, bem como da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, ficam suspensas as atividades coletivas do SCFV.
- II. Que as organizações que executam o SCFV façam a readequação de seus Planos de Trabalho/2020, considerando o objeto pactuado no Termo de Colaboração, bem como as necessidades que surgiram em decorrência da medida de isolamento social aplicada.
- III. Que sejam mantidos os repasses financeiros, conforme estabelecido no Termo de Colaboração, estando este sujeito à disponibilidade dos recursos no cofre público, bem como à regularidade da prestação de contas apresentada.
- IV. Que as prestações de contas sejam apresentadas ao setor de Convênios da Secretaria dentro da periodicidade estabelecida no Termo de Colaboração;
- V. Que as ações executadas no SCFC sejam acompanhadas e monitoradas, ainda que remotamente, pelo técnico de referência designado para o serviço.

Transferência de Renda e Benefícios Eventuais

Fica determinado:

- Manutenção dos Programas de Transferência de Renda:
 - 1. Governo Federal, por meio do Programa Bolsa Família e Auxílio Emergencial;
 - 2. Governo Estadual, por meio dos Programas Renda Cidadã e Jovem Cidadão.
- Manutenção dos Benefícios Eventuais:
 - 1. Governo Municipal: Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral e Inclusão no Programa de Segurança Alimentar

Auxílio Natalidade:

Fica determinado:

- I. A concessão deste benefício seja efetuada mediante avaliação técnica, bem como a disponibilidade dos insumos no almoxarifado da Secretaria.

Auxílio Funeral:

Fica determinado:

- I. Que a Secretaria manterá atendimento diário para a cobertura do auxílio funeral sendo: de segunda a sexta – feira das 8:00 as 17:00 horas nas unidades de CRAS e após as 17:00 horas, de segunda a domingo, com atendimento no CRAS Centro realizado por técnico de plantão. Aos finais de semana o atendimento diurno será realizado no CRAS Centro por um técnico de plantão.

Inclusão no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional:

- I. A concessão deste benefício seja efetuada mediante avaliação técnica, bem como a disponibilidade dos insumos no Banco Municipal de Alimentos.

Comunidades Tradicionais (ciganos):

Fica determinado:

- I. Que a unidade de CRAS de referência faça a articulação junto a liderança do grupo a fim de identificar e encaminhar as necessidades apontadas pelos mesmos (segurança alimentar, acesso aos benefícios sociais, entre outros, além de orientações relacionadas à prevenção ao Covid – 19).

Gestão de Benefícios e Transferência de Renda:

Setor de Cadastro:

Fica determinado:

- I. Que o setor de cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Social prestará suporte técnico nos assuntos relacionados ao Cadastro Único, visando agilizar o atendimento prestado nas unidades, bem como na sede.

- II. Que se mantenha atualizados os dados referentes a número de pessoas cadastradas no CadÚnico, beneficiários do Programa Bolsa Família, famílias em situação de extrema pobreza, entre outros.

Proteção Social Especial - PSE:

Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS:

Fica determinado:

- I. Que para reduzir riscos e limitar a circulação, os trabalhadores estarão no esquema de rodízio.
 - a – Que será priorizado o teletrabalho e o atendimento presencial acontecerá apenas nos casos urgentes, com prévio agendamento;
 - b – Que a unidade funcionará para atendimento ao público em horário reduzido, das 10h às 15h e organizando a equipe para evitar aglomerações.
 - c - Considerando que cada atendimento dura em media 1h30 e afim de evitar aglomeração na recepção, cada técnico atenderá até dois casos por dia, sendo: I técnico atendendo as 9h30 e as 11h00 e o segundo 11h30 e as 13h00; dando tempo necessário para a higienização do ambiente após o uso. Considerando que alguns casos se apresentam com diversas demandas e podem extrapolar o tempo demarcado de atendimento, a continuidade poderá ser realizada por videochamda ou telefone para complementação de dados ou orientações.
 - d – Que deverá ser priorizado os atendimentos nas salas que possuam janela.
- II. Visitas domiciliares – serão realizadas em casos de extrema urgência e após avaliação técnica, onde existam indícios de situação de risco.
- III. Que a unidade designará profissional específico para atender/ direcionar as demandas oriundas do aplicativo “WhatsApp”.

Observação: unidade possui plano de contingência específico

Centro Pop e Serviço de Acolhimento Institucional à Pessoa em situação de rua:

Fica determinado que:

- I. Cumprimentos que envolvam contato físico (aperto de mão, abraço ou beijo no rosto) devem ser evitados;
- II. Ficam suspensas totalmente as atividades coletivas;
- III. Ficam mantidos os atendimentos individuais e os encaminhamentos possíveis;
- IV. Ficam suspensas as visitas, sendo priorizado o telefone para contato social dos usuários;
- V. A higienização do espaço deve ser intensificada, com especial atenção para maçanetas;
- VI. Todas as janelas devem permanecer abertas durante o dia e, quando possível, também a noite para garantir a ventilação e circulação do ar;

- VII. Será realizado monitoramento semanal dos trabalhadores e usuários quanto a apresentação de sintomas de infecção por Covid 19.
- a) O monitoramento será realizado pela equipe técnica, preferencialmente as segundas.
- VIII. É dever de todos os trabalhadores orientar os usuários quanto a:
- a) Evitar aglomeração de pessoas;
- b) Lavar as mãos com água e sabão, de forma correta;
- c) Cobrir a boca e nariz com o antebraço ao espirrar ou tossir;
- IX. Fica suspenso o empréstimo de toalhas, sendo adotado o fornecimento definitivo do item para uso pessoal;
- X. Todos os trabalhadores devem permanecer atentos ao estado emocional e de saúde dos usuários, informando a equipe técnica qualquer suspeita ou alteração, para adoção do manejo ou medidas cabíveis. Atenção especial deve ser dada aos:
- Idosos;
 - Deficientes;
 - Diabéticos;
 - Doentes vasculares, com problemas respiratórios ou em tratamento de câncer ou outra doença imunodepressora.
- XI. Cabe a equipe técnica identificar pessoas neste grupo e apontar aos demais trabalhadores para cumprimento dessa determinação (ver livro relatório);
- XII. Os usuários devem evitar deslocamentos desnecessários e que possam os colocar em risco, sendo orientados quanto ao caráter passageiro das medidas de isolamento e da necessidade delas no momento.
- XIII. Em hipótese alguma o usuário será mantido no equipamento contra sua vontade, mas devem-se esgotar as tentativas de convencimento pela permanência.
- Os argumentos devem englobar os riscos provocados pela pandemia e a responsabilidade do usuário com o grupo, ficando vetado qualquer tipo de constrangimento que possa ser interpretado como ameaça física ou psicológica.
- XIV. Fica suspenso o critério de número de faltas para se considerar abandono do acolhimento ou atendimento previsto no Regimento interno, adotando-se temporariamente uma única falta como abandono, no qual o retorno do usuário aos serviços deve ser avaliado pela equipe técnica.
- XV. A lotação máxima no refeitório passa a ser de 09 pessoas, que devem utilizar os assentos sinalizados como de uso livre.
- Os assentos que não devem ser utilizados a fim de garantir distanciamento seguro entre os usuários deverão ser sinalizados com um "X".
- XVI. Todo usuário que apresentar sintomas compatíveis com infecção por Covid 19 deverá ser imediatamente direcionado aos serviços de saúde e posteriormente, mantido em quarentena no Centro e Quarentena para População em Situação de Rua, até que cessado o risco de infecção.
- XVII. Sempre que possível, os usuários elegerão uma única pessoa para realizar atividades externas a todo grupo, como compras ou outras pequenas tarefas que possam ser realizadas por terceiros.

Observação: unidade possui plano de contingência específico

Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:

Serviço de execução indireta via Termo de Colaboração, sendo as instituições: Centro Educacional a Criança e ao Adolescente – CECA e Lar Batista de Criança.

Observação: fora elaborado um plano de contingência específico que vem sendo executado pelas unidades de acolhimento, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde e Ministério Público, além de resoluções da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS.

Centro Dia para Atendimento À Pessoa Com Deficiência:

Execução direta: fica determinado:

- I. Suspensão das atividades coletivas;
- II. Acompanhamento remoto da famílias atendidas pelo serviço;
- III. Realização de visita domiciliar quando for detectada situação de urgência/emergência

Execução Indireta: Associação de Atendimento ao Autista – 3AAA

Fica determinado que:

- I. Seguindo as orientações do Ministério da Cidadania, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, bem como da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, ficam suspensas as atividades coletivas.
- II. A organização que executa o serviço faça a readequação de seu Plano de Trabalho/2020, considerando o objeto pactuado no Termo de Colaboração, bem como as necessidades que surgiram em decorrência da medida de isolamento social aplicada.
- III. Que sejam mantidos os repasses financeiros, conforme estabelecido no Termo de Colaboração, estando este sujeito à disponibilidade dos recursos no cofre público, bem como à regularidade da prestação de contas apresentada.
- IV. As prestações de contas sejam apresentadas ao setor de Convênios da Secretaria dentro da periodicidade estabelecida no Termo de Colaboração;
- V. As ações executadas no serviço sejam acompanhadas e monitoradas, ainda que remotamente, pelo técnico de referência designado para o serviço.

Centro de Quarentena Para Atendimento À População Em Situação De Rua

Observação: Este serviço foi implantado especificamente para atender a uma necessidade momentânea, em decorrência da pandemia.

Fica determinado:

- I. A implantação de um Centro de Quarentena para o atendimento da pessoa em situação de rua que necessita de permanecer em quarentena em decorrência do COVID - 19.
 - a) O local tem capacidade para atender até 10 pessoas em situação de rua – tanto aquelas que precisem permanecer em quarentena antes de acessar o abrigo para a população em situação de rua quanto as que venham a apresentar suspeita ou confirmação de Covid- 19 sem a necessidade de internação na rede de saúde, porém, necessitando de isolamento pelo prazo de duas semanas
- II. O Centro de Quarentena ficará sob a supervisão (monitoramento e acompanhamento) da Diretoria de Proteção Social Especial, sendo suas despesas custeadas pelos recursos disponibilizados pela Portaria 369 de 29/04/2020 do Ministério da Cidadania, bem como da Resolução 17 de 19/06/2020 da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.
- III. Que se faça uma articulação junto à Secretaria da Saúde a fim de que esta preste atendimento ágil aos usuários do serviço que apresentarem os sintomas decorrentes do COVID – 19, bem como para que a mesma monitore e oriente as ações desenvolvidas no Centro de Quarentena para atendimento à pessoa em situação de rua.
:

Segurança Alimentar e Nutricional:

Fica determinado:

- I. O Restaurante Popular – Josué de Castro permanecerá aberto, atendendo para o café da manhã e para o almoço, oferecendo refeições que poderão ser consumidas no local, onde serão observadas as orientações e protocolos de saúde e higiene. Aqueles que desejarem poderão retirar o alimento (marmitex) para consumir em outra localidade;
- II. O Banco Municipal de Alimentos – Herbert José de Souza manterá seu funcionamento, distribuindo as cestas de alimentos às famílias inseridas no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme agenda semanal pré – estabelecida, bem como atendendo às solicitações de emergência provenientes das unidades de CRAS, conforme disponibilidade dos produtos na unidade.

Controle Social

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é o órgão colegiado, no qual se concretiza o controle social por meio da participação social e que contribui significativamente para a proposição e aprovação da Política Municipal de Assistência Social e considerando suas atribuições, estabelecidas na Lei Municipal 2.680/2013 em seu Artigo 2, é de suma importância que o CMAS tenha

ciência e acompanhe as estratégias definidas pelo Secretaria de Desenvolvimento Social para o enfrentamento ao COVID – 19.

Desta forma, o Conselho deverá estar ciente das estratégias a serem desenvolvidas pela Secretaria, dos recursos dispendidos para a execução das mesmas, bem como das mudanças de estratégias que se fizerem necessárias no decorrer do período em que perdurar a pandemia.

Para tanto, poderá solicitar inclusão de pauta nas reuniões ordinárias do conselho, ou mesmo solicitar a realização de reunião extraordinária.

Comunicação Social

A fim de manter os usuários do SUAS informados acerca dos serviços socioassistenciais existentes no município, bem como seu acesso ao mesmo neste período de pandemia, foram estabelecidos alguns procedimentos que serão mantidos durante o período em que perdurar esta situação de pandemia, sendo:

- Site da Prefeitura:
 - A. Esclarecimento sobre a forma como o atendimento à população vem sendo realizado neste período de quarentena;
 - B. Divulgação dos contatos de “WhatsApp” de cada uma das unidades que prestam serviço socioassistencial (CRAS, CREAS, Centro POP);
 - C. Divulgação das Ações desenvolvidas pela Secretaria durante o período de quarentena;
 - D. Avisos referente ao acesso aos benefícios eventuais;
 - E. Divulgação de calendários e horário de ações específicas a serem realizadas nos territórios de CRAS (exemplo: entrega de cestas de alimentos);
 - F. Campanhas relacionadas ao combate à violência doméstica, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e de combate ao trabalho infantil;
 - G. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família e seu calendário.
- Nas unidades:
 - A. Folha de pagamento do Programa Bolsa Família – impresso fixado na parede da unidade;
 - B. Listagem com os nomes dos beneficiários para as situações entrega de benefício eventual – impresso fixado na parede da unidade;
 - C. Informações sobre atendimento: dias, horários e documentos necessários - impresso fixado na parede da unidade;
 - D. Divulgação de números telefônicos e “WhatsApp” que possam ser úteis - impresso fixado na parede da unidade.

- Serviço de “Chatbot e SMS”:

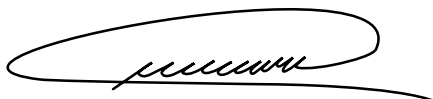
A. Mensagens curtas e relevantes aos usuários dos serviços do SUAS via telefone.

Observação: a Secretaria está pesquisando sobre o serviço de Tele chamado.

Ativação e desativação do Plano de Contingência

- O plano será ativado em caso de:
Em um cenário de Emergência em Saúde Pública (ESP), com alerta do Ministério da Saúde.
- O plano será desativado em caso de:
Declaração do Ministério da Saúde de encerramento da situação de calamidade.

Embu das Artes, 15 de Julho de 2020.



Paulo Silas Alvarenga de Melo
Secretário de Desenvolvimento Social
Embu das Artes – SP

Anexo I
Atualizações

Mês de referência: Julho

Recursos dispendidos com adoção de medidas sociais (Código Covid – 19)

Período	Valor Empenhado	Valor Liquidado
Março a 31/05/2020	R\$ 88.358,46	R\$ 76.478,46
Junho	R\$ 65.400,00	R\$ 65.400,00
Julho	R\$ 33.139,40	R\$ 0,00
Total	R\$ 186.897,86	R\$ 141.878,46

Volume de Atendimento

Volume Geral de atendimentos Remotos Realizados somados a ações de prevenção – WhatsApp

Serviço	Quantidade	Período
Proteção Social Básica	14.494	23/03/2020 a 19/06/2020
Proteção Social Especial	16.049	23/03/2020 a 19/06/2020

Volume Geral de atendimentos Remotos Recebidos – WhatsApp (município entrou em contato com as unidades)

Serviço	Quantidade	Período
Proteção Social Básica	38.303	23/03/2020 a 19/06/2020
Proteção Social Especial	660	23/03/2020 a 19/06/2020

Volume Geral de atendimentos – Presencial

Serviço	Quantidade	Período
Proteção Social Básica	371	23/03/2020 a 19/06/2020

Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes
Estado de São Paulo
Secretaria de Desenvolvimento Social



Auxílio Funeral	6	23/03/2020 a 19/06/2020
Proteção Social Especial	262	23/03/2020 a 19/06/2020
Centro de Quarentena	1	23/03/2020 a 19/06/2020
Acolhimento Criança e Adolescente	14	23/03/2020 a 19/06/2020
Centro Pop	17(média/dia)	23/03/2020 a 19/06/2020

Volume Geral de Atendimentos – Segurança Alimentar e Nutricional

Serviço	Quantidade	Período
Cestas de Alimentos (*)	11.480	23/03/2020 à 01/07/2020
Cestas de Alimentos Emergenciais (*)	1.058	23/03/2020 à 01/07/2020
Banca Solidária	1.753	23/03/2020 à 01/07/2020
Restaurante Popular	13.077	23/03/2020 à 01/07/2020
Cafés da Manhã	1.613	23/03/2020 à 01/07/2020

Observação: No quadro não foram contabilizadas as cestas do Programa Estadual – Alimento Solidário

ANEXO II
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES - MENSAL
TIPO DE CONCESSÃO: CENTRO DE QUARENTENA

Atividades realizadas por Serviço

CENTRO DE QUARENTENA

As atividades realizadas pelo Centro de Quarentena, destinam-se ao público em situação de rua, aqueles que aceitaram acolhimento e antes de irem para o abrigo municipal, ficam 15 dias ou mais em quarentena, com acompanhamento de um técnico de saúde, com a colaboração de educadores sociais no dia a dia, atendimento com assistente social.

No período entre o dia 25 de agosto ao dia 25 de setembro de 2020, foram realizados atendimentos aos acolhidos, de acordo com a demanda apresentada. Os atendimentos centraram-se na escuta e orientação. Tentando contato com um familiar que nem sempre consegue um retorno, encaminhamento para a rede intersetorial e acompanhamento sistemático no período de acolhimento.

No dia 25 de agosto de 2020 demos início a esse projeto, na rua Rebolo Gonzáles, 185. Fazendo acolhimento a pessoas em vulnerabilidade trazida pela equipe de abordagem e GCM, onde foi feito o acolhimento pelos nossos educadores, sendo que foi oferecidos a todos a higiene pessoal, alimentação que é fornecido pela Prefeitura e uma cama para o descanso. São todos atendidos pela Assistente Social, onde é feita a escuta e aberta uma pasta onde ficam todas informações necessárias para um melhor atendimento. Neste momento estamos com 7 usuários onde nosso limite de são e 10 ocupações.

No mês de setembro já foram atendidos 24 usuários, 19 foram acolhidos e 5 atendidos para higienização e alimentação, 5 dos acolhidos já encerraram seu tempo. Dos 24 atendidos tivemos a suspeita de 3 usuários com COVID, que foi descartada a contaminação.

COORDENAÇÃO

Coordenador: 1 pessoa

Articulou e acompanhou a implementação do projeto e seus serviços

Coordenou a rotina administrativa;

Definiu com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na unidade.

Discutiu com a equipe técnica a adoção de estratégia e ferramentas que possam qualificar o trabalho.

Discutiu com a equipe os critérios para a inclusão na unidade.

Coordenou o processo, com a equipe quando for a entrada e desligamento do usuário na unidade;

Coordenou a execução das ações, assegurando dialogo e possibilidades de participação dos profissionais e usuários

Coordenou a oferta e o acompanhamento dos serviços , incluindo o monitoramento dos registros de informações e as ações desenvolvidas.

ASSISTENTE SOCIAL

Foi feito o acolhimento diante das necessidades de cada usuário.

Foi usado um instrumental para a organização do trabalho, para ter clareza das ações, objetivos e prazos, a para que acompanhem e ajam em prol da efetividade do que foi planejado.

Realizou visitas domiciliares.

Executou atendimentos individuais constantemente.

ADMINISTRATIVO

Auxiliou na organização, planejamento e execução do projeto. Dando suporte para executar os serviços.

TECNICO DE ENFERMAGEM

Técnico de enfermagem: 01

Realizou curativos (há um usuário com dedo amputado em processo de cicatrização).

Realizou o isolamento de dois usuários com suspeita de COVID 19.

Fez acompanhamento na UBS - Unidade Básica de Saúde e demais articulação com a rede de saúde.

Faz medição de temperatura e orientações no uso de medicações (aqueles com prescrição médica).

EDUCADOR SOCIAL

Temos quatro educadoras que se reveza numa jornada de 12 por 36, 2 educadoras no diurno e 2 no noturno as educadoras.

As educadoras orienta os usuários na organização dos pertences pessoais, e organização do espaço; fazem a mediação das realizações, desenvolvimento de oficinas socioeducativas e acompanhamento em bancos (se necessário)

Dentre as oficinas foi organizada a oficina de alfabetização partindo do pedido e necessidade de um usuário. As principais oficinas desenvolvidas foram de jogos e alfabetização.

APOIO

Apoio: 2 Pessoas

Atuam por escala (44 horas semanais) são responsáveis pela limpeza e organização do espaço. Fazem a limpeza e lavagem das roupas, e apóiam os usuários com limitações para fazer os cuidados de lavagem dos pertences pessoais.

Organizam a escala de lavagem de roupas de usuários

A limpeza da casa é realizada numa frequência de 2 vezes por dia.

A lavagem de roupa é feita numa frequência de 1 vez por semana.

VIGIAS

Vigia: 4 pessoas

Temos quatro vigias que se reveza numa jornada de 12 por 36, 2 vigias no diurno e 2 no noturno .

Realizam intervenções quando necessário para interromper brigas. Fazem averiguação da ordem no espaço interno e externo da unidade. Fazem revista dos pertences (se há objetos perfurante ou drogas). Mantém bom dialogo com os usuários da unidade.

EQUIPE

Essa equipe é formada por 12 funcionários.

4 vigias;

4 educadoras socioeducativas;

2 apoio;

1 técnico de enfermagem;

1 coordenadora/assistente social;

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Todos os dias 24h.

Este trabalho é supervisionado pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e trabalha em articulação com o Centro POP.



























Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes **Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social

Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, n°. 114, Centro
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

1 ° Relatório de atendimentos do Chatbot (Maria)

Período analisado: 01/06/2020 a 30/09/2020

Panorama geral da quantidade de pessoas atendidas.

Maio: (implementação)
Junho: 2332 pessoas
Julho: 3689 pessoas
Agosto: 2546 pessoas
Setembro: 4782 pessoas
TOTAL: 13.349 pessoas
Média por mês: 3337.

Panorama geral dos atendimentos realizados.

Estes números identificam a quantidade de atendimentos por mês de todas as unidades (PSB+PSE), independente se é a mesma pessoa ou não.

Junho: 2892.
Julho: 6058.
Agosto: 4075.
Setembro: 8505.
TOTAL: 21530.
Média por mês: 5382.

Atendimentos por CRAS.

CRAS-Dom José: 5358
CRAS- Casa Branca: 3001
CRAS- Fátima: 2614
CRAS-Vazame: 1692
CRAS-Vista Alegre: 1573
CRAS- Colégio: 1453
CRAS-Pinheirinho 1080
CRAS- São Marcos: 818
CRAS- Centro: 644
Total: 18233
Média por mês: 4558

Atendimento da Proteção Social Especial:

CENTRO DIA - PESSOA COM DEFICIÊNCIA: 120
CENTRO POP: 119
CREAS: 128
CREAS - Abordagem Social 5
CREAS - Abrigos e Família Acolhedora 12
CREAS - LA/PSC 10
CREAS - Trabalho infantil 2
CREAS - Violência crianças e adolescentes 48
CREAS - Violência idosos 7.
Total PSE: 451.
Média por mês: 113.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social

Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, n°. 114, Centro
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

Desempenho dos operadores e das unidades de CRAS.

CRAS-Colégio

Ivan Lopes: 4,66

Jael Félix: 4,61

Média da unidade: 4,63.

Nota (0 a 10): 9.26.

CRAS – São Marcos

Leandro Defacio 4,63

Salete. 4,66

Sidney. 4,49

Média da unidade: 4,59

Nota (0 a 10): 9.18.

CRAS- Centro

VILMA 4,57

Média da unidade: 4,57

Nota (0 a 10): 9,14

CRAS- Vazame

Odária: 4,43

Shimone: 4,33

Valéria: 4,65

Média da unidade: 4,47.

Nota (0 a 10): 8,9.

CRAS-Dom José

Olga: 4.2

Solange: 4,61

Débora: 4,41.

Josi:4,55

Lília:4,36

Renata:4,59

Média da unidade: 4,45.

Nota (0 a 10): 8,9.

CRAS- Pinheirinho

Amanda da Silva 4,74

Cláudia Lúcia 4,1

Rosilaine 4,56

Média da unidade: 4,46.

Nota (0 a 10): 8,9

CRAS-Casabranca

Deise 4,31.

Elaine monteiro 4,39

Renata Caffé: 4,33

Média da unidade: 4,34

Nota (0 e 10): 8,7.

CRAS- Fátima

Cristiane Maschio:4,58

Fabiana: 4,37

Mariluci: 4,21.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes
Estado de São Paulo

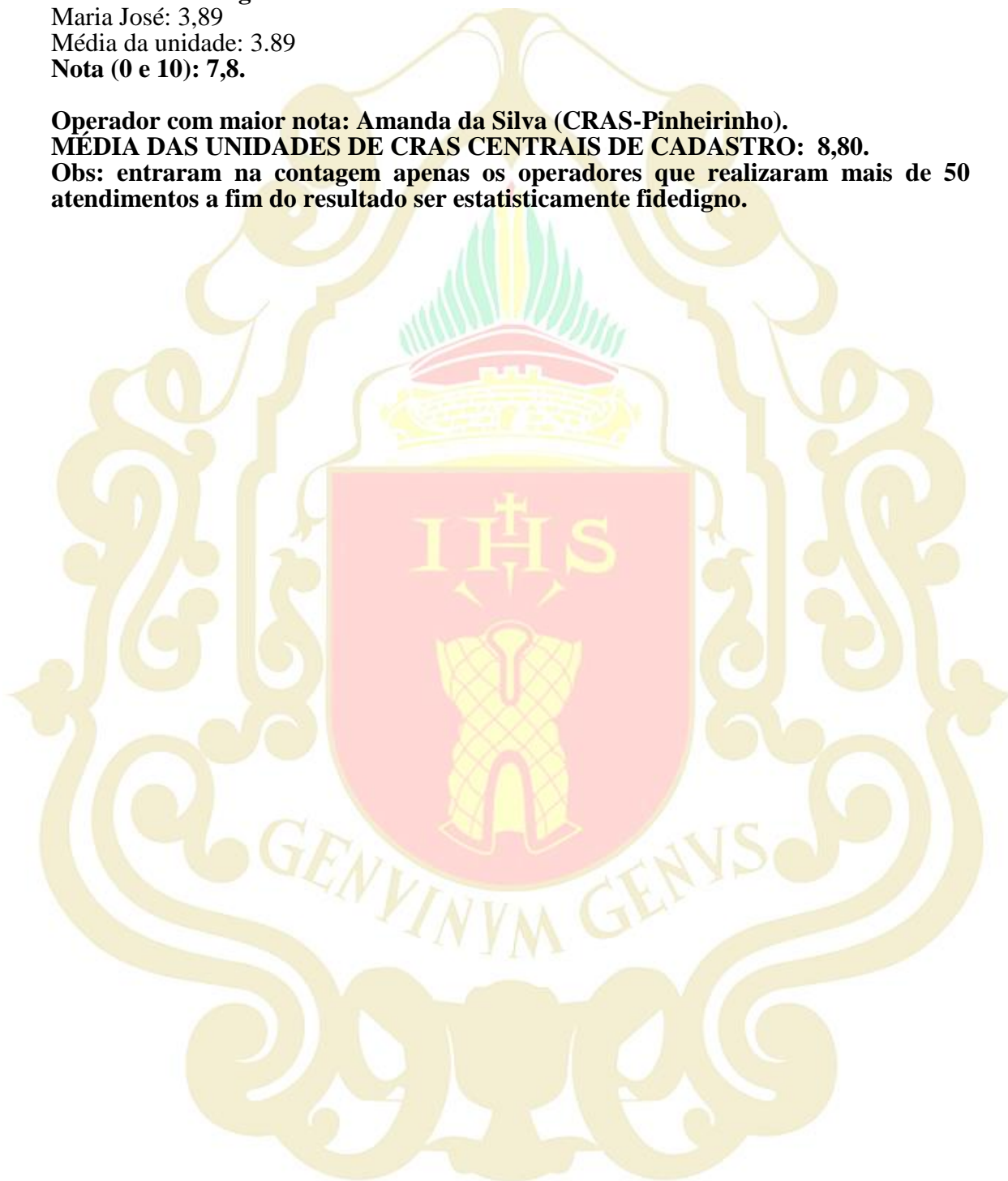
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social

Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, n°. 114, Centro
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

Maria Cristina, 4,16
Média da unidade: 4,33
Nota (0 a 10): 8,6.

CRAS- Vista Alegre
Maria José: 3,89
Média da unidade: 3.89
Nota (0 e 10): 7,8.

Operador com maior nota: Amanda da Silva (CRAS-Pinheirinho).
MÉDIA DAS UNIDADES DE CRAS CENTRAIS DE CADASTRO: 8,80.
Obs: entraram na contagem apenas os operadores que realizaram mais de 50 atendimentos a fim do resultado ser estatisticamente fidedigno.



Termo de aceite - Emergencia COVID 19

Bloco 1 - Recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede devido à situação de Emergência COVID-19

- Código IBGE

3515004

- UF

SP

- Município

Embu das Artes

- Termo Aceito

Aceito

- Valor de referência ofertado

R\$ 668.250,00

- Equipamentos EPI

150

- Alimentos

110

- Vagas de Acolhimento

214

- Valor de referência total aceite

R\$ 668.250,00

- Quantitativo de Equipamentos EPI aceite

150

- Quantitativo de metas de Alimentos aceite

110

- Quantidade de vagas de Acolhimento aceita

214

- Nome do Responsável pelo preenchimento da gestão

Paulo Silas Alvarenga de Melo

- ID do Cargo do Responsável pelo preenchimento da gestão

76

- Cargo do Responsável pelo preenchimento da gestão

SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- CPF do Responsável pelo preenchimento da gestão

01045004847

- Data preenchimento gestão

2020-05-06 11:59:40



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 2078/2020

Referência: PRM-OSC-SP-00007751/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 26 de novembro de 2020.

DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83

PORTARIA Nº 20/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1º da Lei Complementar nº 75/1993 – Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5º, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação (art. 5º, inciso V, alínea a, da Lei Complementar nº 75/1993, c.c. arts. 1º, inciso VI, e 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/1985);

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública para defesa do patrimônio público e social (art. 1º, VIII c.c art. 5º, I, ambos da Lei nº 7.347/1985 e Súmula nº 329 do Superior Tribunal de Justiça);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000257/2020-83 foi autuado e registrado na Procuradoria da República de Osasco a partir de ofício-circular enviado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando a instauração de procedimento extrajudicial específico destinado a implementar, uniformizar e acompanhar, no âmbitos dos municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, durante o estado de emergência causado pela pandemia do vírus COVID-19, normas, medidas e políticas concretas que garantam à população em situação de rua e àquela localizada em favelas e periferias das grandes cidades, estrutura e condições mínimas de higiene, limpeza, alimentação, repouso, segurança, dignidade, bem-estar e acesso à saúde

CONSIDERANDO, por fim, o término do prazo para conclusão do presente procedimento e a necessidade de outras diligências para a resolução da questão, determino a

CONVERSÃO do presente procedimento em **INQUÉRITO CIVIL** para a promoção de ampla apuração dos fatos noticiados, notadamente a **vinda aos autos das respostas aos ofícios já expedidos às Secretarias de Assistência Social dos Municípios de Osasco e Carapicuíba**;

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autue-se a presente portaria e o procedimento que a acompanha como inquérito civil com o nº 1.34.043.000257/2020-83.

A fim de efetivarem as medidas necessárias para conclusão deste procedimento, determino que sejam realizados os registros habituais no sistema Único para que seja publicada a presente Portaria, bem como comunicada esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Osasco, 18 de Dezembro de 2020.

Assinado eletronicamente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Termo de Conversão

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.34.043.000257/2020-83

Classe de origem:

Procedimento Preparatório

Classe de destino:

Inquérito Civil

Data prevista de finalização:

08/01/2022

Usuário:

RICARDO YASUO YOSHIDA

Data:

08/01/2021 19:00



Certidão nº 274/2021

PRM-OSC-SP-00001742/2021

1/1

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Inquérito Civil – 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que houve decurso de prazo para que as **Secretarias de Assistência Social dos Municípios de Osasco e Carapicuíba** apresentassem respostas aos **Ofícios PRM-OSC-SP nº 890/2020 (etiqueta PRM-OSC-SP-00006441/2020) e PRM-OSC-SP nº 891/2020 (etiqueta PRM-OSC-SP 00006442/2020)** conforme Avisos de Recebimento datados de 17 de Agosto de 2020 e 06 de outubro de 2020

Torno os autos conclusos ao Exmo. Dr. Douglas Guilherme Fernandes,
Procurador Oficiante

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente

Alberto Carlos Gomes

Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 01/03/2021 16:08. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave FFE08639.8AC0D0B5.279CFEBC.A7A01510



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Inquérito Civil
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº

Diante da ausência de resposta, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a reiteração dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Prefeitura do Município de Osasco¹, para que, através de sua Secretaria de Assistência Social: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

2. À Prefeitura do Município de Carapicuíba², para que, através de sua Secretaria de Assistência Social e Cidadania, encaminhe cópia do plano de
1 Avenida Lázaro de Mello Brandão, Vila Campesina, Osasco/SP, CEP 06023-020.
2 Rua Joaquim das Neves, 211, Vila Caldas, Carapicuíba/SP, CEP 06310-030.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.petitionamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Inquérito Civil
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº 209/2021

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00002155/2021

Diante da ausência de resposta, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a reiteração dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Prefeitura do Município de Osasco¹, para que, através de sua Secretaria de Assistência Social: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

¹ Avenida Lázaro de Mello Brandão, Vila Campesina, Osasco/SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Prefeitura do Município de Carapicuíba², para que, através de sua Secretaria de Assistência Social e Cidadania, encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

² Rua Joaquim das Neves, 211, Vila Caldas, Carapicuíba/SP, CEP 06310-030.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83– **Classe:** Inquérito Civil
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº 210/2021

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00002156/2021

Diante da ausência de resposta, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a reiteração dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Prefeitura do Município de Osasco¹, para que, através de sua Secretaria de Assistência Social: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

¹ Avenida Lázaro de Mello Brandão, Vila Campesina, Osasco/SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

2. À Prefeitura do Município de Carapicuíba², para que, através de sua Secretaria de Assistência Social e Cidadania, encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais.

As respostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, pelo site www.peticonamento.mpf.mp.br.

Cópia desta deliberação valerá como ofício.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES
Procurador da República

² Rua Joaquim das Neves, 211, Vila Caldas, Carapicuíba/SP, CEP 06310-030.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



Digital

CDIP BH
22/03/2021
LOTE: 5785

MPF
Ministério Público Federal



DESTINATÁRIO:
PMOSASCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO
- Secretaria de Assistência Social
AVENIDA LÁZARO DE MELLO BRANDÃO
VILA CAMPESINA
OSASCO - SP
06023-020

AR248843641VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Gabriel Vieira Mendes

TENTATIVAS DE ENTREGA

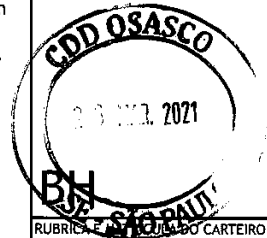
1ª ____/____/____ : ____h
2ª ____/____/____ : ____h
3ª ____/____/____ : ____h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICAR E ASSINAR O CARTEIRO

Antônio José
8.888.930-0

DATA DE ENTREGA

20/03/21

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

59.448.251-2



Certidão nº 428/2021

PRM-OSC-SP-00002523/2021

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
1º OFÍCIO

Inquérito Civil nº 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício (s) **PRM-OSC-SP nº 209/2021** (etiquetas **PRM-OSC-SP-000002155/2021**).

Dessa forma, aguarda-se a resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado digitalmente
Alberto Carlos Gomes
Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 05/04/2021 09:45. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 44C6003E.8F61D6C9.DDC58BFB.1F80B9ED



Certidão nº 608/2021
PRM-OSC-SP-00003572/2021

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

Inquérito Civil– 1.34.043.000257/2020-83

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do documento, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00003283/2021**, encaminhado pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de Osasco, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 209/2021** e do ofício **nº 933/SAJ/2021**, etiqueta **PRM-OSC-SP-00003285/2021**, encaminhado pela Secretaria Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Município de Carapicuíba, em resposta ao ofício **PRM-OSC-SP nº 210/2021**, solicitando dilação de prazo para apresentar resposta.

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente

Alberto Carlos Gomes

Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 06/05/2021 13:36. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 5D0609ED.7A456FAE.9789E002.B411FDD1

Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE
CARAPICUÍBA

Carapicuíba, 26 de Abril de 2021

Ofício nº 933/SAJ/2021

Ref.: Inquérito Civil nº 257/2020

Processo Administrativo nº 17238/2020

Em atenção ao Ofício nº 210/2021

Excelentíssimo Procurador Douglas Guilherme Fernandes,

Venho por meio deste, em atenção ao ofício em epígrafe, informar que já foi solicitado à Secretaria competente que encaminhe o quanto requerido por esta Douta Promotoria, motivo pelo qual requer-se **dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias.**

Sem mais, para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Elaine Príncipe da Silva

Secretária Adjunta de Assuntos Jurídicos

Ao

Ministério Público Federal

Rua Padre Damásio, nº 294, 2º Andar, Centro, Osasco/SP



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00003285/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **28/04/2021 16:59:25**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 85853cbb.296e9d6b.4bc794c7.7a0baada

Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE
CARAPICUÍBA

Carapicuíba, 26 de Abril de 2021

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 1036/SAJ/2021 - 1ª REITERAÇÃO

Ref.: Inquérito Civil nº 1.34.043.000257/2020-83

Processo Administrativo nº 17238/2020

(mencionar esta referência na resposta)

DA: SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Excelentíssima Secretária Juliana Boni,

Sirvo-me do presente para cientificá-la do teor do Ofício MPF nº 210/2021 (cópia anexa), bem como solicitar que adote as providências necessárias, dentro da sua esfera de atuação, para atendimento ao quanto requerido abaixo, encaminhando-nos os devidos esclarecimentos.

1. encaminhe cópia do plano de contingência e documentação que comprove as medidas que foram adotadas para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de COVID-19, principalmente no que se refere ao aceite, junto ao Governo Federal, de repasse emergencial previsto na Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de Abril de 2020, para cofinanciamento das ações socioassistenciais.

Cumpra esclarecer que a presente solicitação se faz necessária para o atendimento de prazo ministerial, motivo pelo qual requer seja atendida **no prazo de 20 (vinte) dias**, a contar do recebimento.

Sem mais, para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Elaine Príncipe da Silva

Secretária Adjunta de Assuntos Jurídicos

Secretaria de Assistência Social e Cidadania

PROTOCOLO

Data: 27/04/2021

Hora: 14:31

Recebido por: _____



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO

Despacho nº 872/2021

Referência: PRM-OSC-SP-00003285/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Defiro o pedido. Cientifique-se.

Osasco, 6 de maio de 2021.

MELINA TOSTES HABER
PROCURADORA DA REPÚBLICA

Secretaria de Assistência Social
Diretoria DPSE
Recebido por: Paula
Data: 05/04/21 Protocolo: 008103

Secretaria de Assistência Social
Seção Expediente
Protocolo nº 493
Recebido por Amendo
Data 05/04/21
Hora 15:17



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP
1º OFÍCIO

Autos nº : 1.34.043.000257/2020-83 – Classe: Inquérito Civil
Representante : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Representado : A apurar
Assunto : Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

DESPACHO/OFÍCIO nº 209/2021

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00002155/2021

Diante da ausência de resposta, e considerando a necessidade de esclarecimentos, **determino a reiteração dos seguintes ofícios, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis:**

1. À Prefeitura do Município de Osasco¹, para que, através de sua Secretaria de Assistência Social: a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua; b) esclareça quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia; e c) informe se houve repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais, nos termos da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, e, em caso positivo, encaminhe a respectiva documentação; e

¹ Avenida Lázaro de Mello Brandão, Vila Campesina, Osasco/SP, CEP 06023-020.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00003283/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **28/04/2021 12:57:38**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4e7d997c.8e3b9fba.f9119b81.299bf950



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO

Autos nº 1.34.043.000257/2020-83 – Classe: Inquérito Civil

Representante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Representado: A apurar

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelos Municípios da Subseção Judiciária de Osasco para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do Coronavírus.

Ref.: DESPACHO/OFÍCIO nº 209/2021

Etiqueta: PRM-OSC-SP-00002155/2021

Conforme ofício supra estamos encaminhando documentos solicitados: a) comprovantes das medidas previstas no Plano de Contingência para pessoas em situação de rua; b) medidas adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente a pandemia; c) informações de repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos Termos do Ministério da Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020.

Sem mais, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Osasco, 26 abril de 2021.

Atenciosamente

Terezinha Vitorino

Assistente Social - DPSE

Rua Dom Ercílio Turco, 180 – Vila Osasco – Osasco /SP - CEP:06080-000
Tel: (11) 2183-6723 - saps@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

Osasco 23 de Abril de 2021.

Em resposta aos autos nº 1.34.043.000257/2020-83 que trata sobre apurar as medidas adotadas pelos municípios para garantir à população em situação de rua condições mínimas de dignidade durante a pandemia do coronavírus.

A Diretoria de Proteção Social Especial – DPSE, setor da Secretaria de Assistência Social – SAS do município de Osasco, vem através deste documento responder o item a) encaminhe documentação que comprove a implementação das medidas previstas no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Rua.

As ações foram realizadas em conjunto com a equipe de trabalhadores, segue fotos e documentos que comprova a realização nos diversos serviços de atendimento à população.

1.1 Priorização do atendimento nos serviços de acolhimento para pessoas do grupo de risco e separação em quartos exclusivos;

Todas as unidades de acolhimento institucional para adultos dentre outros serviços de atendimento a população, foram orientados a priorizar atendimento aos idosos, e aqueles que apresentavam comorbidades. As unidades de acolhimento organizaram os quartos agrupando o grupo de risco para evitar exposição aos outros conviventes que possuíam dinâmica cotidiana diferenciada.

1.2 Oferta de vagas fixas no serviço de acolhimento institucional e redução de capacidade de atendimento na unidade masculina Centro.

As duas unidades de acolhimento institucional para homens, mulheres e famílias localizada no bairro Rochdale ofertou 97,08% de vagas fixas, sendo somente duas vagas por unidade e por dia a serem ofertadas como pernoite, para situações emergenciais. Anexo¹ lista de acompanhamento da equipe técnica do acolhimento Rochdale masculino, onde constata-se a maioria de oferta de atendimento de vaga fixa a população usuária do serviço. E o serviço de acolhimento institucional masculino, unidade Centro, reduziu a capacidade de

¹ Anexo I Lista de Vagas Fixas da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Institucional - Unidade Masculina Rochdale.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

atendimento para 27 conviventes, conforme lista² de entrada e saída de acolhimentos.

1.3 Unidade de Isolamento Social

O unidade foi inaugurada em março de 2020, situada na Avenida Dyonísia Alves Barreto nº 399/355 no bairro Vila Osasco.

Frente da Casa



O serviço de acolhimento, Casa de Isolamento Social, funciona 24 horas por dia, com capacidade para atender 11 conviventes, possui 08 funcionários atualmente, segue lista dos respectivos trabalhadores, com funções, carga horária e vínculo trabalhista.

Nome	Função	Carga Harária	Vínculo Trabalhista
1. Carlos Eduardo Costa	Psicólogo	11h às 17h	Concursado Estatutário
2. Dalva Cristina Basílio de Melo	Cuidador Social	12X36 18h às 06h	Concursado Estatutário
3. Deivid Reis Silva	Educador Social	12X36 06h às 18h	Concursado Estatutário
4. Euzenete Ferreira de Souza	Auxiliar de Cuidador Social	12X36 18h às 06h	Concursado Estatutário
5. Hilda Maria Cortes Solís	Aux. de Serviços Gerais	08h às 17h	Programa Operação Trabalho – POT
6. Jaqueline Sales Fagundes	Aux. de	08h às 17h	Programa

² Anexo 02 Lista de Acolhimento Unidade Centro Masculina.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

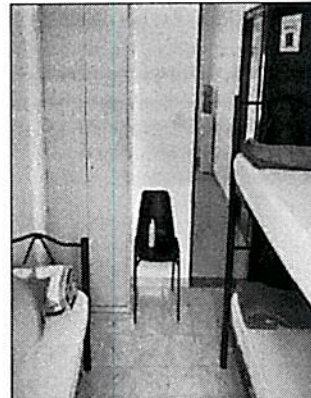
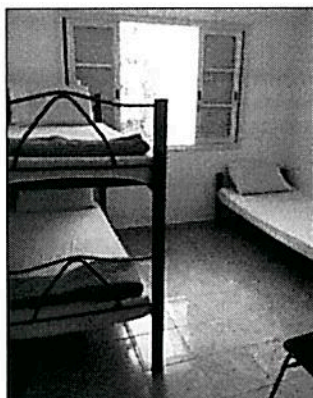
	Serviços Gerais		Operação Trabalho – POT
7. José Silvestre dos Santos Filho	Educador Social	12X36 06h às 18h	Concursado Estatutário
8. Patrícia Guizon Petroni	Gerente Adnistrativa	08h às 17h	Contrato Trabalhista

A Casa de Isolamento Social já realizou atendimento³ de 62 pessoas, sendo 52 homens, 02 identidade de gênero feminina e 08 mulheres.

São fornecidos equipamento de Proteção Individual, produtos de higiene para manutenção e limpeza da unidade para os funcionários, e mascaras aos conviventes, conforme orientações estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS.



Quartos



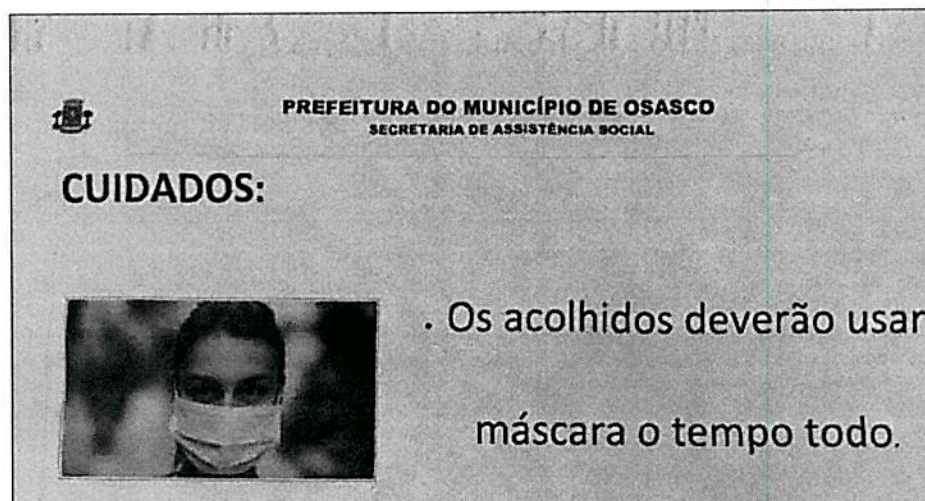
³ Informações a partir da lista atualizada de 23//04/2021 e Anexo 3 Lista de Atendimento na Casa de Isolamento Social.



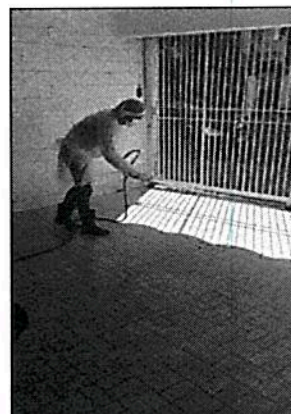
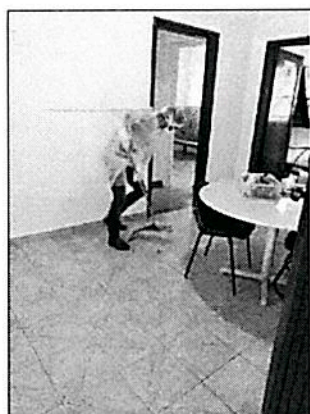
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

Orientações publicizadas na Unidade



Higienização da Unidade





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

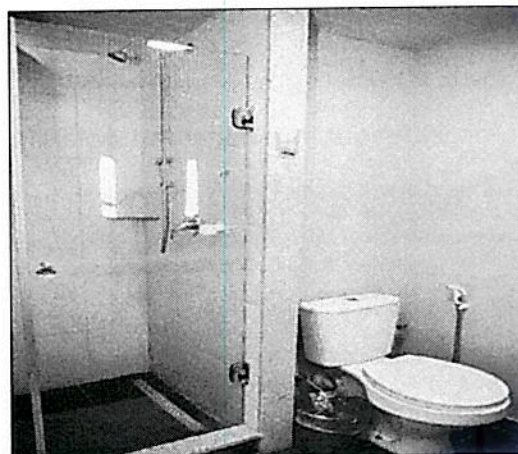
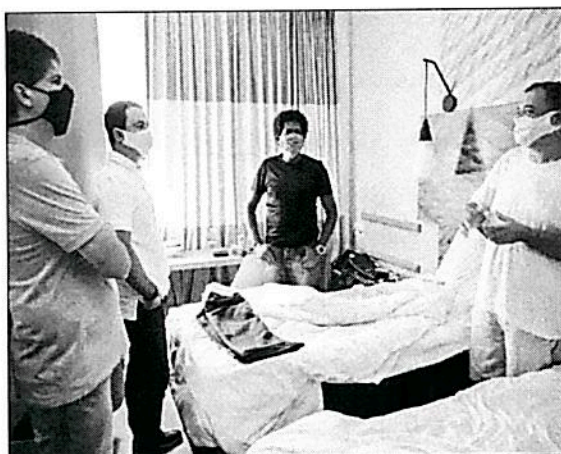
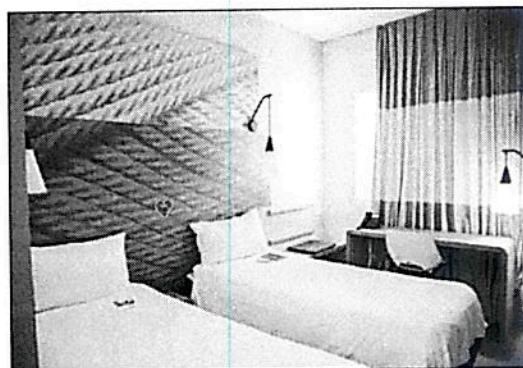
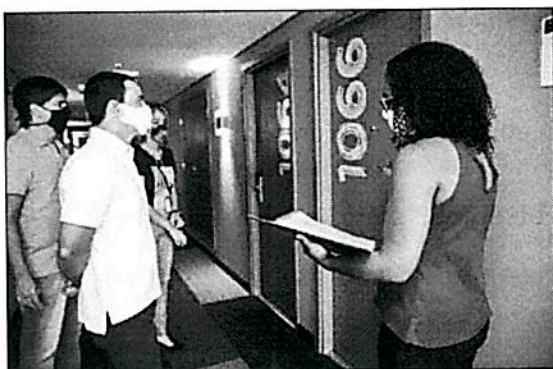
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

1.4 Visitas do Consultório na Rua na Casa de Isolamento Social

Realizado planejamento com a Equipe do Consultório na Rua, de ocorrer duas vezes por semana o acompanhamento dos casos, segue alguns registros⁴ de atendimentos realizado pela equipe da Saúde.

1.5 Contratação de vagas no Hotel

O serviço de acolhimento emergencial, Hotel Ibis, ofertado em parceria com a Prefeitura⁵ de Osasco através da SAS, em 30 de abril iniciou atendimento a população em situação de rua para ofertada de 50 vagas fixas, sendo atendidos 71 conviventes do sexo masculino.



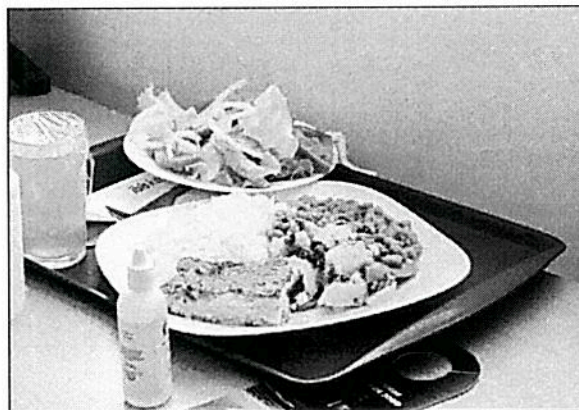
⁴ Anexo 04.1, 04.2 e 04.3 Registros de Atendimentos do Consultório na Rua na Casa de Isolamento.

⁵ Anexo 05 Processo Administrativo da contratação de Hotel.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE



Em outubro de 2020, após 06 meses de atendimento encerrou-se a parceria, realizando os devidos encaminhamentos pertinente a cada caso, conforme o acompanhamento realizado pela Equipe de Assistentes Sociais e Psicólogos, segue relatório⁶ de encerramento do serviço, elaborado pelos técnicos, com apontamento de resultados exitosos.

1.6 Disponibilização de álcool em gel e mascaras, dentre outros Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Masculina



⁶ Anexo 06 Relatório de Encerramento do Serviço de Acolhimento Emergencial no Hotel Ibis.



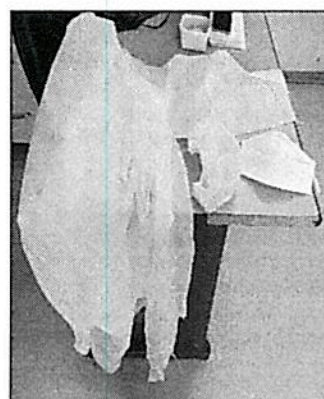
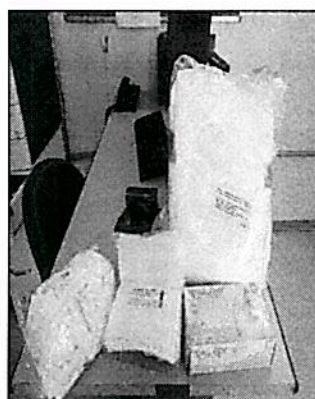
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

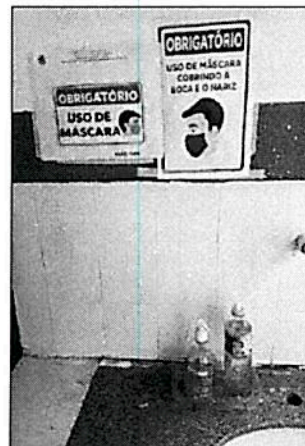
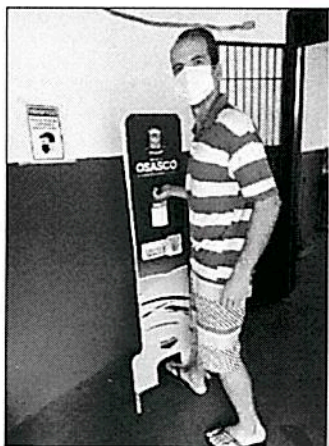
Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Mulheres e Famílias



Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro Masculino



Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua



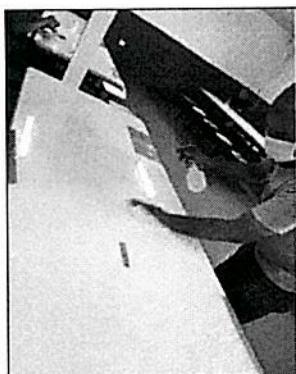
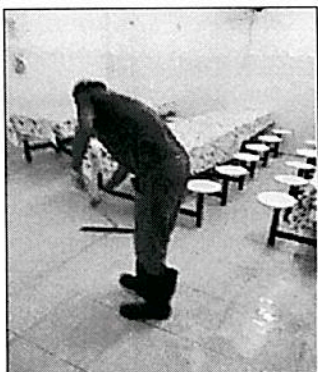
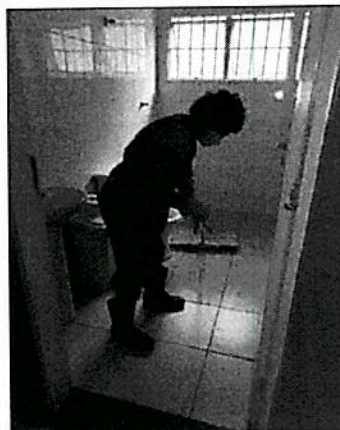


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

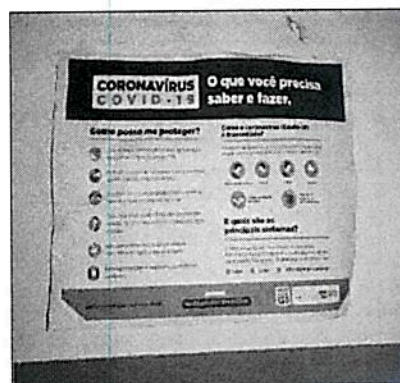
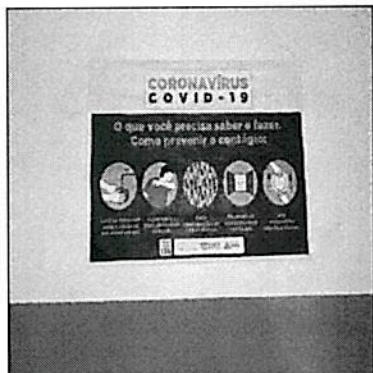
1.7 Medidas de higiene e assepsia nos espaços

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Masculina
Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Mulheres e Famílias
Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro Masculino



1.8 Orientações sobre Covid, Higiene pessoal e Regras de Convivência.

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Masculina

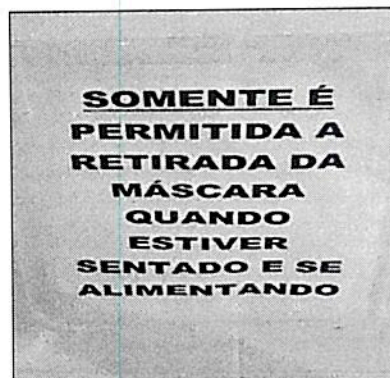




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE**

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Mulheres e Famílias



Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro Masculino

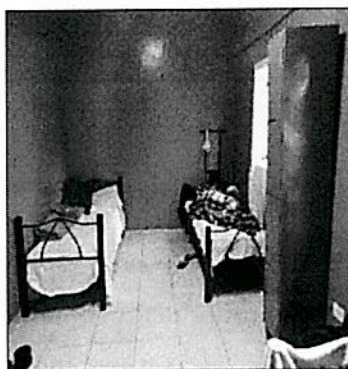
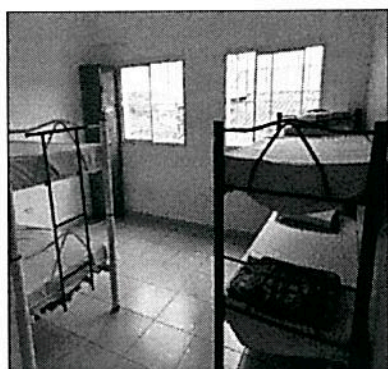
As orientações estão sendo realizadas de forma individual sendo assinado um termo⁷ de responsabilidade, e neste momento aproveita-se para sensibilizar sobre todas as medidas necessárias para prevenção do contágio, documento este, utilizado por todas as unidades de atendimento a população.

1.8 Distanciamento das beliches e camas

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Masculina

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Mulheres e Famílias

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro Masculino



⁷ Anexo 07 Termo de Responsabilidade – Novas Regras de Convivência – Coronavírus Covid 19.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

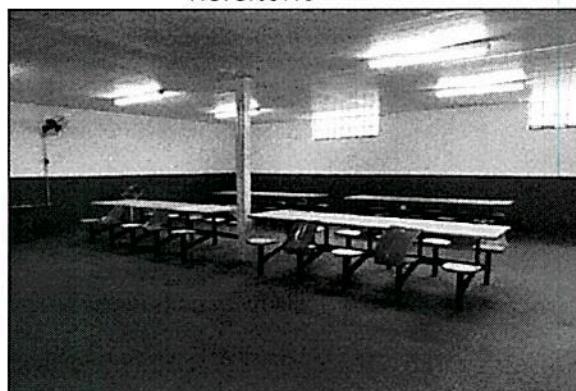
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

1.9 Atendimento no Centro Pop

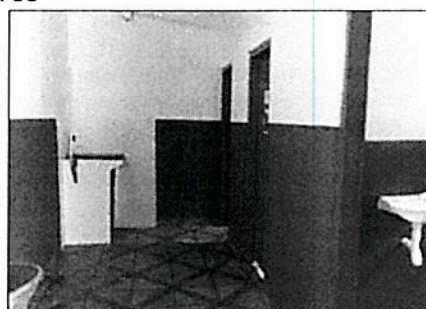
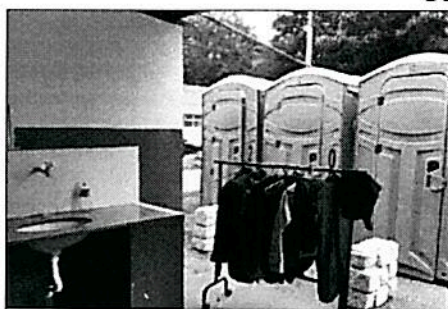


O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop está funcionando em local provisório, no CRAS k18, diante da reforma e ampliação do antigo local. Nesta unidade são ofertados atendimentos das 08h às 14h de segunda a sexta – feira, sendo organizada a entrada para atendimento, em grupos pequenos para evitar a aglomeração. Os atendimentos ofertados neste período de pandemia estão sendo focados na higiene pessoal (banho), alimentação e atendimento emergencial com Assistente Social, Psicólogo e/ou Terapeuta Ocupacional.

Refeitório



Banheiros



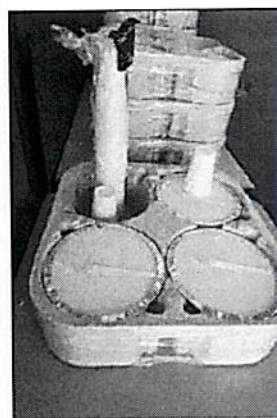
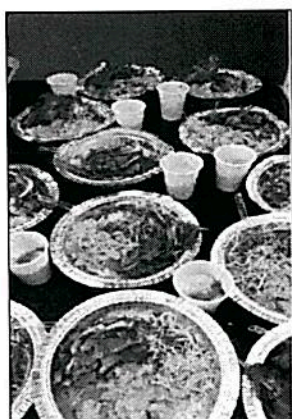


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

1.10 Substituição de utensílios diários por materiais descartáveis.

Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Masculina
Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Mulheres e Famílias
Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro Masculino
Centro Pop



1.11 Inserção do Programa Bolsa Aluguel

As unidades de acolhimento Institucional no período março de 2020 até março de 2021 realizaram vários encaminhamentos de solicitações de inserção no programa, e todos os pedidos foram aceitos pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. O Serviço de Acolhimento Institucional Unidade Rochdale Masculino encaminhou 12 conviventes, o Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Rochdale Mulheres e Famílias 08 famílias, o Serviço de Acolhimento Institucional – Unidade Centro Masculino 50 conviventes e o Serviço de Acolhimento Emergencial Ibis 12 conviventes, anexo⁸ modelos de alguns ofícios enviados pelas unidades.

1.12 Suspensão de retirada de pertences das pessoas

A SAS recebeu ofício⁹ recomendatório da Defensoria Pública sobre este tema em questão e o Comitê Gestor Intersecretarial CGI sobre população em situação de rua do

⁸ Anexo, 08.1, 08.2, 08.3, 08.4, alguns ofícios enviados pelas Unidades de Acolhimento Institucional para solicitação do Programa Bolsa Aluguel a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

⁹ Anexo 09 Ofício Recomendatório Defensoria Pública.



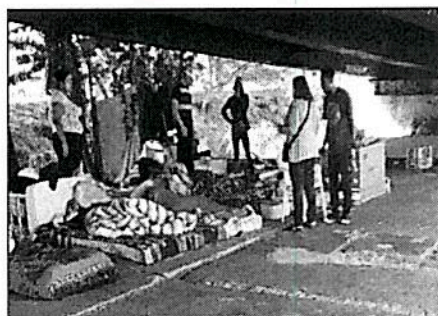
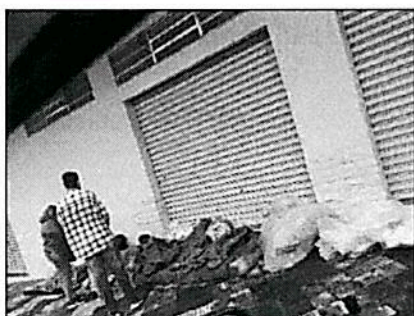
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

município de Osasco, elaborou proposta de Decreto¹⁰ sobre Procedimentos e o Tratamento à População em Situação de Rua durante a realização de ações de zeladoria urbana, para contribuir com a normatização de ações evitando violação de direitos a população vulnerável, porém o documento encontra-se em trâmites internos na Secretaria Municipal de Serviços e Obras, conforme protocolo anexo¹¹.

1.13 Realização de aproximações e orientações nos pontos concentração da população.

A Equipe de Abordagem Social é composta por Assistente Social, Psicóloga e Educadores Sociais, realizam intervenções nas diversas regiões da Cidade de segunda a sexta feira em horário comercial¹².



¹⁰ Anexo 10 Proposta de Decreto Zeladoria Urbana.

¹¹ Anexo 10 Protocolo de Ofício Decreto Zeladoria Urbana na Secretaria de Obras.

¹² Em situações de emergência os educadores sociais dos serviços de acolhimento institucional são acionados para realizar aproximação na rua, em períodos diurnos.



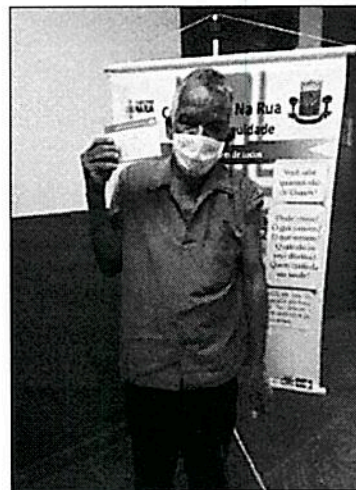
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE**

1.14 Vacinação da População em Situação de Rua

Iniciou-se o processo de vacinação nos dias 07, 08 e 14 de Abril de 2021, pelo Consultório na Rua, serviço da saúde, aos idosos acolhidos nos serviços da SAS e para aqueles que encontram-se em situação de rua.

Centro Pop



Acolhimento Institucional Unidade Rochdale Masculino
Acolhimento Institucional Unidade Rochdale Mulheres e Famílias
Acolhimento Institucional Unidade Centro Masculino



Conforme exposto, estas foram as ações executadas para os serviços de atendimento a população em situação de rua no município de Osasco.

Atenciosamente,

Carla da Silva Germano
Assistente Social CRESS/SP 38.850
Gerente Técnica dos Serviços para População em Situação de Rua



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Diretoria de Proteção Social Básica

Osasco, 09 de abril de 2021.

Ao
DPSB
A/C. Diretora Paulete

Ref. Despacho/ Ofício nº 209/2021
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Osasco –SP

Conforme solicitação referente ao documento destacado acima, encaminhado à Secretaria de Assistência Social, esclarecemos a pergunta b, sobre as medidas adotadas da Proteção Social Básica nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social.

b. Quais medidas estão sendo adotadas para a proteção das pessoas que moram em favelas e periferias, tendo em vista que também se encontram em situação de vulnerabilidade frente à pandemia.

O CRAS – Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial. É a principal estrutura física local para a proteção social básica e desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Atualmente o município de Osasco conta com 9 (nove) CRAS: 1. De Maio, Bonança, Km 18, Munhoz, Padroeira, Piratininga, Rochdale, Santo Antônio e Veloso.

Diante da situação de estado de Calamidade Pública no Município de Osasco, foi implantado o “Protocolo de Orientações Técnicas para o Atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, durante o período da pandemia decorrente do Coronavírus



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Diretoria de Proteção Social Básica

(COVID-19)" – segue em anexo. Os CRAS, tem desenvolvido ações que viabilizam o acesso aos direitos dos munícipes referenciados, além de tomar medidas de precaução que evitam a propagação da covid-19, afim de proteger seus usuários e trabalhadores.

Dentre ações e medidas desenvolvidas estão:

- Acolhimento das famílias;
- Suspensão temporária das atividades presenciais coletivas, estimulando atividades remotas de incentivo, e de disseminação de informações aos usuários do Serviço, por meio de metodologias alternativas, utilizando recursos como aplicativos de mensagens e telefone;
- Atendimentos particularizados pré-agendados;
- Atendimentos remotos via telefone e aplicativos de mensagens;
- Vinculação de notícias e direitos através de mídias sociais;
- Possibilidade de acesso tecnológico as pessoas que não possuem este meio para acessar os direitos;
- Articulação com os equipamentos da rede intersetorial e da rede socioassistencial;
- Articulação com a comunidade através das lideranças comunitárias;
- Visitas domiciliares de casos de extrema necessidade as famílias em acompanhamento;
- Prestação de orientações aos usuários que acessem, ou que sejam acessados, pela equipe técnica dos CRAS, quanto às novas demandas surgidas em decorrência da pandemia do COVID-19, esclarecendo critérios e trâmites para acesso aos serviços e benefícios emergenciais;
- Acompanhamento das famílias do PAIF;
- Acompanhamentos das Famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC;
- Auxílio no acesso aos serviços do INSS.
- Realização de Cadastro Único

Informamos que neste período de pandemia os CRAS, conforme decretos e portarias do município, trabalhou de forma presencial e remotamente, em horários alternativos, em determinadas épocas para frear o avanço da covid-19, porém, mesmo que de maneira remota, estes equipamentos se mostram de grande importância para a população, que vê em seu trabalho a possibilidade de acesso aos seus direitos, muitas vezes inviabilizados pela falta de informação e equipamentos eletrônicos, ferramentas estas primordiais em tempos de distanciamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Diretoria de Proteção Social Básica

Em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, através do “Programa Alimento Solidário”, Resolução 14 de 22/05/2020, a Prefeitura do Município de Osasco recebeu em 2020, cestas básicas destinadas à população de alta vulnerabilidade (pessoas inscritas no cadastro único com renda de até R\$ 89,00 por pessoa). Para fins de planejamento, logística da distribuição e entrega dessas cestas, foi realizada parceria entre a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda (SETR). A Secretaria de Assistência Social, através da Diretoria de Proteção Social Básica e Diretoria de Gestão Administrativa, contribuiu no apoio, orientação e distribuição das cestas.

Sem mais, estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

DIRETORIA DPSB

PAULETE


Paulete Ap. da Silva
Diretora de Proteção Social Básica

Características do
Município[Menu](#)

Página Inicial > Relatórios > Financeiro > Parcelas Pagas

Parcelas Pagas

Ano *: 2020



Piso :

-- Selecione --



UF *: SP



Agrupamento: Grupo



Esfera Administrativa: MUNICIPAL



Canal: -- Selecione --



Município *:

OSASCO



Referência: Ordem Bancária



Tipo De Execução: Serviços



Período:



à



Pesquisar

Voltar

IBGE: 353440

Porte: GRANDE

População: 666.469

[Expandir tudo](#)[Contrair tudo](#)

Grupo/Piso							Total Bruto	Total Desconto	Total Bloqueio	Total Líquido
↓ Programas							2.557.980,00	0,00	0,00	2.557.980,00
↓ Acoes do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369							450.450,00	0,00	0,00	450.450,00
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nº da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	04/2020	MUNICIPAL	17/05/2020	802395	006378/0001024159	225.225,00	0,00	0,00	225.225,00
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	05/2020	MUNICIPAL	04/08/2020	804367	006378/0001024159	225.225,00	0,00	0,00	225.225,00
↓ Acoes do COVID no SUAS - para Alimentos - Portaria 369							53.130,00	0,00	0,00	53.130,00
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nº da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	04/2020	MUNICIPAL	22/06/2020	803107	006378/0001024140	17.595,00	0,00	0,00	17.595,00
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	04/2020	MUNICIPAL	17/05/2020	802396	006378/0001024140	8.970,00	0,00	0,00	8.970,00
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	05/2020	MUNICIPAL	22/06/2020	803070	006378/0001024140	26.565,00	0,00	0,00	26.565,00
↓ Acoes do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369							2.054.400,00	0,00	0,00	2.054.400,00
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nº da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	04/2020	MUNICIPAL	17/05/2020	802392	006378/0001024132	420.000,00	0,00	0,00	420.000,00
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	04/2020	MUNICIPAL	22/06/2020	803093	006378/0001024132	607.200,00	0,00	0,00	607.200,00
FUNDO MUNICIPAL	13.929.258/0001-19	05/2020	MUNICIPAL	22/06/2020	803034	006378/0001024132	1.027.200,00	0,00	0,00	1.027.200,00

**Bloco 1 - Requerimento da segunda parcela de recursos federais
para Equipamentos de Proteção Individual – EPI**

- Código IBGE

3534401

- UF

SP

- Município

Osasco

- Termo Aceito

Aceito

- Valor de referência ofertado

R\$ 225.225,00

- Equipamentos EPI

429

- Valor de referência total aceito

R\$ 225.225,00

- Quantitativo de Equipamentos EPI aceito

429

- Nome do Responsável pelo preenchimento da gestão

Paulo Sartori

- ID do Cargo do Responsável pelo preenchimento da gestão

76

- Cargo do Responsável pelo preenchimento da gestão

SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- CPF do Responsável pelo preenchimento da gestão

00722113854

- Data preenchimento gestão

2020-07-16 15:14:03

Requerimento da segunda parcela de recursos federais para Equipamentos de Proteção Individual – EPI

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social – SEDS
Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS

A A A

CIDADANIA.gov.br (<http://cidadania.gov.br>)

Início (index.php?termo=segunda_parcela_covid_19)

Municípios elegíveis (termo-relatorio.php?termo=segunda_parcela_covid_19&relatorio=municipios-elegiveis)

Estados elegíveis (termo-relatorio.php?termo=segunda_parcela_covid_19&relatorio=estados-elegiveis)

Documentos (termo-documento-read.php?termo=segunda_parcela_covid_19)

Sair (https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/autenticacao-san/desautenticar?url=https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termo-aceite/index.php?termo=segunda_parcela_covid_19)

O Requerimento é o instrumento eletrônico que será utilizado pelos os municípios, estados e Distrito Federal para solicitação da **segunda parcela do repasse financeiro emergencial de recurso federais para a estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, no que refere a aquisição de **Equipamentos de Proteção Individual – EPI** para os profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS.

Deverão preencher o Requerimento, disponível no Sistema de Autenticação e Autorização - SAA, os municípios, estados e Distrito Federal que fizeram jus ao repasse financeiro emergencial destinado à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, caso haja a necessidade de solicitação da segunda parcela. Para tanto será necessário demonstrar a real necessidade do uso do EPI, com a devida aprovação, por meio de resolução do respectivo conselho de assistência social a ser informada no sistema informatizado.

Os critérios para a solicitação da segunda parcela do repasse financeiro emergencial de recursos federais destinado a aquisição de EPI, estão dispostos nas Portarias MC nº 369, de 29 de abril de 2020, e Portaria MC nº 63 de 30 de abril de 2020:

Portaria 369, Art. 4º, §2º A segunda parcela referente ao inciso I do §1º estará condicionada à real necessidade de uso de EPI, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde - MS, conforme ato complementar da SNAS.

Portaria nº 63, Art. 5º, Parágrafo único. A segunda parcela de que trata o inciso I do caput estará condicionada a requerimento do órgão gestor e à demonstração da real necessidade de uso de EPI pelo ente, aprovada por meio de resolução do respectivo conselho de assistência social a ser informada no sistema informatizado.

Para realizar o requerimento, os gestores da Assistência Social devem acessar este sistema utilizando seu CPF e senha, conforme política de senhas dos sistemas da Rede SUAS.

Apenas o Administrador Titular e o Administrador Adjunto definido no SAA poderão acessar o sistema e realizar o Requerimento.

Clique aqui para acessar (termo-read.php?termo=segunda_parcela_covid_19)



**Ministério da Cidadania
Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS**

TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO

Termo de Responsabilidade que firma o órgão gestor da assistência social, com o objetivo de formalizar os compromissos e as responsabilidades decorrentes do aceite referente ao repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19, nos termos da Portaria MC n. 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ADESÃO

1.1 O Presente Termo tem por objeto a formalização dos compromissos e responsabilidades decorrentes do aceite referente ao repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19, nos termos da Portaria MC nº 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020 e demais normativos aplicáveis à matéria.

1.2 O recurso emergencial tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, para promover:

1.2.1 A **estruturação da rede do SUAS** por meio da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS e de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

1.2.2 O **cofinanciamento das Ações Socioassistenciais**, visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19, na garantia das ações elencadas no art.8 da Portaria MC n. 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO

2.1 O presente Termo de Aceite e Compromisso formaliza no prazo definido o aceite do município, Distrito Federal ou estado ao repasse de recurso emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do SUAS e o cumprimento das responsabilidades decorrentes de sua oferta.

2.2 A adesão formal nos termos deste Termo de Aceite e Compromisso deverá ser encaminhada à ciência do respectivo conselho de assistência social.

2.3 Os respectivos Conselhos de Assistência Social deverão apreciar, acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, os resultados e a prestação de contas dos recursos repassados na forma da já referida Portaria.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Plano de Ação das Ações Socioassistenciais

3.1 O Plano de Ação é o instrumento de planejamento do gestor estadual, municipal ou do Distrito Federal das ações socioassistenciais a serem realizadas com a finalidade de promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e deverá ser aprovado pelo respectivo conselho de assistência social.

3.2 Especificamente quanto às **ações socioassistenciais** as informações constantes no Termo de Aceite e Compromisso passarão a compor o **Plano de Ação** que deverá ser apresentado pelo gestor no prazo definido na Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social em sistema informatizado específico após aprovação pelo respectivo Conselho de Assistência Social.

3.3 O não envio do Plano de Ação ensejará a devolução integral do recurso recebido, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

3.4 Deverá constar necessariamente no Plano de Ação informações sobre:

3.4.1 as condições adequadas de acolhimento, alojamento ou isolamento, quando o cofinanciamento federal seja destinado à readequação dos serviços de acolhimento existentes ou para implantação de outras formas de oferta, podendo optar por:

a) Reestruturar as unidades de acolhimento existentes atendendo às determinações do Ministério da Saúde de modo a evitar aglomerações que propiciam a disseminação da COVID-19;

b) Implementar alojamentos provisórios para atender o público realocado de outras unidades de acolhimento ou novos usuários que necessitam de alojamento provisório, a exemplo de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório e a população em situação de rua;



- c) Firmar contrato de locação para moradia provisória, serviço contratado pelo poder público local, destinado para o isolamento de grupos ou apoio a outras formas de alojamento provisórios adequadas à realidade local do território, que obedeçam aos critérios de separação de pequenos grupos (famílias ou indivíduos);
- d) Firmar contrato de locação com a rede hoteleira, serviço contratado pelo poder público local, sugerido para o isolamento de pessoas pertencentes a grupos de risco;

3.4.2 a estimativa para todas as ações previstas nas alíneas do item 3.4.1 quanto a:

- a) unidades de acolhimento reestruturadas com a identificação das formas de acolhimento;
- b) alojamentos provisórios implantados com a identificação das formas de acolhimento;
- c) pessoas acolhidas que foram realocadas;
- d) pessoas que não estavam acolhidas e que necessitaram ser encaminhadas para alojamentos provisórios;
- e) pessoas acolhidas, sem considerar o total de pessoas acolhidas anterior à situação de emergência em Saúde Pública de importância internacional.

3.4.3 a execução de outras ações para redução das situações de vulnerabilidade e risco social destinadas a provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação da COVID-19, tais como as descritas abaixo, considerando a estimativa do público atendido:

- a) Realização de ações voltadas à proteção social, orientação e informação da população em situação de vulnerabilidade e risco social, com vistas à prevenção da COVID-19 e disseminação do vírus;
- b) Oferta de alimentação, outros itens básicos e bens necessários que assegurem proteção da população ou evitem a propagação da COVID-19;
- c) Distribuição de alimentação e outros itens básicos para alojamentos provisórios geridos por Organizações da Sociedade Civil-OSC;
- d) Disponibilização de meios de transporte para a locomoção das equipes de referência e usuários do SUAS para acesso ou prestação de serviços socioassistenciais;
- e) Provimento de itens necessários à comunicação remota entre usuários e equipes.

CLÁUSULA QUARTA– Da Elegibilidade dos Entes e Repasse de Recursos.

4.1 Estruturação da Rede do SUAS

4.1.1 De acordo com os critérios de elegibilidade e cálculo de metas físicas estabelecidas, conforme art. 3º, da Portaria MC nº 369/GM/MC, os estados, Distrito Federal e municípios farão jus ao recurso emergencial destinado a estruturação da rede para aquisição de:

- a) EPI, desde que possuam unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS;
- b) Alimentos, desde que possuam unidades de Acolhimento ou Centro dia.



4.1.2 O repasse de recursos referente à estruturação da rede dar-se-á diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal, no exercício de 2020, em **duas parcelas**, cada uma referente a 3 (três) meses da demanda aferida, observando o cálculo de valores a serem transferidos para a estruturação da rede, nos termos da Portaria MC n. 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020.

4.1.3 O repasse da segunda parcela estará condicionada a requerimento do órgão gestor e à demonstração da real necessidade de uso de EPI, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde – MS, aprovada por meio de Resolução do respectivo conselho de assistência social.

4.2 Cofinanciamento das Ações Socioassistenciais visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19

4.2.1 Os estados, municípios e Distrito Federal farão jus ao recurso emergencial, destinado ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais desde que possuam pessoas que :

- a) necessitem ser alojadas ou remanejadas da atual unidade de acolhimento, conforme orientação do Ministério da Saúde - MS quanto ao distanciamento social; ou
- b) se encontrem em situação de rua, desabrigados, desalojados ou em situação de imigração.

4.2.2 Os critérios para aferição dos requisitos de elegibilidade às ações socioassistenciais encontram-se definidos nos §§ 1º e 2º do art. 5º da Portaria MC n. 369/GM/MC.

4.2.3 O cofinanciamento federal das ações socioassistenciais é limitado ao máximo de 5 (cinco) mil pessoas por ente elegível, podendo ser ampliado, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e a capacidade de acolhimento municipal durante a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência do COVID-19.

4.2.3 A ampliação de que trata o item anterior será avaliada de ofício à critério da Secretaria Nacional de Assistência Social e informada ao ente elegível, conforme a disponibilidade financeira e orçamentária.

4.2.4 O repasse de recursos destinados ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão repassados no exercício de 2020 diretamente do FNAS aos fundos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses de atendimento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

4.2.5 O cálculo dos valores a serem transferidos na forma do caput observará o valor de referência de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal por pessoa, previsto no § 2º do art. 6º da Portaria MDS nº 90, de 2013, multiplicado pelo quantitativo de indivíduos a serem atendidos.



CLÁUSULA QUINTA – Da Responsabilidades dos Entes

5.1 Aceitar o repasse de recursos emergenciais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do SUAS e cumprir as responsabilidades decorrentes.

5.2 Ofertar as ações socioassistenciais visando o enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19, na garantia das ações elencadas no art.8 da Portaria MC nº 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020, observando as orientações técnicas específicas emitidas pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

5.3 Promover a estruturação da rede do SUAS por meio da aquisição de EPI para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS e de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

5.4 Adotar as medidas de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão do novo Coronavírus – COVID-19 para preservar e garantir a oferta regular e essencial dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, em especial do Centro de Referência da Assistência Social e do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS.

5.5 Executar os recursos observando as normas gerais do SUAS e em especial àquelas relativas ao repasse de recursos federais do SUAS.

5.6 Prestar contas na forma da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015, e demais procedimentos disciplinados em ato específico, conjunto, da Secretaria Nacional de Assistência Social e da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências.

5.7 Promover a gradativa desmobilização das ações socioassistenciais, implantadas ou reorganizadas no escopo desta Portaria, na medida em que for superada a situação de emergência em saúde pública decorrente do Covid-19.

5.8 Observar, necessariamente, o caráter transitório do repasse emergencial de recursos federais ao enfrentamento da situação do COVID-19 e a necessidade de planejamento das ações de transição, visando à redução de esforços concentrados em torno de uma situação excepcional e a adoção de procedimentos rotineiros, devendo-se prevenir a brusca interrupção das provisões e prejuízo às famílias e aos indivíduos, o descontrole ou a perda de equipamentos e materiais, a sobrecarga das equipes de referência, dentre outras ações necessárias à retomada da normalidade dos serviços cotidianos.

5.9 Articular as ações socioassistenciais com as demais políticas públicas, em especial a de Saúde, e com os órgãos de Defesa e demais órgãos do Sistema de Justiça, a fim de assegurar proteção integral aos usuários.



5.10 Quanto à oferta das ações socioassistenciais se der em regime de colaboração com as entidades de assistência social deve-se observar a Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social, que estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do SUAS.

CLÁUSULA SEXTA – Do Acompanhamento e do Monitoramento

6.1 Monitorar o desenvolvimento das ações socioassistenciais e da estruturação da rede socioassistencial, por meio da aquisição de EPI e alimento, mantendo registro das atividades realizadas.

6.2 Prestar informações à União e ao Estado, a qualquer tempo, sempre que forem requisitadas informações referentes à aplicação do recurso emergencial, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

6.3 Alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da Rede SUAS, componentes dos sistemas de informação e monitoramento, com as informações dos usuários e suas famílias, atualizando-os conforme normativas do Ministério, de forma a propiciar o acompanhamento qualificado dos usuários e suas famílias em especial:

6.3.1 Do Registro Mensal de Atendimento, mensalmente, para fins de aferição do regular funcionamento do CRAS.

6.3.2 Do Sistema de Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social - CadSuas, na aba “Unidades de Acolhimento, das unidades de acolhimento reestruturadas e dos alojamentos provisórios implementados.

6.4 Recepcionar equipes do estado e/ou do Ministério, em visitas técnicas “in loco”, prestando-lhes as informações necessárias.

6.5 Manter durante 5 (cinco) anos, documentação comprobatória das despesas realizadas com a prestação dos Serviços, bem como a memória das atividades realizadas, dos critérios para o acesso dos usuários e dos processos de seleção dos profissionais.

6.6 As obrigações contidas nesse Termo se aplicam apenas às categorias de créditos repassados pela União que forem aceitos pelos entes, quando do preenchimento do formulário constante no Sistema de Autenticação e Autorização - SAA.

E, por estar assim de acordo com suas disposições, firmo o presente documento, com todos os compromissos e regras descritas neste Termo.



Pesquisar e-mail

808

Sobre a solicitação da segunda parcela para compra de EPI.

Cabe destacar que a segunda parcela para aquisição de EPI estará condicionada a requerimento e resolução do respectivo conselho de assistência social a ser informada no sistema informatizado, http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/2020_06_01-FAQ-sobre-repasse

PORTARIA Nº 63, DE 30 DE ABRIL DE 2020

Art. 5º O repasse de recursos emergenciais, se dará, observada a disponibilidade financeira e orç

I- estruturação da rede, nos termos do art.4º da Portaria nº 369, de 2020, em 2 (du

II - oferta de ações socioassistenciais visando a emergência em decorrência do Cov
a 3 (três) meses de atendimento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. A segunda parcela de que trata o inciso I do caput estará condicionada a requeri
meio de resolução do respectivo conselho de assistência social a ser informada no sistema inform
<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-63-de-30-de-abril-de-2020-254924958>

--

COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
Telefone: (11) 2183-6710
e-mail: vigilanciasocial.sas@osasco.sp.gov.br

